

# cadernos BAD

2016

1

ISSN 0007-9421



9 770007 942009 >



associação portuguesa de  
bibliotecários, arquivistas e documentalistas

## Sumário

---

### Editorial

Nota de abertura	1
<i>Alexandra Lourenço</i>	
Editorial	7
<i>José António Calixto</i>	

---

### Artigos

Culturas participativas e bibliotecas públicas: análise da realidade portuguesa	9
<i>Cláudia Raquel Lima, Viviana Fernández Marcial, Heitor Alvelos</i>	
Bibliotecas do Ensino Superior Português: a importância de um projeto comunicacional para o social media marketing	
<i>Maria Salgado, Ana Reyes Pacios</i>	25
Autoavaliação das competências de informação em estudantes universitários – IL-HUMASS: estudo quantitativo (Parte II)	41
<i>Carlos Alberto Lopes, Maria Pinto</i>	
Repositórios institucionais: constrangimentos no processo de disponibilização de conteúdos científicos	69
<i>Joaquim Luis Costa, Judite A. Gonçalves Freitas</i>	
A documentação arquivística e os prazos de conservação legais no sistema bancário português: século XIX à atualidade	83
<i>Ana Margarida da Costa Cruz</i>	
A organização dos arquivos das instituições de investigação científica: o caso do Centro de História da Universidade de Lisboa (1954–1995)	99
<i>Tiago Barros Pinto</i>	
O sistema nacional de arquivos em Portugal (1988–2014): breve análise	111
<i>Jorge Janeiro</i>	
Gestão de conteúdos digitais audiovisuais em televisão	125
<i>Ana Franqueira</i>	
A formação de profissionais da informação em Portugal e Espanha: um contexto necessário para compreender a competência em informação	137
<i>Elizete Vieira Vitorino, Armando Malheiro da Silva</i>	
Relações de género e a profissão bibliotecária no Brasil	157
<i>Hugo Avelar Cardoso Pires, Lígia Maria Moreira Dumont</i>	
Prémio Raul Proença: balanço retrospectivo do mérito e do reconhecimento na profissão de Informação–Documentação (I–D)	173
<i>Paulo J. S. Barata, Paula Ochôa</i>	

---

---

**Ensaaios, estudos e projetos**

Seguir o fio de Ariadne: reconstituição de sistemas de informação pretéritos 187  
*Sandra Patrício*

---

**Leituras**

*Vers la bibliothèque globale : L'Agenda 21 dans les bibliothèques* 193  
*Sandra Moura Dias*

*Clavis bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias e instituições religiosas em Portugal até 1834* 201  
*Paulo J. S. Barata*

---

## Nota de abertura

---

Alexandra Lourenço

Presidente da BAD

presidente@bad.pt

Fazendo o balanço deste mandato e refletindo sobre o que se fez, é certo que ficou muito por fazer, sobretudo se tomarmos por referência as intenções iniciais. Todavia, não se pode deixar de considerar muito positivo este período e esperamos que o esforço desenvolvido se venha a traduzir numa associação mais forte.

Foi um mandato de continuidade, em que a maioria dos membros do Conselho Diretivo Nacional transitou do mandato anterior.

Teve o seu início em contexto de crise económica e financeira. Essa conjuntura influenciou necessariamente a BAD, tendo-se verificado uma redução acentuada das receitas, sobretudo em consequência da não realização de muitas acções de formação (em 2014 das 71 acções acreditada preparadas, realizaram-se apenas 27), sendo que uma parte significativa ainda se realizou com participação diminuta, dificilmente cobrindo os gastos para a sua execução.

Foi necessário dar sequência a um plano de contenção de despesas, tomar decisões muito difíceis, que passaram pela dispensa de uma funcionária, e estabelecer modelos mais eficientes de funcionamento, preservando a qualidade na concretização dos fins da Associação.

No entanto, a sustentabilidade financeira da BAD não se encontra ainda assegurada. O número de associados continua a ser insuficiente para garantir através das quotizações as despesas inerentes ao funcionamento da Associação.

Ao longo do mandato tentou-se fazer jus ao lema adotado: “*Proximidade. Afirmação. Reconhecimento.*”

Assim, no âmbito da **Proximidade**, saiu-se continuamente de portas e desenvolveu-se um conjunto de iniciativas que abarcaram todo o território continental e Açores. Através de ações de formação, debates, oficinas, workshops, encontros, seminários, a BAD esteve em:

- Albufeira
- Arcos de Valdevez
- Aveiro
- Beja
- Braga
- Cascais
- Castelo Branco
- Castro Verde
- Coimbra
- Constância
- Esposende
- Évora
- Faro
- Fundão
- Guarda
- Guimarães
- Ílhavo
- Leiria
- Lisboa
- Loulé
- Mértola
- Mogadouro
- Monchique
- Ponta Delgada
- Ponte de Lima
- Porto
- Santarém
- Santiago do Cacém

- Silves
- Torres Novas
- Valença
- Vila Real

Participou, ainda, a convite de diversas entidades em ações que decorreram noutros pontos do país.

Deu-se sequência aos *webinars* (grátis para associados) e iniciou-se uma nova modalidade de formação através de *e-learning*, aproximando-se também pela via tecnológica.

**Proximidade** foi também integrada na atuação dos Grupos de Trabalho, manifestando-se nas reuniões abertas, nas reuniões presenciais e em linha, com participação de associados e de não associados.

**Proximidade** no espaço, mas também pela partilha de conhecimento, com desenvolvimento de programas inclusivos e colaborativos, como o Programa de mobilidade “A Minha Biblioteca é a Tua Biblioteca” ([http://apbad.pt/Seccoes/gtbes\\_programamobilidade.htm](http://apbad.pt/Seccoes/gtbes_programamobilidade.htm)), do GT Bibliotecas do Ensino Superior, bem como de múltiplas traduções de normas, guias técnicos, orientações e recomendações.

**“Afirmação”**: valor maior para uma associação profissional.

Afirmou-se a defesa do serviço público de informação e documentação, base para uma cidadania mais ativa, para uma maior transparência da ação governativa e para um Estado democrático.

Afirmou-se esta defesa junto dos pares, participando em debates e fóruns nacionais e internacionais, e defendendo os pares, como a participação na Assembleia Municipal da Nazaré ou o trabalho para a abertura de concursos públicos de acordo com os requisitos estabelecidos legalmente.

Mas também através de campanhas orientadas para a comunidade, como “Somos Bibliotecas” (<http://www.somosbibliotecas.pt/campanha>), em que se alerta para a situação atual das Bibliotecas Públicas Municipais nacionais e para a necessidade de criar um enquadramento normativo que defina requisitos mínimos para o funcionamento das Bibliotecas Públicas Municipais.

Destacam-se ainda as Recomendações para os órgãos decisores, como as “Recomendações para as Bibliotecas do Ensino Superior”

([http://www.bad.pt/noticia/2015/12/31/recomendacoes-para-as-bibliotecas-de-ensino-superior-em-portugal-2016/?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Feed%3A+NoticiaBAD+%28Not%C3%ADcia+BAD%29](http://www.bad.pt/noticia/2015/12/31/recomendacoes-para-as-bibliotecas-de-ensino-superior-em-portugal-2016/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+NoticiaBAD+%28Not%C3%ADcia+BAD%29)) ou as Recomendações do 12º Encontro Nacional de Arquivos Municipais (<http://www.bad.pt/noticia/2016/10/28/recomendacoes-do-12o-encontro-nacional-de-arquivos-municipais-2016/>).

Afirmou-se esta defesa através de uma ativa e continua intervenção político-social, promovendo reuniões com a área governativa da Cultura, do Ensino Superior, da Modernização Administrativa e das Autarquias Locais, bem como a participação dos seus representantes nos Encontros da Associação, apresentando-lhes posteriormente as Recomendações e Conclusões resultantes dessas jornadas.

Subscreveram-se tomadas de posição nacionais e internacionais.

Sensibilizou-se e apelou-se aos Eurodeputados para uma real defesa deste setor.

A BAD manifestou-se por uma política alternativa para a cultura, saindo à rua e integrando o desfile “Cultura em Luta” em 2015, com outras estruturas associativas e profissionais.

Em momento de eleições legislativas a BAD apresentou nas audições públicas, promovidas pelos partidos políticos para a construção dos seus programas eleitorais, as carências, desafios e mais-valias do serviço de informação e documentação e dos seus profissionais. Mobilizou os representantes dos partidos políticos para um debate onde apresentassem as suas políticas para o sector da informação e documentação, questionando e chamando a atenção para a permanente ausência de discussão sobre esta temática.

Em momento de apresentação do Orçamento de Estado, interpelou o Ministro da Cultura e no âmbito da Plataforma Cultura em Luta, cuja coordenação integra, teve reuniões com os vários grupos parlamentares, sensibilizando para a necessidade de apresentação de políticas consistentes, com conseqüente afetação de verbas, e participou nos atos públicos de contestação que decorreram junto à Assembleia da República.

**“Reconhecimento”** – Advocacia é a palavra-chave para o reconhecimento desta área.

A BAD acompanhou a mobilização internacional em torno da *advocacy* pelas bibliotecas e arquivos e colaborou na transmissão e na elaboração de mensagens de impacto, garantindo a sua disponibilização nos vários meios de comunicação ao seu dispor, como o Notícia BAD e o Facebook.

Fomentou a participação e mobilização dos profissionais e dos parceiros sociais, orientada pelos princípios de informação e transparência, em torno da defesa de um ideário comum de salvaguarda da prestação do serviço de informação.

Promoveu a vinda da dirigente associativa, Marci Merola, da ALA (American Library Association), que desenvolveu um intenso trabalho com os profissionais portugueses, de que se destaca o Seminário “Advocacia n@ sua biblioteca: Porque deve envolver-se e como começar” na Universidade Portucalense, a intervenção “As bibliotecas transformam”, na Sessão plenária – Regulação e afirmação social das instituições do 12º Congresso Nacional BAD e a reunião aberta com os corpos dirigentes da BAD para reflexão sobre diferentes aspetos relacionados com o trabalho na área da “Library Advocacy”.

A campanha “Somos Bibliotecas” é um exemplo maior deste trabalho de advocacia.

O Prémio Raúl Proença tem sido um contínuo promotor do reconhecimento à profissão, nas suas mais diferentes áreas, a que se junta também a imagem que nós e outros temos dos profissionais.

Este foi também o momento de comemoração dos 30 anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Reconhecimento de um longo trabalho de muitos profissionais, que se traduz, como salientado pelo Ministro da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes, “numa sociedade mais informada e mais qualificada”.

Como se afirmava no início deste texto, muito fica por fazer, alguns trabalhos foram iniciados e será necessário dar-lhes continuidade. Salientamos:

- Revisão dos Estatutos, garantindo uma maior abrangência de associados, integrando tipologias e perfis de competências inerentes ao novo contexto formativo e de emprego, atendendo, no entanto, à necessidades de coesão intraprofissional, interprofissional e intergeracional;
- Sustentabilidade financeira da BAD;
- Campanha de angariação de sócios organizando e desenvolvendo serviços úteis aos associados e estabelecendo parcerias vantajosas;



- Relações com associações internacionais congéneres.

Será ainda necessário continuar a trabalhar para melhorar as formas de comunicação, dentro e sobretudo para fora da comunidade de profissionais de informação e documentação, dando mais visibilidade a estes serviços e aos seus profissionais.

Desafio maior será o caminho em prol de um corpo legislativo que assegure em todas as dimensões os serviços de biblioteca e arquivo.

Cumpra finalmente uma palavra de louvor a todos aqueles que dedicaram o seu tempo, esforço e empenho à defesa do serviço público de informação e documentação e dos seus profissionais e uma palavra de agradecimento ao Secretariado da BAD, em especial ao José Correia, que, como constatámos ao longo deste mandato, é muito mais do que um mero trabalhador, veste a camisola e em muitas situações é o feroz defensor da Associação.

Por fim, os votos de boa sorte à nova equipa.

Para mim é um autêntico privilégio ter tido a possibilidade de ser Presidente desta Associação.

A vida é uma sucessão contínua de oportunidades.

## Editorial

José António Calixto

Vogal editorial da BAD

[jacalixto2000@gmail.com](mailto:jacalixto2000@gmail.com)

A publicação deste número dos «Cadernos BAD» (Nº 1, 2016) encerra um período de três anos em que desempenhei funções como vogal do Conselho Directivo Nacional da BAD, como responsável pelo sector editorial; nesta capacidade, um dos meus papéis foi o de editor desta revista. Sem embargo, um segundo número referente a 2016 será ainda publicado, mas tem um carácter especial pois publica as actas da CONFOA 2016, e não seria adequado fazer ali o que pretendo seja um sintético balanço destes três anos.

Várias transformações de vulto relacionadas com os «Cadernos BAD» ocorreram durante neste período. A mais visível foi o fim da sua publicação em papel, uma decisão que não foi fácil de tomar mas que se revelava necessária para garantir alguma regularidade na publicação face aos elevados encargos financeiros que a produção neste suporte implicava. Como todas as mudanças, também esta encontrou opositores por um lado e quem, por outro, lhe visse vantagens, para além das económicas, nomeadamente uma maior visibilidade e um acrescido impacto dos textos que passaram a ser produzidos e a estar de imediato disponíveis na Internet, através do sistema de publicações da BAD.

Mas as maiores mudanças introduzidas – não necessariamente as mais visíveis para os leitores – foram de carácter estrutural, nos conteúdos e organização da própria revista e na forma como ela é produzida.

Neste período, os «Cadernos BAD» abriram-se à comunidade profissional e académica emitindo regularmente convites à apresentação de textos para publicação. Estes convites tiveram sempre uma resposta muito positiva da parte de investigadores e de profissionais da informação e documentação, que submeteram os seus textos a uma avaliação cega por pares, que passou a ser a norma da revista.

Uma modificação de fundo foi a elaboração e adopção de [políticas editoriais](#) publicamente disponíveis, que informam sobre o âmbito e a estrutura da revista, o processo

de revisão por pares, e a adesão a uma política de acesso livre. De grande importância e relevo especialmente para os autores foi a publicação de instruções para autores pormenorizadas e claras, juntamente com indicações sobre a adopção da submissão em linha, declarações de direito de autor e uma declaração de política de privacidade.

Todas estas mudanças não teriam sido possível sem o trabalho de uma equipa editorial numerosa e diversificada, e, nomeadamente, a existência de um corpo alargado de revisores com interesses científicos e afiliações institucionais muito variadas. A [lista](#) dos membros desta equipa está disponível no sítio da revista e todos eles são merecedores tanto dos meus agradecimentos pessoais como da gratidão do Conselho Directivo Nacional da BAD.

Um sinal irrefutável do mérito do trabalho que os membros desta equipa desenvolveram ao longo deste período foi dado pela comunicação recentemente chegada à BAD, de que «a revista **Cadernos BAD (Lisboa. Em linha) ISSN 2182–293X Folio 12136**, cumpre as 36 regras editoriais exigidas no Catálogo do Sistema Regional de Informação em linha para Revistas Científicas da América Latina, Caraíbas, Espanha e Portugal, *Latindex*.» Este é um reconhecimento que a todos deve orgulhar, pois, além do mais é um indicador de que os passos dados foram na direcção certa. E aqui fica um convite para a verificação das [36 regras editoriais](#) validadas pelo Latindex.

Obviamente muito há ainda para fazer e para melhorar. Os responsáveis pelos «Cadernos BAD» para o triénio 2017/2020, ou seja o CDN que tomar posse no início do próximo mês de Fevereiro, encontrarão seguramente muito que fazer e escolherão seguir nos caminhos que trilhámos no triénio que agora finda ou buscarão outros.

Pessoalmente, estou grato pela oportunidade que tive de editar os «Cadernos BAD». Agradeço aos meus colegas do CDN, aos membros da Comissão Editorial, aos revisores, aos autores e a todos os que nos leram, apoiaram e criticaram ao longo deste tempo. Foi um período de grande aprendizagem, nem sempre fácil, por vezes doloroso, mas não tenho dúvidas de que valeu a pena.

## Culturas participativas e bibliotecas públicas: análise da realidade Portuguesa <sup>1</sup>

---

Cláudia Raquel Lima

Universidade Lusófona do Porto

[claudiaaquellima@gmail.com](mailto:claudiaaquellima@gmail.com)

Viviana Fernández Marcial

Universidade de A Coruña

[viviana.fernandez@udc.es](mailto:viviana.fernandez@udc.es)

Heitor Alvelos

Universidade do Porto

ID + (Instituto de Investigação em Design, Media e Cultura)

[halvelos@fe.up.pt](mailto:halvelos@fe.up.pt)

### Resumo

Neste artigo é feita uma análise da atuação das bibliotecas públicas portuguesas em tecnologias web 2.0 a partir dos resultados obtidos pela aplicação de três métodos de pesquisa empírica: o estudo de presenças e ações de comunicação nestas tecnologias realizado através de observação direta, recorrendo a pesquisas na internet e fontes bibliográficas; questionários realizados aos profissionais destas instituições para determinar, no caso de não utilizarem tecnologias web 2.0, quais as principais razões e, no caso de as utilizarem, vantagens e desvantagens sentidas; inquéritos realizados a utilizadores, perspetivando analisar em que medida estes consideram importante a utilização de tecnologias web 2.0 para melhorar a eficácia das ações de comunicação da biblioteca. Devido à falta de tempo e de recursos, não foi possível avançar com este inquérito a nível nacional, como aconteceu no estudo de presenças na web e no questionário aos profissionais das bibliotecas públicas portuguesas. Assim, optou-se pela realização do inquérito numa biblioteca específica, a Biblioteca Pública Municipal do Porto, salvaguardando-se que os

resultados poderão não ser representativos do panorama nacional, mas da comunidade do Porto.

**Palavras-chave:** Bibliotecas Públicas, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Cultura Participativa, Web 2.0

## **Participatory cultures and public libraries: analysis of the Portuguese reality**

### **Abstract**

In this paper an analysis of communication actions of Portuguese public libraries in web 2.0 technologies is presented through the results of three methods of empirical research: the study of presences and communication actions carried out using internet searches and bibliographical sources; questionnaires carried out to professionals from these institutions to determine, whereas they use these technologies, advantages and disadvantages felt and, in case they do not use them, to determine the main reasons; survey conducted to users aiming to analyse whether they consider important the use of web 2.0 technologies by Portuguese public libraries to improve the efficiency of their communication actions. Due to lack of time and resources, it was not possible to proceed with this survey at national level, as done in the study of web presences of Portuguese public libraries and in the questionnaire to their professionals. Thus, it was decided to carry out the survey to users of a specific public library, the Municipal Public Library of Oporto, while safeguarding that the results may not be representative of the national scene, but rather of the community of Oporto.

**Key-words:** Public Library, Municipal Public Library of Oporto, Participatory Culture, Web 2.0

## **Introdução**

A biblioteca pública é considerada uma força viva para a educação, cultura e informação (Unesco, 1994). Fornece serviços e recursos em livre acesso a todo e qualquer cidadão independentemente da sua condição, contribuindo para a aprendizagem ao longo da vida, promovendo a inclusão social e cidadania, e assumindo especial relevância no «desenvolvimento e manutenção de uma sociedade democrática» (Koontz & Gubbin, 2013, p. 13).

Pela sua natureza inclusiva e pelo seu carácter multifacetado, a biblioteca pública «é ao mesmo tempo causa e consequência da sociedade» (Usherwood, 1999, p. 19), constituindo um motor capaz de impulsionar uma mudança de paradigma social e sendo a sua evolução influenciada pelas mudanças de paradigma social.

Nas últimas décadas, o advento da internet e o desenvolvimento de tecnologias web 2.0 impulsionaram uma mudança de paradigma caracterizada, em parte, pela virtualização da sociedade, pela reformulação dos processos de comunicação (Lévy, 1997) e pela participação coletiva dos cidadãos na web, dando origem às culturas participativas (Jenkins, 2008, 2009). Esta mudança de paradigma social refletiu-se no setor bibliotecário. A ubiquidade e acessibilidade de plataformas web e a crescente informação que estas permitem agregar e hiperligar conduzem, frequentemente, a uma errada noção de que tudo está acessível a qualquer momento. Segundo Palfrey e Grasser (2008), as gerações mais novas tendem a iniciar as suas pesquisas em plataformas como a Google ou Wikipedia, ainda que possam depois recorrer a outros meios. Ou seja, estas plataformas têm assumido um papel preponderante enquanto “portais de informação” e, ainda que a credibilidade e qualidade da informação que contêm possa ser questionável, são de mais fácil e rápido acesso quando comparado com o acesso às bibliotecas, tornando-se mais apelativas, nomeadamente para as gerações mais novas (Chaves et al., 2007; Dunn & Menchaca, 2009).

Neste sentido, a IFLA (Koontz & Gubbin, 2013) salientou a importância de a biblioteca pública orientar o utilizador para fontes de informação de qualidade garantida e de acordo com as suas necessidades, sendo que o papel da biblioteca tenderá a ser o de mediador, nomeadamente entre o cidadão e a informação digital. Observou, também, que o planeamento do desenvolvimento da biblioteca deve ser feito partindo dos serviços e, portanto, a atuação desta não deve circunscrever-se ao seu espaço físico, salientando o potencial das tecnologias da informação e comunicação «para levar os serviços de informação e biblioteca diretamente a casa e ao local de trabalho dos utilizadores» (p. 20). A internet surge, assim, como um meio privilegiado para consolidar uma das premissas mais importantes da biblioteca pública: o acesso a recursos e serviços a todo e qualquer cidadão (Koontz & Gubbin, 2013; Unesco, 1994), podendo ser feito agora a partir de qualquer lugar.

Face ao exposto e considerando que o desenvolvimento de culturas participativas é também uma realidade em Portugal (Paisana & Lima, 2012), neste artigo é analisado o panorama das bibliotecas públicas portuguesas na web. Partindo dos resultados de estudos anteriores (Alvim, 2011; DGLAB, 2012; Nunes, 2003) pretende-se complementar e atualizar um conjunto de dados através de três métodos de pesquisa empírica: um estudo de presenças destas bibliotecas na web, realizado através da observação direta; questionários aos profissionais destas instituições para determinar a perceção que estes têm quanto à utilização de tecnologias web 2.0; inquéritos a utilizadores para determinar como a utilização destas tecnologias pode ir de encontro às suas necessidades. Visto que as características e necessidades dos cidadãos são diversificadas e podem variar de comunidade para comunidade, considera-se que este inquérito devia ser realizado no contexto de cada biblioteca. No entanto, por motivos de tempo e de recursos não foi possível avançar a nível nacional, pelo que se optou por uma biblioteca específica, a

Biblioteca Pública Municipal do Porto, salvaguardando que os resultados poderão não ser representativos do panorama nacional, mas da comunidade do Porto.

### **Bibliotecas Públicas Portuguesas na web**

Em Portugal, vários autores têm salientado a importância de as bibliotecas públicas reverem os seus serviços e processos de disponibilização de informação para um melhor enquadramento no atual paradigma social. Sugerem a extensão dos serviços às plataformas web (Nunes, 2003; Ventura, 2002) e o aproveitamento do potencial das tecnologias web 2.0 para uma maior interação com a comunidade de modo a identificar as suas necessidades e, assim, desenvolver serviços mais adequados (Alvim, 2011; Lima, Fernández–Marcial & Alvelos, 2013, 2015).

Existem poucos estudos realizados sobre a utilização de plataformas web pelas bibliotecas públicas portuguesas, sendo grande parte desenvolvida no enquadramento de investigações de mestrado ou doutoramento, como é o caso das investigações de Nunes (2003), Alvim (2011) ou Leitão (2014). Anualmente, a Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) faz um inquérito às bibliotecas que pertencem à Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), mas os dados relativos à utilização de plataformas web são limitados.

Embora grande parte das bibliotecas públicas portuguesas tenha sido construída no enquadramento do Programa da RNBP, portanto, financiadas e apoiadas pelo Estado através do Instituto Português do Livro e da Leitura (atualmente DGLAB) e criadas segundo um plano estratégico pensado a nível nacional para a RNBP, após a sua construção, estas bibliotecas tornaram-se pertença dos municípios, deixando a DGLAB de constituir um organismo regulador. Estas bibliotecas, ficaram, assim, sob a tutela das Câmaras (à semelhança das demais bibliotecas municipais), e passaram a obedecer às suas estratégias e políticas, e não necessariamente a uma política global definida para o sistema de bibliotecas públicas português, tornando-se vulneráveis e dependentes de fatores como «flutuações políticas, das mudanças de vereadores», entre outros (M. B. Nunes, Cit. por Lima, Fernández–Marcial & Alvelos, 2015).

Esta dependência orgânica tem transparecido nas páginas web de muitas bibliotecas. No início deste século, grande parte das bibliotecas tinha uma página inserida no sítio da Câmara ou noutra plataforma do município onde se localizam (Nunes, 2003; Alvim, 2011; Lima, Fernández–Marcial & Alvelos, 2013). A inclusão destas páginas no organograma do sítio variava consoante o município, surgindo sob menus como “Cultura”, “Cultura, Turismo e Desporto” ou “Serviços Municipais” (Lima, Fernández–Marcial & Alvelos, 2015), e parecendo refletir mais a estrutura orgânica da própria Câmara e não uma preocupação com a acessibilidade da página da biblioteca.

A atuação das bibliotecas públicas na web era feita, essencialmente, para divulgação de informação, como horários, contactos e funcionamento geral do seu espaço físico, refletindo uma duplicação de conteúdos dos tradicionais meios de divulgação impressos. Segundo Nunes (2003), «a utilização da web como meio eficaz de informação regular aos utilizadores, concretamente sobre as coleções e sua atualização» (p. 214), era reduzida, concluindo que o potencial da web para este efeito ainda não teria sido bem compreendido pelos profissionais destas instituições.

Segundo Alvim (2011), a utilização de tecnologias web 2.0 pelas bibliotecas públicas portuguesas verificou-se no final da primeira década deste século, embora por uma reduzida percentagem de bibliotecas. Os blogues eram a tecnologia mais utilizada. Parte das bibliotecas com blogue não tinham sítio próprio na web ou denunciavam «dificuldade na atualização de conteúdos» (p. 76), levando a autora a considerar que estes blogues poderiam constituir uma alternativa ao sítio web institucional. Alvim identificou, também, páginas no Facebook e Hi5, utilizadas essencialmente para marketing e estando o seu potencial participativo subaproveitado.

Os resultados do inquérito realizado pela DGLAB às bibliotecas da RNBP, em 2012, refletiram um aumento da utilização de plataformas web nestas bibliotecas: 56% tinham um sítio web, 15% tinham um blogue e 49% atuavam em redes sociais como o Facebook ou Twitter (DGLAB, 2012). Não obstante, estes resultados não permitem apurar que aproveitamento é feito do potencial destas plataformas, nomeadamente para estimular a interação dos cidadãos.

## **Estudo de presenças de bibliotecas públicas na web**

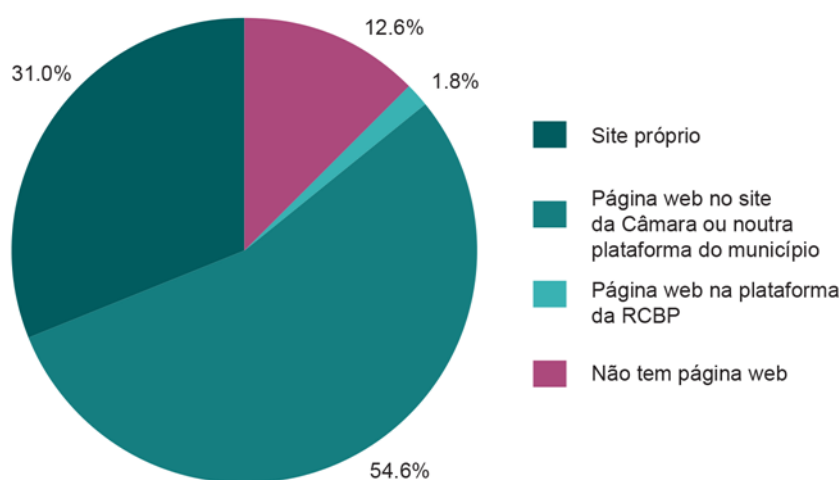
Partindo dos resultados supracitados, avançou-se com o estudo de presenças de bibliotecas públicas portuguesas (realizado entre Abril e Julho de 2012), tendo como universo 277 bibliotecas municipais de Portugal Continental identificadas no portal da DGLAB. Foi feito através de observação direta, recorrendo a portais de busca, às plataformas dos municípios onde se localizam estas bibliotecas, ao Diretório de Bibliotecas de Portugal<sup>ii</sup> e ao portal da DGLAB. Recorreu-se, também, às listagens apresentadas por Alvim (2011), as quais permitiram identificar páginas de bibliotecas em redes sociais que não surgiram nas pesquisas anteriores.

Foram identificadas presenças na web através de: sítio próprio da biblioteca; páginas da biblioteca inseridas no sítio da Câmara ou noutra plataforma do município onde se localiza; página inserida no portal da Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas (RCBP); presenças em tecnologias web 2.0, como Facebook, Twitter, YouTube ou blogues. Nos casos em que se verificou uma maior e mais assídua utilização destas tecnologias foram



observadas ações de comunicação aí realizadas para identificar o tipo de conteúdos publicados e estratégias para estimular a participação dos cidadãos.

Verificou-se que apenas 31% das bibliotecas tinham sítio próprio, existindo casos em que este não funcionava devidamente; 54,6% apresentavam uma página web inserida no sítio da Câmara ou noutra plataforma do município, existindo páginas só com uma breve apresentação da instituição, ou horário de funcionamento e contactos, e páginas com informação mais completa, incluindo objetivos, missão, serviços, instalações, atividades e hiperligação para o OPAC; 1,8% apresentavam uma página inserida no portal da RCBP; e não foram encontradas páginas na web para 12,6% das bibliotecas (Figura 1).



**Figura 1**

Tipo de página web das bibliotecas públicas portuguesas, em 2012.

Fonte: Lima, Alvelos & Fernández, 2015, p. 106

Das bibliotecas em estudo, 23,5% desenvolviam ações de comunicação em tecnologias web 2.0: 17,3% atuavam em blogues e 8,7% tinham página no Facebook. A periodicidade de atualização de conteúdos era muito irregular, evidenciando, em vários casos, a ausência de uma política editorial. A participação dos cidadãos não era particularmente estimulada, estando subaproveitado o potencial participativo destas tecnologias. Foi identificada a utilização de outras tecnologias, como o Twitter, YouTube, Vimeo, Flickr ou Delicious, mas por uma percentagem de bibliotecas muito reduzida (inferior a 4%).

Apesar da limitada utilização de tecnologias web 2.0, salientaram-se bibliotecas que conjugavam várias destas tecnologias, aproveitando o potencial e características particulares de cada, para aumentar os canais de comunicação com os cidadãos e estimular a sua participação nas ações da instituição. Foi o caso da Biblioteca Pública de Évora, com página no Facebook onde eram publicadas atividades, eventos e sugestões de leitura; página no

Twitter; dois blogues (*Gazeta da BPE* e *Intencidade – Visões, neurónios e afectos*); um canal no YouTube com uma visita guiada pela instituição, vídeos sobre a sua atuação na web social e sobre atividades desenvolvidas; e página no Flickr com imagens de eventos realizados e documentos do fundo patrimonial desta biblioteca.

Destacou-se a Rede de Bibliotecas Municipais de Oeiras com página no Facebook para divulgação de atividades; página no Twitter; canal no YouTube com vídeos de eventos; página no Flickr; página no Delicious; e um blogue (*Oeiras a Ler*) para divulgação das suas atividades, oferecendo espaço para a participação dos cidadãos, nomeadamente através de comentários e sugestões de leitura.

Evidenciou-se, ainda, a Biblioteca Municipal de Celorico de Basto com páginas no Facebook, no Twitter e no Delicious, e com um blogue (*A Arca dos Contos*) onde eram promovidas atividades e serviços, apresentadas sugestões de leitura e publicadas poesias. Incluía, também, outros conteúdos de interesse para a comunidade, como sinopses de filmes em exibição e hiperligações para blogues de outras bibliotecas, blogues do município e blogues criados pelos seus utilizadores. Diversificava, assim, os interesses desta plataforma e ampliava a sua abrangência para além dos serviços da instituição, posicionando-se neste espaço virtual, como um centro comunitário *online*. A participação do cidadão era estimulada através de comentários, inquéritos sobre os seus hábitos de leitura, um serviço *Pergunte! A Bibliotec@ responde...* e pedidos expressos aos cidadãos para que dessem opiniões sobre livros e sugestões de leitura, música e filmes. Este blogue foi, claramente, o melhor exemplo encontrado no que respeita ao aproveitamento do potencial desta plataforma.

Apesar destes casos destacados, concluiu-se, neste estudo, que a utilização de tecnologias web 2.0 era reduzida e a abordagem essencialmente unidirecional. Assim, o estímulo à participação dos cidadãos revelou-se limitado, descrevendo-se, sobretudo, na possibilidade de comentar publicações, sugerir leituras ou obras para aquisição e no serviço “pergunte-nos”, geralmente de resposta assíncrona e podendo esta tardar dois a cinco dias úteis.

## **A perspetiva dos profissionais das bibliotecas**

Uma vez observada a atuação das bibliotecas públicas portuguesas na web, procurou-se obter, junto dos seus profissionais, informações relacionadas com a utilização (ou não) de tecnologias web 2.0. Para o efeito, foi realizado, também em 2012, um questionário aos responsáveis de 19 bibliotecas públicas: 18 pertencentes a capitais de distrito, consideradas, nesta fase, representativas de Portugal Continental, e 1 pertencente ao município de Oeiras por ser uma biblioteca que, desde 2007, investe na utilização destas tecnologias para melhorar a eficiência dos seus serviços (Amândio, 2008), prevendo-se,

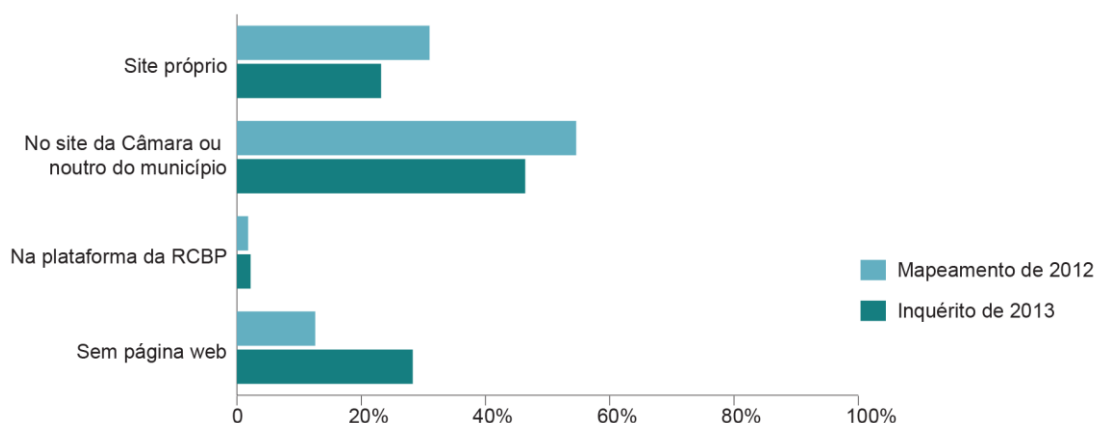
assim, que pudesse fornecer informações relevantes, nomeadamente no que respeita a vantagens e desvantagens sentidas na utilização destas tecnologias.

Foram obtidas respostas de 17 bibliotecas, as quais evidenciaram um conjunto de constrangimentos que justificavam a reduzida utilização de tecnologias web 2.0, nomeadamente, escassez de recursos humanos, falta de autorização por parte da tutela, ausência de capacidades no domínio das tecnologias web 2.0 e falta de orçamento para formar funcionários neste âmbito ou para manter um funcionário dedicado a estas tecnologias.

Quanto às bibliotecas que utilizavam tecnologias web 2.0, foram mencionadas como principais vantagens a sua gratuitidade e facilidade de uso, a possibilidade de alcançar um público mais vasto e o seu potencial para disseminar e reutilizar conteúdos, não sendo identificadas desvantagens. Salientou-se a resposta de um inquirido que informou que a atuação nestas plataformas era, à data, menos frequente por terem perdido um colaborador “entusiasta e muito competente” neste domínio. Esta afirmação denunciava a falta de recursos humanos, mas também deixava implícito que a atuação nestas tecnologias estava igualmente relacionada com o perfil “entusiasta” e “competente” de um colaborador.

Em Julho de 2013, foi elaborado um inquérito *online* e enviado por email para as 300 bibliotecas públicas portuguesas identificadas no portal da DGLAB, perspetivando um novo mapeamento destas instituições na web, bem como, obter um conjunto de informações neste âmbito num universo mais alargado de bibliotecas. Em 14 casos os emails foram devolvidos e não se conseguiu outro contacto, pelo que reduziu-se o universo para 286 bibliotecas. Foram preenchidos 139 inquéritos (quase 50% dos inquéritos enviados com sucesso), contudo, um deles foi invalidado devido à incoerência de um conjunto de respostas que levaram a questionar a sua fiabilidade. Foram analisados 138 inquéritos através do software *Statistical Package for Social Sciences*® (SPSS).

Grande parte das bibliotecas continuava a ter uma página web inserida no sítio da Câmara ou noutra plataforma do município – 46,4%; 23,2% tinham sítio próprio; 2,2% tinham uma página inserida na plataforma da RCBP; e 28,3% não tinham página na web. Comparando estas percentagens com os resultados de 2012, verificou-se uma diminuição da percentagem de bibliotecas com sítio próprio ou página inserida numa plataforma do município, e um aumento da percentagem sem página web (Figura 2). Sendo o inquérito anónimo, aventaram-se duas hipóteses justificativas: 1) Na impossibilidade de proceder à atualização de conteúdos, várias bibliotecas optaram por não considerar como página institucional uma eventual página que possuem na web; 2) Existem bibliotecas que não consideram que a página com informação sua, inserida numa plataforma web do município, constitui a sua página institucional.

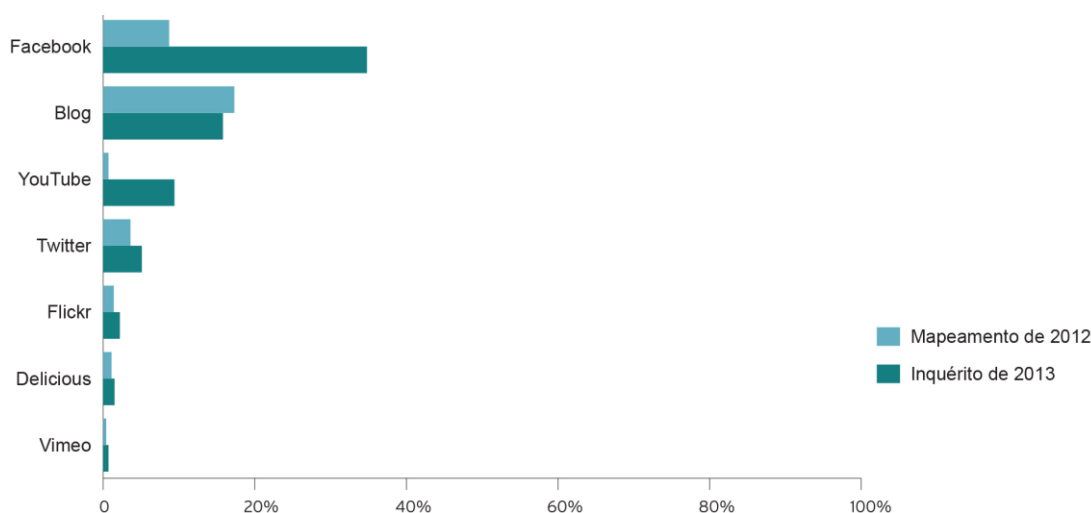


**Figura 2**  
 Tipo de página web das bibliotecas públicas portuguesas registado em 2012 e 2013.  
 Fonte: Lima, Alvelos & Fernández, 2015, p. 116.

A percentagem de bibliotecas a utilizar tecnologias web 2.0 (47,8%) praticamente duplicou. O Facebook tornou-se a plataforma mais utilizada, por 34,8%, seguida dos blogues, por 15,8%. A utilização de outras tecnologias revelou-se diminuta: o YouTube era utilizado por 9,4%, o Twitter por 5,1%, o Flickr por 2,2%, o Delicious por 1,5% e o Vimeo por 0,7% (Figura 3).

Grande parte dos inquiridos que utilizavam tecnologias web 2.0 apontou como principais vantagens o acesso a um maior número de pessoas (87,9%) e a viabilidade de uma maior interação com o público (74,2%). Foi, ainda, referida a gratuidade destas tecnologias (53%) e facilidade de utilização (42,4%). Quanto a desvantagens, 60,7% indicaram não encontrar; 31,8% mencionaram o demasiado tempo que estas tecnologias requerem para atualização de conteúdos; 15,2% o facto de tornarem a instituição vulnerável a comentários menos agradáveis; 6,1% o tempo necessário na sua aprendizagem.

Dos inquiridos que indicaram não utilizar tecnologias web 2.0 (52,2%), 26,4% apontaram como principais razões a falta de autorização por parte da tutela, 25% a escassez de recursos humanos, 20,8% a ausência de capacidades técnicas neste domínio e 5,6% indicaram falta de tempo. Foram, ainda, invocadas outras razões, como o facto de a biblioteca utilizar as redes sociais da Câmara Municipal onde se insere. Não obstante a ausência nestas tecnologias, 98,6% destes inquiridos considerou vantajosa a sua utilização nas ações de comunicação da biblioteca.



**Figura 3**

Redes e media sociais mais utilizados pelas bibliotecas públicas portuguesas em 2012 e 2013.

Fonte: Lima, Alvelos & Fernández, 2015, p. 120.

Os resultados demonstraram que parte dos profissionais destas bibliotecas consideram importante estabelecer uma interação mais efetiva com os cidadãos, sendo as tecnologias web 2.0 meios privilegiadas para se efetivar esta interação de forma continuada. A utilização de redes e media sociais aumentou, mas ainda prevalecem práticas de comunicação unidirecionais. Nenhuma das bibliotecas que utiliza estas tecnologias indicou serem os utilizadores os responsáveis pela atualização de conteúdos, sugerindo que as formas de participação destes são limitadas e, possivelmente, controladas pelos bibliotecários.

Um aspeto relevante foi a elevada percentagem de inquiridos que indicou como principal razão para a não atuação em tecnologias web 2.0 a escassez de recursos humanos. Os resultados não sugeriram uma relação efetiva entre o número de funcionários e o facto de atuarem ou não nestas tecnologias. Existe, contudo, uma aparente relação entre a presença nestas tecnologias e o facto de a biblioteca ter um funcionário dedicado às plataformas digitais, mas este fator nem sempre se manifestou numa maior frequência de atualização de conteúdos. Assim, a presença e frequência de atuação nestas tecnologias poderá não estar tão relacionada com os recursos humanos propriamente ditos, podendo relacionar-se mais com políticas comunicacionais, da tutela ou da própria biblioteca, ou com o perfil dos profissionais da instituição, eventualmente mais adeptos e familiarizados com estas tecnologias.

### A perspetiva dos utilizadores

Atendendo à natureza participativa das tecnologias web 2.0, pressupõe-se que a sua utilização pelas bibliotecas perspetive uma comunicação e interação mais efetiva entre os seus profissionais e utilizadores (Alvim, 2011; Lima & Alvelos, 2014), tornando necessário o

conhecimento destes utilizadores e das suas expectativas quanto à utilização destas tecnologias pelas bibliotecas. Para o efeito, foi realizado um inquérito presencial aos utilizadores da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), em Março de 2014.

A opção pela BPMP deve-se, em parte, ao seu posicionamento atípico: sendo uma das bibliotecas públicas mais antigas do país, reúne um vasto património de valor histórico e cultural incalculável, atraindo públicos de todo o mundo; esta biblioteca assume também um papel de relevo na leitura pública no município do Porto, oferecendo vários serviços, entre os quais, atividades culturais regulares de promoção da leitura. Assim, a utilização de tecnologias web, sobretudo web 2.0, poderá revelar-se determinante nas suas ações de comunicação, designadamente para ampliar o alcance dos seus serviços e para aumentar os canais de interlocução e interação entre profissionais desta biblioteca e cidadãos, perspetivando um conhecimento mais profundo das necessidades destes últimos e a criação de serviços mais adequados.

Este inquérito foi realizado à porta da BPMP a 118 utilizadores. Dois inquéritos foram invalidados por ter sido questionada a fiabilidade das suas respostas, tendo sido analisados 116 inquéritos através do software *Statistical Package for Social Sciences*® (SPSS).

Verificou-se que grande parte dos inquiridos (88,8%) eram utilizadores de tecnologias web 2.0, situando-se as percentagens mais elevadas nas faixas etárias mais jovens (Figura 4). Muitos destes utilizadores (63,1%) eram contribuidores *ativos* nestas tecnologias, ou seja, produziam e partilhavam conteúdos próprios (Jenkins, 2009). Muitos (60,3%) utilizavam-nas também para “Seguir e estar[em] atualizado[s] sobre pessoas e instituições do seu interesse”, sugerindo que estes poderiam tornar-se igualmente seguidores de uma eventual página da biblioteca.

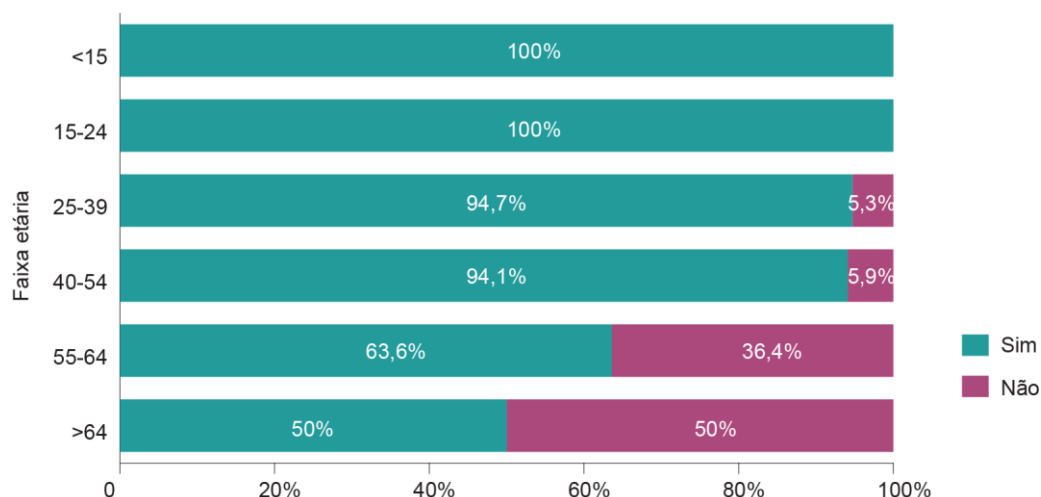
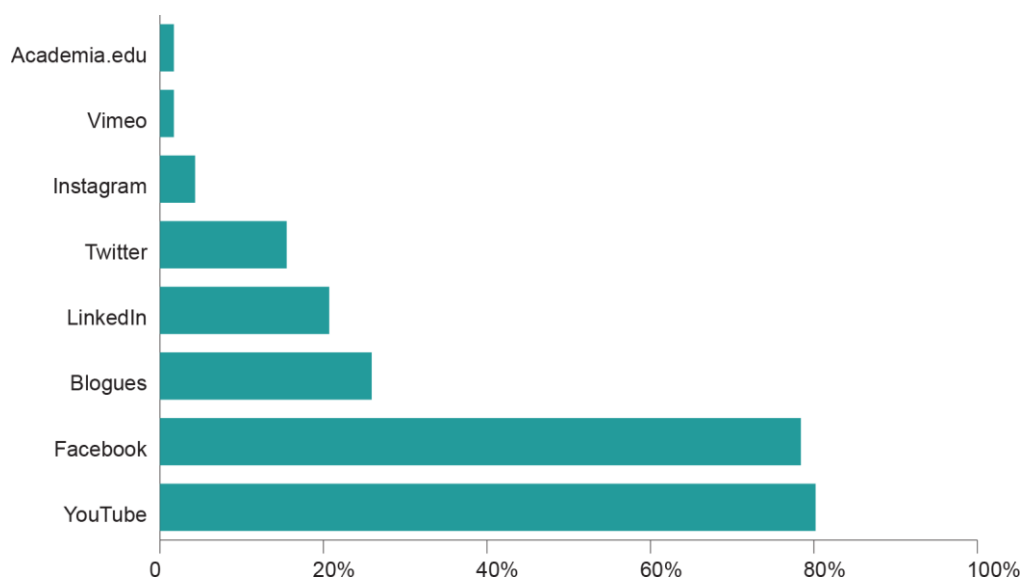


Figura 4

Utilizadores da BPMP que utilizavam tecnologias web 2.0 em 2014, de acordo com a sua faixa etária.

Fonte: Lima, Alvelos & Fernández, 2015, p. 149.

O YouTube e o Facebook eram as tecnologias mais utilizadas, por 80,2% e 78,4% respetivamente, sendo a utilização feita essencialmente diária ou semanalmente. Outras tecnologias eram utilizadas, mas por percentagens de utilizadores muito inferiores, entre as quais, blogues (25,9%), LinkedIn (20,7%), Twitter (15,5%), Instagram (4,3%), Vimeo e Academia.edu (1,7%) (Figura 5).

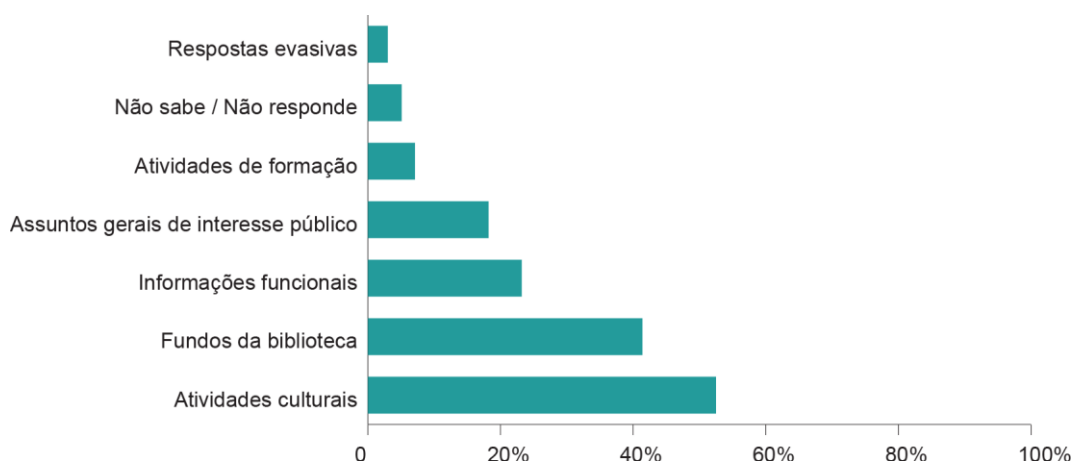


**Figura 5**

Tecnologias web 2.0 mais utilizadas pelos utilizadores da BPMP inquiridos em 2014.

Fonte: Lima, Alvelos & Fernández, 2015, p. 149.

Grande parte dos inquiridos – 85,3% – consideravam que a BPMP devia desenvolver ações de comunicação em tecnologias web 2.0. Destes inquiridos, 93,9% afirmaram que a abordagem da biblioteca devia visar a participação e interação com os utilizadores, e apenas 6,1% defenderam uma abordagem mais unidirecional. Quase todos (91,9%) sugeriram conteúdos concretos a serem publicados nestas tecnologias: 52,5% sugeriram conteúdos relacionados com “atividades culturais” desenvolvidas na instituição; 41,4% conteúdos relacionados com os “fundos da biblioteca”; 23,2% sugeriram “informações funcionais”, como horário de funcionamento; 18,2% sugeriram “assuntos gerais de interesse público” relacionados, por exemplo, com a cidade; e 7,1% sugeriram conteúdos relacionados com “atividades de formação”. Não deram sugestões de publicação 5,1% dos inquiridos e 3% deram respostas evasivas como “divulgação” e “conforme o público” (Figura 6).



**Figura 6:**

Tipo de conteúdos sugeridos pelos utilizadores da BPMP que consideraram que a biblioteca devia utilizar tecnologias web 2.0, em 2014. Fonte: Lima, Alvelos & Fernández, 2015, p. 164.

Foram, ainda, deixadas sugestões no âmbito deste inquérito por 19,8% dos utilizadores, salientando-se a de um utente que considerava “produtiva a utilização destas plataformas” para a biblioteca “dar mais informações adequadas”, alertando que esta deve “ser um espaço com outras manifestações culturais, mas nem sempre a informação chega aos utilizadores”. Outro inquirido referiu a importância da utilização destas tecnologias para atualizar os conteúdos da biblioteca e para “humanizar” a sua imagem. Dois utilizadores sugeriram uma maior abertura e mais “comunicação com o exterior”. E outro utente sugeriu a “criação de uma plataforma interativa para [os] utilizadores deixarem testemunhos e sugestões”.

Assim, demonstrou-se que os utilizadores consideram importante a utilização de tecnologias web 2.0 pela biblioteca, não só para efeitos de disponibilização de informação atualizada regularmente, mas também para criar canais que permitam uma maior interação entre profissionais da biblioteca e utilizadores.

## Conclusões

Neste estudo ficou evidenciada a reduzida utilização de plataformas web pelas bibliotecas públicas portuguesas. Poucas têm sítio próprio que lhes permita agregar e manter atualizada a sua informação. Grande parte tem uma página inserida numa plataforma do município, podendo surgir sob diferentes menus, o que dificulta o acesso à informação. É expressiva a percentagem de bibliotecas que não tem página web.

Embora a percentagem de bibliotecas que atuam em tecnologias web 2.0 tenha aumentado significativamente, ainda é reduzida (inferior a 50%) e prevalece a comunicação unidirecional, não sendo particularmente estimuladas a participação e interação dos cidadãos.



Quanto às bibliotecas que não desenvolvem ações de comunicação através destas tecnologias, foi apontada como uma das principais razões a ausência de recursos humanos. Com efeito, os resultados não evidenciaram uma relação explícita entre este fator e a atuação nestas tecnologias, aventando-se aqui outras hipóteses, como a falta de políticas que definam estratégias para as práticas de comunicação destas instituições e a ausência de linhas orientadoras na gestão de plataformas web.

No inquérito realizado aos utilizadores da BPMP, verificou-se que grande parte destes eram utilizadores assíduos de tecnologias web 2.0. A percentagem de utilizadores que considerou que a biblioteca devia atuar nestas tecnologias foi muito elevada, tendo parte sublinhado o potencial destas tecnologias para efetivar uma maior interlocução e interação entre profissionais da biblioteca e utilizadores. Este fator, acrescido das inúmeras sugestões feitas sobre possíveis publicações nestas plataformas, sugere que as práticas de comunicação da biblioteca no contexto da web poderão, efetivamente, ser repensadas visando um melhor posicionamento face às necessidades e expectativas dos seus utilizadores.

## Referências bibliográficas

- ALVIM, Luisa (2011). *As redes de comunicação nas bibliotecas*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique. 170 p. Tese de Mestrado.
- AMÂNDIO, M. J. (2008, Março). *Oeiras Bibliotecas 2.0: velhos trilhos, novos rumos* [Em linha]. Comunicação apresentada nas IX Jornadas Bibliotecas da Saúde em Portugal: velhos trilhos, novos rumos, Lisboa. [Consult. 10 Fev. 2012]. Disponível na Internet: <URL: <http://apdis.pt/download/Maria%20Jos%C3%A9%20Amandio.pdf>>.
- CHAVES, Mónica; DUTSCHKE, Georg; LIZ, Carlos; GERVÁSIO, Elsa (2007). *Kids' power - a geração net em Portugal*. Corroios: Plátano Editora.
- DGLAB (2012). *Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: Relatório estatístico 2012*. [Em linha]. [Consult. 11 Fev. 2014]. Disponível na Internet: <URL: [http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Estatistica/Documents/RELATORIO\\_Estatistico\\_2012\\_DGLAB.pdf](http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Estatistica/Documents/RELATORIO_Estatistico_2012_DGLAB.pdf)>.
- DUNN, Ronald; MENCHACA, Frank (2009). The Present Is Another Country: Academic Libraries, Learning Technologies, and Relevance. *Journal of Library Administration* [Em linha]. Vol. 49, nº 5, 469-479. [Consult. 18 Jan. 2012]. doi:10.1080/01930820903089120
- JENKINS, Henry (2008). *Cultura da convergência*. São Paulo: ed. Aleph.

JENKINS, Henry (2009). *Confronting the challenges of participatory culture*. Lanham: Scarecrow Press.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara (2013). *Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública*. Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

LEITÃO, Paulo (2014). *A biblioteca 2.0 e as bibliotecas públicas: o caso português*. Évora: Universidade de Évora. Tese de doutoramento.

LÉVY, Pierre (1997). *Cibercultura*. Lisboa: Instituto Piaget.

LIMA, Cláudia; ALVELOS, Heitor (2014). A descentralização da comunicação enquanto forma de promoção e expansão do conhecimento e desenvolvimento intelectual. In Silva, S. G., & Pereira, S., *Livro de Atas do 2º Congresso Literacia, Media e Cidadania* (pp.796–811), Lisboa.

LIMA, Cláudia; ALVELOS, Heitor; FERNÁNDEZ, Viviana (2015). *Biblioteca em rede: comunicação integrada no contexto das culturas participativas*. Novas Edições Acadêmicas.

LIMA, Cláudia; FERNÁNDEZ-MARCIAL, Viviana; & ALVELOS, Heitor (2015). Bibliotecas públicas portuguesas 2.0: resultados de um estudo. *Páginas a&b* [Em linha]. n° 4, 77–101. [Consult. 07 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL:

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/999>>.

LIMA, Cláudia; FERNÁNDEZ-MARCIAL, Viviana; & ALVELOS, Heitor (2013). A utilização de plataformas web nas práticas comunicativas das bibliotecas públicas portuguesas. *Revista Prisma.com* [Em linha]. n° 21, 1–20. [Consult. 01 Mar. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/viewFile/2651/pdf>>.

NUNES, Manuela Barreto (2003). *El medio es el servicio: sitios web de bibliotecas públicas en Portugal y España*. Granada: Facultad de Biblioteconomía e Documentación, Universidad de Granada). 335 p. Tese de Doutoramento.

PAISANA, Miguel; LIMA, Tiago (2012). *Estudo OberCom: Sociedade em Rede. A Internet em Portugal 2012* [Em linha]. Lisboa: OberCom – Observatório da Comunicação. [Consult. 06 Jun. 2014]. Disponível na Internet: <URL:

<http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=sociedadeRede2012.pdf>>.

PALFREY, John; GASSER, Urs (2008). *Born digital: understanding the first generation of digital natives*. New York: Basic Books.

UNESCO (1994). *UNESCO Public Library Manifesto* [Em linha]. [Consult. 22 Nov. 2012].

Disponível na Internet:

<URL:<http://www.unesco.org/webworld/libraries/manifestos/libraman.html>

USHERWOOD, Bob (1999). *A biblioteca pública como conhecimento público*. Lisboa: Ed. Caminho.

VENTURA, João J. B. (2002). *Bibliotecas e esfera pública*. Oeiras: Celta Editora.

---

<sup>i</sup>Estudo desenvolvido no enquadramento da tese de doutoramento “Biblioteca em rede: comunicação integrada no contexto das culturas participativas” desenvolvida no âmbito do Programa Doutoral em Media Digitais da Universidade do Porto e da Universidade Nova de Lisboa e em colaboração com a Universidade do Texas em Austin, e com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

<sup>ii</sup> <http://rcbp.dglb.pt/pt/Bibliotecas/Bibliotecas/Paginas/default.aspx>, consultado a 23 de Abril de 2012

## Bibliotecas do Ensino Superior Português: a importância de um projeto comunicacional para o *social media marketing*

---

Maria Salgado

CIDEHUS/UÉ – FCT

[salgadoarmanda@gmail.com](mailto:salgadoarmanda@gmail.com)

Ana Reyes Pacios

Universidad Carlos III de Madrid

[areyes@bib.uc3m.es](mailto:areyes@bib.uc3m.es)

### Resumo

Este estudo pretende analisar quais os *social media* mais utilizados pelas bibliotecas do Ensino Superior Português e, em particular, verificar se existe um projeto para a *web social* nestas organizações e se está concertado com a estratégia de comunicação implementada. O universo alvo deste estudo incidiu sobre as bibliotecas de Ensino Superior que integram a Rede do Instituto Nacional de Estatística (INE). A metodologia utilizada para a obtenção dos resultados consistiu, por um lado, na observação das páginas dos diferentes *social media*, nas quais as bibliotecas do Ensino Superior se encontram representadas e, por outro lado, na aplicação de um questionário aos profissionais de informação que se encontram a implementar um projeto direcionado para a *web social*. Os resultados obtidos permitiram concluir que algumas bibliotecas de Ensino Superior apresentam um projeto deste âmbito, colocando em prática procedimentos exemplares.

**Palavras-chave:** *Social media marketing*, Projeto comunicacional, Profissionais da Informação, Bibliotecas do Ensino Superior Português, Portugal

---

## Portuguese Higher Education Libraries: the importance of a communicational project for social media marketing

### Abstract

This study aims to analyze which social media are most used by the Higher Education Libraries and in particular if there is a project for the social web in these organizations lined up with the implemented communication strategy. The target universe of this study was the Higher Education libraries of the Network of the National Institute of Statistics (INE). The methodology used to obtain the results consisted, on one hand, in the observation of the pages of the different social media, in which the Higher Education libraries are involved and, on the other hand, in the application of a questionnaire to information professionals who are implementing a project for the social web. The results showed that some Higher Education libraries have a project of this scope as they put in practice good examples.

**Key-words:** Social media marketing, Communicational project, Information Professionals, Higher Education Libraries, Portugal

### Introdução

A utilização dos *social media* pelas bibliotecas do Ensino Superior (BES) português tem vindo progressivamente a ganhar visibilidade, assistindo-se a uma proliferação de criação de perfis em diferentes plataformas por parte destas organizações, apesar de o *facebook* continuar a liderar o *ranking* em termos da sua usabilidade. Contudo, nem sempre assim foi, tendo-se verificado uma alteração em termos de estratégia comunicacional e que se traduziu, essencialmente, ao nível da criação de perfis em diferentes *social media*, quer em função de públicos-alvo, quer em função do tipo de conteúdos disponibilizados, ajustados às características de cada plataforma e aos objetivos delineados em termos comunicacionais. Se em 2010, data do nascimento da criação de perfis no *facebook* das bibliotecas de Ensino Superior português (Alvim, 2011), se questionavam as vantagens e desvantagens relativamente à adoção dos *social media*, em concreto do *facebook*, pois tem sido manifestamente o *social media* com maior número de utilizadores relativamente a outros, hoje as questões são de outra ordem.

Com efeito, alguns estudos dão conta da forma como os *social media* têm vindo a crescer em termos de usabilidade e visibilidade sobretudo em função dos próprios interesses dos investigadores, enquanto espaço de disponibilização de documentação científica e interação entre pares (Ribeiro; Furtado; Oliveira, 2015).

O termo *social media marketing* é sinónimo de marketing digital (González-Fernández-Villavicencio, 2013). Refere-se à integração dos *social media* na estratégia de marketing organizacional, sendo sustentado por um projeto digital integrado no quadro

institucional, a universidade, quer enquanto técnica, isto é, como instrumento para organizar e gerir, quer enquanto filosofia, referindo-se, neste caso, à atitude perante o público e o trabalho.

Com efeito, com o advento tecnológico, e em concreto com os *social media*, o marketing nas bibliotecas, embora partindo dos pressupostos tradicionais, vê acrescida uma nova potencialidade, a perpetuação do diálogo com utilizadores reais e potenciais:

«is an ongoing conversation with your target audience wich combines promotion, publicity, PR and advertising in an organized, strategic way [...] to the right people, at the right time - taking the useful and necessary services we [librarians] provide, and making those who need them aware of them». (Potter, 2012).

O marketing pode auxiliar, assim, a informar, a educar e a persuadir, não só os utilizadores em geral como também a tutela sobre os benefícios e o valor criado pelas bibliotecas (Kendrick, 2006).

Enquanto ferramenta de gestão, o *social media marketing*, deverá apresentar um plano de marketing digital, cujos objetivos possam ser monitorizados, o envolvimento com o público aferido, assim como ser mensurado o retorno do investimento face a todos os *stakeholders*. O plano de marketing digital:

«Debe contribuir a los objetivos del plan estratégico general con participación y responsabilidad de todos los empleados, sea cual sea su área de trabajo en la organización, porque a todos deben afectar en mayor o menor medida las actuaciones definidas en el mismo» (González-Fernández-Villavicencio, 2015).

Na verdade, ao grau de sucesso deste procedimento está subjacente um processo trifásico contínuo e cíclico e que consiste na capacidade de escuta, de participação e avaliação das conversações nas plataformas por parte dos gestores dos *social media* em contexto académico: “using social media libraries can engage with their clientes and enable them to participate in the production of library products” (Khan & Bhatti, 2012, p. 4).

## Objetivos e método

Neste sentido, é objetivo geral deste estudo verificar se as bibliotecas de Ensino Superior português se encontram a adoptar um projeto comunicacional para a *web* social concertado com a estratégia de comunicação da própria biblioteca.

A partir do objetivo geral foram colocadas as seguintes questões:

- Quais os *social media* preferenciais das BES e que dão corpo ao projeto na *web* social?
- Qual é o objetivo da existência de um projeto na *web* social?
- Quem é o responsável pelo projeto na *web* social?
- Com que regularidade são publicados os conteúdos?

- 
- Existe um plano de marketing concebido para os *social media*?
  - Existe monitorização do projeto?
  - Para que servem os dados obtidos através do processo de monitorização?

A metodologia utilizada neste estudo, assumiu contornos qualitativos e quantitativos, e consistiu, por um lado na observação das páginas *web* das bibliotecas de Ensino Superior português, tendo permitido confirmar os *social media* nos quais as bibliotecas se encontravam presentes, e por outro lado, por um questionário, realizado, em fevereiro de 2016, aos profissionais da informação com um projeto comunicacional em curso nas bibliotecas que integram a Rede de Informação do Instituto Nacional de Estatística em Bibliotecas do Ensino Superior. Com os resultados deste estudo espera-se enriquecer a análise realizada, em 2013, no âmbito de uma investigação sobre marketing nas BES com o objetivo de observar tendências ao nível de comportamento informacional de utilizadores nos *social media*. Por esse motivo, foi fundamental observar de novo o universo em causa, no sentido de complementar e observar a evolução dos resultados nos últimos três anos (2013–2016).

O universo estudado foi, assim, de âmbito nacional, contemplando um total de trinta bibliotecas (universidades e institutos politécnicos). Contudo, a amostra para a aplicação do questionário resultou da observação realizada e incidiu, apenas, sobre seis bibliotecas de ensino superior, ou seja, bibliotecas que indicavam ter implementado um projeto direcionado para a *web social*.

Os dados foram obtidos através da aplicação de um questionário no GoogleDocs, que esteve disponível durante quinze dias, no mês de fevereiro de 2016. Este método, nos últimos anos, tem sido mais utilizado devido à sua rapidez de realização, custos mais baixos e chegar a um universo disperso geograficamente (Silvério, 2003).

### **Bibliotecas de Ensino Superior e *social media marketing***

Segundo *As Recomendações para as Bibliotecas de Ensino Superior* (Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 2016), são inúmeros os desafios que se colocam a estas organizações, que se prendem sobretudo com a gestão da informação e comunicação científica, perante a diversidade de suportes e canais de comunicação dos resultados científicos, nos quais se englobam os *social media*. Com efeito, os investigadores tendem a encontrar nos *social media* um canal de comunicação dos seus trabalhos, como garante da sua visibilidade. Este novo estilo de comunicação, institucionaliza o perfil profissional *online*, marca a presença *online* do docente/investigador na rede, aumentando as oportunidades e diversificando as suas formas de atualização profissional. Esse processo fortalece a rede de conexões e representatividade das comunidades científicas no Sistema de Comunicação Científico Global (Ribeiro, Furtado, Oliveira, 2015).

Tal significa que os *social media* podem ser utilizados como um novo meio de comunicação e canal de marketing, com a capacidade de modificar a maneira como as organizações desenvolvem o seu relacionamento com os utilizadores (Furquim *et al.*, 2015) e fomentam a criação de novas redes entre estes, quer sejam investigadores, quer se sejam docentes ou alunos, em função de temas de interesse comum.

Em Portugal, o interesse pelos *social media* tem sido liderado pelo *facebook*, com uma utilização que se situa entre os 4,7 milhões, segundo estudo da *Marktest Consulting* de 2015.

Apesar de não serem quantificados os números de utilizadores do *YouTube* e das plataformas para *blogs* em Portugal, o mesmo estudo coloca o *YouTube* como segunda rede social mais usada pelos portugueses e o sítio *Blogs Portugal* contabiliza 3.539 *blogs* no país.

Na área da Ciência da Informação, em Portugal, estudos demonstram que o *facebook* ultrapassa o número de *blogs* existentes tanto nas bibliotecas públicas, como nas bibliotecas do Ensino Superior (Alvim, 2010; Salgado, 2014).

Contudo, no panorama nacional, a generalização do seu uso nas bibliotecas de Ensino Superior tem sido gradual. A reduzida expressão de contas em 2013, prendia-se com o facto de persistir algum ceticismo por parte dos profissionais ID, quanto à participação das bibliotecas académicas na *web* social (Salgado, 2014).

Os argumentos comumente apontados pelos profissionais da informação e que apontavam para a fragilidade das plataformas sociais prendiam-se, tanto com o facto de não servirem os propósitos da biblioteca (Neo; Calvert, 2012), como em apresentarem fragilidades, quer ao nível da irregularidade na publicação nas redes sociais, quer ao nível da ausência de experiências satisfatórias de aprendizagem para os respetivos membros (Gerolimos, 2013), assim como ausência de tempo para dedicação à *web* social; ausência de competências em termos de usabilidade da *web* social e dificuldade em demonstrar o ROI – *Return On Investment* para *stakeholders* (González Fernández-Villavicencio, 2014).

Quanto ao conceito *social media marketing*, ainda que tenha assumido diferentes terminologias ao longo dos tempos (“*cibermarketing*”, “comunicação e *marketing online*”, “*webmarketing*”, “*marketing* na internet”, “*marketing* interativo” termos esses que apresentam como denominador comum a função de gerar negócios em ambiente digital (Rubleski, 2009), encontrando-se ancorada a relação com o cliente no diálogo), na prática corresponde a toda a divulgação e promoção realizada através dos *social media* e passível de monitorização e avaliação. O que no caso das bibliotecas de Ensino Superior corresponderá à divulgação dos serviços, atividades, recursos, notícias e respetiva marca, através da *web* social. Estratégia comunicacional que deverá ter implícita um conjunto de procedimentos, nomeadamente: plano de marketing para a *web* social, com a delineação de



---

objetivos exequíveis, calendarização e ferramentas de monitorização que possibilitem a avaliação do ROI (Return on investment), retorno do investimento efetuado e que dará corpo ao projeto comunicacional nos *social media* implementado pelas bibliotecas de Ensino Superior (González-Fernández-Villavicencio, 2015).

O crescente número de ferramentas de monitorização oferecidas no mercado e a progressiva melhoria e atualização do painel de administração destas plataformas, nomeadamente do *facebook*, poderá ter contribuído pelo interesse da usabilidade dos *social media* em termos de monitorização. Tal tem possibilitado uma otimização, quer de recursos humanos, quer de disponibilidade horária de dedicação dos profissionais para participação na *web social*, pois, entre várias ações, permite a disponibilização de conteúdos em simultâneo para vários *social media*, assim, como o agendamento antecipado de publicações. Da mesma forma, a oferta comercial em termos de dispositivos móveis, tem contribuído para o aumento de criação de perfis nos *social media*.

### **Projeto na web social: uma estratégia integrada para a comunicação**

A adoção de um projeto de web social é uma forma organizada de as instituições marcarem a presença na *web* e garantirem a sua visibilidade e sustentabilidade (González-Fernández-Villavicencio, 2015). A multiplicação de canais de comunicação e a consequente duplicação de informação apresenta-se, desta forma, como uma oportunidade para chegar a diferentes públicos.

A existência de um projeto na *web social* pressupõe a existência de procedimentos que darão consistência ao projeto e que assegurarão o processo de comunicação:

#### **A – Plano de ação**

A existência de um plano de ação, para participação nos *social media*, segundo González-Fernández-Villavicencio (2015), deverá passar pelas seguintes etapas:

- a) definição de objetivos, preferencialmente exequíveis e SMART;
- b) definição de estratégias para atingir os objetivos e consequente calendarização;
- c) regras de conversação, o que implica realizar um cronograma com metas específicas a nível de disponibilização de conteúdos;
- d) acompanhamento da conversação, para responder às questões ou aos comentários dos utilizadores.

#### **B- Guia com linhas orientadoras para a comunicação nos *social media***

Para além da existência de um plano de ação, as bibliotecas deverão possuir um guia, com um conjunto de linhas orientadoras relativas à forma como se comunica, tendo em conta os seguintes aspetos:

- a) a informação que se divulga deve estar alinhada com os objetivos da biblioteca;
- b) deve-se procurar diversificar a informação;
- c) ter cuidado quanto ao tom, linguagem e ortografia utilizados para comunicar;
- d) responder sempre às questões colocadas pelos utilizadores, “retro-alimentar”, de forma a demonstrar que as ferramentas da *web 2.0* são úteis;
- e) atualizar regularmente a informação.

Neste sentido, a elaboração de “Guias de uso e estilo dos social media” pelas bibliotecas, deverá ser estipulada no sentido de normalizar estes aspetos, conforme exemplo das Bibliotecas Públicas de la Generalitat de Catalunya. De igual forma, o Documento *MRC Social Media Measurement Guidelines*, embora evidencie um conjunto de directrizes destinadas a medir, em geral, alguns tipos de atividade nos *social media* postas em curso pelos utilizadores, apresenta-se como uma ferramenta modelo para práticas que tenham a ver com: 1) normalização de termos; 2) cálculo de métricas; 3) avaliação segura e transparente; 4) prever formas de medição para distintos dispositivos móveis. Com efeito, a biblioteca deve formalizar estas questões num documento, com directrizes, estabelecendo como será utilizado cada um dos *social media* e como serão monitorizados. Nesta fase, também, será definido qual o perfil profissional/pessoal para o profissional da informação que irá interagir e coordenar a participação nas redes sociais, tendo em conta o investimento necessário para lidar com os *media* selecionados pela biblioteca (Vieira; Baptista; Cuevas Cerveró, 2013).

### **C – Monitorização**

A monitorização e avaliação da participação na rede social são fundamentais para todos os elementos envolvidos no processo comunicacional, não só para o responsável da biblioteca pela gestão do projeto na *web social*, *community manager*, mas, também para todos os envolvidos no processo comunicacional: para criar valor para utilizadores e *stakeholders*, nomeadamente a tutela.

## **Discussão dos Resultados**

### **Presença das bibliotecas da Rede do INE na Web social**

Através do gráfico que se segue (gráfico 1) é possível verificar que o número de criação de perfis nas redes sociais tem vindo a aumentar entre os anos de 2013 a 2016, fenómeno que acompanha a tendência de crescimento à escala internacional. O *facebook* e o *twitter* apresentam-se como as plataformas privilegiadas pelas bibliotecas em geral (*Survey on Public Library Marketing Methods and Best Practices*, 2013; *Francys & Taylor*, 2014; *University Library Social Media Strategy to support Teaching, Learning and Research 2014–2016*), para assegurar a comunicação com o público.

Neste estudo, em concreto, o Youtube e o *Blog* apresentam um aumento significativo, quando comparados com o *Slideshare* e *Flickr*. Em 2016, o *Google+* aparece como um novo *social media* em termos de usabilidade, não sendo observados dados relativamente ao *Pinterest* em Portugal, mas cuja utilização tem vindo a crescer sobretudo nos Estados Unidos da América (Dowd, 2013) e Rússia.<sup>i</sup>

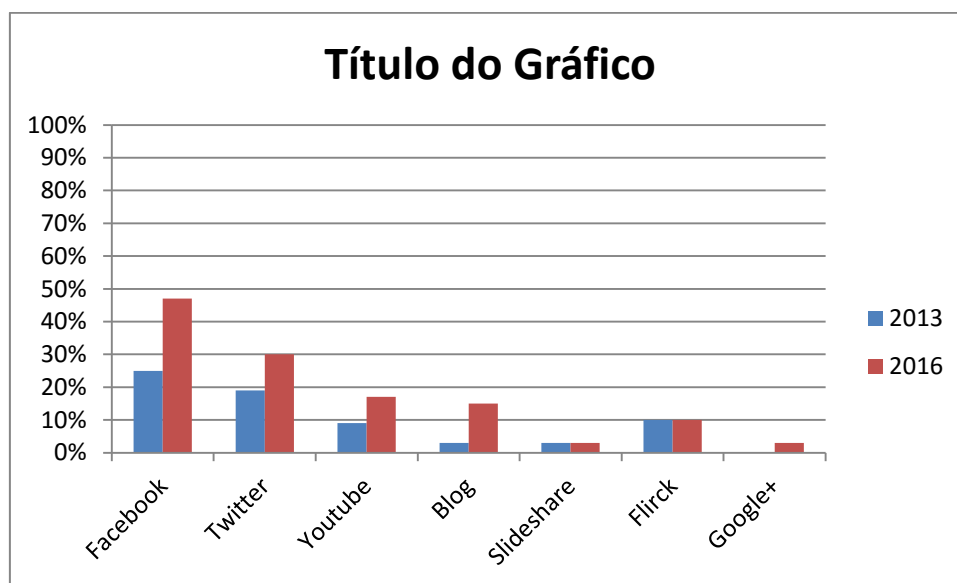


Gráfico 1

Contudo, são alguns os desafios que se apresentam na atualidade, em termos de usabilidade destas plataformas, e que dizem respeito à necessidade de seguir uma planificação tendo em vista garantir a interação com o público-alvo. Através de um processo contínuo e regular que passa não só por desafiar a comunidade virtual a reagir às publicações – desafio ao qual antecede um processo de escuta da comunidade virtual com o objetivo de verificar o formato e conteúdos mais adequados para disponibilização – (Dowd, 2013; CHAN *et. al.*, 2015), como também pela necessidade em definir diretrizes para monitorizar o investimento nestas plataformas por parte das bibliotecas de Ensino Superior português (Salgado, 2014).

Tendo em conta que o universo em estudo se refere a trinta bibliotecas, apenas seis iniciavam apresentar um projeto para a web social, apresentando contas em três e sete *social media* (gráfico 2).

São três claramente os objetivos das bibliotecas académicas em marcar presença nas redes sociais: “comunicacional”, “garantir a visibilidade” e “marketing” (todos eles com igual percentagem, isto é, com 87,7%, face a outros como “Monitorizar e avaliar” (57,10%) e “Conhecer gostos e interesses dos utilizadores” (28,5%). Apesar de as bibliotecas estarem muito centradas em termos de objetivos na promoção do serviço, verifica-se que os *social media* são uma forma de oferecer um serviço ao utilizador em tempo real e de construir

relações com a comunidade académica, não sendo utilizados, ainda, como uma ferramenta para o ensino e aprendizagem, mas principalmente para comunicar (Francis & Taylor, 2014).

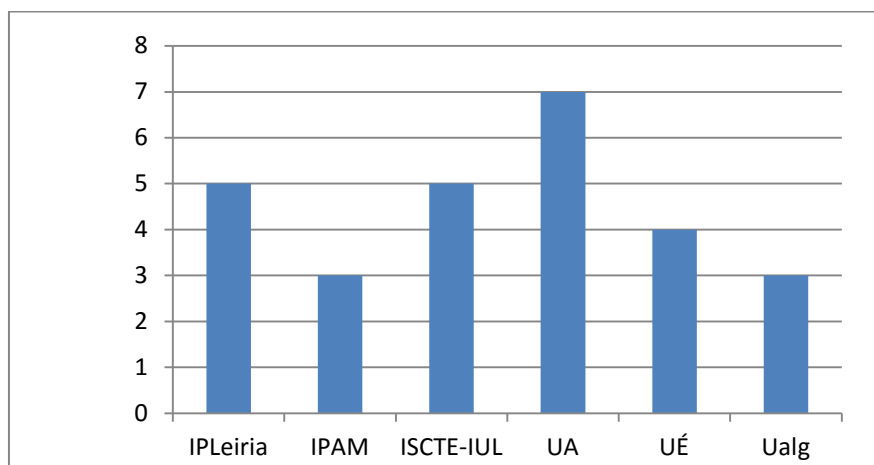


Gráfico 2

São três claramente os objetivos das bibliotecas académicas em marcar presença nas redes sociais: “comunicacional”, “garantir a visibilidade” e “marketing” (todos eles com igual percentagem, isto é, com 87,7%, face a outros como “Monitorizar e avaliar” (57,10%) e “Conhecer gostos e interesses dos utilizadores” (28,5%). Apesar de as bibliotecas estarem muito centradas em termos de objetivos na promoção do serviço, verifica-se que os *social media* são uma forma de oferecer um serviço ao utilizador em tempo real e de construir relações com a comunidade académica, não sendo utilizados, ainda, como uma ferramenta para o ensino e aprendizagem, mas principalmente para comunicar (Francis & Taylor, 2014).

A existência de uma equipa técnica ou responsável pela implementação da estratégia de comunicação da biblioteca nos *social media* é fundamental, para o sucesso de um projeto na *web* social, conforme indicações previstas no documento sobre a caracterização de perfis profissionais do sistema bibliotecário espanhol.

O responsável pelo projeto na *web* social é, neste estudo, o profissional da informação, com uma percentagem de 100% face a diretor da biblioteca, *community manager* e docente, manifestando claramente competências em termos de usabilidade dos *social media* (100%) – ainda que não disponha de competências em marketing (71,4% não tem competências relativamente a 28,6% com competências).

Se em 2013 os principais conteúdos disponibilizados consistiam em “recursos”, “horários” e “eventos”, em 2016 a percentagem de conteúdos sofreu alterações muito significativas e que se traduziram, sobretudo, no aumento percentual de publicações de conteúdos diferentes. As bibliotecas de Ensino Superior português disponibilizaram, no início de 2016 e em igual percentagem, tutoriais, notícias, serviços, recursos, horários e eventos. O aumento significativo de conteúdos relacionados com a formação, tutoriais e

serviços, indicia um investimento destas bibliotecas na área da literacia da informação (gráfico 3).

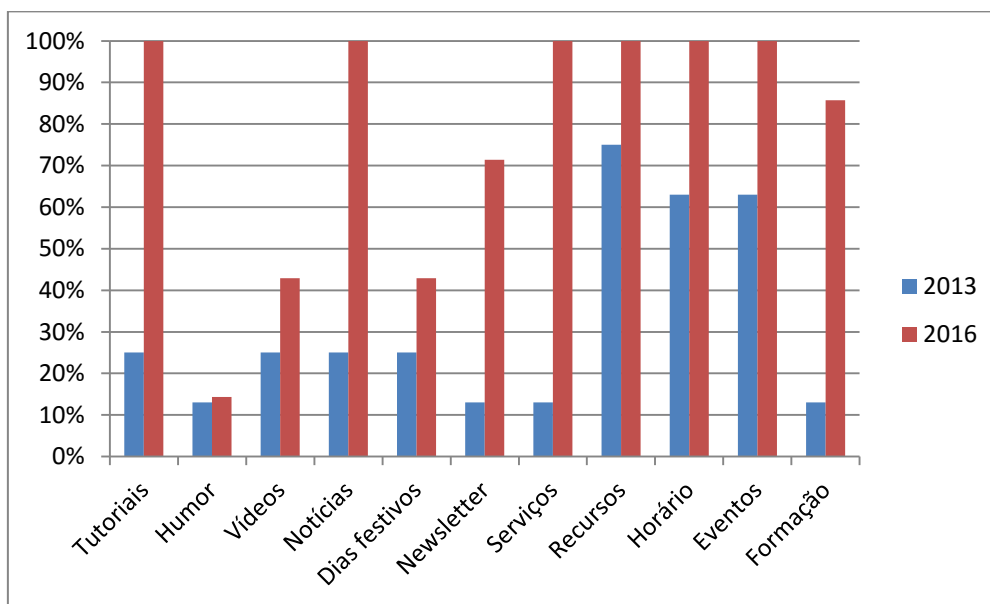


Gráfico 3

No que diz respeito ao ritmo de publicação, as BES encontram-se a disponibilizar os seus conteúdos a um ritmo regular (gráfico 4).

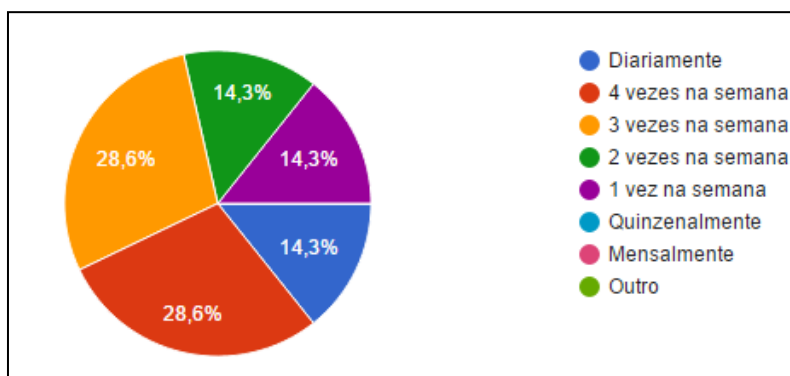


Gráfico 4

### Existência de plano de marketing para a *web* social

Embora não exista um plano de marketing específico relativo à presença das bibliotecas de Ensino Superior Português na *web* social (gráfico 5), resultado que está em consonância com outros estudos (Brito Acosta, 2014), a participação está concertada com a estratégia de comunicação da biblioteca (gráfico 6). Ainda que a existência de um plano de marketing se apresente como um princípio basilar para promover uma campanha comunicacional com sucesso, conforme exemplo da Universidade de Louisville nos Estados Unidos da América, e se reconheça as potencialidade dos *social media*, em especial do

*facebook*, as bibliotecas parecem não estar a otimizar este canal de distribuição e a desvalorizá-lo face a outros canais ditos mais tradicionais (Alvim, 2015; ROOS, 2015).

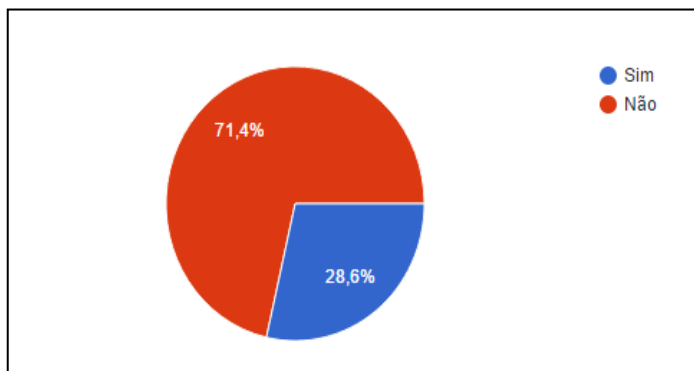


Gráfico 5

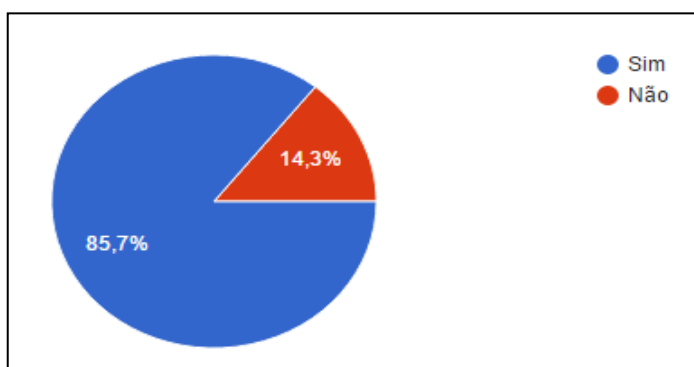


Gráfico 6

A maior parte das bibliotecas deste estudo monitoriza a presença nas redes (**gráfico 7**), apoiando-se para tal das estatísticas do *facebook* e do *twitter*, seguidas do *Google analytics* e também com recurso a duas ferramentas em concreto o *Hootsuite* e *Netvibes* (**gráfico 8**).

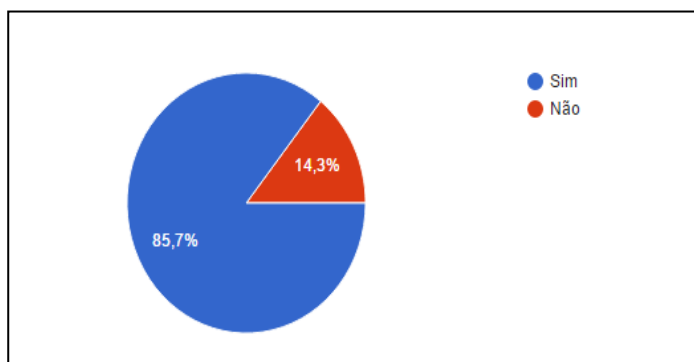


Gráfico 7

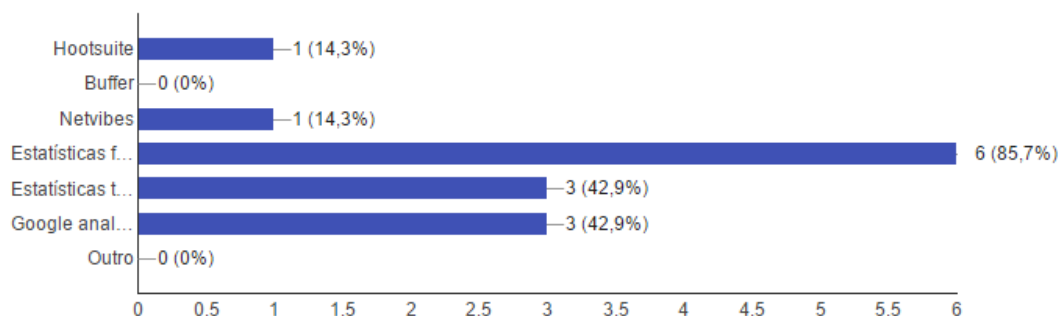


Gráfico 8

Segundo os respondentes, a monitorização é importante sobretudo para garantir a qualidade do serviço prestado e verificar se o objetivo foi cumprido. Com reduzida expressão surgem os itens relacionados com a “apresentação de dados à tutela”; “realizar estudos de utilizadores”; e, “revisão do tipo de conteúdos publicados” (gráfico 9).

Mais do que verificar se o objetivo foi cumprido, o processo de monitorização é importante por várias razões (González Fernández-Villavicencio, 2015), para identificar *social media* emergentes, incorporar práticas de sucesso para melhorar (MRC Social Media Measurement Guidelines, 2015) o projeto na Web social e apresentar relatório à tutela (Chan, 2015).

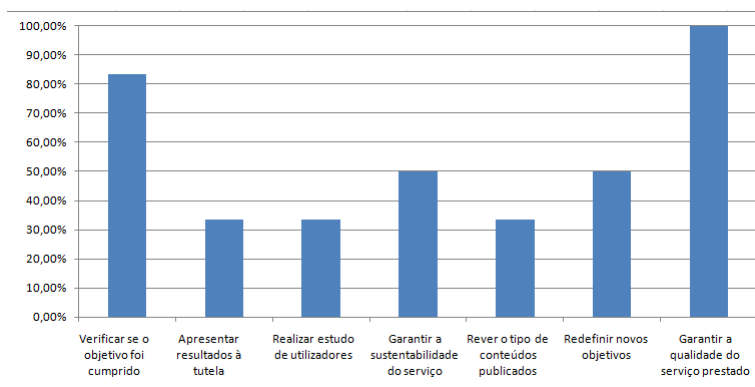


Gráfico 9

## Conclusões

Com base na amostra em causa, este estudo permitiu verificar que algumas bibliotecas do Ensino Superior Português se encontram a adotar um projeto comunicacional, para a *web social*. O *facebook*, *twitter* e *blog* evidenciam-se, relativamente a outros, em termos de utilização. Por outro lado, o *Google+* surge como a plataforma, que confere inovação e atualização, em termos de visibilidade, relativamente a concorrentes, como por exemplo o “Instagram” e “Pinterest”. Mais do que marcar presença exclusivamente no *facebook*, as bibliotecas de Ensino Superior Português são convidadas a refletir sobre uma

participação diversificada na *web* social. Sendo múltiplas as plataformas nas quais os utilizadores podem estar presentes, é fundamental diversificar os canais de comunicação. Contudo, a sofisticação tecnológica e a diversidade de plataformas, para alguns profissionais de informação, não é sinónimo de qualidade de publicações, estando intrinsecamente relacionada, acima de tudo, com a planificação e respetiva exequibilidade dos objetivos propostos e pelo estar alinhada com as expectativas que os utilizadores apresentam face à comunicação que ocorre nestas plataformas (Francis & Taylor, 2014).

Ainda que, neste caso específico, se tenha verificado que subjacente ao projeto comunicacional estão objetivos claramente definidos e que não exista um plano de marketing digital formal direcionado para a *web* social, os *social media* parecem estar integrados na estratégia de marketing organizacional. Embora os profissionais da informação não se revejam como “community managers”, facto é que revelam trabalho neste domínio enquanto gestores do projeto comunicacional nos *social media*: a) marcam presença em distintos *social media*; b) publicam regularmente conteúdos; e, c) monitorizam e avaliam, apresentando-se assim, como líderes vigilantes.

A existência de estudos empíricos e trabalhos de investigação em torno do comportamento informacional do uso dos *social media* pelas bibliotecas de Ensino Superior Português, revelam-se, por isso, fundamentais, para a observação deste fenómeno. Investigação futura neste domínio seria importante para compreender, por exemplo, qual o motivo que presidiu nas escolhas das plataformas nas quais as bibliotecas estão presentes; se existe adequação de conteúdos a essas plataformas e ao público-alvo. Em termos de monitorização, a verificação da existência de campanhas de marketing e respetiva avaliação no que diz respeito ao retorno de investimento, apresenta-se como outro aspeto que poderia ser passível de observação.

Nos últimos três anos (2013–2016) tem-se assistido, deste modo, a uma mudança de atitude e comportamento, em termos de interiorização da adoção, por parte das organizações e respetivos profissionais da informação, da utilização das plataformas sociais, em prol do marketing. A verdade é que as bibliotecas têm sentido a necessidade de se socorrer dos *social media* para garantir a sua visibilidade interna e externa, para demonstrar o seu valor e rentabilidade, tanto para a sociedade, como para a tutela. Independentemente do grau de consciencialização ou maturidade da importância atribuída ao projeto comunicacional para os *social media*, a verdade é que estão a ser dados passos neste campo, pelas bibliotecas do Ensino Superior Português.



---

## Referências bibliográficas

ALVIM, Luísa (2010) – Da blogosfera ao Facebook: o paradigma da comunicação nas bibliotecas portuguesas. *Cadernos BAD* [Em linha]. N. 1/2. [Consult. 8 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/752>>.

\_\_\_\_\_ (2011). Impossível não estar no Facebook! O nascimento das bibliotecas portuguesas na rede social. *Cadernos BAD* [Em linha]. 1/2,14–25. [Consult. 3 Fev. 2016]. Disponível na Internet: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/737>>.

\_\_\_\_\_ (2015). *A missão social da biblioteca pública: uma visão das bibliotecas públicas a partir do facebook*. Évora: Universidade de Évora, 533 p. Tese de doutoramento.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS (2016) – *Recomendações para as bibliotecas de Ensino Superior de Portugal*, Grupo de Trabalho de Bibliotecas de Ensino Superior [Em linha]. [Consult. 8 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <[http://www.bad.pt/noticia/wp-content/uploads/2015/12/Recomendacoes\\_GT-BES\\_2016\\_final.pdf](http://www.bad.pt/noticia/wp-content/uploads/2015/12/Recomendacoes_GT-BES_2016_final.pdf)>.

BRITO ACOSTA, Pablo (2014) – *Utilización de la red social Facebook para la Promoción de Servicios de Información en Bibliotecas Universitarias Dominicanas*. [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2016]. Disponível na Internet: <[http://eprints.rclis.org/24919/1/Art%C3%ADculo\\_RIEEGE\\_A01310805.pdf](http://eprints.rclis.org/24919/1/Art%C3%ADculo_RIEEGE_A01310805.pdf)>

CATALUÑA. Generalidad (2010) – *Guía de usos y estilo en las redes sociales de la Generalidad de Cataluña*. [Em linha]. (Consult. 8 Jan. 2016). Disponível na Internet: <[https://www.gencat.cat/xarxessocials/pdf/v1\\_guia\\_usos\\_xarxa\\_es.pdf](https://www.gencat.cat/xarxessocials/pdf/v1_guia_usos_xarxa_es.pdf)>.

CHAN, Daniel (2015) - *University Library Social Media Strategy to support Teaching, Learning and Research 2014-2016* [Em linha]. [Consult. 12 Jul. 2016]. Disponível na Internet: <[http://www.library.uwa.edu.au/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0010/2676772/University-Library-Social-Media-Strategy-to-support-Teaching-Learning-and-Research-2014-2016.pdf](http://www.library.uwa.edu.au/__data/assets/pdf_file/0010/2676772/University-Library-Social-Media-Strategy-to-support-Teaching-Learning-and-Research-2014-2016.pdf)>.

DOWD, Nancy (2013) – Libraries are posting, but is anyone Listening? *Libray Journal* [Em linha]. [Consult. 12 Jul. 2016]. Disponível na Internet: <<http://lj.libraryjournal.com/2013/05/marketing/social-media-libraries-are-posting-but-is-anyone-listening/>>.

ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (2013). *Perfiles profesionales del sistema bibliotecário Español: fichas de caracterización* [Em linha]. [Consult. 3 ago. 2016]. Disponível na Internet: <<http://travesia.mcu.es/portalnb/jspui/bitstream/10421/6841/1/perfilesprofesionalesSBE.pdf>>.

FURQUIM, Vanessa P.; ARRUDA, Edna N.; MASOTTI, Demerval R. (2014) – A importância das redes sociais no marketing de relacionamento. *RTC – Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura* [Em linha]. (Consult. 8 Jan. 2016). Disponível na Internet: <<http://www.fatecjd.edu.br/retc/index.php/RETC/article/view/202>>.

GEROLIMOS, Michalis (2013) – Academic libraries on Facebook: an analysis of user comments. *D-Lib Magazine* [Em linha]. V. 17, n. 11/12. [Consult. 5 Fev. 2016]. Disponível na Internet: <<http://www.dlib.org/dlib/november11/gerolimos/11gerolimos.html>>.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ-VILLAVICENCIO, Nieves (2012). *Social media marketing o marketing digital?* [Em linha]. [Consult. 1 Mar. 2016]. Disponível na Internet: <URL: Disponível em: <<http://www.nievesglez.com/2013/03/social-media-marketing-o-marketing.html>>.

\_\_\_\_\_ (2014). *¿Cómo perciben los stakeholders (bibliotecarios y usuarios), la intersección biblioteca / web social?*. [Em linha]. [Consult. 1 Mar. 2016]. Disponível na Internet: <[http://eprints.rclis.org/23671/1/%C2%BFC%C3%B3mo%20perciben%20los%20stakeholders%20%28bibliotecarios%20y%20usuarios%29,%20la%20intersecci%C3%B3n%20biblioteca%20\\_%20web%20social\\_.pdf](http://eprints.rclis.org/23671/1/%C2%BFC%C3%B3mo%20perciben%20los%20stakeholders%20%28bibliotecarios%20y%20usuarios%29,%20la%20intersecci%C3%B3n%20biblioteca%20_%20web%20social_.pdf)>.

\_\_\_\_\_ (2015) – ROI en medios sociales: campañas de marketing en bibliotecas. *El profesional de la información* [Em linha]. V. 24, n. 1. [Consult. 23 Fev. 2016]. Disponível na Internet: <<http://www.elprofesionaldeinformacion.com/contenidos/2015/ene/03.html>>.

GUTACKER, Jessica. M. (2012) – *Marketing the Franklin & Marshall College Library with social media: a strategic plan* [Em linha]. [Consult. 23 jan. 2016]. Disponível na Internet: <<http://jgutacker.info/wordpress1/wp-content/uploads/2014/04/MarketingStrategicPlan.pdf>>.

KENDRICK, T. A. (2006) – *Developing strategic marketing plans that really work: a toolkit for public libraries*. London: Facet Publishing. ISBN 978-185-604-548-3.

KHAN, Shakeel A.; BHATTI, Rubina (2012) – Application of social media in marketing of library and information services: a case study from Pakistan. *Webology* [Em linha]. [Consult. 23 Fev. 2016]. Disponível na Internet: <<http://www.webology.org/2012/v9n1/a93.html>>.

MRC SOCIAL MEDIA MEASUREMENT GUIDELINES (2015). [Consult. 15 jul. 2016].

Disponível na Internet:

<<http://mediaratingcouncil.org/MRC%20Social%20Measurement%20Guidelines%20v1.0%20Final.pdf>>.

NEO, Emily; CALVERT, Philip. (2012) – Facebook and the diffusion of innovation in New Zealand public libraries. *Journal of Librarianship and Information Science* [Em linha]. V. 44, n. 4. [Consult. 5 Fev. 2016]. Disponível na Internet: <<http://lis.sagepub.com/content/early/2012/03/01/0961000611435038>>.

---

POTTER, N. (2012) – *The library marketing toolkit*. London: Facet Publishing. ISBN 978-1-85604-806-4.

RIBEIRO, Raimunda; FURTADO, Cassia; OLIVIRA, Lúcia (2015) – *As redes sociais acadêmicas e científicas como mecanismos de visibilidade e internacionalização da produção científica brasileira e portuguesa na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação – análise da presença na Rede Social ResearcGate* [Em linha]. [Consult. 15 de Fev. 2016]. Disponível na Internet: < <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1396>>.

RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Oscar (2011) – *Community manager. Conviértete en experto en “social media”*. Madrid-ESP: AnayaMultimedia. ISBN 978-844-152-936-6.

ROOS, Jaana (2015). Why university libraries don't trust Facebook marketing? [Em linha]. [Consult. 2 de ago. 2016]. Disponível na Internet: <[http://noorteklubi.weebly.com/uploads/2/8/3/8/28382697/article\\_jaana.pdf](http://noorteklubi.weebly.com/uploads/2/8/3/8/28382697/article_jaana.pdf)>.

SALGADO, Maria Armanda Palma (2014) – *Marketing 3.0 nas bibliotecas de Ensino Superior Português: as percepções dos utilizadores e dos profissionais da informação e da documentação*. Évora: Universidade de Évora, 371 p. Tese de doutoramento.

SILVÉRIO, Marta (2003) – *Pesquisa de marketing*. Évora: Universidade de Évora.

UNIVERSITY OF LOUISVILLE (2016). *Strategic of communications plan 2016-2020: university of Louisville Libraries* [Em linha]. [Consult. 2 de ago. 2016]. Disponível na Internet: <[https://louisville.edu/library/about/docs/Communications\\_Plan.pdf](https://louisville.edu/library/about/docs/Communications_Plan.pdf)>.

VIEIRA, David; BAPTISTA, Sofia; CUEVAS CERVERÓ, Aurora (2013) – Adoção da web 2.0 em bibliotecas de universidades públicas espanholas: perspetivas de interacção do bibliotecário com as redes sociais – relato de pesquisa. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 18(2), 167-181. ISSN 1981-5344

---

<sup>i</sup><https://www.google.pt/trends/explore?date=all&q=%2Fm%2F0h3tm0f,facebook>. [Consult. 4 de ago. 2016]

## Autoavaliação das competências de informação em estudantes universitários – IL–HUMASS: estudo quantitativo (Parte II) <sup>i</sup>

---

Carlos Alberto Lopes

ISPA–Instituto Universitário

Grupo de Investigação em Psicopatologia, Emoções, Cognição e Documentação

[clopes@ispa.pt](mailto:clopes@ispa.pt)

Maria Pinto

Universidad de Granada

Facultad Biblioteconomía y Documentación

[mpinto@ugr.es](mailto:mpinto@ugr.es)

### Resumo

Nas últimas décadas foram feitos grandes esforços para definir, conhecer e avaliar quais são as competências informativas que os estudantes universitários necessitam para poder progredir na sua aprendizagem e na sua inserção no mercado laboral. Apesar do argumento de que os avanços tecnológicos facilitaram o acesso à informação, existe uma preocupação constante, porque os estudantes universitários não possuem competências suficientes para gerir e usar a informação: gerem quantidades enormes de informação através da Internet, mas não sabem o que fazer com ela, como avaliá-la, de que modo devem usá-la ou aproveitá-la de forma estratégica e ética. O questionário IL–HUMASS sobre literacia da informação foi concebido e desenhado com o objetivo de avaliar competências de informação e para ser aplicado à população de estudantes, professores e profissionais da informação dos diversos níveis na área das Ciências Sociais e Humanas nas universidades espanholas e portuguesas. Contém 26 itens agrupados em quatro categorias (pesquisa, avaliação, processamento e comunicação e difusão da informação) e em três dimensões de autoavaliação (importância, autoavaliação e fonte favorita de

aprendizagem). A avaliação das qualidades psicométricas do IL-HUMASS para Português foi feita numa amostra de 1.077 estudantes universitários portugueses. A análise fatorial exploratória do questionário indicou um ajustamento aceitável, apoiando a estrutura original composta por quatro categorias para cada dimensão. O IL-HUMASS apresentou características psicométricas aceitáveis de consistência interna e validade de constructo. As características psicométricas do IL-HUMASS validam a sua utilização no nosso país em estudos que requeiram a avaliação de múltiplos indicadores, apresentando-se como particularmente útil para avaliar e diagnosticar competências em literacia da informação. Conclui-se com um diagnóstico do nível de competências de informação dos estudantes universitários, destacando algumas forças e debilidades, assim como uma proposta de intervenção subjacente nas oportunidades de melhoria e de necessidades de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Literacia da informação, Estudantes universitários, Estudos psicométricos, Validade, Fiabilidade, IL-HUMASS

## **Self-evaluation of academic students' information literacy – IL-HUMASS: quantitative study (Part II)**

### **Abstract**

In recent decades were made great efforts to define, understand and evaluate what are the informational skills that college students need to make progress in their learning and their insertion in the labor market. There is a constant concern despite the technological advances that have facilitated the access to information, because academic students do not have enough information skills to manage and use: they manage huge amounts of information through the Internet, but do not know what to do with it, how to evaluate it, how should use it or take it strategically and ethically. The questionnaire IL-HUMASS about information literacy was conceived and designed to evaluate information skills and to be applied to a population of students, teachers and information professionals of different levels in the Social and Human Sciences area in the Spanish and Portuguese universities. It contains 26 items grouped into four categories (research, evaluation, processing, and communication and information dissemination) and three self-assessment dimensions (importance, self-assessment and favorite source of learning). The evaluation of the psychometric qualities of IL-HUMASS to Portuguese was taken on a sample of 1,077 Portuguese university students. Exploratory factor analysis of the questionnaire indicated an acceptable fit, supporting the original structure which consists in four categories for each dimension. The IL-HUMASS showed acceptable psychometric internal consistency and construct validity. Psychometric characteristics of IL-HUMASS validate its use in our country on studies that require the evaluation of multiple indicators, presenting itself as particularly useful for assessing and diagnosing skills in information literacy. This study concludes with a diagnosis of the students' information skills level, highlighting some strengths and weaknesses, as well as a

proposal for intervention on the underlying opportunities, improving and learning needs.

**Keywords:** Information literacy, Academic students, Psychometric studies, Validity, Reliability, IL-HUMASS

## Introdução

Neste estudo quantitativo apresentamos a adaptação e validação do questionário IL-HUMASS, recorrendo a uma amostra de estudantes universitários portugueses que permite avaliar as competências de informação. O conceito subjacente é a literacia da informação em contexto universitário. A literacia da informação dá corpo a uma competência transversal essencial na formação de todo o futuro estudante e profissional, de todo o cidadão da Sociedade de Informação e Conhecimento.

Segundo as diretrizes do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES), é necessária uma série de competências e habilidades relacionadas com a pesquisa, avaliação, gestão, uso e difusão da informação (e.g., Lopes & Pinto, 2013; Pinto, 2010, 2011, 2012). A dificuldade dos estudantes universitários no uso e gestão de informação é uma realidade presente nos nossos dias. Acumulam muitos dados, mas não sabem como estruturar e interrelacionar o conhecimento. Para superar estas limitações é de grande utilidade a literacia da informação, entendida como o conjunto de competências que um cidadão informado necessita para participar de forma responsável, ativa e crítica na atual Sociedade da Informação, do Conhecimento e da Aprendizagem (Pinto, 2010). É um atributo vital para o mundo intensivo e extensivo da informação, que favorece o desenvolvimento pessoal, económico, social e cultural. Podemos integrá-la numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida e de inclusão social:

A literacia da informação é uma condição de aprendizagem formal ao longo da vida e, em consequência, de inclusão social. O seu fundamento é o conteúdo e a transferência de informação, não em si mesmo, mas em contexto de procedimentos ativos e participados pelos destinatários da informação – pelos utilizadores –, uma vez que equivale a um processo contínuo e compreensivo de aprendizagem em contexto”. (Nunes, 2007, p. 15)

Neste contexto, e tendo como referência a implantação do EEES, aborda-se a autoavaliação das competências de informação por parte dos estudantes universitários portugueses. Entende-se que os estudantes devem adquirir competências de informação nos seguintes domínios: pesquisa da informação; análise e seleção eficiente da informação; organização da informação; utilização eficaz da comunicação da informação de forma ética e

legal, com a finalidade de construir conhecimento.

## **Estudantes universitários na Sociedade de Informação e Conhecimento**

Os estudantes universitários estão familiarizados com uma leitura baseada na navegação hipertexto: ao mesmo tempo que leem, criam, publicam e partilham conteúdos mediante a sua participação em redes; gostam do acesso imediato à informação, em qualquer momento e lugar, através de interfaces simples e sem intermediários, com uso de motores de pesquisa a substituir os portais e os catálogos das bibliotecas; são multitarefa, mas fazem uma visualização superficial da informação, dedicando mais tempo a navegar do que a ler a informação visualizada; têm o costume de descarregar e armazenar informação que posteriormente não têm tempo de ler; têm mais rapidez na transmissão e visualização da informação do que na capacidade crítica e de aprofundamento (British Library & JISC, 2008; Gómez-Hernández, 2010).

Vários trabalhos de investigação acerca dos hábitos dos estudantes universitários no uso e na gestão da informação, de que são exemplos o relatório CIBER (British Library & JISC, 2008), a reflexão de Gómez-Hernández (2010), o relatório da OCLC (2006) e as boas práticas da Universidade de Sevilha (2009), identificaram nos novos estudantes alguns défices:

- Uma compreensão pobre das suas necessidades de informação e, portanto, dificuldade para desenvolver estratégias de pesquisa eficazes. A falta de reflexão sobre a resolução de problemas e da sua aplicação leva à impulsividade de pesquisas superficiais em linguagem natural, em vez do uso de palavras-chave, com a consequente perda de informação relevante;
- Falta de avaliação sobre a idoneidade, precisão, autoridade, veracidade e intencionalidade da informação obtida. Face à larga lista de resultados de pesquisa, os estudantes têm dificuldades em avaliar a relevância dos materiais apresentados e com frequência imprimem páginas após terem apenas dado uma vista de olhos superficial;
- Desconexão entre os conhecimentos prévios e a diversidade de fontes existentes;
- Pouca reflexão sobre as formas de comunicação de resultados segundo a intenção e o contexto e desconhecimento dos aspetos éticos implicados no acesso e uso da informação;
- Os motores de pesquisa são o ponto de partida da maioria das pesquisas de informação, não o catálogo da biblioteca ou o portal ou as plataformas de informação científica – e a maioria está satisfeita com a sua experiência geral no

uso destes, pois adequam-se melhor ao seu estilo de vida em detrimento do uso das bibliotecas físicas e digitais;

- Os livros são a imagem principal associada à biblioteca, apesar do forte investimento nos recursos digitais, que resultam em boa parte desconhecidos para os estudantes;
- Quando os consultamos, os bibliotecários manifestam que os estudantes universitários não sabem pesquisar no catálogo nem no fundo documental; não dominam as possibilidades dos sistemas de pesquisa avançada; não sabem interpretar a referência de um artigo de revista ou interrogar uma base de dados ou avaliar a qualidade dos sítios *web*. Seguem os dossiês eletrônicos colocados nas plataformas de *e-learning* pelos seus professores, que são determinantes como ponte e como acesso. A reelaboração da informação é pobre, não dominam os processos de escrita para contextos e tipos de trabalhos distintos, abusa-se da mera cópia de informação, não se reflete sobre a sua organização e desconhecem-se as formas éticas de reprodução e citação.

Todas estas observações assinalam que ser nativo digital não garante esta competência e que se deve trabalhar com os estudantes para alcançá-la. Estes apresentam fragilidades em competências de informação, devido provavelmente à sua impulsividade, fragmentação e superficialidade no seu consumo e uso. É muito importante consciencializar a importância desta competência transversal no processo académico e na aprendizagem ao longo da vida.

## Revisão da literatura

Esta investigação apoia-se num amplo corpus de literatura dentro do campo da literacia da informação, tanto de carácter geral e normativo (Bruce, 1997; Pinto, 2010, 2011, 2012; Rader, 2002; Virkus, 2008; Webber & Johnston, 2000, 2006) como específico, na perspectiva dos utilizadores e do ponto de vista avaliativo (Association of College Research Libraries [ACRL], 2000; Kirk, 1995; Kuhlthau, 1991; Limberg & Sundin, 2006; Lloyd, 2006; Maybe, 2006; Pinto, Sales, & Osório, 2008; Society of College, National and University Libraries [SCONUL], 2011; Tuominen, Savolainen, & Talja, 2005). Em muitas universidades norte-americanas, os testes para a medição de competências em literacia da informação de estudantes foram desenvolvidos por bibliotecários e professores. Nesse sentido analisaram-se, entre outros, os seguintes testes: o *Information Literacy Test* (ILT) realizado pela Universidade James Madison e direcionado para conhecer as competências informativas dos estudantes do 1º ano; o teste SAILS (*Standardized Assessment of Information Literacy Skills* [Project SAILS], 2012) – concebido inicialmente por um grupo de trabalho da Universidade de



Kent State (USA) e, posteriormente, aprovado pela *Association of Research Libraries* (ARL) – está baseado nas normas ACRL, mede competências gerais em literacia da informação de distintos grupos de estudantes e avalia o conhecimento em literacia da informação dos inquiridos, mas não tanto as suas habilidades e é constituído por 45 perguntas selecionadas ao acaso a partir de uma base de 250 itens; o *Information Skills Survey* [ISS] (Catts, 2003), desenvolvido pelo Conselho de Bibliotecários das Universidades Australianas, solicita aos inquiridos que façam um autorrelato sobre a utilização da informação; e o teste *iSkills* (Marketwired, 2008) para medir o nível de literacia da informação e tecnológica, baseado em indicadores de desempenho.

Neste contexto, tendo como referência o novo EEES, aborda-se a autoavaliação das competências de informação por parte dos estudantes universitários portugueses. Entende-se que os estudantes devem aprender competências, o que implica o desenvolvimento de competências e aptidões, tanto para aquisição de informação como para saber usá-la em contextos diferenciados, o que inclui atitudes (ser), conhecimentos (saber), habilidades instrumentais (fazer) e habilidades metacognitivas (aprender), considerando o desempenho dentro de um contexto de vida e trabalho em comum (e.g., Puertas & Pinto, 2010).

Procurou-se, com este estudo, dar lugar à reflexão sobre a aprendizagem por competências transversais e o modo de aquisição das competências de informação, do ponto de vista da autoavaliação dos estudantes universitários, no âmbito de saber: reconhecer a necessidade de informação, estratégias de pesquisa da informação, de análise, seleção e localização das fontes de informação, organização e avaliação da informação e da utilização eficaz da comunicação e informação de forma ética e legal, contribuindo para a criação do novo conhecimento (e.g., SCONUL, 2011).

## Objetivos

Os objetivos gerais deste estudo são os seguintes:

- Tradução e adaptação para a língua portuguesa do Questionário IL-HUMASS (Pinto, 2010), bem como validá-lo numa amostra de estudantes universitários;
- Oferecer um diagnóstico, numa perspetiva de autoavaliação, da opinião e da perceção que os estudantes da área das Ciências Sociais e Humanas (CSH) têm sobre as suas próprias competências e habilidades na gestão e no uso da informação.

## Método

### Participantes

Participaram neste estudo 1.077 estudantes, com uma idade média de 24.29 anos ( $DP=7.01$ ) e oscilando entre 17 e 69. A maioria dos participantes era do sexo feminino (82%), pertencente a três instituições universitárias (ISPA, Universidade Nova de Lisboa e Universidade do Porto), da área das Ciências Sociais e Humanas. As principais características sociodemográficas encontram-se expressas na Tabela 1.

**Tabela 1:**  
Características sociodemográficas

Caracterização	<i>n</i>	(%)
<b>Curso</b>		
Psicologia	708	65.7
Filosofia	39	3.6
História	56	5.2
Ciências da Informação	119	11.1
Ciências da Educação	55	5.1
Sociologia	53	4.9
Línguas e Literatura	47	4.4
<b>Instituição Universitária</b>		
ISPA	662	61.5
Universidade do Porto	231	21.4
Universidade Nova de Lisboa	184	17.1
<b>Ano de curso</b>		
1º Ano	334	31.01
2ª Ano	232	21.54
3ª Ano	221	20.52
4ª Ano	116	10.77
5ª Ano		
Outros mestrados	71	6.59
	103	9.57

### Instrumento

Para dar resposta aos objetivos do estudo, utilizou-se, como instrumento básico de recolha de informação, o questionário IL-HUMASS (Pinto, 2010) que foi desenvolvido para ser aplicado *on-line*.

O questionário IL-HUMASS sobre literacia da informação foi concebido e desenhado com o objetivo de avaliar competências de informação e para ser aplicado à população de estudantes, professores e profissionais da informação dos diversos níveis na área da CSH

das universidades espanholas e portuguesas (e.g., Lopes & Pinto, 2013; Pinto & Sales, 2014).

É constituído por 26 itens agrupados em quatro categorias (cf. Anexo A):

- **Pesquisa da informação** (com 8 itens) refere-se à recuperação da informação em bases de dados, catálogos automatizados e motores de pesquisa.
- **Avaliação da informação** (com 5 itens) atende às particularidades da Internet, que oferece uma informação riquíssima, mas dispersa, caótica e democrática, com necessidade de ser contrastada e avaliada quanto à sua pertinência e qualidade.
- **Processamento da informação** (com 6 itens), sem descuidar dos processos intelectuais presentes nesta categoria (análise e síntese), refere o uso intensivo das tecnologias mais adequadas, especialmente os gestores de bases de dados, gestores bibliográficos e os processadores de informação factual, textual e gráfica.
- **Comunicação da informação e difusão** (com 7 itens) integra aspetos tanto psicossociais, como também tecnológicos, com especial atenção à edição de textos, apresentações e multimédia com suporte na *Web 2.0*.

Categorias avaliadas em três dimensões de autoavaliação:

- Importância – Avaliação da importância das competências no desenvolvimento académico.
- Autoavaliação – Avaliação do nível de destreza nas competências.
- Fonte favorita de aprendizagem – Onde aprendeu estas competências?

O estudante tinha que responder, para cada um dos itens, em três escalas:

- Para as duas primeiras dimensões (quantitativas) cada item foi cotado de 1 a 9 (com a pontuação 1 significando baixa competência percebida e 9 a alta competência percebida) e com a seguinte gradação: (1=Muito baixa; 3=Baixa; 5=Média; 7=Alta; 9=Muito alta), calculando-se seguidamente a média para cada uma das categorias.
- A terceira dimensão (qualitativa) é a fonte favorita de aprendizagem: para cada um dos itens, o estudante assinalava a fonte de aprendizagem favorita na aquisição da competência informativa, a saber:
  - Sala de aula;
  - Biblioteca;
  - Cursos de formação;
  - Individual;

- Outras.

Sabemos que o contexto (fonte) no qual se produz a aprendizagem é central para a própria aprendizagem e também um fator crucial para orientar ações na aquisição de competências de informação (e.g., Wertsch, 1985).

Onze itens do questionário estão relacionados com competências digitais, o que confirma a pertinência dos temas tecnológicos na literacia da informação (Pinto, 2010, 2012).

O desenho do questionário nas suas diferentes fases, com a utilização de várias fontes, permitiu identificar suficientemente a sua compreensão, fluência e objetividade para os vários interlocutores e diversificado em tópicos sobre a literacia da informação, deixando de parte os aspetos ambíguos e subjetivos dos itens (ver estudos qualitativos do IL-HUMASS: Lopes & Pinto, 2013; Pinto, 2010). De igual forma, o questionário é adequado e relevante porque todos os itens são chave.

## **Procedimentos**

Após uma resposta positiva da Reitoria das Universidades à realização do estudo, os estudantes foram informados dos objetivos da pesquisa através da mensagem «Este questionário pretende conhecer a opinião sobre as suas competências na gestão e uso da informação», sendo assegurada a sua participação voluntária. A recolha dos protocolos realizou-se na sala de informática das instituições: ISPA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Letras e de Psicologia da Universidade do Porto durante os anos letivos 2011–2012 e 2012–2013. O protocolo de instruções foi aplicado pelo mesmo investigador em cada uma das universidades para eliminar a possibilidade de enviesamentos, procurando respeitar o princípio de anonimato.

## **Resultados**

### **Validação do questionário**

Com o intuito de avaliar a validade interna do questionário realizou-se uma análise fatorial exploratória, usando a extração de componentes principais, seguida de uma rotação *Varimax*, o que permitiu analisar o padrão fatorial do questionário. Este mostrou-se bem definido, distribuindo-se os itens pelos quatro fatores para cada dimensão, resultando em oito fatores principais:

- Importância da pesquisa de informação
- Autoavaliação da pesquisa de informação

- Importância da avaliação da informação
- Autoavaliação da avaliação da informação
- Importância do processamento da informação
- Autoavaliação do processamento da informação
- Importância da comunicação/difusão da informação
- Autoavaliação da comunicação/difusão da informação

O grau de saturação de cada item com o respetivo fator mostrou-se adequado, sendo a média de saturação para todos os itens de 0.67 (importância) e 0.68 (autoavaliação) e a percentagem de variância explicada foi de 56,3% e de 60,8%.

De seguida, realizou-se a análise da consistência interna dos diferentes fatores para cada uma das dimensões, avaliada através do Alfa de Cronbach, que se revelou adequada. Na Tabela 2 pode observar-se que os valores mais baixos foram obtidos nas dimensões importância e autoavaliação para a categoria processamento da informação. Os valores obtidos nas restantes dimensões e categorias variaram entre  $\alpha = .77$  e  $.84$  (dentro dos parâmetros de aceitabilidade [.70]; Nunnally, 1978).

**Tabela 2:**  
Valores de Alfa de Cronbach para as dimensões do IL-HUMASS

Dimensão	Fiabilidade
Categoria	<i>Alfa de Cronbach</i>
<b>Importância</b>	
Pesquisa	.80
Avaliação	.79
Processamento	.78
Comunicação/Difusão	.81
Total do Questionário	.92
<b>Autoavaliação</b>	
Pesquisa	.84
Avaliação	.83
Processamento	.77
Comunicação/Difusão	.80
Total do Questionário	.94

No presente estudo, o  $\alpha$  de Cronbach para o total do questionário foi de .92 na dimensão importância e de .94 para a dimensão autoavaliação.

Os resultados apresentados permitem sustentar e assegurar que os dados recolhidos

são precisos e tinham sentido. Pode afirmar-se que o instrumento é fiável, já que os índices para cada fator são altos e, portanto, é pertinente agrupar os itens para realizar as estatísticas seguintes.

Seguidamente procedeu-se à análise dos coeficientes de correlação entre os fatores para explorar o funcionamento do instrumento. Os resultados da Tabela 3 demonstram que os itens se encontram significativamente correlacionados entre os fatores das duas dimensões.

**Tabela 3:**  
Estatística descritiva e matriz de correlações das dimensões por categorias do IL-HUMASS

Categorias			Dimensões							
	<i>M</i>	<i>DP</i>	Importância		Autoavaliação					
			Pesquisa	Avaliação	Processamento	Comunicação	Pesquisa	Avaliação	Processamento	Comunicação
<b>Importância</b>										
Pesquisa	7.35	1.04	1	.631**	.510**	.578**	.398**	.279**	.225**	.259**
Avaliação	7.95	0.95		1	.665**	.619**	.221**	.342**	.174**	.212**
Processamento	7.38	1.20			1	.688**	.201**	.201**	.210**	.286**
Comunicação	8.01	0.94				1	.252**	.259**	.382**	.247**
Total	7.66	0.85								
<b>Autoavaliação</b>										
Pesquisa	6.14	1.28					1	.684**	.676**	.672**
Avaliação	6.34	1.30						1	.650**	.707**
Processamento	5.66	1.38							1	.722**
Comunicação	6.23	1.28								1
Total	6.09	1.13								

\*\*Correlação significativa ao nível de  $p < .001$ .

A observação das médias das categorias em cada uma das dimensões (Tabela 3) informa que os estudantes dão mais importância à comunicação/difusão da informação ( $M=8.01$ ) e autoavaliam-se mais positivamente na avaliação da informação ( $M=6.34$ ). Por outro lado, dão menos importância à pesquisa da informação ( $M=7.35$ ) e autoavaliam-se com menos competência na categoria pesquisa da informação ( $M=6.14$ ).

No que se refere à totalidade dos itens do questionário, constata-se um diferencial

nas médias das dimensões importância ( $M=7.66$ ) versus a autoavaliação ( $M=6.09$ ), com uma maior dispersão das respostas nesta última ( $DP=1.13$ ). É interessante verificar que os fatores de ambas as dimensões que apresentam uma maior variabilidade das respostas (isto é, um desvio-padrão mais elevado) são aqueles cujas médias são inferiores (Tabela 3).

Como se pode verificar na Tabela 3, os coeficientes de correlação, todos estatisticamente significativos ao nível de 0.001, variam entre .72 e .17. As correlações mais elevadas ( $r=.72$ ;  $p<.001$ ) foram obtidas com as categorias processamento/comunicação e difusão da informação e com a categoria avaliação/comunicação ( $r=.70$ ;  $p<.001$ ) na dimensão autoavaliação. Por sua vez, a categoria avaliação (importância) apresenta correlações baixas com o processamento na dimensão autoavaliação ( $r=.17$ ;  $p<.001$ ).

No conjunto destes resultados destaca-se o facto dos coeficientes de correlação significativos serem mais elevados entre as categorias por dimensão. Permite ainda constatar um dado interessante, já que sugere que para os participantes no estudo quanto maior a autoavaliação do seu nível de destreza numa determinada competência informativa (e.g., comunicação/difusão da informação), maior é a importância que lhe atribuem.

Em síntese, os resultados da análise da consistência interna e das correlações permitem inferir tratar-se de um instrumento com alta consistência e com uma grande coesão e fiabilidade para a recolha de dados.

### Importância e autoavaliação das competências

Realizou-se uma análise ANOVA com medidas repetidas para os fatores relativos à importância da competência. Os resultados mostram diferenças significativas entre os fatores  $F(3, 38)=19.06$ ,  $p<.001$ ,  $\eta^2=.005$ . As médias de cada fator são apresentadas na Figura 1.

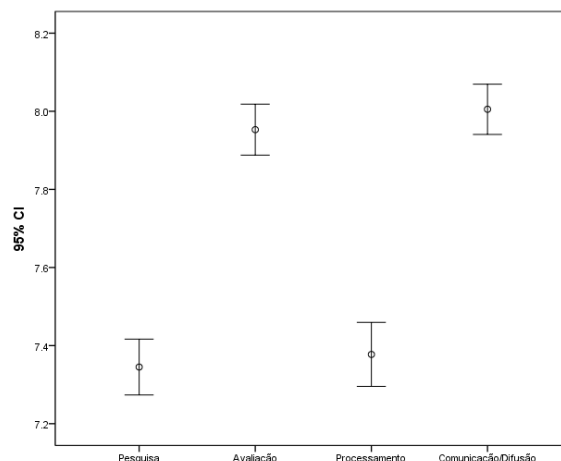
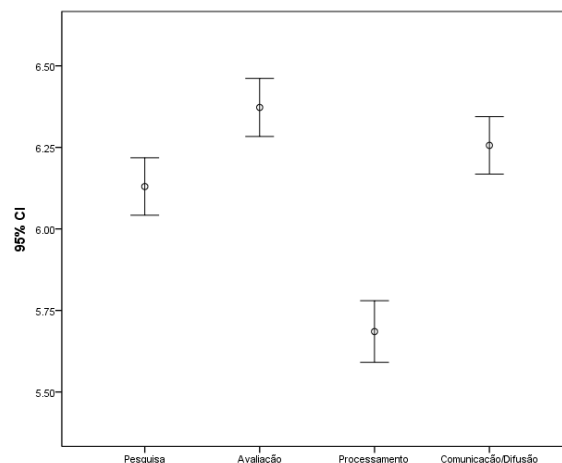


Figura 1:

Ilustração gráfica das categorias na dimensão Importância.

Os resultados revelam que a categoria que os estudantes elegem como mais importante é a comunicação/difusão da informação, sendo a menos importante a pesquisa de informação, seguida do processamento da informação.

Realizou-se igualmente uma análise através da ANOVA, com medidas repetidas para os fatores na dimensão autoavaliação. A análise dos resultados da Figura 3 permite constatar a existência de diferenças significativas entre as categorias  $F(3, 38)=21.06$ ,  $p<0.001$ ,  $\eta^2=.01$ .



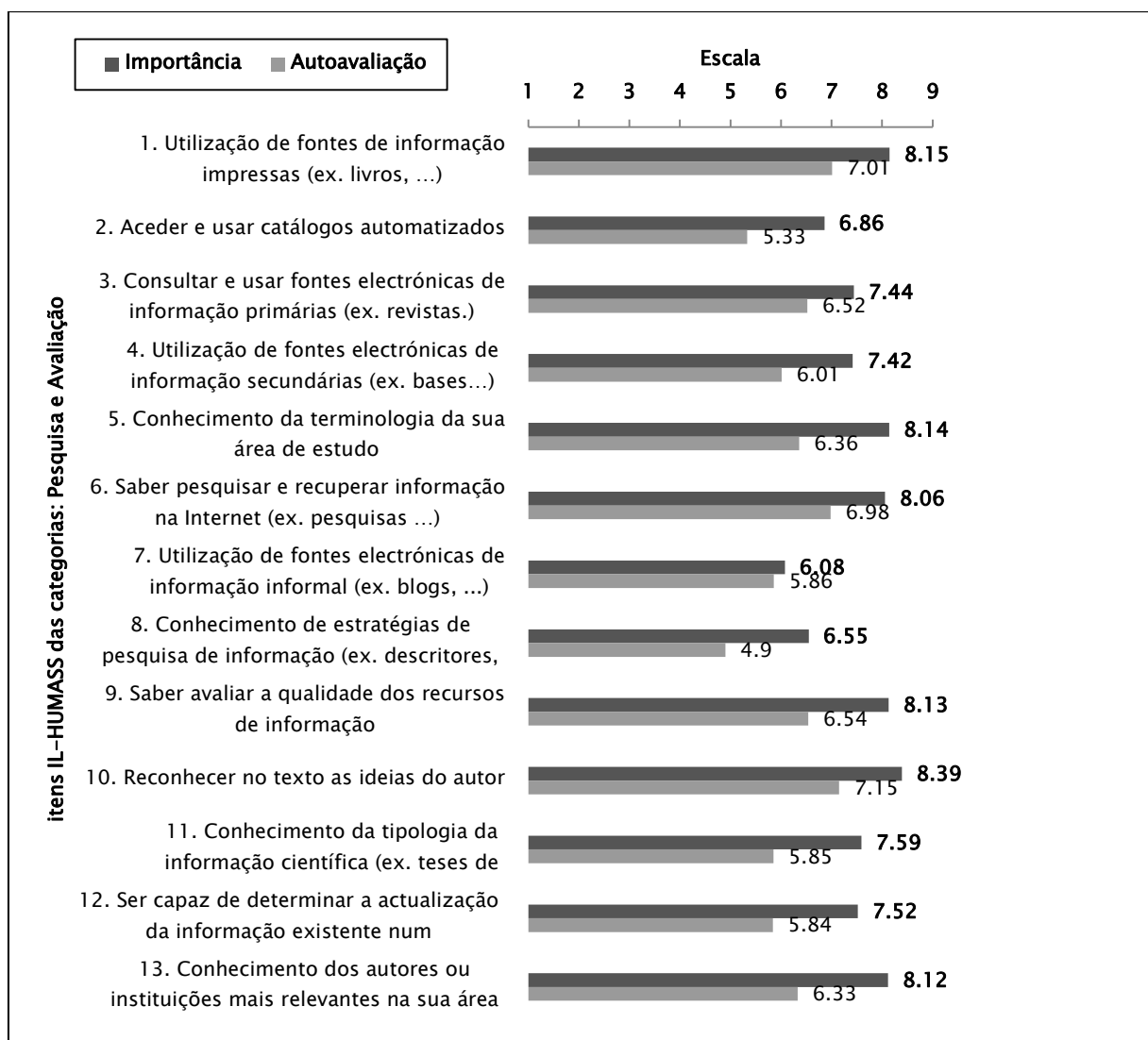
**Figura 2:**

Ilustração gráfica das categorias na dimensão Autoavaliação.

Os resultados indicam que o fator mais importante para os estudantes universitários na autoavaliação de aquisição de competências foi o da avaliação da informação e o fator que percebem com menor nível de aquisição é o fator processamento da informação, precisamente um dos fatores a que concedem menos importância. O processamento de informação surge como uma competência crítica e deficitária a necessitar de oportunidades de melhoria.

Realizando uma análise exploratória geral dos dados (Figura 3), verifica-se que a competência que os estudantes da área das Ciências Sociais e Humanas consideram menos importante é a «Utilização de fontes eletrónicas de informação informal (e.g., blogues, listas de distribuição, ...)» ( $M=6.08$ ), que está dentro do fator pesquisa da informação. Pelo contrário, a competência que consideram a mais importante de todas é «Saber redigir um documento (e.g., relatório, trabalho académico, ...)» ( $M=8.51$ ), que está dentro do fator de comunicação e difusão da informação.

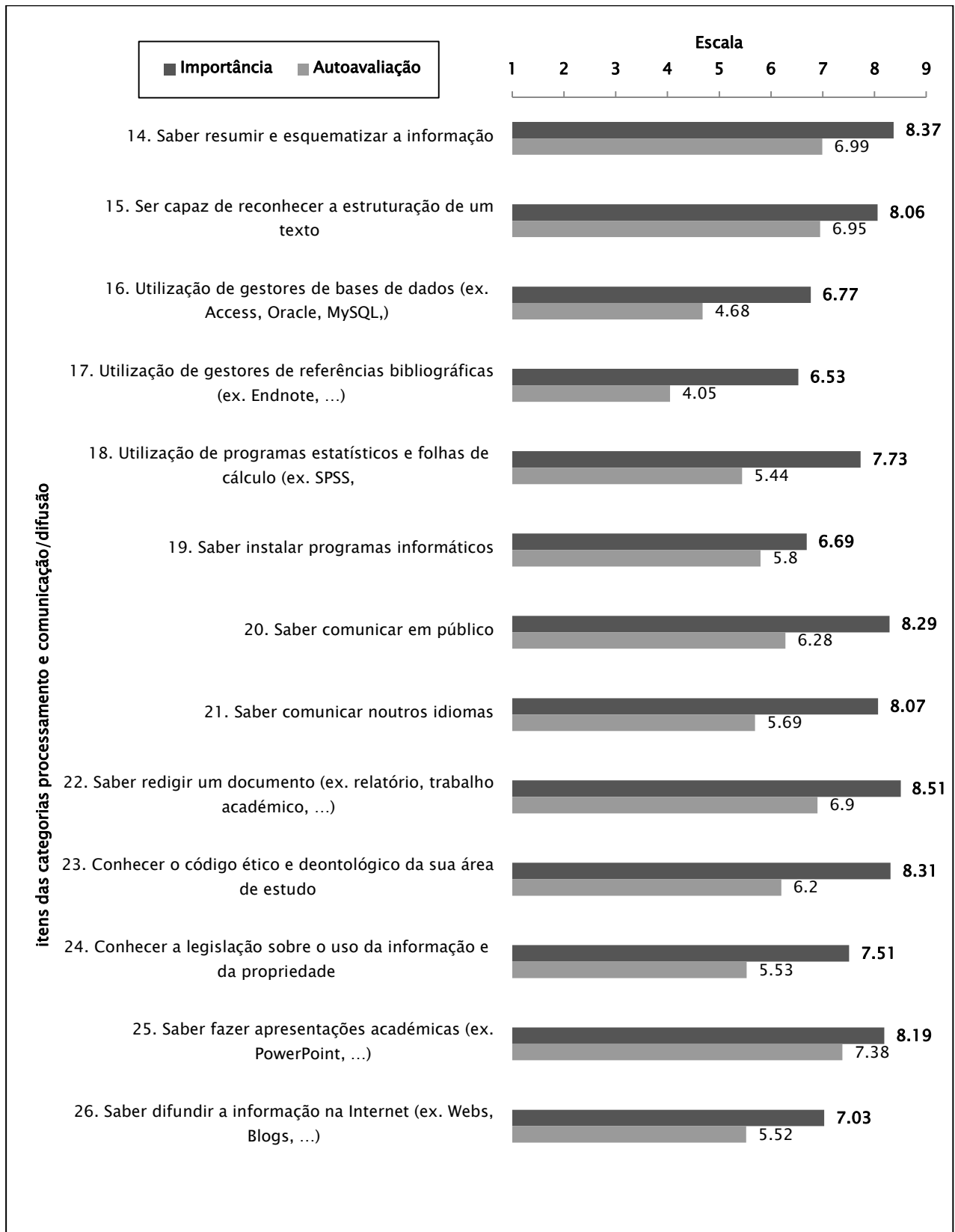




**Figura 3:**

Valores médios para as dimensões importância e autoavaliação nas categorias pesquisa e avaliação da informação.

No que se refere à autoavaliação do desempenho (Figura 4), consideram-se bastante competentes em «Saber fazer apresentações académicas (e.g., *PowerPoint*)» ( $M=7.38$ ), dentro do fator de comunicação/difusão da informação e a competência que consideram pior adquirida é «Ser capaz de determinar a atualização da informação existente num recurso» ( $M=3.14$ ), pertencente ao fator avaliação da informação.



**Figura 4:**

Valores médios para as dimensões importância e autoavaliação nas categorias processamento e comunicação/difusão da informação.

Uma análise exploratória às duas dimensões permitiu identificar uma competência que caracterizasse os estudantes como a mais e a menos importante e a melhor e a pior adquirida. Os resultados apresentados na Tabela 5 permitiram também evidenciar que os fatores pesquisa, avaliação e comunicação/difusão da informação são considerados pelos estudantes como as competências mais importantes a coincidir com as competências em que estes percebem estar melhor preparados. Pelo contrário, a competência menos importante coincide com a competência menos adquirida nos fatores avaliação e processamento da informação.

**Tabela 5:**  
Análise exploratória, médias dos itens das competências por categorias ( $N=1.077$ )

<b>Categorias</b>	<b>Competência mais importante</b>	<b>Competência menos importante</b>	<b>Competência melhor adquirida</b>	<b>Competência pior adquirida</b>
<b>Pesquisa</b>	1. Utilização de fontes de informação impressas (e.g., livros, ...)	7. Utilização de fontes eletrónicas de informação informal (e.g., blogues, ...)	1. Utilização de fontes de informação impressas (e.g., livros, ...)	8. Conhecimento de estratégias de pesquisa de informação (e.g., descritores, ...)
<b>M</b>	<b>8.15</b>	<b>6.08</b>	<b>7.01</b>	<b>4.9</b>
<b>Avaliação</b>	10. Reconhecer no texto as ideias do autor	12. Ser capaz de determinar a atualização da informação existente num recurso	10. Reconhecer no texto as ideias do autor	12. Ser capaz de determinar a atualização da informação existente num recurso
<b>M</b>	<b>8.39</b>	<b>7.52</b>	<b>7.15</b>	<b>3.14</b>
<b>Processamento</b>	14. Saber resumir e esquematizar a informação	17. Utilização de gestores de referências bibliográficas (e.g., EndNote, ...)	14. Saber resumir e esquematizar a informação	16. Utilização de gestores de bases de dados (e.g., Access, Oracle, MySQL, ...)
<b>M</b>	<b>8.37</b>	<b>6.53</b>	<b>6.99</b>	<b>4.68</b>
<b>Comunicação / Difusão</b>	22. Saber redigir um documento (e.g., relatório, trabalho académico, ...)	24. Conhecer a legislação sobre o uso da informação e da propriedade intelectual	25. Saber fazer apresentações académicas (e.g., PowerPoint, ...)	26. Saber difundir a informação na Internet (e.g., webs, blogues, ...)
<b>M</b>	<b>8.5</b>	<b>7.51</b>	<b>7.38</b>	<b>5.52</b>

## Oportunidades de melhoria

Efetuiu-se a análise das competências de informação dos estudantes que registaram um maior diferencial (*gap*) entre a importância e autoavaliação. Eis os itens críticos que registaram maiores diferenças e que poderão ser considerados como oportunidades de melhoria, a saber:

- Utilização de gestores de referências bibliográficas (e.g., EndNote, Reference Manager, ...) [2.48]
- Utilização de programas estatísticos e folhas de cálculo (e.g., SPSS, Excel, ...) [2.29]
- Saber comunicar em público [2.01]
- Saber comunicar noutros idiomas [2.38]
- Conhecer o código ético e deontológico da sua área de estudo [2.11]

## Ano de curso

De seguida apresenta-se, na Tabela 6, uma análise exploratória por ano de curso <sup>ii</sup> para averiguar se havia diferenças significativas quanto às dimensões importância e autoavaliação das competências.

Na análise da variável – ano de curso, depois de verificada a homogeneidade de variância (*teste de Levene* –  $p=.463$ ), os resultados da ANOVA mostraram diferenças significativas apenas para cinco dos oito fatores: importância da pesquisa, autoavaliação da pesquisa, importância da avaliação, autoavaliação da avaliação e autoavaliação da comunicação/difusão da informação.

**Tabela 6:**  
ANOVA para os cinco fatores significativos em função do ano de curso

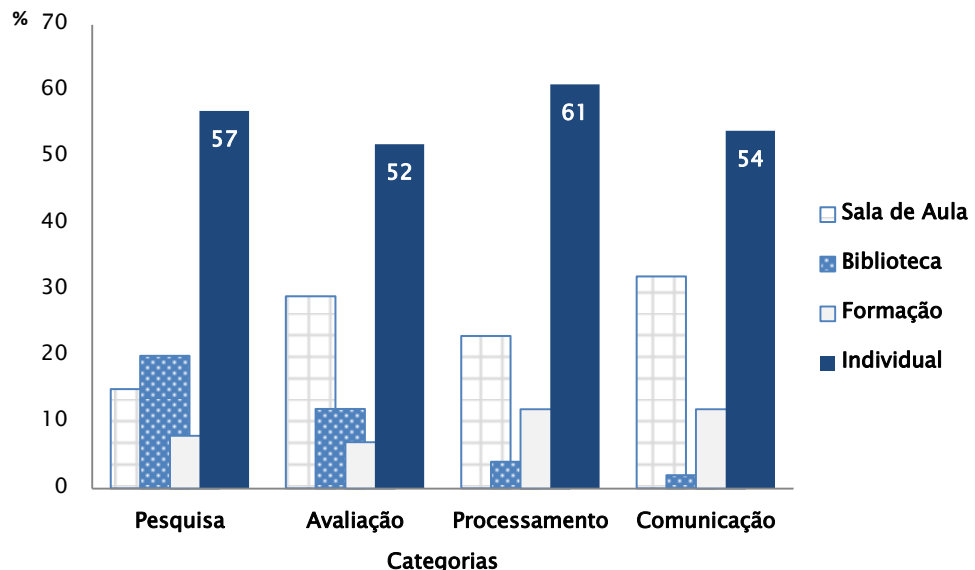
Fator	Dimensão	ANOVA		Ano de Curso
		<i>F</i>	<i>p</i>	Ordem de Maior a Menor ( <i>Tukey</i> )
Pesquisa	Importância	4.94	.001	5°, 4°, <b>M</b> , 3°, 2°, 1°
	Autoavaliação	6.21	.001	5°, 4°, 2°, 3°, <b>M</b> , 1°
Avaliação	Importância	3.26	.005	5°, 4°, 2°, <b>M</b> , 3°, 1°
	Autoavaliação	15.17	.001	5°, <b>M</b> , 4°, 2°, 3°, 1°
Comunicação	Autoavaliação	8.95	.001	2°, 5°, <b>M</b> , 4°, 3°, 1°

Para localizar as diferenças entre os grupos realizaram-se os testes *post hoc* de Tukey, verificando-se que os estudantes do 5º e do 4º ano surgem maioritariamente em todos os fatores com resultados estatisticamente significativos; observa-se ainda que são estes estudantes que concedem mais importância às competências e os que se sentem melhor preparados. Por outro lado, são os estudantes dos primeiros anos de curso (1º e 3º ano) os que se sentem menos preparados e os que concedem menor importância às competências.

Verifica-se uma exceção na dimensão de autoavaliação no fator comunicação/difusão da informação, assim como na categoria pesquisa de informação, em que são os estudantes do 5º ano que se sentem menos preparados (Tabela 6). Não se verifica, para esta variável, diferenças quer na importância quer na autoavaliação para a categoria processamento de informação. Estes resultados vêm realçar a importância de reconhecer diferentes necessidades de informação que caracterizam os estudantes ao longo do ciclo académico.

### Fontes de aprendizagem

Os resultados da terceira variável do questionário IL-HUMASS, fontes de aprendizagem preferenciais, são reveladores. Os estudantes assinalaram para cada um dos itens do questionário como adquiriram cada uma das competências, isto é, individualmente (autoaprendizagem), sala de aula, ações de formação, biblioteca ou outras fontes (Figura 5).



**Figura 5:**  
Fontes preferenciais de aprendizagem dos estudantes por categorias.

A preferência individual dos estudantes é maioritária em todas as categorias, com maior destaque no processamento da informação (61%), logo de seguida pela pesquisa da informação (57%). A biblioteca apenas aparece como fonte de aprendizagem com alguma expressão na categoria pesquisa da informação (20%). A sala de aula surge como suporte à aprendizagem na categoria comunicação (32%). Os cursos de formação são uma preferência escassa pelos estudantes universitários.

No que respeita à análise global das fontes preferenciais de aprendizagem pelos estudantes observa-se, nos resultados apresentados na Figura 6, uma escolha maioritária (53%) na fonte de aprendizagem individual, negligenciando as demais fontes de aprendizagem: a biblioteca com 9%, a sala de aula (26%) e, por último, a fonte ligada às ações de formação (8%).

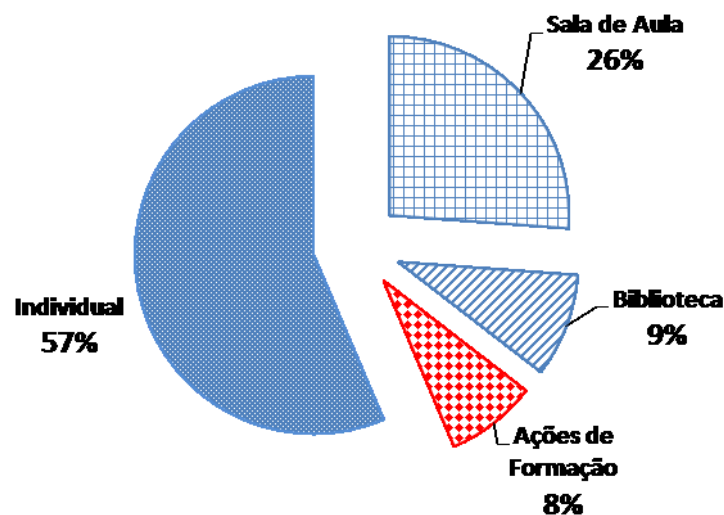


Figura 6:  
Fontes preferenciais de aprendizagem dos estudantes.

### Sugestões dos estudantes

No final do questionário surge uma pergunta aberta com a seguinte mensagem: «Assinale algumas necessidades na sua formação académica de modo a obter uma maior competência informacional». No total de 1.077 estudantes, 403 (43,5%) responderam à questão aberta. Muitas das respostas dos estudantes enfatizam a importância dos itens do questionário como promotores no desenvolvimento de competências, no uso e na gestão da informação e inseridas em espaços de aprendizagem e oportunidades de melhoria. Outras sugestões dos estudantes incluem: importância de formação no uso das bases de dados (descritores) e na seleção de fontes; melhoria da comunicação (apresentações) em público; maior formação no domínio dos *packages* estatísticos (SPSS) e recursos informáticos (*webs*,

Excel,...); importância manifestada na aprendizagem de línguas (inglês); relevância de situações de aprendizagem na redação de trabalhos acadêmicos (normas de estilo,...); importância das aulas práticas em detrimento das teóricas na aprendizagem de estratégias de pesquisa de informação em várias plataformas (*EBSCO, Web of Science, CogPrints, RCAAP, B-ON,...*), assim como na utilização das fontes bibliográficas e no melhor conhecimento dos serviços e recursos existentes nas bibliotecas. Vários estudantes manifestam a importância da formação em literacia da informação e a sua integração na estrutura curricular.

## Discussão

Sobre a avaliação das qualidades psicométricas do questionário, a análise quantitativa confirma a estrutura fatorial do IL-HUMASS no que concerne às dimensões importância e à autoavaliação do nível de destreza, as quais são compostas por quatro fatores correlacionados: pesquisa da informação, avaliação da informação, processamento da informação e comunicação/difusão da informação.

Os resultados obtidos permitem igualmente evidenciar uma adequada validade fatorial e fiabilidade na amostra em estudo, revelando-se um instrumento de diagnóstico sensível, válido e fiável na avaliação de competências em literacia da informação em estudantes universitários.

Tomando como referência os resultados da análise quantitativa, observa-se que a aprendizagem das competências informacionais é um tema relevante para os estudantes universitários portugueses. A autoavaliação que realizam das competências de informação situa, no seu vértice, a comunicação e a difusão de informação, sendo esta conclusão congruente com os princípios básicos da formação académica.

No extremo oposto, os estudantes situam duas competências como menos importantes: a da pesquisa da informação e a do processamento da informação, que curiosamente são as mais próximas das competências tecnológicas. Ao mesmo tempo, observa-se coerência entre as competências que consideram mais importantes e aquelas em que têm maior destreza face àquelas competências que consideram menos importantes e onde se percebem menos preparados. Um exemplo concreto é evidenciado na categoria processamento da informação.

Há que consciencializar os estudantes da importância que têm estas competências na sua formação, pois os resultados da análise das correlações entre as várias categorias ponderam que quanto mais importância concedem a uma competência mais autoeficazes se sentem nela. Apesar de ser o resultado de uma correlação levanta uma hipótese a testar em futuros estudos: quanto maior a autoavaliação percebida pelos estudantes maior a importância atribuída à competência informacional? Afigura-se um resultado importante,

sobretudo com vista à intervenção e com implicações educacionais, de modo que provavelmente quanto mais treinados os estudantes numa determinada competência e maior nível nela adquiriram, maior a importância e o valor atribuídos.

Isto pode indicar que estarão mais motivados para a aprendizagem nessa competência, o que suporia uma retroalimentação positiva neste ciclo de melhoria de aprendizagem. Neste sentido, deveria ir ao encontro de propostas de intervenção. Por exemplo, os resultados obtidos sugerem que a autoeficácia dos estudantes poderá ser potenciada se se empregar uma ampla gama de atividades planificadas por níveis: conferências, reuniões, cursos de curta duração, ateliês, etc. Estes programas deveriam oferecer conteúdos sobre competências digitais para o acesso e organização da informação, especialmente no relacionado com as fontes eletrónicas de informação, em estratégias de pesquisa de informação, em gestão de base de dados (Access, MySQL, etc.) e no uso dos gestores de referências bibliográficas, programas estatísticos, folhas de cálculo e programas informáticos.

Em relação à preferência das fontes de aprendizagem, deteta-se uma prioridade excessiva, apesar dos resultados obtidos suportarem a ideia de que a maioria dos estudantes assinala que adquire melhor as competências informacionais de forma individual. Este resultado é chamativo e tem importantes implicações no atual processo de ensino-aprendizagem, já que a aprendizagem individual não é sinónimo de aprendizagem autónoma. Para que a aprendizagem autónoma se produza e esta seja significativa entende-se que é necessário e imprescindível relacionar a aprendizagem individual com a aprendizagem guiada por um docente (Pinto, 2012; ver também Wertsch, 1985).

Os estudantes assinalam, como segunda preferência de aprendizagem das competências informacionais, a sala de aula, o que poderá constituir uma oportunidade para que os professores incluam conteúdos e atividades relacionadas com o acesso e uso da informação como parte do curriculum formativo. Este facto adquire especial relevância, atendendo a que os estudantes assinalam, em último lugar, os cursos de formação como fonte de aprendizagem na aquisição de competências, isto é, percebem que se formam melhor em competências informacionais na sala de aula do que em cursos independentes.

No entanto, a biblioteca ocupa a penúltima posição na aquisição das competências informacionais. Este dado surpreende, já que aparece como uma fonte menor, pese embora o seu potencial informativo para o futuro do percurso académico dos estudantes que terão de gerir com frequência recursos e fontes de informação atualizadas. Em geral, estas práticas sobre hábitos de aprendizagem da competência informacional implicam que o estudante possua um melhor autoconceito da sua capacidade formativa para adquirir as competências informacionais sem a ajuda da biblioteca (e.g., Pinto & Sales, 2014).



## Conclusões

A literacia da informação insere-se plenamente dentro do esforço das instituições académicas para incluir e desenvolver nos planos de estudo esta competência transversal, especialmente orientada à formação dos estudantes universitários e relacionada com o ciclo de produção, comunicação, recuperação e utilização do conhecimento num contexto de compromisso social e de trabalho em equipa com ajuda das novas tecnologias.

Com este trabalho procurou-se acrescentar conhecimento e inovação com a construção de um instrumento de avaliação de competências de informação. A natureza de autorresposta do questionário IL-HUMASS envolve uma aproximação à autoavaliação que foi até agora raramente proposta e de forma limitada. Promove uma melhor compreensão dos diferentes grupos de utilizadores através de uma análise mista que inclui duas dimensões quantitativas (importância e autoavaliação) e uma dimensão qualitativa (a fonte favorita de aprendizagem).

Verificou-se ainda que uma das originalidades do IL-HUMASS é a sua tripla dimensão (i.e., principal fonte de aprendizagem, importância e autoavaliação do nível de destrezas) que, até à presente data, nenhuma outra pesquisa considerou. O foco na importância das competências dos estudantes, na autoavaliação e na fonte favorita de aprendizagem é claramente uma linha de orientação que se pretende seguir em investigações futuras. A sua validade deve ser julgada pelos seus níveis de compreensão, fluência, objetividade, adequação e relevância. Dado que a literacia da informação é essencial no ensino superior, os fatores que emergiram na construção desta ferramenta confirmaram, neste estudo, a sua consistência interna. Poder-se-á, assim, admitir que os itens correlacionados são críticos para avaliar a literacia da informação básica e que podem ser integrados nos currículos dessas disciplinas.

A partir daqui seria conveniente desenhar propostas de intervenção focalizadas na melhoria das competências relativas ao processamento e pesquisa da informação, já que são as competências em que a autoavaliação, realizada pelos estudantes, assinala como críticas e com necessidades de formação.

Não obstante os contributos referidos, o estudo realizado comporta algumas limitações que devem ser assinaladas com vista a futuros estudos que as possam ultrapassar. O facto de se ter centrado ao nível das análises exploratórias, exclusivamente em jovens universitários, levanta a questão destes estarem, de facto, a pronunciar-se sobre cenários esperados ou observados e não necessariamente sobre experiências pessoais no uso e na gestão da informação. Deverá incluir o teste de diferentes modelos através de

análise fatorial confirmatória. A replicação da investigação, estendendo-a a outros tipos de utilizadores, nomeadamente a professores e a profissionais da informação, poderá acrescentar valor ao estudo efetuado.

A terminar, este estudo sugere várias implicações no âmbito dos processos de aprendizagem. Observa-se que os estudantes dizem praticar a autoaprendizagem em todas aquelas competências relacionadas com a pesquisa e o processamento da informação. Como medida, será aconselhável que tanto professores como profissionais da informação se sensibilizem para que o acesso, uso, processamento e pesquisa de informação sejam integrados no processo formativo dos estudantes e possam contribuir para a melhoria dos resultados de aprendizagem. Implica abordar a aprendizagem por competências informacionais numa perspetiva integradora e no marco de uma planificação curricular adequada.

Por último, este estudo contribui ainda para reduzir a escassez, em Portugal, de instrumentos com bons parâmetros psicométricos, nomeadamente de medida das competências de literacia da informação. Este instrumento de diagnóstico beneficiará, no futuro, do alargamento da sua validação a amostras mais diferenciadas, de modo a generalizar a sua utilização à população de estudantes portugueses na área das Ciências Sociais e Humanas.

## Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer o suporte e a disponibilidade de todos os bibliotecários portugueses que participaram nesta investigação: Clara Macedo, Fernanda Ribeiro, Helena Mesquita, João Leite, Fátima Crespo, Alfredo Ramalho, Joana Santos, Tatiana Sanches e Maria da Luz Antunes pelos seus comentários valiosos e ajuda na recolha de dados.

## Referências

- ACRL (Association of College Research Libraries) (2000) – *Information literacy competency standards for higher education* [Em linha]. Chicago, IL : American Library Association. Disponível na Internet: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/standards/standards.pdf>>
- BRITISH LIBRARY; JISC (2008) – Informe CIBER: comportamiento informacional del investigador del futuro. *Anales de Documentación*. ISSN 1697-7904. Vol. 11, p. 235-258.
- BRUCE, Christine (1997) – *Seven faces of information literacy*. Adelaide : Auslib Press. ISBN 9781875145430

- CATTS, Ralph (2003) – *Information skills survey for assessment of information literacy in higher education*. Canberra : CAUL.
- GÓMEZ–HERNÁNDEZ, Jose Antonio (2010) – Las bibliotecas universitarias y el desarrollo de las competencias informacionales en los profesores y los estudiantes. *Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento (RUSC)*. ISSN 1698–580X. Vol. 7, N° 2, p. 37–47.
- KIRK, Joyce (1995) – Information literacy in an information studies undergraduate course. In BOOKER, Di – *The learning link: information literacy in practice*. Adelaide : Auslib. ISBN 9781875145386. P. 1–9.
- KUHLTHAU, Carol (1991) – Inside the search process: information seeking from the user’s perspective. *Journal of the American Society for Information Science* [Em linha]. Vol. 42, N° 5, p. 361–371. Disponível na Internet: <doi: 10.1002/(SICI)1097–4571(199106)42:5>. ISSN 2330–1643
- LIMBERG, Louise; SUNDIN, Olof (2006) – Teaching information seeking: relating information literacy education to theories of information behavior. *Information Research* [Em linha]. Vol. 12, N° 1, paper 280. Disponível na Internet: <http://www.informationr.net/ir/12-1/paper280.html>. ISSN 1368–1613
- LLOYD, Annemaree. (2006) – Information literacy landscapes: an emerging picture. *Journal of Documentation* [Em linha]. Vol. 62, N° 5, p. 570–583. Disponível na Internet: <doi: 10.1108/00220410610688723>. ISSN 0022–0418
- LOPES, Carlos; PINTO, María (2013) – Desenho e construção do questionário de literacia da informação no ensino superior – IL–HUMASS: estudo qualitativo (Parte 1). *Cadernos BAD* [Em linha]. N° 1/2 [Consult. 2 Mar. 2016], p. 123–139. Disponível na Internet: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1035/1051>>. ISSN 1645–2895
- MARKETWIRED (2008) – *ETS release ICT literacy standards for the iSkills™ assessment* [Em linha]. El Segundo, CA : Marketwired. Disponível na Internet: <<http://www.marketwired.com/press-release/Ets-825083.html>>
- MAYBE, Clarence (2006) – Undergraduate perceptions of information use: the basis for creating user–centered student information literacy instruction. *Journal of Academic Librarianship* [Em linha]. Vol. 32, N° 1, p. 79–85. Disponível na Internet: <doi: 10.1016/j.jacalib.2005.10.010>. ISSN 0099–1333
- NUNES, Manuela Barreto (2007) – Alfabetización y bibliotecas: los espacios de información como entornos de aprendizaje abiertos. *Revista eContenidos* [Em linha]. Vol. 0, N° 1 [Consult. 12 mar. 2015]. Disponível na Internet:

<<http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/271/2/Revista%20Econtenidos%20Alfabetizaci%C3%B3n%20digital.pdf>>

NUNNALLY, Jum C. (1978) – *Psychometric theory*. New York : McGraw–Hill. ISBN 9780070474659

OCLC (2006) – *College students' perceptions of the libraries and information resources: a report to the OCLC membership* [Em linha]. Dublin, OH : OCLC. Disponível na Internet: <<http://www.oclc.org/reports/pdfs/studentperceptions.pdf>>

PINTO, María (2010) – Design of the IL–HUMASS survey on information literacy in higher education: a self–assessment approach. *Journal of Information Science* [Em linha]. Vol. 36, N° 1, p. 86–103. Disponível na Internet: <doi: 10.1177/0165551509351198>. ISSN 1741–6485

PINTO, María (2011) – An approach to the internal facet of information literacy using the IL–HUMASS survey. *Journal of Academic Librarianship* [Em linha]. Vol. 37, N° 2, p. 145–154. Disponível na Internet: <doi: 10.1016/j.acalib.2011.02.006>. ISSN 0099–1333

PINTO, María (2012) – Information literacy perceptions and behaviour among history students. *Aslib Proceedings* [Em linha]. Vol. 64, N° 3, p. 304–327. Disponível na Internet: <doi: 10.1108/00012531211244644>. ISSN 0001–253X

PINTO, María; SALES, Dora (2014) – Uncovering information literacy's disciplinary differences through students' attitudes: an empirical study. *Journal of Librarianship and Information Science* [Em linha]. Vol. 44, N° 1, p. 1–12. Disponível na Internet: <doi: 10.1177/0961000614532675>. ISSN 0961–0006

PINTO, María; SALES, Dora; OSÓRIO, Pilar (2008) – *Biblioteca universitaria, CRAI y alfabetización informacional*. Gijón : TREA. ISBN 9788497043434

PROJECT SAILS (2012) – *Standardized assessment of information literacy skills* [Em linha]. Orange, CA : Kent State University. Disponível na Internet: <<http://www.projectsails.org>>

PUERTAS, Susana; PINTO, María (2010) – El aprendizaje por competencias transversales: la competencia informacional y comunicacional de los estudiantes de la titulación de Comunicación Audiovisual. *Diálogos de la Comunicación* [Em linha]. N° 80. Disponível na Internet: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3719693>. ISSN 1813–9248

RADER, H. B. (2002) – Information literacy 1973–2002: a selected literature review, bibliography. *Library Trends*. ISSN 0024–2594. Vol. 51, N° 2, p. 242–259.

SCONUL Working Group on Information Literacy (2011) – *The SCONUL Seven pillars of information literacy core model for higher education* [Em linha]. London : Society of College, National and University Libraries. Disponível na Internet:

<[http://www.sconul.ac.uk/groups/information\\_literacy/papers/seven\\_pillars.html](http://www.sconul.ac.uk/groups/information_literacy/papers/seven_pillars.html)>

TUOMINEN, Kimmo; SAVOLAINEN, Reijo; TALJA, Sanna (2005) – Information literacy as a sociotechnical practice. *Library Quarterly* [Em linha]. Vol. 75, Nº 3, p. 329–345. Disponível na Internet: <doi: 10.1086/497311>. ISSN 0024–2519

UNIVERSIDAD DE SEVILLA, Biblioteca (2009) – *Las competencias informacionales (CI) en las titulaciones de grado y postgrado de la Universidad de Sevilla: propuesta de integración* [Em linha]. Sevilla : Biblioteca de Universidad de Sevilla. Disponível na Internet:

<<http://formacionbus.pbworks.com/f/Propuesta%2BIntegracion%2BALFIN%2Ben%2BTitulaciones-1.doc>>

VIRKUS, Sirje (2008) – Information literacy in Europe: a literature review. *Information Research* [Em linha]. Vol. 8, Nº 4, paper 159. Disponível na Internet:

<<http://www.informationr.net/ir/8-4/paper159.html>>

WEBBER, Sheila; JOHNSTON, Bill (2000) – Conceptions of information literacy: new perspectives and implications. *Journal of Information Science* [Em linha]. Vol. 26, Nº 6, p. 381–397. Disponível na Internet: <doi: 10.1177/016555150002600602>. ISSN 1741–6485

WEBBER, Sheila; JOHNSTON, Bill (2006) – Working towards the information literate university. In WALTON, Geoff; POPE, A. – *Information literacy: recognizing the need*. Oxford : Chandos. ISBN 9781843342434. P. 47–58.

WERTSCH, James V. (1985) – *Vygotsky and the social formation of mind*. Cambridge, MA : Harvard University Press. ISBN 9780674943513

**Anexo A**

Questionário IL-HUMASS (Pinto, 2010)

Na atual Sociedade da Informação e do Conhecimento é importante aceder, analisar e utilizar a informação de forma adequada. Para isso, segundo as diretrizes do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES), são necessárias uma série de competências e habilidades relacionadas com a pesquisa, avaliação, gestão, uso e difusão da informação. Este questionário pretende conhecer a opinião sobre as suas competências na gestão e uso da informação. Por favor, indique como avalia as seguintes competências que na escala fornecida melhor expressa a sua resposta, onde 1 corresponde a 'baixa competência' e 9 a 'alta competência'. Pedimos que avalie cada competência relativo a três dimensões (importância, autoavaliação e fonte favorita de aprendizagem) descritas de seguida.

Importância:	Avalie a importância das seguintes competências para o seu desenvolvimento académico		
Autoavaliação:	Avalie o seu nível de destreza nas seguintes competências		
Fonte de	Onde aprendeu estas competências? (Aulas, Biblioteca, Cursos de Formação, Autoaprendizagem, Outros). Selecione a		
Em relação a ...	<b>Importância</b>	<b>Autoavaliação</b>	<b>Fonte de aprendizagem</b>
<b>COMPETÊNCIAS-HABILIDADES</b>	Baixa      Alta 1 2 3 4 5 6 7 8 9	Baixa Alta 1 2 3 4 5 6 7 8 9	A Aulas C Cursos B Biblioteca Au Autoaprendizagem O Outros
<b>PESQUISA DA INFORMAÇÃO</b>			
1. Utilização de fontes de informação impressas (ex. livros,...)			
2. Aceder e usar catálogos automatizados			
3. Consultar e usar fontes eletrónicas de informação primárias (ex. revistas,)			
4. Utilização de fontes eletrónicas de informação secundárias (ex. bases de			
5. Conhecimento da terminologia da sua área de estudo			
6. Saber pesquisar e recuperar informação na Internet (ex. pesquisas			
7. Utilização de fontes eletrónicas de informação informal (ex. blogs, listas			
8. Conhecimento de estratégias de pesquisa de informação (ex. descritores,			
<b>AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO</b>			
9. Saber avaliar a qualidade dos recursos de informação			
10. Reconhecer no texto as ideias do autor			
11. Conhecimento da tipologia da informação científica (ex. teses de			
12. Ser capaz de determinar a atualização da informação existente num			
13. Conhecimento dos autores ou instituições mais relevantes na sua área de			
<b>PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO</b>			
14. Saber resumir e esquematizar a informação			
15. Ser capaz de reconhecer a estruturação de um texto			
16. Utilização de gestores de bases de dados (ex. Access, Oracle, MySQL,...)			
17. Utilização de gestores de referências bibliográficas (ex. EndNote,			
18. Utilização de programas estatísticos e folhas de cálculo (ex. SPSS,			
19. Saber instalar programas informáticos			
<b>COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO</b>			
20. Saber comunicar em público			
21. Saber comunicar noutros idiomas			
22. Saber redigir um documento (ex. relatório, trabalho académico,...)			
23. Conhecer o código ético e deontológico da sua área de estudo			
24. Conhecer a legislação sobre o uso da informação e da propriedade			
25. Saber fazer apresentações académicas (ex. PowerPoint,...)			

26. Saber difundir a informação na Internet (ex. Webs, Blogs,...)									
Categoria	<input type="checkbox"/> Estudante	<input type="checkbox"/> Professor					<input type="checkbox"/> Bibliotecário		
Sexo	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino	Idade	Universidade:					
Curso			Ano	1°	2°	3°	4°	5°	Mestrado
<b>Muito obrigado pela sua colaboração.</b>									

<sup>i</sup> O presente artigo desenvolve e aprofunda uma comunicação apresentada no 11.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, entre os dias 18, 19 e 20 de outubro de 2012.

<sup>ii</sup> Considera-se, no estudo, a variável independente - ano de curso - em que estão inseridos os participantes com a seguinte designação: 1º, 2º e 3º ano - 1º Ciclo; e 4º e 5º ano, pertencentes aos mestrados integrados - 2º Ciclo (planos de estudos em conformidade com Bolonha); e a menção a Mestrado (M) respeitante aos mestrados não integrados.

## Repositórios institucionais: constrangimentos no processo de disponibilização de conteúdos científicos<sup>i</sup>

---

Joaquim Luís Costa

CERT – Centro de Estudos do Românico e do Território; IPCA / ESG

[luisoc@portugalmail.com](mailto:luisoc@portugalmail.com)

Judite A. Gonçalves Freitas

CEPESE/FCT/UP; FCHS/UEP e FCSH/UNL

[judisatier@gmail.com](mailto:judisatier@gmail.com); [jfreitas@uep.edu.pt](mailto:jfreitas@uep.edu.pt)

### Resumo

O objeto deste artigo é o de contribuir para a compreensão do novo cenário da comunicação científica em Portugal no século XXI e o papel dos repositórios institucionais nesse processo, salientando os principais constrangimentos das práticas de depósito a partir do estudo recente que efetuamos sobre os repositórios institucionais das universidades públicas portuguesas. Princípios pela problematização do conceito de «repositório» considerando as teses de autor e fechando com a nossa formulação. A análise desenvolve-se em torno de um tópico essencial no estudo das atuais práticas dos repositórios institucionais em acesso aberto, a relação estabelecida entre os produtores de ciência e os «armazéns de conhecimento» e os constrangimentos colocados pela atual forma de organização da ciência nas plataformas. Apontam-se os principais constrangimentos ao autoarquivo, à disponibilização e ao acesso à informação científica em Portugal. Por fim, estima-se o grau de adaptação das ciências humanas e sociais ao uso dos repositórios institucionais.



**Palavras-chave:** Comunicação científica, Repositório institucional (organização), Acesso livre, Ciência da Informação.

## **Institutional repositories: constraints on the availability process of scientific content**

### **Abstract**

The purpose of this article is to contribute to understanding the new scenario of the scientific communication in Portugal in the 21st century, and the role of the institutional repositories in that process, highlighting the main constraints of the deposit practices from the recent study that we undertook about the institutional repositories of the Portuguese public universities. We start by questioning the concept of «repository» considering the author thesis and end with the formulation of our thesis. The analysis develops around an essential subject in the study of current practices in the open access institutional repositories, the relationship established between the science producers and the «knowledge databases» and the constraints created by the current way of organizing knowledge in the platforms. We point out the constraints to self-archiving, to the availability and access to scientific information in Portugal. Finally, we estimate the degree of adaptation of the human and social sciences to the use of the institutional repositories.

**Key-words:** Scholarly communication, Institutional repositories (organization), Open Access, Information Science.

### **Introdução**

Nos inícios dos anos 90 a concentração editorial em poucas empresas, associada a uma política de vendas agressiva, provocou um aumento exponencial dos preços dos periódicos científicos. Este aumento, rapidamente, ultrapassou em muito os valores da inflação. No Reino Unido, um país de referência internacional neste âmbito, o valor das publicações periódicas, entre os anos de 1991 e 2001, subiu 158% enquanto a subida da inflação foi de apenas 28% (Simões, 2012, p. 9).

O aumento brusco dos preços das publicações periódicas trouxe consequências negativas para a ciência em geral. A mais visível foi a diminuição ou cancelamento de assinaturas por parte das instituições ao serviço da divulgação científica. Este movimento de contração fomentou a diminuição da visibilidade dos investigadores e a redução do reconhecimento das instituições científicas. Este processo ficou, historicamente, conhecido como a *Crise dos periódicos*, tendo-se revelado pela insuficiência do sistema de comunicação científica. Em paralelo à instalação da *Crise*, no mundo ocidental, começou a despoletar a corrente de opinião que defendia que os resultados da atividade científica, muitas vezes obtidos através de financiamentos estatais, deviam ser públicos e, por conseguinte, não serem apropriados de forma indevida pelos editores (Marcondes e Sayão, 2009, pp. 10-13).

Esta insatisfação constituiu um alerta, mormente para as comunidades académicas e científicas, para procurarem alternativas ao sistema tradicional de comunicação de ciência.

Uma das soluções vislumbradas foi o recurso à disponibilização em *Open Access* de revistas e livros digitais, sobretudo com a criação de repositórios institucionais. Estas plataformas institucionais, desde então, têm visto crescer a aceitação nas instituições de ensino superior de todo o mundo.

Na atualidade, a gestão do conhecimento nas universidades constitui uma questão de importância primacial no contexto de um crescente valor social da informação científica. O movimento do *Open Access* veio proporcionar condições favoráveis ao incremento da criação dos repositórios nos meios académicos, cada vez mais valorizados pelas comunidades científicas, apoiando e tornando mais ampla a divulgação dos resultados das respetivas pesquisas.

### **Repositórios institucionais: conceito**

Tendo em conta que o produtor de ciência sempre aspirou a criar meios que lhe facultassem a possibilidade de reunir e disponibilizar informação, neste artigo principiaremos por analisar o conceito de «repositório».

O conceito em questão não é consensual. As aceções são múltiplas variando de uma noção abrangente e polissémica a um termo mais restrito e confinado. No conjunto vasto das definições de repositório, a maioria delas tem colocado a tónica no conteúdo, nos serviços e nas possibilidades que este meio oferece no processo de transformação do modelo tradicional de divulgação de ciência (Jean *et al.*, 2011, p. 21).

Partindo de uma visão dualista, Coelho (2005, p. 3) considera que um repositório é constituído por documentos primários (artigos, livros, teses), digitalizados ou eletrónicos, permitindo o acesso à distância. Este conceito remete para a ideia de organização composta por serviços e recursos, com os objetivos de organizar e distribuir a informação, conservando a integridade dos documentos digitais.

Por seu turno, Ferreira (2007, p.79) interpreta estas plataformas numa perspetiva tradicionalista, como sendo uma readaptação das antigas bibliografias especializadas, para aumentar a visibilidade e o valor público das universidades.

Batista *et al.* (2007, p.5) defendem uma perspetiva diversa da de Ferreira (2009) ao afirmar que um repositório não pode ser confundido com uma biblioteca digital, onde toda a informação gerada pela instituição é colocada no repositório, incluindo informação de carácter administrativo. Para estes autores, o repositório deve ser a face visível dessa instituição; por conseguinte, apenas o material de qualidade deve ser depositado (artigos publicados em revistas, teses e dissertações defendidas).

Todavia, Dodebei discorda em parte da definição de Batista *et al.* (2007), apresentando uma visão de tendência tradicionalista: os repositórios devem ser encarados como uma biblioteca-arquivo digital. Na opinião da autora, a separação tradicionalmente efetuada entre o Arquivo e a Biblioteca, marcada pela natureza de respetivo acervo não faz grande sentido. Para a autora, a separação histórica entre os arquivos, representantes da memória administrativa da instituição, e as bibliotecas, encaradas como a memória da

produção técnico-científica e cultural da sociedade, num equilíbrio entre a oferta e a procura de informação não é a melhor opção (Dodebei, 2009, p.92).

Se as definições de Coelho (2005), Ferreira (2007) e Dodebei (2009) parecem enraizadas num conceito de repositório com fins de armazenamento de informação em geral, posição contrária tem Kuramoto que, em 2009, defende uma noção semelhante à de Batista *et al.* (2007) ao afirmar que a ideia de repositório, como um armazém estático de informação digital está ultrapassada. Para Kuramoto (2009, p. 203), os repositórios são um sistema de informação que permite maior facilidade de comunicação, colaboração institucional e demais formas de interação dinâmica entre os produtores de informação e os utilizadores.

Haja em vista as distintas concepções, Guimarães, Silva e Noronha (2009, pp.268-269) chegam à conclusão que o conceito em análise ainda se presta à polissemia, contribuindo frequentemente para a indefinição.

Ainda que não exista um conceito unívoco e preciso, verificámos que o princípio orientador da criação destas plataformas está presente em todas as definições; ou seja, o repositório constitui uma ferramenta para disponibilizar, a baixo custo e em acesso livre, a informação científica. Estes atributos constituem as principais vantagens destas plataformas digitais, mormente em ambiente universitário.

A fechar este tópico, damos conta da concepção de repositório institucional por nós elaborada no contexto do estudo que fizemos sobre os repositórios institucionais das universidades portuguesas nas áreas das humanidades e das ciências sociais. No nosso entendimento repositório corresponde a um serviço digital tendencialmente de cariz universitário, estruturado em comunidades institucionais e/ou científicas que traduzem, de forma ponderada, a estrutura organizacional da entidade, aberto à livre participação na disponibilização de documentos primários e de conhecimento científico por parte dos serviços, dos seus autores e demais colaboradores (Costa, 2016, p.344).

Esta definição visa contribuir para uma noção mais rigorosa e abrangente de repositório, tanto mais que, primeiramente, colocamos a tónica na necessidade de se criar com maior rigor a estrutura interna das plataformas, considerando a liberdade de ação dos autores e, finalmente, concebemos uma asserção conciliadora e integradora sobre a documentação que deve ser depositada (Costa, 2016, p.344).

## **Práticas institucionais: vantagens e constrangimentos**

As origens dos repositórios reportam aos países do hemisfério norte, expandindo-se posteriormente para o hemisfério sul. Os EUA lideraram este processo (Costa e Leite, 2009, p.186), sendo neste país que, em 1991, surgiu o ArXiv, o primeiro repositório digital lançado pelo Laboratório Nacional de Los Alamos (Marcondes e Sayão, 2009, p.16).

De acordo com dados do OpenDoar de 2016, os EUA ocupam o primeiro lugar com 470 repositórios, logo seguidos pelo Reino Unido e Japão com 237 e 190 plataformas, respetivamente. O mesmo sítio digital informa que em Portugal existem 48 repositórios (OpenDOAR, 2016).

Neste contexto compreende-se a importância atual dos repositórios institucionais nos países mais desenvolvidos do mundo. Os autores compulsados realçam as vantagens destas plataformas por proporcionarem aos criadores de conhecimento o acesso à produção científica global e permitirem um aumento exponencial da velocidade de disseminação, para além da considerável redução de custos de subscrição. Este conjunto de vantagens revela-se da maior importância na criação de novo conhecimento, para além de, inevitavelmente, se traduzir num aumento do número das citações e, por consequência, do impacto da investigação de autor (Allen, 2005, pp. 15-16).

Por seu lado, Swan e Brown (2005) realçam o aspeto pouco abordado da utilidade das plataformas para os autores que não conseguem colocar os trabalhos científicos num periódico, constituindo os repositórios uma alternativa, pois permitem que os estudos fiquem disponíveis em linha e ao mesmo tempo sejam avaliados cientificamente por pares, por forma a serem melhorados (Swan e Brown, 2005, p.5).

Devemos salientar também que as vantagens da utilização das plataformas digitais são partilhadas igualmente com as instituições científicas. Para Ferreira (2007) e Kuramoto (2009), os repositórios podem servir como indicadores tangíveis, nomeadamente no número das consultas, transferências e citações, da qualidade e relevância científica das atividades de investigação realizadas nas instituições (Ferreira, 2007, p. 79; Kuramoto, 2009, p. 203). Deste modo, os repositórios contribuem para o aumento do prestígio das instituições não apenas em termos científicos, mas também a nível social e económico; circunstância que, de algum modo, irá aumentar a visibilidade e o valor público da instituição (Marques e Maio, 2007, p.5). Esta tese é corroborada por Saraiva *et al.* (2012) quando expõe uma das mais relevantes motivações para a criação de repositórios no nosso país: a vontade das instituições em aumentar a visibilidade pública da produção científica (Saraiva *et al.*, 2012, p. 6).

Finalmente importa referir que, indiretamente, os benefícios são extensíveis aos países. A construção de uma rede de repositórios institucionais, integrando a produção científica nacional, favorece os indicadores essenciais para o financiamento científico de um país, podendo significar uma maior evidência no investimento em ciência (Kuramoto, 2009, p. 203).

Em Portugal, atualmente, os repositórios fazem já parte dos meios científicos, constituindo uma importante ferramenta para a comunicação de ciência. Todas as universidades têm a sua plataforma e procuram através de políticas de mandato e de formas de sensibilização – por exemplo, com ações de divulgação junto dos grupos de interesse –, aumentar o número de documentos disponíveis.

Não obstante o recente esforço que, sabemos, é reconhecido por todos, o volume de materiais armazenados nos repositórios permanece baixo se comparado com o volume total de conhecimento produzido. Segundo Marques e Maio (2007, p. 8), o índice de material científico depositado rondava, em 2007, os 15% do total produzido. Este número ilustra o desfasamento entre o volume de documentos produzidos e o volume dos depositados.

No caso português a proporção é bem menor, cifrando-se em cerca de 10% do total produzido, muito embora se assista, segundo Saraiva *et al.* (2012, p. 5), a um crescimento gradual desde meados da primeira década deste século. Este problema é também

identificado por Rodrigues e Rodrigues (2012, p. 2), quando referem que os repositórios continuam a apresentar níveis de crescimento não condicentes com a produção total de conhecimento científico, pesem embora as políticas de depósito obrigatório que condicionam os autores a considerarem o depósito dos seus trabalhos nas plataformas digitais.

Do nosso ponto de vista, estes indicadores quantitativos evidenciam que os benefícios a retirar do uso dos repositórios estão muito aquém do desejado, e que a imagem tradicional dos inconvenientes associados à disponibilização de materiais científicos nas plataformas ainda tem um peso considerável junto dos autores na altura de considerarem o depósito da produção científica.

De facto, diversas razões têm sido apontadas para os autores não disponibilizarem conhecimento nos repositórios, nomeadamente a falta de proteção dos direitos de autor (Davis e Connolly, 2007, p. 2). Na verdade, existe a possibilidade do depósito nas plataformas interferir com a publicação em revista tradicional que, regra geral, exige a exclusividade e originalidade da publicação (Allen, 2005, p. 50). Entretanto, têm sido dados significativos passos para ultrapassar estes receios<sup>ii</sup>, se bem que ainda não se tenha chegado a uma situação de equilíbrio entre a ciência produzida e a depositada nos repositórios. Ora isto parece indiciar que os repositórios ainda não são suficientemente persuasivos junto dos produtores de conhecimento. Esta situação leva-nos a considerar outras razões para que os repositórios não sejam utilizados de forma mais regular e afirmativa pelos investigadores.

Do nosso ponto de vista, os motivos principais estão relacionados com questões internas, nomeadamente aquelas que reportam às fases de conceção e desenho das plataformas. Aliás, se considerarmos a literatura especializada, verificamos que muitos autores realçam essa possibilidade, quando aludem à diminuta comunicação entre os criadores das plataformas e as comunidades científicas (Marques e Maio, 2007, p. 8). Deste modo, os estudiosos evocam o escasso envolvimento dos autores e das comunidades produtoras aquando da criação das plataformas.

Seaman (2011) salienta precisamente o facto de, por vezes, as plataformas serem criadas sem que se atendam às necessidades de docentes e investigadores (Seaman, 2011, p. 2). Este autor manifesta-se contra o modo como são criados os repositórios institucionais, procedendo a uma vigorosa crítica ao procedimento dos gestores das plataformas. Seaman (2011), considera que os gestores pensam de maneira errada ao conceberem os repositórios como plataformas onde cabem todas as comunidades científicas. Este mesmo autor justifica este argumento com a análise a que procedeu a 446 repositórios dos EUA. Seaman constatou que uma percentagem considerável deles tem menos de mil registos, o que é manifestamente pouco (Seaman, 2011, p. 3).

Esta presumível falha de colaboração entre entidades – gestores de repositórios e produtores de ciência – condiciona, em boa medida, o sucesso dos repositórios. Porém, do nosso ponto de vista esta não constitui a única dificuldade justificativa do «minguado» depósito de documentos. Consideramos que existem outros fatores que podem desincentivar o depósito de documentos científicos.

Mau grado todos os esforços dos gestores das plataformas institucionais, existem, não raras vezes, lacunas internas na conceção das plataformas que dificultam a difusão das

práticas de depósito institucionais, conforme adiante referiremos. Naturalmente que estas condicionantes impedem o estabelecimento de um equilíbrio entre conhecimento produzido e o disponibilizado nos repositórios.

No estudo que fizemos dos repositórios institucionais das universidades públicas portuguesas nas áreas das humanidades e das ciências sociais, a estratégia metodológica partiu, numa primeira fase, da análise crítica e exploratória, sob o ponto de vista da ótica do utilizador, das plataformas das universidades públicas nacionais, dando especial enfoque à organização dos repositórios, no que concerne à conceção da estrutura interna, à forma de organização das comunidades científicas e à classificação do conhecimento em tipologias documentais (Costa, 2016).

A razão para que a nossa abordagem privilegie os repositórios das universidades públicas radica essencialmente por ter sido nestas universidades que se deram os primeiros passos na implementação das plataformas digitais em Portugal (Costa, 2016, p.135).

Convém esclarecer que este exercício e, em particular os exemplos citados, não pretendem colocar em causa a política interna das instituições, mas antes chamar a atenção para eventuais deficiências que estejam a prejudicar a utilização das plataformas e a visibilidade institucional. Neste quadro, a nossa perspetiva é a da crítica positiva, no sentido de darmos o nosso contributo para a melhoria e aperfeiçoamento da lógica criativa das plataformas.

De um modo geral, um repositório encontra-se estruturado em função das unidades orgânicas e/ou das unidades de investigação de cada instituição. Cada unidade orgânica ou de investigação constitui-se numa comunidade refletida no repositório contendo os respetivos documentos (as coleções). Por sua vez, as comunidades podem dividir-se em sub-comunidades, com as respetivas coleções.

Partindo da análise crítica a que procedemos dos repositórios das universidades públicas nacionais, verificamos que em certos casos, a divisão em comunidades e sub-comunidades, é confusa e bastante complexa. Sirva de exemplo o repositório da Universidade de Lisboa.

Neste repositório, num primeiro nível organizativo, o conhecimento disponível surge enquadrado em comunidades que, por sua vez, são estruturadas em sub-comunidades em função dos diversos centros de estudos da comunidade principal. Por exemplo, uma das sub-comunidades é o *Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa* (Costa, 2016, p.206).

A abordagem torna-se confusa quando, não raras vezes, ao aceder à página da sub-comunidade exposta, esta é classificada como sendo uma comunidade. Para aumentar ainda mais o descuido na arrumação e classificação final, a comunidade ou sub-comunidade em estudo, tem depois sub-comunidades. Este constitui um exemplo claro das dificuldades e constrangimentos colocados ao utilizador quanto à compreensão da estrutura organizativa interna do repositório, podendo, naturalmente, ocasionar dúvidas quanto ao manejo por parte do utilizador (Costa, 2016, p.208).

Ainda ao nível das comunidades e sub-comunidades, uma outra questão que eventualmente poderá ser um fator importante na decisão do autor em disponibilizar ou não

ciência é o excesso de comunidades e sub-comunidades. Este aspeto parece-nos constituir um claro desincentivo à prática de depósito que, podendo ser gerida por autoarquivamento – depósito de conteúdos pelos próprios autores –, pelas dificuldades e obstáculos derivados da escassa clareza na organização e distribuição das comunidades estabelecidas.

O fenómeno da multiplicação das comunidades induz a uma impressão de maior complexidade da plataforma, podendo, nomeadamente para depositantes menos experimentados, constituir um obstáculo ao autoarquivamento, que vislumbram um moroso e complicado processo de depósito de documentos.

Neste âmbito, devemos salientar o caso do repositório RUN, da Universidade Nova de Lisboa, que ocupa a primazia quanto ao fenómeno de multiplicação de comunidades e sub-comunidades. Na verdade, o desmembramento em sub-comunidades das unidades macro (comunidades maiores), constituem um claro exemplo do que acabamos de referir.

Estes dados levam-nos a questionar se a estrutura do RUN é a melhor para disponibilizar e, conseqüentemente, aceder à informação. O utilizador ao entrar na plataforma, ao invés de apreender rapidamente a estrutura temática das comunidades e sub-comunidades, fica desorientado (Costa, 2016, p.183). Desde logo pela imagem de excessiva dispersão e compartimentação do conhecimento. Ora a ciência, e a ciência da informação em particular, tem por fim a organização e classificação da informação e do conhecimento, promovendo o acesso e o uso. Naturalmente que o modelo adotado nesta plataforma afasta-se deste princípio universal.

Paralelamente ao problema analisado, surge outro que tem especialmente a ver com a quantidade de comunidades/sub-comunidades com poucos documentos, até mesmo vazias. Esta situação, estranhamente, é comum à generalidade dos repositórios universitários. Aliás, só em três repositórios (RepositóriUM, Repositório Aberto U.Porto e DigitUMa) é que encontramos documentos em todas as comunidades (Costa, 2016, p.241).

Em situação diametralmente oposta, encontra-se o RUN onde uma parte considerável das sub-comunidades não possuem documentos depositados (37%) (Costa, 2016, p.182). Paralelamente, no repositório da Universidade da Beira Interior, o número total de comunidades vazias e com escasso depósito de documentos representa cerca de 75% do total (Costa, 2016, p.241).

Este tipo de situações pode influenciar negativamente os académicos. Os produtores de ciência, ao acederem ao repositório e verificarem que este tem um escasso ou nulo número de documentos depositados, ficam com a percepção do insucesso da plataforma, um fator que, certamente, desencoraja o depósito individual de documentos.

A par dos condicionalismos analisados, outros há que convém salientar, designadamente a forma de designar as tipologias documentais (coleções). Ao fazer a observação das coleções nas plataformas, verificamos a existência de uma série diversificada de tipologias documentais, muitas vezes idênticas, mas com classificações diferentes.

Exemplo são os artigos. Se na maioria dos repositórios a classificação utilizada é «artigos», noutras plataformas já fazem a divisão entre «artigos», «artigos em periódicos internacionais» e «artigos em periódicos nacionais». Isto é, se temos instituições que colocam todos os artigos numa mesma classificação, em tantas outras a escolha recai na



divisão desta classe tipológica atendendo ao alcance da investigação (se nacional ou internacional) (Costa, 2016, p.154).

Por exemplo, no repositório da Universidade da Madeira, as teses de doutoramento e as dissertações de mestrado estavam, em finais de 2012, na comunidade *Universidade da Madeira*. Pensamos que esta não é a melhor designação para enquadrar as teses e dissertações defendidas na instituição. Num primeiro contato com a plataforma, o utilizador não consegue depreender que encontrará na comunidade citada os documentos defendidos no 2º e 3º ciclo de estudos superiores. A designação *Universidade da Madeira* remete, *a priori*, para documentos institucionais e administrativos (Costa, 2016, p.214).

Deste modo, podemos concluir que a classificação das tipologias usadas nos repositórios varia muito de instituição para instituição, não existindo unidades padrão. Como sabemos, muito embora exista um modelo de tipologias documentais, mormente o publicado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), cada instituição universitária tem optado por organizar o conhecimento pelas designações que entende representarem melhor a ciência produzida na instituição (Costa, 2016, p.154). Sucede que esta maneira de agir pode ser suscetível de confundir docentes, investigadores, alunos e utilizadores em geral que buscam informação científica nos diversos repositórios nacionais através da navegação livre pelas comunidades e coleções.

Uma outra questão a equacionar, que merece a nossa melhor atenção, é a da mudança da estrutura física das plataformas. Notamos que certas plataformas modificaram a estrutura que tinham inicialmente, quer ao nível visual quer ao nível organizativo (comunidades e sub-comunidades). Esta mudança, por muito que procure melhorar o acesso à informação, pode ter um efeito contraproducente, sobretudo fomentar a desconfiança sobre a durabilidade do repositório junto dos utilizadores. Adicionalmente, pode conduzir a uma desorientação breve no que respeita ao depósito e procura de informação, uma vez que estavam adaptados a um modelo de visualização e de organização que entretanto foi alterado. Estas situações conduzem, o mais das vezes, a um tempo de adaptação por parte dos académicos na compreensão da «nova» estrutura dos repositórios e, na pior das expetativas, promover o desconforto entre os criadores de ciência e, assim, desincentivar o depósito. Neste quadro encontra-se o DigitUMA, repositório da Universidade da Madeira. Inicialmente este repositório encontrava-se organizado em nove comunidades, sendo estas baseadas maioritariamente na forma de classificar o conhecimento por ramos disciplinares. Contudo, em 2013, a estrutura do DigitUMA foi alterada, aparecendo agora com uma única comunidade – Universidade da Madeira – com as suas respetivas coleções (Costa, 2016, p.213).

Para finalizar, compete-nos adiantar umas breves palavras sobre a meritocracia, um tema que ainda gera bastante controvérsia na atualidade (Silva, Barbosa e Sousa, 2006).

Se existem universidades que deixam ao critério do autor o depósito ou não de conhecimento, outras há onde transparece a ideia, de promoverem políticas de incentivo, ou, até mesmo, impondo aos investigadores o uso das plataformas oferecendo vantagens financeiras para os centros de investigação da universidade. São as chamadas políticas de depósito compulsivo que pretendem assegurar a participação da comunidade de investigadores (Leite, 2009). Deste modo, geram um clima meritocrático, proporcionando



mais incentivos económicos para os centros que mais depositam. Quem analisa de fora esta situação, transparece a ideia de que, por vezes, os repositórios são usados como elemento concorrencial entre pares, na medida em que as universidades competem entre si pelo lugar cimeiro no número de depósitos, transformando as plataformas numa espécie de «espelho concorrencial» entre as instituições.

## Conclusões

Conforme adiantámos, uma das principais fragilidades dos repositórios reporta à polissemia concetual que dificulta o estabelecimento de um conceito unívoco e consensual.

Não obstante os repositórios institucionais terem entrado no léxico científico, estas ferramentas de divulgação de conhecimento necessitam de uma definição mais consensual. Pensamos que a indefinição do conceito contagia negativamente a própria criação das plataformas.

De igual modo, consideramos que a estrutura interna de alguns dos repositórios que foram objeto de análise é prolixa e pouco apelativa devido à intrincada forma de organização do conhecimento, dificultando o acesso à informação. A par de instituições que estruturam o repositório num número restrito de comunidades, outras primam pela multiplicação das comunidades e sub-comunidades, elevando o número a mais de duas centenas! Neste contexto, compreende-se o surto de um número assinalável de comunidades que não dispõem de nenhum documento depositado. Este aspeto redundna na necessidade de reformular os procedimentos de construção destas unidades agregadoras de conhecimento científico, tanto mais que o que está em causa é também a imagem institucional.

Para ultrapassar estes constrangimentos é fundamental que os responsáveis pelos repositórios melhorem a estrutura interna das plataformas, tal como exposto na definição que adiantamos; e, de igual modo, fomentem o estabelecimento de um diálogo entre os gestores das plataformas, os produtores de ciência e os bibliotecários quanto à forma de viabilizar a disponibilização dos conteúdos científicos em ambiente digital. Esta medida, pensamos, prevenia a tendência para o excesso de comunidades e sub-comunidades. Neste contexto, sugerimos que seja promovido o estabelecimento da distinção entre comunidade e sub-comunidade, com o fim de evitar incoerências e sobreposições.

De igual modo, seria vantajoso para todos os intervenientes no processo de criação e divulgação de ciência, a uniformização das classificações documentais. Esta forma de agir facilitaria a procura de informação e possibilitaria a comparação de parâmetros bibliométricos entre instituições de forma mais assertiva.

Estas são algumas das propostas de melhoramento dos repositórios, tendo em vista o quadro geral por nós analisado.

## Referências bibliográficas

ALLEN, James (2005) – *Interdisciplinary differences in attitudes towards deposit in institutional repositories*. Manchester: Manchester Metropolitan University. Tese de mestrado.

BAPTISTA, Ana Alice [et al.] (2007) – Comunicação científica: o papel da *Open Archives Initiative* no contexto do Acesso Livre. *Revista Eletrônica de Biblioteconomia, Ciência da Informação* [Em linha]. N° Especial (2007), p. 1–17. [Consult. 23 abr. 2014]. Disponível na internet:

<URL:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/15182924.2007v12nesp1p1/435>>.

COELHO, Carla (2005) – *Um repositório digital para a UPorto: um relatório preliminar* [Em linha]. Porto: Universidade do Porto. [Consult. 28 abr. 2014]. Disponível na internet:<URL:<http://repositorio.up.pt/aberto/bitstream/10216/6701/2/Um%20Repositorio%20Digital%20para%20a%20UPorto%20relatrio%20preliminar.pdf>>.

COSTA, Joaquim Luís Oliveira (2016) – *A comunicação científica das ciências sociais e das humanidades nos repositórios institucionais das universidades públicas portuguesas: estudo comparado*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. 433 p. Tese de doutoramento em Ciências da Informação, na especialidade de biblioteconomia e arquivo.

DAVIS, Phillip M.; CONNOLLY, Matthew J. L. (2007) – Institutional Repositories: evaluating the reasons for non-use of Cornell University's Installation of DSpace. *D-Lib Magazine* [Em linha]. Vol. 13, nº3–4, p.1082–9873. [Consult. 12 mai. 2013]. Disponível na internet:<URL: <http://dlib.org/dlib/march07/davis/03davis.html>>. ISSN 1082–9873.

SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO (2003) - *Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades* [Em linha]. Braga: Serviços de Documentação da Universidade do Minho. [Consult. 25 mai. 2015]. Disponível na internet:<URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/about/>>.

DODEBEI, Vera (2009) – Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. In SAYÃO, L. [et al.] – *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação* [Em linha]. Salvador: EDUFBA, 2009. p.83–106. [Consult. 2 mai. 2013]. Disponível na internet:<URL:[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/.../implantacao\\_repositorio](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/.../implantacao_repositorio)>. ISBN 978–85–232–0655–0.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto (2007) – Repositório institucional em comunicação: o projeto Reposcom implementado junto à Federação de Bibliotecas Digitais em Ciências da Comunicação. *Ciência da Informação* [Em linha]. Número Especial, p.77–94. [Consult. 14 fev. 2008]. Disponível em www: <URL:<http://www.encontrosbibli.ufsc.br/especial.html>>.

GUIMARÃES, Maria Cristina Soares; SILVA, Cícera Henrique da H.; NORONHA, Ilma Horsth (2009) – RI é a resposta, mas qual é a pergunta? Primeiras anotações para a implementação de Repositório Institucional. In SAYÃO, L. [et al.] – *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação* [Em linha]. Salvador: EDUFBA. p.261–281. [Consult. 2 mai. 2013]. Disponível na internet:<URL:[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/.../implantacao\\_repositorio](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/.../implantacao_repositorio)>.

JEAN, Beth St. [et al.] (2011) – Unheard voices: institutional repository end-users. *College & Research Libraries* [Em linha]. Vol. 71, nº1, p.21–42. [Consult. 2 mar. 2013]. Disponível na internet: <URL: <http://crl.acrl.org/content/72/1/21.short>>.

KURAMOTO, Hélio (2009) – Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In SAYÃO, L. [et al.] – *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação* [Em linha]. Salvador: EDUFBA. [Consult. 2 mai. 2013]. Disponível na internet: <URL:[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/.../implantacao\\_repositorio](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/.../implantacao_repositorio)>. ISBN 978-85-232-0655-0.

Leite, Fernando César Lima (2009) – *Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira*, Brasília: IBICT.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando (2009) – Introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In SAYÃO, Luis [et al.] – *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação* [Em linha]. Salvador: EDUFBA. [Consult. 2 mai. 2013]. Disponível na internet: <URL:[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/.../implantacao\\_repositorio](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/.../implantacao_repositorio)>. ISBN 978-85-232-0655-0.

MARQUES, Amélia Maria Nunes; MAIO, Sílvia Raquel da Silva (2007) – *Repositórios institucionais* [Em linha]. [S.l.]: Scrib. 12 p. [Consult. 11 ago. 2013]. Disponível na internet: <URL:<http://pt.scribd.com/doc/159833744/ArtigoRepositoriosInstitucionais#scribd>>.

OPENDOAR (2016) – *Proportion of repositories by continent – Worldwide* [Em linha]. Nottingham (UK): University of Nottingham. [Consult. 11 fev. 2016]. Disponível na internet: <URL:<http://www.opendoar.org/>>.

OPENDOAR (2016) – *Proportion of repositories by country – Worldwide* [Em linha]. Nottingham (UK): University of Nottingham. [Consult. 11 fev. 2016]. Disponível na internet: <URL:<http://www.opendoar.org/>>.

RODRIGUES, Maria Eduarda; RODRIGUES, António Moitinho (2012) – Indicadores de desempenho: ferramentas para avaliação de repositórios institucionais. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 11, Lisboa, 2012 – *Integração, acesso e valor social: actas* [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na internet: <URL:<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/304>>.

SARAIVA, Ricardo [et al.] (2012) – Acesso Aberto à literatura científica em Portugal: o passado, o presente e o futuro. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 11, Lisboa, 2012 – *Integração, acesso e valor social: actas* [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na internet: <URL:<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/476>>.

SAYÃO, Luis [et al.] (2009) – *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação* [Em linha]. Salvador: EDUFBA. 365 p. [Consult. 2 mai. 2013]. Disponível na internet: <URL:[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/.../implantacao\\_repositorio](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/.../implantacao_repositorio)>. ISBN 978-85-232-0655-0.

SEAMAN, David (2011) – Discovering the information needs of humanists when planning an institutional repository. *D-Lib Magazine* [Em linha]. Vol.17, nº3/4 (mar/april). [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na internet: <URL:<http://www.dlib.org/dlib/march11/seaman/03seaman.html>>.

SILVA, J. de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; SOUSA, Ana Inês (2006) – *Práticas pedagógicas e a lógica meritória na universidade*. Rio de Janeiro: UFRJ.

SIMÕES, Patrícia Alexandra Silva (2012) – *O processo de depósito de conteúdos nos Repositórios Institucionais: o caso do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas* [Em linha]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa: FCSH. Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação – Biblioteconomia. [Consult. 2 jan. 2013]. Disponível na internet: <URL: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/4999>>.

SWAN, Alma; BROWN, Sheridan (2005) – *Open access self-archiving: an author study* [Em linha]. Cornwall (UK): Key Perspectives Limited. [Consult. 21 mai. 2012]. Disponível na internet: <URL:<http://cogprints.org/4385/>>.

---

<sup>1</sup> Este texto parte da investigação efetuada, entre 2012 e 2016, no âmbito das atividades desenvolvidas no doutoramento em Ciência da Informação na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, com uma tese subordinado ao título: *A comunicação científica das ciências sociais e das humanidades nos repositórios institucionais das universidades públicas portuguesas. Estudo comparado*.

<sup>ii</sup> Citemos, por exemplo, a legislação internacional e nacional; as recomendações dos conselhos de reitores ou as estratégias para publicar (via verde, via dourada ou o duplo depósito).

---

## A documentação arquivística e os prazos de conservação no sistema bancário português: século XIX à atualidade

---

Ana Margarida da Costa Cruz

[ana.amargarid@gmail.com](mailto:ana.amargarid@gmail.com)

### Resumo

O artigo analisa a documentação e os prazos de conservação em arquivo no seio do sistema bancário português, consignados em diversas disposições legais para fins probatórios e judiciais. Na abordagem dos prazos fixados para a custódia dos documentos, merece-nos particular ênfase para o século XIX, os prazos do primeiro Código Comercial Português de 1833, com a conservação de livros da escrituração mercantil durante 30 anos ou o Código Comercial de 1888, com a obrigatoriedade do arquivo de correspondência, telegramas, documentos que provem pagamentos e livros de escrituração mercantil durante 20 anos. No decurso dos séculos XX e XXI, o Decreto-Lei 41/72, de 4 de fevereiro e posterior Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, concedem alterações aos prazos estatuídos no artigo 40.º do Código Comercial de 1888, com o arquivo da documentação a obedecer a um prazo legal de 10 anos. Abordamos ainda, o artigo 14.º da Lei n.º 25/2008 atualizado pelo Aviso n.º 5/2013 do Banco de Portugal, com a conservação de cópias ou documentos comprovativos do dever de identificação ou diligência referentes ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo durante 7 anos; o Decreto-Lei n.º 279/2000, de 10 de novembro, com a obrigatoriedade das instituições de crédito conservarem documentos justificativos das operações de liquidação durante 6 meses e Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro, com o arquivo de livros, registos contabilísticos e documentos de suporte durante um prazo legal de 12 anos.

**Palavras-chave:** Prazos de Conservação, Documentação, Arquivo, Legislação, Sistema Bancário

## The archival documents and conservation periods in the Portuguese banking system: the 19<sup>th</sup> century to the present

### Abstract

The article analyzes the documentation and the conservation periods in archive within the Portuguese banking system in various legal provisions for trial and lawsuit. In approaching deadlines for the custody of the documents, deserves our particular emphasis on the 19<sup>th</sup> century, the periods in the first Commercial Code 1833 with conservation bookkeeping records for 30 years or the Commercial Code 1888 with the obligation of archive traders correspondence, telegrams, documents proving payments and accounting books for 20 years. In the course of the 20<sup>th</sup> and 21<sup>th</sup> centuries, the Decree-Law 41/72 of 4 February and subsequent Decree-Law 76-A/2006 of 29 March, grant amendments to the statutory deadlines in Article 40 of the Commercial Code 1888, with the documentation file to obey a legal term of 10 years. Approach also Article 14 of Law No. 25/2008 updated by Notice No 5/2013 of the Bank of Portugal, with retaining copies or documents proving the duty of due diligence or identification relating to money laundering and terrorist financing over seven years; Decree-Law No. 279/2000 of 10 November, with the obligation of credit institutions retain supporting documents from liquidation for 6 months and Law No. 2/2014 of 16 January, with archive books, accounting records and supporting documents for a statutory period of 12 years.

**Key-words:** Retention Periods, Documentation, Archive, Legislation, Banking System

### Introdução

O crescente volume documental produzido e recebido no âmbito das atribuições e competências por parte do sistema bancário português, em específico, na área dos processos de negócio da banca de retalho ou banca comercial e serviços centrais, impõe uma adequada gestão dos documentos de arquivo, assente em medidas de racionalização e em práticas eficazes nos domínios de diversas funções arquivísticas, como organização, avaliação, seleção e eliminação.

A implementação de uma eficiente gestão documental, em estreita observância com os prazos legais de conservação em arquivo, assume inegável importância para fins probatórios e judiciais pelo facto de os documentos comprovarem direitos e obrigações e serem reconhecidos como fundamento de atos, factos ou acontecimentos<sup>1</sup>. Se perfilharmos as palavras de António Carneiro Pacheco, os documentos constituem um meio de prova em direito, ou seja, a «alegação da verdade dos factos alegados em juízo»<sup>2</sup>.

Ao seguirmos este pensamento, procuramos abordar neste texto, desde o ano de 1833 – data de publicação do primeiro Código Comercial Português, com disposições alusivas aos prazos de conservação e guarda – até à atualidade, as tipologias documentais a custodiar e os diferentes prazos legais a cumprir pelas instituições bancárias em Portugal. Deste modo, é nosso intuito contribuir através da legislação para uma referência na gestão da informação arquivística relacionada com o sistema bancário, principalmente ao nível da avaliação, selecção, definição de prazos de conservação e eliminação de documentos para fins probatórios e judiciais.

### **O primeiro «Código Commercial Portuguez» (1833) : conservação e guarda de livros da escrituração mercantil durante 30 anos**

Remonta a 18 de setembro de 1833, a aprovação por decreto do primeiro Código Comercial Português. Compilado e redigido pelo jurista José Ferreira Borges (1786–1838) aquando o seu exílio político em Inglaterra é apresentado a D. Pedro, Duque de Bragança, em Londres, no dia 8 de junho de 1833<sup>3</sup>.

Também conhecido por Código Ferreira Borges, rege todas as operações, atos e obrigações de comércio, sejam ou não comerciantes as pessoas que nele intervêm, incluindo uma observância às disposições gerais relacionadas com as operações bancárias e de corretagem. Realçamos que as suas abordagens são pioneiras e abrangentes em relação aos direitos, obrigações e prazos de conservação documental de cariz comercial, quando ainda em Portugal principiava a evolução do sistema bancário.

Se recuarmos ao século XVIII, só temos conhecimento das Companhias de comércio, como a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e Companhia Geral do Grão Pará, ambas criadas por alvará de D. José I em 1756 que funcionavam como Banco público. Contudo, o marco para o início do sistema bancário português é apontado em 1821, com a criação do primeiro Banco por D. João VI, denominado Banco de Lisboa, destinado ao empréstimo, depósito e desconto aplicável à amortização do papel-moeda que se funde em 1846 e conjuntamente com a Companhia Confiança Nacional no Banco de Portugal. Também é de registar, mas na década 30 do século XIX para o Porto, a existência da casa de câmbios L. J. Carregosa, atual Banco Carregosa, cujos primeiros registos contabilísticos da atividade remontam precisamente ao ano de 1833, época do cerco na cidade no qual as tropas liberais de D. Pedro estavam sitiadas pelas forças fiéis a D. Miguel<sup>4</sup>.

Retornando ao Código Comercial, salientamos a Parte I, Livro I, Título I, Secção I, artigo XXV com a descrição da função de comerciante, «voz generica que comprehende os banqueiros»<sup>5</sup>, posteriormente redefinidos como:

«commerciantes, que se dedicação exclusivamente ao negocio de banco, e transacçoens sobre seus arbitrios, mas os que estabelecem caixa e escriptorio fixo, em que recebem sommas em guarda, e dellas fazem pagamentos por ordens e cheques, mediante uma commissão ou sem ela» (...), [que] «fazem commercio



de banco por conta própria ou de comissão» (Código Commercial Portuguez, Secção III, artigo LXXVII, 1833, p. 15).

Outra peculiaridade do primeiro Código Comercial reside nas disposições alusivas ao registo e conservação documental dos atos e imposições comerciais assente:

«1.º na obrigação de lançar num registo solemne todos os documentos, a que a lei marca este requisito: – 2.º na obrigação de seguir uma ordem uniforme e rigorosa de contabilidade e escripturação nos termos precisos determinados pela lei: – 3.º na obrigação de conservar a correspondencia relativa ao giro commercial: – 4.º na obrigação de prestar contas nos termos da lei» (Código Commercial Portuguez, 1833, p. 35).

Em síntese e conforme o estatuído «todo o commerciante tem obrigação de conservar e guardar os livros de sua escripturação mercantil pelo espaço de trinta annos»<sup>6</sup>.

Entenda-se por escripturação mercantil, segundo o Dicionário dos Códigos Civil e Commercial, os «livros escripturados como entender, por si [comerciante] ou por pessoa que autorizar, mas de forma a darem a conhecer as suas operações comerciais»<sup>7</sup>.

Deste modo, são indispensáveis aos comerciantes «conservar e guardar» os livros e documentação mercantil durante 30 anos, de que se incluem, os diários com a apresentação do ativo e passivo, balanços, operações mercantis, negociações aceites ou endosso de letras e créditos negociáveis, convenções, correspondência, copiador de cartas comerciais e mandadeiras recebidas<sup>8</sup>.

#### **Artigo 40.º do Código Commercial (1888) : arquivo de correspondência, telegramas e livros de escripturação mercantil durante 20 anos**

A 28 de junho de 1888 é aprovada por Carta de Lei de D. Luís I, o Código Commercial, também conhecido por Código de Veiga Beirão. Em observância no decreto de 13 de agosto do mesmo ano, o Código é publicado em Diário do Governo, n.º 203, de 6 de setembro, revogando a legislação comercial anterior, incluindo os prazos de conservação em arquivo.

Ao abrigo do Livro primeiro (do comércio em geral), Título IV (da escripturação), artigo 40.º do Código Commercial de 1888 é mencionado que :

«todo o commerciante é obrigado a archivar a correspondencia e telegramas que receber, os documentos que provarem pagamentos e os livros da sua escripturação mercantil, devendo conservar tudo pelo espaço de vinte annos»<sup>9</sup>.

Conforme o exposto, o commerciante é obrigado a arquivar a escripturação mercantil de forma a exemplificar as suas operações comerciais, incluindo, segundo o artigo 31.º, os inventários, balanços, diários, razão, copiadores e livros de atas<sup>10</sup>. Embora a escripturação mercantil dos atos comerciais a arquivar seja análoga em relação ao consignado no Código de Ferreira Borges de 1833, deparamo-nos no Código de Veiga Beirão com uma redução de 10 anos no prazo de conservação documental.



Já no século XX, embora sem mencionar prazos de conservação, mas com alusão aos documentos em guarda, importa registar o artigo 15.º do Decreto 19490, de 21 de março de 1921 que, estatui a obrigatoriedade aos comerciantes que efetuem vendas por grosso ou revenda, «o arquivo do copiador de faturas relativas a vendas a prazo, registos de extratos, atas, registos de acionistas nas sociedades anónimas, registos de sócios nas sociedades cooperativas» e, o artigo 12.º do Decreto 27153, de 31 de outubro de 1936, com a «conservação dos balancetes de razão, contas correntes e registo das folhas diárias dos apuros de vendas a dinheiro»<sup>11</sup>.

Nos anos 30 e, ainda referente à documentação relacionada com as operações, atos comerciais e deliberações dos corpos sociais das sociedades, registamos o artigo 3.º do Decreto n.º 28221, de 24 de novembro de 1937. Segundo o disposto, todo o comerciante ou industrial é obrigado, para efeitos fiscais, a arquivar durante 5 anos os livros da sua escrituração e os documentos comprovativos das operações registadas, incluindo os recibos, a que se referem os artigos 1.º e 2.º<sup>12</sup>. Este preceito não é alterado até aos anos 60, por qualquer dos Códigos publicados na reforma tributária, estando confirmado pelo artigo 134.º do Código da Contribuição Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 45103, de 1 de julho de 1963<sup>13</sup>.

**Decreto-Lei 41/72, de 4 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março: alteração ao artigo 40.º do Código Comercial (prazos de conservação durante 10 anos)**

Os prazos de conservação consignados na legislação comercial portuguesa de 1888 (20 anos) são revistos nos anos 70 do século XX, primeiro, por afigurarem-se excessivos em relação aos sistemas congéneres estrangeiros, como o direito francês (Code de Commerce, artigo 11.º), alemão (H G B, § 44b.) ou italiano (Codice Civile, artigo 2220.º), segundo, por estarem desajustados face ao volume dos negócios impostos pela sociedade.

Através da publicação do Decreto-Lei 41/72, de 4 de fevereiro, passa a constar que todo o comerciante é obrigado a arquivar e conservar a correspondência e telegramas recebidos, os documentos que comprovem pagamentos e livros da escrituração mercantil durante um prazo de 10 anos, metade do previsto no artigo 40.º do Código Comercial de 1888<sup>14</sup>. Ao abrigo do disposto na alínea c) do artigo 1.º, o prazo do artigo 40.º do Código Comercial é aplicado a todas as instituições de crédito nacionalizadas, em específico, à sua «obrigatoriedade de conservar em arquivo os elementos da sua escrita principal». Todavia e nos demais casos, o Conselho de Gerência ou órgão equivalente pode ordenar a inutilização da documentação decorrido o prazo legal de 3 anos. Mais adiante, a legislação menciona dois aspetos relacionados com o valor dos documentos e possibilidade de microfilmagem – enquanto sistema de preservação documental, que importa reter:

- i) não serão inutilizados os documentos cuja conservação se imponha pelo interesse e valor histórico ou outro, devendo proceder-se à transferência dos

mesmos para os arquivos do Banco de Portugal – instituição fundada por Decreto de D. Maria II, de 19 de novembro de 1846, após fusão do Banco de Lisboa (1821) e Companhia Confiança Nacional (1844), esta última destinada ao financiamento da dívida pública e,

- ii) é concedida autorização para a microfilmagem dos documentos em arquivo e consequente inutilização dos originais.

Ainda nos anos 70, pela Portaria n.º 703/76, de 25 de novembro são determinados os prazos de conservação de documentos em arquivo na posse de empresas públicas, alargando-se às instituições bancárias, incluindo as de crédito, nacionalizadas pelo Decreto-Lei n.º 132-A/75, de 14 de março, aprovado pelo Conselho da Revolução<sup>15</sup>.

Na década de 80, o Decreto-Lei n.º 173/85, de 21 de maio, do Ministério das Finanças e do Plano prorroga o prazo de 10 anos a que se refere o artigo 40.º do Código Comercial, estabelecido como mínimo para a conservação em arquivo dos livros e documentos das empresas, cujo capital foi total ou parcialmente nacionalizado<sup>16</sup>.

Já em 2006, o Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março destaca-se por atualizar e flexibilizar os modelos de governo das sociedades anónimas e aprovar o novo regime jurídico de dissolução ou liquidação das entidades comerciais<sup>17</sup>. Segundo o artigo 40.º do Código Comercial (com redação do Decreto-Lei acima mencionado), as instituições do sistema bancário português estão obrigadas a arquivar a correspondência emitida e recebida, escrituração mercantil e os documentos a ela relativos, devendo conservar tudo pelo período de 10 anos, sendo que os mesmos podem ser arquivados com recurso a meios eletrónicos, isto é, arquivo da informação em suporte digital.

Antes da alteração ao artigo 40.º, o legislador obrigava aos comerciantes a conservação da correspondência e telegramas recebidos, documentos que provassem pagamentos e os livros da escrituração mercantil. A partir de 2006 e, segundo o mesmo preceito e em conjunto com os artigos 29.º e 31.º do mesmo diploma, o comerciante tem a obrigatoriedade de conservar a correspondência emitida e recebida, a escrituração mercantil e todos os documentos a ela relativos, incluindo, os livros de atas.

### **A microfilmagem da documentação contabilística e bancária nos anos 80**

Como anteriormente abordámos, o decreto-Lei 41/72, de 4 de fevereiro concede às instituições de crédito, a autorização de microfilmagem da correspondência, telegramas recebidos, documentos que provem pagamentos e livros de escrituração mercantil. Uns anos mais tarde, em 1988, é aprovado o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), pelo Decreto-Lei 442-B/88, de 30 de novembro, que possibilita a substituição de documentos por microfimes. Segundo o artigo 98.º (obrigações contabilísticas das empresas), as sociedades comerciais ou civis sob forma comercial são obrigadas a dispor de contabilidade organizada, segundo os termos da lei comercial e

fiscal<sup>18</sup>. É estatuído também que os documentos em suporte de livros e registos contabilísticos que não sejam documentos autênticos ou autenticados, possam decorridos 3 exercícios após a que se reportam e obtida autorização prévia do Diretor-geral das Contribuições e Impostos, ser substituídos para efeitos fiscais por microfimes que constituam sua reprodução fiel<sup>19</sup>.

Já em 1989, o Decreto-Lei 110/89, de 13 de abril, publicado em Diário da República, I Série, n.º 36, permite a utilização da microfilmagem, arquivo temporário e posterior destruição dos cheques apresentados a pagamento em instituições de crédito públicas ou privadas<sup>20</sup>. Segundo os termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, os cheques – enquanto instrumento de compensação e pagamento que permitem movimentar fundos que se encontram à disposição de titulares ou seus representantes em contas de depósito abertas nas instituições de crédito – com exceção dos devolvidos, podem ser microfilmados, devendo os respetivos originais ser arquivados durante o prazo de 180 dias.

Sete meses depois, a Portaria n.º 974/89, de 13 de novembro, publicada em Diário da República, I Série, n.º 261, aprova o regulamento das operações de microfilmagem de cheques<sup>21</sup>. De acordo com a lei, a microfilmagem deve ser executada sob a responsabilidade do chefe do respetivo serviço, cuja identidade tem de ser comunicada pelas instituições de crédito ao Banco de Portugal e no fim do trabalho, deve constar a declaração de que as imagens nelas contidas são reproduções totais e fieis dos originais, a fim de impossibilitarem a sua reconstituição.

No início da década de 1990, e no seguimento do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), destaque para a Portaria 118/90, de 15 de fevereiro, referente às condições e requisitos de execução da microfilmagem de documentos para efeitos fiscais.

**Lei n.º 105/97 de 13 de setembro :  
conservação dos registos de recrutamento durante 5 anos**

Outra legislação imprescindível ao sistema bancário, nomeadamente, na área dos recursos humanos, reporta-se à Lei n.º 105/97 de 13 de setembro, alusiva ao direito à igualdade de tratamento no trabalho e emprego. Segundo o estatuído no artigo 6.º todas as entidades públicas e privadas devem conservar os registos dos recrutamentos durante um prazo legal de 5 anos<sup>22</sup>. Entre os registos de recrutamentos consta os convites endereçados para preenchimento de lugares, anúncios publicados de ofertas de emprego, número de candidaturas apresentadas para apreciação curricular, número de candidatos presentes nas entrevistas de pré-seleção, número de candidatos a aguardar ingresso, resultados dos testes ou provas de admissão e ou seleção e balanços sociais, quando obrigatórios nos termos da Lei n.º 141/85, de 14 de novembro, relativos aos dados que possam indicar alguma discriminação de um dos sexos no trabalho e emprego.

**Decreto-Lei n.º 279/2000, de 10 de novembro :  
conservação de documentos das operações de liquidação durante 6 meses**

Na transição para o século XXI, o Decreto-Lei n.º 279/2000, de 10 de novembro autoriza as instituições de crédito a conservarem em arquivo durante 6 meses os documentos justificativos das operações de liquidação, incluindo, segundo o referenciado no artigo 2.º, os documentos alusivos à atividade comercial bancária, como letras e livranças pagas, respetivamente, pelo aceitante ou subscritor, cheques, avisos, ordens bancárias de pagamento ou transferência pagas e talões de depósito de valores<sup>23</sup>.

A destruição dos originais dos documentos enunciados só é admitida se for precedida a recolha da respetiva imagem em suporte não regravável, designadamente, através de microfilme ou disco ótico. No que concerne à segurança da informação, os suportes de recolha de imagem e respetivos duplicados devem garantir a impossibilidade de perda, alteração e não possuir cortes ou emendas<sup>24</sup>.

Em suma e no epílogo, a legislação cita no n.º 1 do artigo 4.º que têm força probatória os documentos originais, compelindo deste modo as instituições de crédito a cumprirem igualmente diversos procedimentos relativos aos requisitos de destruição dos originais, segurança dos suportes e autenticação das cópias de microfilme com selo branco e duas assinaturas.

**Artigo 14.º da Lei n.º 25/2008, de 5 de junho :  
conservação de cópias ou documentos do dever de identificação e diligência durante 7 anos**

A Lei n.º 25/2008, de 5 de junho<sup>25</sup>, relativa às medidas de natureza preventiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e financiamento do terrorismo, estatui no artigo 14.º um prazo de 7 anos para a conservação de cópias ou referências aos documentos comprovativos do dever de identificação e diligência, após o momento em que a identificação se processa ou no caso das relações de negócio, após o termo das mesmas. Cinco anos depois, o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2013 estabelece novos mecanismos, condições e procedimentos para o cumprimento dos deveres preventivos do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo para as instituições de crédito, sociedades financeiras e outras instituições que ofereçam serviços financeiros relacionados com matérias sob a supervisão do Banco Central da República Portuguesa<sup>26</sup>. O capítulo V (outros deveres), artigo 49.º (dever de conservação) do Aviso Banco de Portugal determina igualmente que as instituições financeiras são obrigadas a conservar as cópias ou dados eletrónicos extraídos de todos os documentos que lhes sejam apresentados pelos seus clientes ou outras pessoas durante um prazo legal de 7 anos.

No seguimento do exposto, constatamos que os prazos de conservação dos documentos consagrados nos artigos 40.º do Código Comercial (10 anos) e 14.º da Lei n.º 25/2008 (7 anos) são diferentes. Partindo deste pressuposto, analisamos de seguida quais

os prazos de conservação que as instituições do sistema bancário português devem cumprir perante um processo judicial.

**Os prazos de conservação consagrados no artigo 40.º do Código Comercial (10 anos) e capítulo II, artigo 14.º da Lei n.º 25/2008, de 5 de junho (7 anos)**

Segundo o disposto no artigo 40.º do Código Comercial, conjuntamente com os artigos 29.º e 31.º do mesmo diploma, o comerciante encontra-se obrigado a conservar durante 10 anos, a correspondência enviada e recebida, escrituração mercantil e os documentos relativos à mesma escrituração<sup>27</sup>. Conforme se verifica, o artigo 40.º não se aplica aos documentos previstos nos estatuídos pelo artigo 14.º da Lei n.º 25/2008, que estabelece a conservação da documentação, escrituração mercantil e correspondência durante 7 anos. Neste último caso, o prazo de conservação visa facilitar a investigação criminal das infrações de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, previstos e punidos nos artigos 368.º-A do Código Penal, 2.º n.º 2 da Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto e nas Diretivas números 2005/60/CE e 2006/70/CE. Deste modo, e em recapitulação, a documentação a conservar no âmbito da Lei n.º 25/2008 compreende a que é apenas alusiva à identificação dos clientes e informações negociais estabelecidas com a ou as instituições bancárias.

**Artigo 123.º da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro :  
conservação de livros e registos contabilísticos durante 12 anos**

Antes de findarmos o nosso texto, registamos ainda a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, com a reforma da tributação das sociedades e alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Conforme o disposto no n.º 4 do artigo 123.º, da supramencionada lei, os livros, registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte devem ser conservados durante um prazo de 12 anos.

## **Conclusão**

Conforme expusemos ao longo do texto e explicitamos de forma sinóptica no seguinte anexo – Quadro I, constatamos a existência de diversas tipologias documentais e prazos de conservação aplicados ao sistema bancário português para fins probatórios e judiciais.

Na eventualidade de se considerar aplicável aos documentos em causa, o artigo 40.º do Código Comercial, o incumprimento do prazo de 10 anos estatuído, conduz à sanção prevista no artigo 44.º do mesmo diploma<sup>28</sup>, assente na impossibilidade das instituições do sistema bancário recorrerem a essas tipologias documentais com a força probatória que o

artigo lhes confirma. O prazo de 10 anos consignado no artigo 40.º para o prazo de guarda de escrituração mercantil, não engloba o dever de conservação previsto na Lei n.º 25/2008. Deste modo, os documentos mencionados neste último diploma devem ser conservados pelas instituições bancárias durante 7 anos, prazo previsto pela Lei.

Resumindo outros prazos, deparámo-nos também com o Decreto-Lei n.º 279/2000, de 10 de novembro a autorizar as instituições de crédito a destruírem documentos alusivos à atividade comercial bancária, incluindo originais de cheques, letras de câmbio e outros documentos similares, desde que previamente observados determinados procedimentos de transferência de imagem em suporte digital e findo prazo de conservação de 6 meses.

Por último, registámos a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, alusiva ao arquivo da documentação contabilística e fiscal. Segundo a disposição legal, os livros, registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte devem ser arquivados durante o prazo de 12 anos<sup>29</sup>.

### [Anexo I]

#### Quadro I – Os documentos e os prazos de conservação aplicados ao sistema bancário português desde o século XIX à atualidade<sup>30</sup>

Legislação	Documentação	Prazo conservação
Parte I, Livro I, Título IV, Secção II, artigo XVI, 223) Código Comercial (1833)	Livros de escrituração mercantil, diários, balanços, documentação de operações mercantis e negociações, endosso de letras ou créditos negociáveis, convenções, correspondência, copiadore de cartas comerciais, cartas mandadeiras recebidas	30 anos
Livro I (do comércio em geral), título IV (da escrituração), artigo 40.º Código Comercial (1888)	Correspondência, telegramas, documentos que provem pagamentos, livros da escrituração mercantil (inventários, balanços, diários, razão, copiadores e livros de atas)	20 anos
Artigo 3.º, Decreto n.º 28221, de 24 de novembro de 1937	Livros da escrituração, documentos comprovativos das operações registadas (recibos)	5 anos
Decreto-Lei 41/72, de 4 de fevereiro	Elementos da escrita principal, correspondência, documentos comprovativos de operações realizadas, livros de contas correntes. Nos demais casos, o Conselho de Gerência ou órgão equivalente pode ordenar a inutilização dos documentos decorridos 3 anos	10 anos
Decreto-Lei nº 173/85, de 21 de maio	Livros e documentos de empresas cujo capital foi total ou parcialmente nacionalizado	10 anos
Decreto-Lei 110/89, de 13 de abril	Cheques, recurso a microfilmagem, arquivo temporário e posterior destruição (instituições de crédito públicas ou privadas)	180 dias
Artigo 6.º, Lei n.º 105/97, de 13 de setembro	Registos dos recrutamentos (entidades públicas e privadas): Convites para preenchimento de lugares,	5 anos

A documentação arquivística e os prazos de conservação legais no sistema bancário português: século XIX à atualidade

	anúncios de ofertas de emprego, número de candidaturas apresentadas, número de candidatos presentes nas entrevistas de pré-seleção e a aguardar ingresso, resultados das provas de admissão, seleção e balanços sociais	
Decreto-Lei n.º 279/2000, de 10 de novembro	Letras, livranças pagas, respetivamente, pelo aceitante ou subscritor, cheques, avisos, ordens bancárias de pagamento ou transferência pagas, talões de depósito de valores desde que previamente sejam observados determinados procedimentos de recolha da imagem respetiva e findo determinado prazo de guarda	6 meses
Artigo 40.º Código Comercial (redação do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março)	Correspondência emitida e recebida, escrituração mercantil e documentos relativos (possibilidade de recurso a meios eletrónicos)	10 anos
Artigo 14.º, Lei n.º 25/2008, de 5 de junho	Cópias ou referências aos documentos comprovativos do dever de identificação e diligência, após o momento em que a identificação se processou ou nas relações de negócio, após o termo das mesmas (infracções de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo)	7 anos
Capítulo V (outros deveres), artigo 49.º (dever de conservação), Aviso Banco de Portugal n.º 5/2013	Cópias ou dados eletrónicos extraídos de todos os documentos que lhes sejam apresentados pelos seus clientes ou por quaisquer outras pessoas, no âmbito do cumprimento dos deveres de identificação e diligência	7 anos
N.º 4, artigo 123º, Lei n.º 2/2014	Livros, registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte (obrigações contabilísticas das empresas)	12 anos

## Referências bibliográficas

ALVES, Ivone, et al. (1993) – *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa : Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro / Organismo de Normalização Setorial para a Informação e Documentação. 257, [1] p. ISBN 972-565-146-4

Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2013, de 18 de dezembro: sobre as medidas de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/avisos/textos/5-2013a-c.pdf> >

Código Commercial Portuguez (1833). Lisboa : Imprensa Nacional.

Código Commercial (1888) – *Diário do Governo*, N° 203, de 6 de setembro de 1888, pp. 1965-1987. [Consult. 25 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult/sections/leis-da-justica/pdf-ult/codi-comercial-de-1888/downloadFile/file/CodComercial.pdf?nocache=1188821262.8> >

DECRETO – Lei n.º 28221, de 24 de novembro de 1937: esclarece a interpretação do artigo 141.º da tabela geral do imposto do selo, aprovada pelo Decreto 21916 de 28 de novembro de 1932, relativo à incidência da taxa aplicável a recibos, e estabelecendo ainda, outras disposições acerca do mesmo imposto. [Consult. 25 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.tretas.org/dre/295717/>>

DECRETO-LEI n° 45103, de 1 de julho de 1963: Código da Contribuição Industrial [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.tretas.org/dre/105882/> >

DECRETO-LEI 28/72, de 24 de janeiro: fixação por portaria os prazos mínimos de conservação em arquivo dos documentos na posse de empresas públicas [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.tretas.org/dre/219851/>>

DECRETO-LEI 41/72, de 4 de fevereiro: concede nova alteração ao artigo 40.º do Código Commercial [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.tretas.org/dre/240470/>>

DECRETO-LEI 729-F/75, de 22 de dezembro: confere às instituições de crédito nacionalizadas a natureza de empresas públicas [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.tretas.org/dre/12151/>>

DECRETO-LEI N° 173/85, de 21 de maio: prorroga, a título excepcional, o prazo de dez anos a que se refere o artigo 40.º do Código Commercial, estabelecido como mínimo para a conservação em arquivo dos livros e documentos das empresas cujo capital foi total ou parcialmente nacionalizado [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/151600> >



DECRETO-LEI 442-B/88, de 30 de novembro: aprovação do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.tretas.org/dre/2588/#anexos> >

DECRETO-LEI 110/89, de 13 de abril: permite a microfilmagem, arquivo temporário e posterior destruição dos cheques apresentados a pagamento em instituições de crédito, públicas ou privadas [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/615479> >

DECRETO-LEI N.º 16/93, de 23 de janeiro: regime geral dos arquivos e do património arquivístico [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1993/01/019A00/02640270.pdf> >

DECRETO-LEI 279/2000, de 10 de novembro: autoriza as instituições de crédito a destruir originais de cheques, letras de câmbio e outros documentos que devam permanecer nos respetivos arquivos, desde que, previamente sejam observados determinados procedimentos de recolha da imagem e findo o prazo de guarda. [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/DL279ano2000.pdf> >

DECRETO-LEI N.º 76-A/2006, de 29 de março (versão atualizada pelo Decreto-Lei n.º 250/2012, de 23 de novembro): introduz alterações no Código do Registo Comercial, no Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, e no Regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/98, de 13 de maio, alterando o regime do incumprimento da obrigação do registo da prestação de contas [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=731&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=731&tabela=leis) >

LEI N.º 105/97, de 13 de setembro, artigo 6.º: obriga as entidades públicas e privadas a manter durante cinco anos os registos de todos os recrutamentos. [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.cite.gov.pt/Legis\\_Nac/ArquivoLN/LeisArgLN/Lei105\\_97.htm](http://www.cite.gov.pt/Legis_Nac/ArquivoLN/LeisArgLN/Lei105_97.htm) >

LEI N.º 25/2008, de 5 de junho: estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2005/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro, e 2006/70/CE, da Comissão, de 1 de agosto, relativas à prevenção da utilização do sistema financeiro e das atividades e profissões especialmente designadas para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, procede à segunda alteração à Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, e revoga a Lei n.º 11/2004, de 27 de março. [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/Lei25ano2008c.pdf> >

LEI n.º 2/2014, de 16 de janeiro: Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro. [Consult. 25 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: [https://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/7C883D2E-7D27-41DD-AD16-CA659BBADD82/0/Lei\\_2\\_2014.pdf](https://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/7C883D2E-7D27-41DD-AD16-CA659BBADD82/0/Lei_2_2014.pdf) >

NETO, Abílio (1988) – *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, pág. 61 (9.ª ed., nota 1).

PACHECO, A. F. Carneiro (1915) – “A prova documental em direito português substantivo” Separata da Revista da Universidade de Coimbra. Vol. IV. Coimbra : Livraria França & Armenio.

PORTARIA N.º 703/76, de 25 de novembro: determina os prazos de conservação e arquivo dos documentos na posse de empresas públicas [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.tretas.org/dre/219851/>>

PORTARIA N.º 974/89, de 13 de novembro: aprova o regulamento das operações de microfilmagem de cheques [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/549733> >

PORTARIA N.º 118/90, de 15 de fevereiro: referente ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, em que possibilita a substituição para efeitos fiscais dos documentos de suporte dos livros e registos contabilísticos que não sejam documentos autênticos ou autenticados por microfilme que constituam sua reprodução fiel [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/334711>>

SILVA, Armando Malheiro da (2006) – “O futuro das empresas com memória: um modelo sistémico e interativo para toda a informação empresarial” in *Arqueologia Industrial*. Quarta série, vol. II, n.º 1–2, pp. 9–14

SILVA, Eugénio (1942) – *Dicionário dos Códigos Civil e Comercial (actualizado até 30 de junho de 1943)*. Famalicão : Grandes Oficinas Gráficas «Minerva», p. 284.

VALÉRIO, Nuno (Coord.) (2006) – *História do Sistema Bancário Português: Da Formação do Primeiro Banco Português à Assunção pelo Banco de Portugal das Funções de Banco Central – 1822–1931*. Volume I. Lisboa: Eurosistema, 282 p.

## Notas

---

1 Cf. ALVES, Ivone, et al., *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa : Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro / Organismo de Normalização Setorial para a Informação e Documentação, 1993, p. 100.

2 Cf. PACHECO, A. F. Carneiro (1915) – “A prova documental em direito português substantivo” Separata da Revista da Universidade de Coimbra. Vol. IV. Coimbra : Livraria França & Armenio, pp. 5-6.

3 José Ferreira Borges (1786-1838), compilador do «Projecto de Código Commercial Portuguez» em 1831, editado dois anos depois, como Código Commercial Portuguez (1833). Lisboa : Imprensa Nacional.

4 VALÉRIO, Nuno (Coord.) (2006) - *História do Sistema Bancário Português*. Volume I. Lisboa: Eurosistema.

5 Código Commercial Portuguez, 1833, p. 6.

6 Código Commercial Portuguez, 1833, Parte I, Livro I, Título IV, Secção II, artigo XVI, 233, p. 38.

7 SILVA, Eugénio, *Dicionário dos Códigos Civil e Comercial (actualizado até 30 de junho de 1943)*. Famalicão : Grandes Oficinas Gráficas «Minerva», 1942, p. 519).

8 Aos comerciantes é obrigado dar balanço do ativo e passivo nos primeiros 3 meses de cada ano e lançá-los num livro de registo particular devidamente assinado.

9 Código Commercial (1888) - *Diário do Governo*, Nº 203, de 6 de setembro de 1888, pp. 1965-1987, p. 1966. [Consult. 25 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.dgpi.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult/sections/leis-da-justica/pdf-ult/codi-comercial-de-1888/downloadFile/file/CodComercial.pdf?nocache=1188821262.8> >

10 NETO, Abílio (1988) - *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, pág. 61 (9.ª ed., nota 1).

11 SILVA, Eugénio, *Dicionário dos Códigos Civil e Comercial (actualizado até 30 de junho de 1943)*. Famalicão : Grandes Oficinas Gráficas «Minerva», 1942, pp. 319-320.

12 Decreto n.º 28221, de 24 de novembro de 1937. [Consult. 25 Jan. 2016]. Disponível na Internet: [URL:https://dre.tretas.org/pdfs/1937/11/24/dre-295717.pdf](https://dre.tretas.org/pdfs/1937/11/24/dre-295717.pdf) >

13 DECRETO-LEI nº 45103, de 1 de julho de 1963. [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.tretas.org/dre/105882/> >

14 Uns dias antes, o Decreto-Lei 29/72, de 24 de janeiro, fixa por portaria os prazos mínimos de conservação em arquivo dos documentos na posse de empresas públicas.

15 PORTARIA N.º 703/76, de 25 de novembro. [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.tretas.org/dre/219851/>>

16 DECRETO-LEI Nº 173/85, de 21 de maio. [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/151600> >

17 DECRETO-LEI N.º 76-A/2006, de 29 de março [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=731&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=731&tabela=leis) >

18 DECRETO-LEI 442-B/88, de 30 de novembro. [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.tretas.org/dre/2588/#anexos> >

19 Dos documentos autênticos resulta a prova documental, daí que são considerados como tal os lavrados ou expedidos por notário ou em que eles intervêm podem ser autênticos, autenticados ou simplesmente legalizados. Cf. SILVA, Eugénio (1942) - *Dicionário dos Códigos Civil e Comercial* (atualizado até 30 de junho de 1943). Famalicão : Grandes Oficinas Gráficas «Minerva», 1942, p. 284.

20 DECRETO-LEI 110/89, de 13 de abril. [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/615479> >

21 PORTARIA N.º 974/89, de 13 de novembro. [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/549733> >

22 LEI N.º 105/97, de 13 de setembro. [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.cite.gov.pt/Legis\\_Nac/ArquivoLN/LeisArqLN/Lei105\\_97.htm](http://www.cite.gov.pt/Legis_Nac/ArquivoLN/LeisArqLN/Lei105_97.htm) >

23 Os originais devem permanecer em arquivo pelo período mínimo de 6 meses a contar da data de pagamento. Cf. DECRETO-LEI 279/2000, de 10 de novembro. [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/DL279ano2000.pdf> >

24 Cf. Decreto-Lei n.º 279/2000, de 10 de novembro.

25 Lei n.º 25/2008, de 5 de junho. [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/Lei25ano2008c.pdf> >

26 Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2013, de 18 de dezembro. [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/avisos/textos/5-2013a-c.pdf> >.

27 Segundo o artigo 40.º do Código Comercial a correspondência a conservar reporta-se essencialmente ao da atividade comercial da sociedade e mais adiante, o artigo 42.º menciona que os documentos de escrituração mercantil podem servir para investigação judicial, sobretudo relacionado com a sociedade e insolvência. Assim sendo, o referido artigo protege os sócios da sociedade e os terceiros - credores que com esta negociam, através do direito à informação conferido aos sócios, nos termos do Código das Sociedades, e aos credores, nos casos de processos de insolvência.

28 Regula a matéria relativa ao valor probatório dos livros de escrituração comercial entre comerciantes.

29 Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro. [Consult. 25 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: [https://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/7C883D2E-7D27-41DD-AD16-CA659BBADD82/0/Lei\\_2\\_2014.pdf](https://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/7C883D2E-7D27-41DD-AD16-CA659BBADD82/0/Lei_2_2014.pdf) >

30 **Fontes - Quadro I:** Código Commercial Portuguez (1833). Lisboa : Imprensa Nacional, p. 38, SILVA, Eugénio, *Dicionário dos Códigos Civil e Comercial (atualizado até 30 de junho de 1943)*. Famalicão : Grandes Oficinas Gráficas «Minerva», 1942, pp. 319-320. Código Commercial (1888) - *Diário do Governo*, N.º 203, de 6 de setembro de 1888, pp. 1965-1987. [Consult. 25 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult/sections/leis-da-justica/pdf-ult/codi-comercial-de-1888/downloadFile/file/CodComercial.pdf?nocache=1188821262.8> >; 30 Decreto n.º 28221, de 24 de novembro de 1937. [Consult. 25 Jan. 2016]. Disponível na Internet: [URL:https://dre.tretas.org/pdfs/1937/11/24/dre-295717.pdf](https://dre.tretas.org/pdfs/1937/11/24/dre-295717.pdf) >; DECRETO-LEI 41/72, de 4 de fevereiro [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.tretas.org/dre/240470/>>; DECRETO-LEI N.º 173/85, de 21 de maio [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/151600> >; DECRETO-LEI 110/89, de 13 de abril [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/615479> >; LEI N.º 105/97, de 13 de setembro [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.cite.gov.pt/Legis\\_Nac/ArquivoLN/LeisArqLN/Lei105\\_97.htm](http://www.cite.gov.pt/Legis_Nac/ArquivoLN/LeisArqLN/Lei105_97.htm)>; DECRETO-LEI 279/2000, de 10 de novembro [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/DL279ano2000.pdf> >; DECRETO-LEI N.º 76-A/2006, de 29 de março (versão atualizada pelo Decreto-Lei n.º 250/2012, de 23 de novembro) [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=731&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=731&tabela=leis)>; LEI N.º 25/2008, de 5 de junho [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/Lei25ano2008c.pdf> >; Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2013, de 18 de dezembro [Consult. 19 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/avisos/textos/5-2013a-c.pdf> >; Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro: [Consult. 25 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: [https://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/7C883D2E-7D27-41DD-AD16-CA659BBADD82/0/Lei\\_2\\_2014.pdf](https://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/7C883D2E-7D27-41DD-AD16-CA659BBADD82/0/Lei_2_2014.pdf) >

## A organização dos arquivos das instituições de investigação científica: o caso do Centro de História da Universidade de Lisboa (1954-1995)

---

Tiago Barros Pinto

Centro de História da Universidade de Lisboa

[tiago\\_225@hotmail.com](mailto:tiago_225@hotmail.com)

### Resumo

Pretende-se neste artigo observar as principais características dos arquivos das instituições de investigação científica e verificá-las através do tratamento de um arquivo definitivo em concreto: o do Centro de História da Universidade de Lisboa. Neste sentido são abordados temas como: património documental do Centro de História da Universidade de Lisboa, a metodologia de trabalho seguida e os resultados e dificuldades encontradas na organização deste arquivo.

**Palavras-chave:** Arquivos Científicos; Documentação; Organização Arquivística; Descrição Arquivística; Catálogo; Centro de História da Universidade de Lisboa.

### The organization of the archives of scientific research institutions: the case of the Centro de História da Universidade de Lisboa (1954–1995)

### Abstract

This article aims to observe the main characteristics of the archives of the institutions of scientific research and verify through the treatment of a specific archive: the Centro de História da Universidade de Lisboa. In this sense are addressed topics such as: documentary heritage of the Centro de História da Universidade de Lisboa, the methodology followed and the results and difficulties encountered in the organization of this archive.

**Keywords:** Scientific Archives; Documentation; Archival Organization; Archival Description; Catalogue; Centro de História da Universidade de Lisboa.

## Introdução

O Centro de História da Universidade de Lisboa teve origem no Centro de Estudos Históricos e Arqueológicos. Em 1952 é dividido em duas Secções: uma de História, anexa à Faculdade de Letras de Lisboa, e outra de Arqueologia, anexa ao Museu Etnológico «Dr. Leite Vasconcelos». Em 26 de Fevereiro de 1958 era extinto o Centro de Estudos Históricos e Arqueológicos criando-se no seu lugar dois novos Centros: o Centro de Estudos Arqueológicos, anexo ao Museu Etnológico «Dr. Leite Vasconcelos», e o Centro de Estudos Históricos, anexo à Faculdade de Letras de Lisboa, dirigido por Virgínia Rau.

A revolução de 25 de Abril de 1974, como é sabido, trouxe consigo enormes transformações, em quase todos os aspectos da vida nacional. A investigação científica não foi excepção, sinal disso foi a extinção do Instituto de Alta Cultura e a criação Instituto Nacional de Investigação Científica, em 9 de Julho de 1976. À semelhança do Instituto de Alta Cultura, e também em virtude dos acontecimentos de Abril de 74, o Centro de Estudos Históricos sofreu uma profunda alteração a vários planos, como seja ao nível da direcção, que até 1974, e depois do falecimento de Virgínia Rau, estava a cargo de Jorge Borges de Macedo, tendo passado, em 1975, a ser gerido por um grupo de alunos e professores. No entanto «a falta de funcionários e os sucessivos assaltos conduziram a uma situação caótica e ao desaparecimento de livros, material e colecções de revistas em quantidades relativamente elevadas. Para obstar a esta situação, e na intenção de reactivar o Centro enquanto espaço de pesquisas, reuniram-se os professores do Departamento de História nos inícios do ano lectivo de 1975/1976, tendo sido eleita a comissão proponente do Centro, sua futura comissão directiva» (Vária. Centro de História da Universidade de Lisboa, 1979, p. 183). A onomástica foi também ela alterada, passando a designar-se Centro de História das Universidades de Lisboa, tal como a orgânica e linhas de investigação.

O Centro de História das Universidades de Lisboa foi homologado a 23 de Abril de 1976, por despacho do secretário de estado do ensino superior e investigação científica, António Brotas. Esta homologação colocava o Centro de História das Universidades de Lisboa na dependência do ainda Instituto de Alta Cultura, uma vez que a sua dissolução definitiva data de 9 de Julho de 1976. A 31 de Dezembro de 1980 fecha-se um ciclo, como já havia acontecido em 1974, e inicia-se outro, onde a Arqueologia passa a ter uma grande importância na vida do Centro de História da Universidade de Lisboa. Esta forte presença da Arqueologia encontrava-se bem patente nos projectos apresentados ao Instituto Nacional de Investigação Científica, bem como a criação de uma linha de investigação específica subordinada à Arqueologia. A forte presença e a multiplicação de projectos de Arqueologia determinaram uma mudança ao nível do nome do Centro, passando a designar-se Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa. Esta fase da vida do Centro é bastante efémera durando cerca de três anos de 1990 a 1993. Em 1993, o Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa acaba por dar origem a dois Centros: Centro de História

da Universidade de Lisboa e o Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. O Centro de História da Universidade de Lisboa é reestruturado em vários planos, como seja ao nível da direcção, onde deixa de haver uma comissão directiva passando a existir, como outrora, a figura do director. O director designado foi Joaquim Veríssimo Serrão que se manteve em funções até 8 de Julho de 1995. A restante direcção e secretariado do Centro eram compostos por Francisco de Salles Loureiro, João Medina e Victor Gonçalves (A.C.H./Cx.21/Cp.48/Doc.1, 1995, p. 5)

### **Património documental do Centro de História da Universidade de Lisboa**

Os Centros, Institutos ou Laboratórios são organismos que têm como fim principal a investigação científica. Institucionalmente integram-se em meios diversos: estão associados normalmente às Universidades, através de diferentes meios de cooperação, assumindo às vezes características de instituições privadas sem fins lucrativos, formadas na sua maioria por investigadores universitários. Em outras situações são institutos ou laboratórios dependentes do Estado dedicados essencialmente à investigação científica e tecnológica, nas diferentes áreas. As unidades de investigação pertencentes a fundações privadas de utilidade pública são outra modalidade de integração (Senna Martinez, 1994, p. 76).

As actividades de investigação científica, como tais, estão centradas na aquisição de dados informativos que, de acordo com os questionários seguidos, dão lugar à criação de documentos, em que se comunicam os resultados alcançados.

Segundo Carmen Salmerón e Mar Neira os institutos de investigação científica produzem dois tipos de documentos: administrativos, que acompanham toda a actividade da instituição, e os resultados das investigações efectuadas (Salmerón, 2003, p. 255). No que se refere ao seu destino, as mesmas autoras referem que os primeiros, transversais ao funcionamento das instituições, são normalmente conservados no próprio organismo ou são transferidos para os arquivos centrais ou definitivos das Faculdades ou Universidades quando perdem a sua função legal e administrativa. Os segundos, que foram utilizados pelos investigadores nas suas pesquisas, artigos ou ensaios, que carecem de valor legal ou administrativo e cuja vigência é de curta duração, quando se editam os resultados de toda essa produção perde o seu valor científico, na maioria dos casos, o processo de conservação é inadequado. Normalmente são conservados apenas os trabalhos dos investigadores mais eminentes no seu campo de investigação (Salmerón, 2003, pp. 255–256). No caso do Centro de História, as premissas enunciadas pelas autoras espanholas são, efectivamente, uma realidade. Podemos distinguir dois tipos de documentação diferente:

✓ Documentação gerada pela actividade administrativa do Centro de História.

Como qualquer organismo público, o Centro de História, desenvolveu as suas funções de forma regulamentada através de uma actividade administrativa cujo reflexo ficou materializado em arquivo. Entre esta documentação de arquivo administrativo



encontram-se espécies de diferentes tipos: cartas, ofícios, regulamentos, relatórios, programas, actas e pareceres. Por outras palavras, as funções que decorrem das actividades desenvolvidas por uma instituição no quadro da gestão interna designam-se por «funções-meio».

✓ Documentação produzida como consequência do próprio trabalho de investigação científica.

Esta actividade supõe no plano documental a acumulação de materiais de variados suportes e tipologias. No caso do fundo estudado está-se, essencialmente, perante documentação justificativa das actividades científicas desenvolvidas ou a realizar no âmbito dos projectos do Centro. Trata-se de uma apresentação sumária à tutela e financiadores (Fundação Calouste Gulbenkian) propósitos ou de resultados alcançados. Aqui encontram-se relatórios de actividade científica dos bolseiros do Centro e documentos relativos a projectos de investigação. Assim, e no contexto da terminologia arquivística, as funções relativas ao conjunto de actividades específicas desenvolvidas pelos investigadores denominam-se «funções-fim».

O conjunto destes recursos é uma fonte primária que nos proporciona um testemunho precioso sobre a organização do Centro de História como instituição pública de investigação, sobre as suas actividades administrativas e de investigação.

### **Metodologia de trabalho**

O arquivo definitivo do Centro de História, constituído por 1712 espécies documentais – entre cartas, ofícios, cartões, postais, artigos, recortes de imprensa, regulamentos, relatórios, programas, actas e pareceres – apresentava no geral um carácter coerente e homogéneo dentro de cada uma das suas unidades de instalação. Contudo, é de salientar o facto de o mesmo ser algo fragmentário, pelo que muita da documentação produzida ao longo da existência da instituição ter-se-á perdido.

Esta realidade, associada à inexistência de um instrumento de descrição documental que representasse o conteúdo da documentação, levou a que se optasse por um tratamento arquivístico que envolveu um conjunto de operações, por vezes efectuadas em simultâneo, que agora se apresenta:

- Recolha da documentação pertencente ao Centro de História referente ao período cronológico em estudo.
- A seguir procedeu-se à análise/diagnóstico da documentação e estudo da instituição, de forma a identificar a estrutura organizacional do fundo e do contexto de produção dos conjuntos documentais.
- Depois foi efectuada a classificação dos documentos tendo-se estabelecido os conjuntos documentais, designadamente as secções e as séries para a construção do



quadro de classificação: «documento de arquivo que regista o esquema de organização de um acervo documental, estabelecido de acordo com os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original, para efeitos de descrição e/ou instalação» (Direcção-Geral de Arquivos, 2007, p. 305).

- Posteriormente realizou-se a descrição documental. A descrição documental é a «operação que consiste na representação das unidades arquivísticas, acervos documentais e colecções factícias, através da sua referência e de outros elementos, nomeadamente atinentes à sua génese e estrutura» (Instituto Português da Qualidade, 2005, p. 15). Pela importância, o interesse e a forma como estava acondicionada a documentação, optou-se pela descrição da documentação até ao nível do documento composto/simples. A descrição foi efectuada e orientada segundo as orientações nacionais (*O.D.A. – Orientações para a Descrição Arquivística*), e norma internacional (*I.S.A.D. (G) – General International Standard Archival Description*). Na descrição do fundo foram considerados quase todos os campos de descrição inscritos na *I.S.A.D. (G)*. Para os restantes níveis seleccionaram-se os seguintes campos: código de referência; nível de descrição; título; datas; dimensão e suporte; âmbito e conteúdo; idioma; características físicas e requisitos técnicos, sistema de organização; notas e cota.
- Concluídas as tarefas de classificação e descrição passou-se ao acondicionamento físico da documentação. O acondicionamento foi feito em duas fases. Na primeira começou-se por retirar das unidades de instalação originais, por se encontrarem em mau estado de conservação (oxidação), todos os documentos e colocando-os em novas capas e caixas. Numa segunda fase procedeu-se à higienização e limpeza da documentação folha a folha com a retirada dos cliques e agrafos. Em cada unidade de instalação foi registada uma cota, que, associada ao código de referência dos documentos, possibilitará um acesso célere e eficaz às espécies ou conjuntos documentais. Posteriormente foi feita a carimbagem da documentação com a «aposição, para fins de controlo e segurança, do carimbo da entidade detentora dos arquivos nos seus documentos» (Alves, 1993, p. 16.), sendo neste caso o carimbo do Arquivo Histórico da F.L.U.L. Pelo facto de o Centro de História não ter condições de acesso e utilização, o arquivo, depois de tratado integralmente, será transferido para o Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O carimbo foi empregue de forma a não colocar em causa a integridade dos documentos, evitando assim a alteração ou a má leitura dos mesmos.

## Resultados e Dificuldades Encontradas

O trabalho efectuado deu origem à criação de um catálogo e do respectivo quadro de classificação documental.

### Quadro de Classificação

Segundo vários autores, classificar é o trabalho arquivístico que permite constituir séries documentais integrando-as dentro de uma estrutura hierárquica ou de relação, elaborada de acordo com os órgãos e funções da instituição produtora.

Contudo, quando se aplica o conceito de classificação em Arquivística, deve-se ter sempre em conta a definição de Arquivo que se encontra no decreto-lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro, dos Arquivos e do Património Arquivístico, no seu artigo 4.º:

«Arquivo é um conjunto de documentos, qualquer que seja a sua data ou suporte material, reunidos no exercício da sua actividade por uma entidade, pública ou privada, e conservados, respeitando a organização original, tendo em vista objectivos de gestão administrativa, de prova ou de informação, ao serviço das entidades que os detêm, dos investigadores e dos cidadãos em geral» (Decreto-Lei n.º 16, 1993, p. 264).

De acordo com esta definição fica patente que o objectivo da classificação é refletir a estrutura interna do fundo documental. Segundo Michel Duchein (1992, pp. 9-10) na classificação deve ter-se sempre presente os dois princípios fundamentais da Arquivística: o princípio da proveniência ou o princípio do respeito pelos fundos, segundo o qual os arquivos ou fundos de uma mesma proveniência não devem misturar-se com outros). O respeito por este princípio garante a constituição e a existência da unidade de base em Arquivística, o fundo de arquivo. O outro princípio é o do respeito pela ordem original, definido pelo Conselho Internacional de Arquivos como princípio de respeito pela estrutura arquivística, segundo o qual um fundo de arquivo deve conservar ou receber uma classificação que corresponda às estruturas administrativas internas do organismo que o criou (Rodriguez, 1995, p. 48).

Como refere T. R. Schellenberg (1974, p. 62) existem três elementos principais a considerar na classificação e que são: a) a acção a que os documentos se referem; b) a estrutura do órgão que os produz e c) o assunto dos documentos

A classificação, seguindo o princípio da proveniência, pressupõe a sua representação gráfica através da elaboração de um quadro de classificação.

O quadro de classificação é apresentado no *Manual para a gestão de documentos* como «um elemento estruturante do sistema de arquivo de qualquer organismo, na medida em que se apresenta como um conjunto de regras claramente definidas que promovem a organização dos documentos de arquivo» (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do

Tombo, 1997, pp. 2–5). Por outras palavras, o quadro de classificação caracteriza-se por ser uma estrutura hierárquica e coerente onde os conceitos de fundo, secção e série estabelecem um princípio de diferenciação e de estratificação dos diversos conjuntos documentais que constituem o acervo (Archivo General de la Nación, 2012, p.10). No que diz respeito às suas finalidades, e resumindo, pode dizer-se que o quadro de classificação tem como principais funções proporcionar uma estrutura lógica que represente a documentação produzida ou recebida no exercício das suas actividades ou funções; permitir a sua localização, ou seja, facilitar o acesso à informação existente no acervo documental e facilitar a localização física de cada documento para um eficaz controlo e manuseamento.

Tendo em contas as premissas aludidas, o quadro de classificação foi planeado e estruturado de acordo com uma classificação funcional. Neste sentido estabeleceu-se um modelo de tratamento dos documentos de arquivo para obter, mediante processos de identificação, hierarquização e de codificação, categorias de conjuntos documentais estáveis e delimitados. Neste sentido, o fundo Centro de História foi dividido em duas secções, sendo que cada uma das secções integra séries documentais. Assim, esta divisão deu origem à formação das seguintes secções: Gestão Administrativa e Investigação.

A primeira secção, de Gestão Administrativa, é composta por séries que se referem, como o próprio título da secção indica, à actividade relacionada com a parte administrativa do Centro. Desta forma, os documentos pertencentes a este grupo documental são: Correspondência recebida e expedida; Formulários administrativos; Registos de correspondência; Autorizações de compra de material de apoio; Processos de organização e realização de eventos científicos; Protocolos; Requisições de livros; Facturas, listas/notas de despesa e provisões de encargos; Actas da comissão directiva do C.H.U.L.; Relatórios de actividade; Brochuras, boletins, separatas e outros materiais impressos recebidos; Guias de remessa; Listas de contactos dos investigadores e Outros documentos.

A segunda secção, de Investigação, inclui documentação relacionada com a actividade científica da instituição e dos seus investigadores, sendo constituída pelas séries seguintes: Relatórios de bolseiros; Curricula de investigadores; Recensões de obras e Projectos de investigação.

Deste modo foi criado um quadro com referência aos níveis de descrição (fundo, secção e série), título e código de referência.

### **Descrição Documental**

A descrição permite o acesso ao arquivo através da identificação dos documentos que contém, partindo da reunião e exposição dos dados que possibilitam o conhecimento das suas características, os quais podem converter-se em outros pontos de acesso. Normalmente são extraídos cinco tipos de dados ou elementos informativos da documentação (Esteban Navarro, 1998, p.10):

- Os que informam sobre o contexto e as circunstâncias que determinam a origem e a produção dos documentos e a gestão administrativa que os gerou.
- Os que informam sobre o conteúdo dos documentos, com o objectivo de permitir junto da organização o controlo intelectual do arquivo.
- Os que informam sobre a forma e o estado do suporte dos documentos, o seu lugar e modo de instalação, os quais permitem a identificação dos seus componentes e a sua localização no depósito.
- Os que informam sobre as condições de acesso e uso dos documentos.
- Os que informam sobre a história do tratamento arquivístico dos documentos.

A descrição documental, para ser eficiente na sua função de tornar acessível a informação, deve ser estruturada respeitando três critérios. Primeiramente, a descrição deve permitir o acesso aos fundos documentais do arquivo não apenas aos arquivistas, mas também aos utilizadores. Em segundo lugar, deve-se formular um programa descritivo que faculte determinados dados referentes a todos os documentos do arquivo. Terceiro, os instrumentos de descrição não devem apenas facilitar a localização dos documentos, mas também para apresentar o seu conteúdo e características (Esteban Navarro, 1998, p.10). Por outras palavras a descrição documental não se limita apenas a analisar a documentação, mas tem como fim último a criação de dados para a sua recuperação. Os produtos imediatos da descrição são os instrumentos de descrição documental.

O instrumento de descrição documental pelo qual se optou para representar a informação contida no arquivo definitivo do Centro de História foi o catálogo. O catálogo deve ser escolhido, segundo alguns autores, para o tratamento de documentação com um elevado grau de importância científica. No caso do arquivo definitivo do Centro de História este princípio aplica-se na sua totalidade pelo facto de ter sido um dos primeiros centros de investigação científica no campo da História a serem instituídos em Portugal e que contava com nomes cimeiros da historiografia nacional. Assim, e pelo valor da documentação do arquivo definitivo do Centro em estudo foi elaborado um catálogo como forma de representar o trabalho de descrição. Para reforçar a opção pelo catálogo atente-se na afirmação de Fernanda Ribeiro ao considerá-lo como um instrumento que «requer uma análise de muita profundidade centrada em cada um dos documentos existentes, demonstrando uma tendência para valorizar o documento enquanto fonte de informação para determinados fins (sobretudo investigação histórica)» (Ribeiro, 2003, p. 668). Esta afirmação sintetiza o que se pretendeu com a elaboração do Catálogo do Arquivo Definitivo do Centro de História. Além de valorizar este património documental a vantagem de ter a informação estruturada e descrita desta forma permite ter um maior controlo sobre a mesma bem como pela maior facilidade na recuperação de documentos específicos.

## Catálogo

A descrição arquivística de fundos documentais de instituições científicas, ao nível do catálogo, é quase inexistente, pelo menos em Portugal. A elaboração do catálogo do Centro de História teve como fim principal – pela importância da documentação existente – a organização do seu arquivo definitivo, bem como a representação da informação contida nos documentos, sobre a qual já não havia memória do seu conteúdo.

O catálogo do Arquivo Definitivo do Centro de História compreende os seguintes níveis: Fundo, Secção, Série, Documento Composto e Documento Simples.

As principais dificuldades encontradas durante a elaboração do catálogo prenderam-se, essencialmente, com a identificação de alguns remetentes, destinatários e datas da correspondência.

## Conclusão

Para concluir pode dizer-se que os arquivos das instituições de investigação científica são de grande relevância não apenas para a sua história mas também para a história das disciplinas científicas, na medida em que permitem compreender o modo de as conceber e organizar nas diferentes épocas.

Contudo estes arquivos são ainda pouco estudados e utilizados pelo facto de o acesso a estes fundos documentais estarem geralmente restringidos a investigadores com finalidades muito específicas de investigação bem como pela falta de políticas e normas que fomentem e estimulem a conservação desta documentação, tanto a definitiva como a corrente.

Entre as várias possibilidades existentes para colmatar este problema, e de acordo com Carmen Salmerón e Mar Neira, refiram-se as seguintes: a curto prazo que as bibliotecas das faculdades/universidades assumam a responsabilidade de custódia, conservação e difusão destes fundos históricos; a médio prazo criar mecanismos e canais de informação entre os departamentos e bibliotecas que permitam conhecer novos fundos e a longo prazo elaborar uma política de gestão documental que estabeleça normas e procedimentos arquivísticos que fomentem o controlo e conservação da documentação científica.

## Referências bibliográficas

«Vária. Centro de História da Universidade de Lisboa», *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. ISSN 0870-4104. vol. I, Lisboa, 1979, p. 183.

ALVES, Ivone, [et al.] (1993) – *Dicionário de terminologia arquivística*, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Lisboa. 257p. ISBN: 972-565-146-4

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (2012) – *Instructivo para elaborar el Cuadro general de clasificación archivística*. [Em linha]. [Consult. 8 de Março de 2016]. Disponível em <URL:<http://http://www.agn.gob.mx/menuprincipal/archivistica/pdf/instructivoCuadroClasificacion06072012.pdf>>.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2002) – *I.S.A.D. (G). Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. [Em linha]. Lisboa, I.A.N./T.T. [Consult. 8 de Março de 2016]. Disponível em <URL:[http://http://www.adporto.pt/ficheiros\\_a\\_descarregar/isad\\_g.pdf](http://http://www.adporto.pt/ficheiros_a_descarregar/isad_g.pdf)>.

CRUZ MUNDET, José Ramón (2001) – *Manual de Archivística*, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 4.ª ed., Madrid. 416p. ISBN 84-89384-31-2

Decreto-Lei n.º 16, 22-12-1992, *D.R.*, I Série-A, 23-01-1993, pp. 264-270.

Decreto-Lei n.º 47344, 25-11-1966, *D.G.*, I Série, 25-11-1966, pp. 1883-2086.

DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS (2007) – *Orientações para a descrição arquivística*. [Em linha]. 2.ª v., Lisboa, DGARQ. [Consult. 8 Março 2016]. Disponível em <URL:[http://http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1\\_2\\_3.pdf](http://http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf)>.

DUCHEIN, Michel (1992) – Le respect des fonds en archivistique. Principes théoriques et problèmes pratiques. *Études d'archivistique*, Paris, Association des Archivistes Français, p. 9-34.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel Ángel; GAY MOLÍNS, Pilar (1998) – La normalización de la descripción y la recuperación de información en los archivos. *Vino viejo en odres nuevos*, Boletín de la Anabad. ISSN: 0210-4164. Vol. 48, N.º 1, Enero-Marzo, Madrid, pp. 10-26.

HEREDIA HERRERA, Antonia (1991) – *Archivística general. Teoría y practica*. 5.ª ed., Sevilla, Diputación Provincial. 512p. ISBN 847798056X, 9788477980568

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO (1997) – *Manual para a gestão de documentos*. Lisboa, I.A.N./T.T. ISBN 972-8107-38-2

INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE (2005) – *N.P. 4041. Informação e Documentação – Terminologia arquivística: Conceitos básicos*, Lisboa, I.P.Q., CT7.

MARTINEZ, Margarida Senna; ÁVILA, Patrícia; COSTA, António Firmino da (1994) – A tensão superficial. Ciência e organização num centro de investigação científica. *Sociologia – Problemas e Práticas*. ISSN 0873-6529. N.º 16, Lisboa. p. 75-109.

RIBEIRO, Fernanda (2003) – *O acesso à informação nos arquivos*, vol. II, Lisboa, F.C.G.; F.C.T.; M.C.E.S. 825p. ISBN: 972-31-1017-2

RUIZ RODRIGUEZ, Antonio Angel (1995) – *Manual de archivística*, Madrid, Síntesis, D.L. 343p. ISBN 8477383065

SALMERÓN, Carmen e NEIRA, Mar (2003) – La importancia de un patrimonio documental. Los archivos científicos. *Archivos universitarios e historia de las universidades*, Madrid, Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la Universidad, Universidad Carlos III de Madrid, Editorial Dykinson, ISBN 84-8155-641-6 p. 255-278.

SHELLENBERG, T. R. (1974) – *Arquivos modernos. Princípios e técnicas*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação. 345p. ISBN: 900000718937

## O sistema nacional de arquivos em Portugal (1988–2014): breve análise

---

Jorge Janeiro

Arquivo Distrital de Évora

[jorge.janeiro@adevr.dglab.gov.pt](mailto:jorge.janeiro@adevr.dglab.gov.pt)

### Resumo

O presente estudo foi motivado pela necessidade de caracterizar o sistema nacional de arquivos implementado em Portugal desde 1988 até 2014. Procurou-se determinar o modelo de organização do sistema nacional de arquivos e quais as competências exercidas pelos diferentes intervenientes do setor público no sistema. Para este efeito estes foram identificados e, em alguns casos, categorizados. Posteriormente foram-lhes associadas as respetivas competências legais, os modelos organizacionais adotados e a sua responsabilidade na gestão do ciclo de vida dos documentos. Do cruzamento de informação resultam as seguintes considerações gerais: existe um sistema nacional de arquivos fragmentado entre o órgão de gestão nacional e os órgãos de gestão regionais, funcionando com total autonomia; o sistema nacional de arquivos e os dois sistemas regionais de arquivos adotaram modelos organizacionais próprios nas suas jurisdições; assistiu-se a uma tendência de criação de serviços centrais de arquivo nos departamentos governamentais nos três sistemas de arquivos; os órgãos de gestão continuam a apostar no modelo custodial para os objetos digitais mas, em relação à documentação em papel, este modelo tem vindo a ser abandonado pelo órgão de gestão nacional.

**Palavras-chave:** arquivos; sistema nacional de arquivos; sistema regional de arquivos; política arquivística.



## The national archives system in Portugal (1988–2014): short analysis

### Abstract

The present study was motivated by the need of characterizing the national archives system implemented in Portugal from 1988 till 2014. We have looked to know the model of organization of the national archives system and which competences are executed by the different public actors in the system. To this effect those were identified and, in some cases, categorized. Then have been associated to them their legal competences, the organizational models adopted by them and their responsibility in records management life cycle. From the cross breeding of information result the following general considerations: exists a national archives system devised between the national authority and the regionals authorities that function with total autonomy; the national archives system and the regionals archives systems adopted theirs owns organizational models in theirs jurisdictions; there was a tendency for creating central archives services in governmental departments in the three archive systems; the archives authorities continue investing in the custodial model for digital objects but, in relation to documentation in paper, this model has coming to be abandoned by the national authority.

**Keywords:** archives; national archives system; regional archives system; archives policy.

### Introdução

No presente artigo vamos concentrar-nos nas mudanças mais significativas ocorridas no sistema nacional de arquivos ao nível da administração central do Estado (desde 1988) e ao nível das administrações regionais da Madeira (desde 1998) e dos Açores (desde 2007) até 2014.

### Sistema nacional de arquivos: perspectiva evolutiva

O sistema nacional de arquivos é um conceito inserido no quadro legal português com a criação do Instituto Português de Arquivos (IPA) em 1988. De acordo com o Decreto-Lei n.º 152/88, de 29 de Abril, o IPA foi instituído com «o objectivo de planear e estabelecer um sistema nacional de arquivos, visando a coordenação e execução de uma política arquivística integrada». Todavia, não existiu a preocupação em definir com clareza o conceito de «sistema nacional de arquivos». A ênfase incidiu na coordenação da política arquivística nacional:

- No Decreto-Lei n.º 447/88, de 10 de Dezembro, alude-se aos «serviços que superintendem na política arquivística»;

- No Decreto-Lei n.º 121/92, de 2 de Julho, faz-se referência ao «organismo incumbido de promover a coordenação da política arquivística (...) designado por organismo coordenador»;
- O Decreto-Lei 106-G/92, de 1 de Junho, que operou a fusão da Torre do Tombo com o IPA, confere ao novo organismo a atribuição de «promover uma política arquivística nacional coordenada»;
- No Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro, substitui-se o órgão coordenador pelo «órgão de gestão nacional dos arquivos» a quem cabe, naturalmente, «a execução da política arquivística nacional»;
- No Decreto-Lei 60/97, de 20 de Março, que cria o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, volta-se a referir a promoção da «execução da política arquivística nacional».
- Só com o Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de Março, que cria a Direção-Geral dos Arquivos (DGARQ), se recuperam os conceitos «órgão coordenador» e «sistema nacional de arquivos». Com este diploma a DGARQ passou a ser «a entidade coordenadora do sistema nacional de arquivos». A integração desta entidade na Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) manteve a situação uma vez que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de Maio, a DGLAB «tem por missão assegurar a coordenação do sistema nacional de arquivos».

Como a lei não define o que é o sistema nacional de arquivos propõe-se a seguinte definição: o sistema nacional de arquivos é composto pelos arquivos do país e pelo conjunto de outros elementos que participam na sua gestão e qualificação (leis, normas, orientações, procedimentos, órgão de coordenação, órgão consultivo, recursos, sistemas de arquivos). Atendendo a esta definição conclui-se pela existência de um sistema nacional de arquivos que difere da política arquivística nacional, entendida como o «conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidos pelo Estado direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, na área dos arquivos, que visam assegurar o cumprimento de determinados direitos e obrigações por parte do Estado ou de particulares». Como vimos, a política foi tendo preponderância no quadro legal em relação ao sistema.

O sistema nacional de arquivos é devedor de três percursos autónomos: o sistema de arquivos implementado no continente e os dois sistemas regionais consolidados ao longo das últimas décadas.

## **Um país, três sistemas: Estudo de caso**

### **O sistema nacional de arquivos**

A partir de 1988 o sistema nacional de arquivos sofreu várias reformas que o alteraram de forma estrutural. As principais inovações foram: a instituição de um serviço responsável pelo estabelecimento do sistema nacional de arquivos em 1988 e a sua elevação a órgão de gestão em 1993; a transferência das competências do órgão de gestão nacional

para os órgãos de gestão entretanto criados nas regiões autónomas; e o abandono do modelo custodial por parte do órgão de gestão nacional em favor das secretarias-gerais.

Atrás já ficou evidenciado o processo de criação do órgão de gestão nacional de arquivos pelo que nos concentramos agora na criação dos arquivos centrais nas secretarias-gerais como forma de ultrapassar a falência do modelo custodial centrado na Torre do Tombo demonstrado pelo diagnóstico aos arquivos intermédios da administração central (Pereira, 2003).

A Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, atribuiu às secretarias-gerais a coordenação e partilha de recursos nas áreas de suporte, como é o caso da gestão dos arquivos. E a Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2004, de 21 de Abril, estabeleceu o modelo de reforma a implementar na Administração Pública, reforçando a ideia da criação de um sistema centralizado para evitar a dispersão de serviços de arquivo pelos ministérios. Criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de Agosto, o PRACE pretendia reestruturar a administração apostando na organização de serviços de partilha de funções e atividades comuns e a sua concentração nas secretarias-gerais, inclusivamente, a gestão da documentação de arquivo.

No artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, estabeleceu-se o seguinte relativamente aos arquivos:

- Cabia aos secretários-gerais fixar o destino da documentação dos serviços extintos;
- Em caso de fusão e reestruturação, os arquivos seriam afetos aos organismos que passam a prosseguir as atribuições ou a exercer as competências transitadas, caso ainda sejam necessários;
- Os processos individuais dos trabalhadores seriam remetidos aos serviços a que estes tivessem sido afetos;
- No caso de transferência de arquivos para cuja consulta fosse necessário equipamento de consulta no serviço extinto, tal equipamento deveria ser juntamente transferido.

As leis orgânicas dos diferentes ministérios, publicadas em Outubro de 2006, atribuíam às secretarias-gerais a responsabilidade de proceder à recolha, tratamento, conservação e comunicação dos arquivos que deixassem de ser de uso corrente por parte dos organismos produtores, prevendo a criação de arquivos centrais geridos por novas unidades orgânicas. Formalizava-se a vontade de criar arquivos a nível ministerial em resposta ao esgotamento do anterior modelo de centralização da incorporação de documentos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Penteado, 2006, p. 14-29).

### **O sistema regional de arquivos da Madeira**

Através do Decreto-Lei 287/80, de 16 de Agosto, a Secretaria de Estado da Cultura transfere para a Região Autónoma da Madeira a superintendência do Arquivo Distrital do

Funchal contribuindo assim para a «concretização da autonomia no domínio cultural». Por sua vez, o Decreto Legislativo Regional 9/98/M, de 22 de Maio, constitui o Arquivo Regional da Madeira como o órgão de gestão dos arquivos da Região Autónoma da Madeira, cometendo-lhe todas as competências atribuídas ao órgão de gestão nacional dos arquivos pelo Regime Geral dos Arquivos e Património Arquivístico. O Decreto Legislativo Regional 26/99/M, de 27 de Agosto, veio regulamentar este diploma na parte relativa ao sistema de gestão de documentos na posse dos serviços e órgãos de governo da Região Autónoma da Madeira, assim como as formas de incorporação no arquivo definitivo público regional.

A acumulação de documentação nos serviços regionais conduziu à necessidade de publicação do Decreto Legislativo Regional 17/2001/M, de 29 de Junho, que veio estabelecer o regime de criação de arquivos intermédios a implementar nos serviços dependentes dos órgãos de governo da Região Autónoma da Madeira e organismos sob a sua tutela. Ficou então estatuído que, em todos os serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação daquele diploma, seria criado um arquivo central ou intermédio, responsável pela coordenação dos arquivos correntes ou administrativos de todos os organismos dependentes, na dependência direta do respetivo membro do Governo Regional e seria, em termos funcionais, equivalente a uma divisão ou direção de serviços.

A Madeira construiu um sistema regional de arquivos que viria a ser parcialmente seguido, tanto pelos Açores como pelo governo central, no que respeita à criação de arquivos centrais/intermédios nos departamentos governamentais com a função de gerir a documentação em fase semi-ativa. A gestão do ciclo de vida dos documentos baseado na teoria das três idades é respeitada, com uma rigorosa segregação de funções: cabe aos serviços produtores a gestão da fase ativa, aos arquivos intermédios a fase semi-ativa e ao Arquivo Regional da Madeira a fase inativa.

### **O sistema regional de arquivos dos Açores**

A competência para a classificação de bens arquivísticos foi alocada à Secretaria Regional de Educação e Cultura através do Decreto Regional 13/79/A, de 16 de Agosto. Através do Decreto Regulamentar Regional n.º 13/81/A, de 19 de Fevereiro, o Governo Regional dos Açores regulamenta as atribuições dos três antigos arquivos distritais cuja responsabilidade de gestão havia recebido do Governo Central. Em 1988, através da Portaria N.º 31/1988 de 31 de Maio o Governo Regional, com o objectivo de resolver o problema do crescimento das massas documentais, autoriza «cada departamento governamental e por despacho do respectivo Secretário» a elaborar um mapa de prazos de conservação/destruição dos documentos.

O Decreto Regulamentar Regional N.º 13/2001/A, de 7 de Novembro, reorganizou os serviços externos na área da cultura cometendo às bibliotecas públicas e arquivos regionais, nomeadamente, as seguintes responsabilidades: Promover a execução da política

arquivística e biblioteconómica regional; incorporar a documentação das administrações central, regional e local e a de outras entidades; promover a qualidade dos arquivos enquanto recurso fundamental da actividade administrativa; exercer, em representação da Região, o direito de preferência na alienação de bens bibliográficos e arquivísticos de valor cultural.

Numa fase posterior, a região sentiu necessidade de concretizar em forma de lei o sistema regional de arquivos. O Decreto Legislativo Regional n.º 10/2007/A, de 20 de Abril de 2007, aprovou o Regime geral dos arquivos e do património arquivístico da Região Autónoma dos Açores e institucionalizou o sistema regional de arquivos composto por: comissão coordenadora para os arquivos da Região Autónoma dos Açores; arquivos da administração regional autónoma e da administração local; Arquivos Regionais, sediados em Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada. A principal inovação é a criação da comissão coordenadora para os arquivos da Região Autónoma dos Açores (CCARAA), enquanto órgão de gestão regional dos arquivos, cabendo-lhe propor a definição da política arquivística regional, o acompanhamento da sua execução e a ação fiscalizadora. Este órgão de gestão, cujas competências foram fixadas pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2014/A, de 15 de Julho, no qual participam representantes da administração regional autónoma e local, partilha competências com os arquivos regionais ao nível da salvaguarda do património arquivístico regional<sup>1</sup>. Destaca-se, ainda, o princípio da centralização dos arquivos num único organismo em cada entidade.

### Breve análise ao sistema nacional de arquivos

Para permitir uma compreensão com maior clareza do sistema nacional de arquivos elaborou-se uma tabela que conjuga as competências e modelos organizacionais do sistema nacional de arquivos no setor público em Portugal.

Organismo	Competências	Modelo Organizacional
Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas - Órgão de coordenação do sistema nacional de arquivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Coordenação do sistema nacional de arquivos<sup>2</sup></li> <li>➤ Superintendência técnica e normativa<sup>3</sup></li> <li>➤ Auditoria aos sistemas de arquivo</li> <li>➤ Prestação de apoio técnico às secretarias-gerais e outras entidades</li> <li>➤ Promoção do desenvolvimento e qualificação da rede nacional de arquivos</li> <li>➤ Salvaguarda do património arquivístico<sup>4</sup></li> <li>➤ Prestação de serviços de preservação de património arquivístico digital e de custódia de informação digital</li> <li>➤ Prestação de serviços de conservação, restauro e reprodução de documentos</li> <li>➤ Prestação de serviços de pesquisa e consulta de objetos digitais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Qualificação de sistemas de arquivo, salvaguarda, restauro e conservação de património arquivístico, custódia, preservação e disponibilização de objetos digitais e reprodução de documentos são <i>core-business</i> da DGLAB</li> <li>➤ Múltiplas unidades orgânicas de arquivo especializadas</li> </ul>
Direção-Geral do	➤ Preservação da documentação	➤ Incorporação, salvaguarda,

Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – Arquivos dependentes <sup>5</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Elaboração de instrumentos de descrição e pesquisa</li> <li>➤ Prestação de serviços de consulta, reprodução, certificação e pesquisa</li> <li>➤ Realização de averbamentos sobre documentação incorporada</li> <li>➤ Promoção do conhecimento e da fruição do património arquivístico</li> <li>➤ Prestação de serviços de consultoria e apoio técnico</li> <li>➤ Realização de incorporações (obrigatórias<sup>6</sup> e facultativas) de documentação</li> </ul>	tratamento e disponibilização do património arquivístico são <i>core-business</i> dos arquivos dependentes <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Pode haver várias unidades orgânicas especializadas em arquivo (Arquivo Nacional da Torre do Tombo) ou apenas uma unidade orgânica que assegura também algumas tarefas administrativas</li> </ul>
Comissão Coordenadora para os Arquivos da Região Autónoma dos Açores – Órgão de gestão do sistema regional de arquivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Superintendência técnica e normativa</li> <li>➤ Fiscalização aos sistemas de arquivo</li> <li>➤ Prestação de serviços de apoio técnico</li> <li>➤ Promoção da qualidade dos arquivos</li> <li>➤ Salvaguarda do património arquivístico digital do Governo Regional</li> <li>➤ Apoiar a formação em arquivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Qualificação de sistemas de arquivo, salvaguarda de informação digital são <i>core-business</i> da Comissão</li> <li>➤ O órgão de gestão, no qual estão representadas as administrações regionais autónomas e locais e Assembleia Legislativa, é composto por 15 técnicos. O seu funcionamento permanente é assegurado por um Núcleo Operacional especializado em arquivos</li> </ul>
Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais dos Açores	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Salvaguarda do património arquivístico</li> <li>➤ Realização de incorporações<sup>7</sup> (obrigatórias e facultativas) de documentação de conservação permanente</li> <li>➤ Preservação da documentação</li> <li>➤ Elaboração de instrumentos de descrição e pesquisa</li> <li>➤ Prestação de serviços de consulta, reprodução, certificação e pesquisa</li> <li>➤ Realização de averbamentos sobre documentação incorporada</li> <li>➤ Promoção do conhecimento e da fruição do património arquivístico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Incorporação, salvaguarda, proteção tratamento e disponibilização do património arquivístico são <i>core-business</i> dos arquivos regionais</li> <li>➤ Em cada Biblioteca Pública e Arquivo Regional há uma unidade orgânica de arquivo (divisão)</li> </ul>
Arquivo Regional da Madeira – Órgão de gestão do sistema regional de arquivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Coordenação do sistema regional de arquivos</li> <li>➤ Superintendência técnica e normativa</li> <li>➤ Fiscalização aos sistemas de arquivo</li> <li>➤ Prestação de serviços de apoio técnico</li> <li>➤ Promoção da qualidade dos arquivos</li> <li>➤ Salvaguarda do património arquivístico</li> <li>➤ Realização de incorporações (obrigatórias<sup>8</sup> e facultativas) de documentação de conservação permanente</li> <li>➤ Preservação da documentação</li> <li>➤ Elaboração de instrumentos de descrição e pesquisa</li> <li>➤ Prestação de serviços de consulta,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Incorporação, salvaguarda, proteção tratamento, disponibilização do património arquivístico e a qualificação de sistemas de arquivo e são <i>core-business</i> do Arquivo Regional</li> <li>➤ Várias unidades orgânicas de arquivo especializadas</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>reprodução, certificação e pesquisa</li> <li>➤ Realização de averbamentos sobre documentação incorporada</li> <li>➤ Promoção do conhecimento e da fruição do património arquivístico</li> </ul>	
Arquivos Centrais/Intermédios Regionais <sup>9</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Coordenação dos sistemas de arquivo dos departamentos dos governos regionais</li> <li>➤ Prestação de serviços de apoio técnico</li> <li>➤ Arquivo centralizado de documentação em fase semi-ativa</li> <li>➤ Elaboração de instrumentos de gestão de documentos</li> <li>➤ Aplicação dos instrumentos de avaliação (Portarias de gestão de documentos e de Relatórios de avaliação)</li> <li>➤ Prestação de serviços de consulta, reprodução e pesquisa</li> <li>➤ Remessa da documentação de conservação permanente para o Arquivo Regional da Madeira e para as Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais dos Açores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Incorporação provisória, salvaguarda, tratamento e disponibilização de documentos são <i>core-business</i> dos arquivos intermédios</li> <li>➤ Trata-se de uma unidade orgânica especializada em arquivo (Divisão ou Direção de Serviços) dependente diretamente do membro do governo regional na Madeira. Nos Açores trata-se de um serviço integrado numa unidade orgânica que pode conjugar outras áreas não relacionadas com documentação.</li> </ul>
Secretarias-gerais <sup>10</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Política de gestão integrada de arquivo</li> <li>➤ Coordenação geral dos sistemas de arquivo ministeriais<sup>11</sup></li> <li>➤ Planeamento estratégico</li> <li>➤ Promoção de instrumentos para a interoperabilidade</li> <li>➤ Aplicação dos instrumentos de avaliação (Portarias de gestão de documentos e de Relatórios de avaliação)</li> <li>➤ Preservação da documentação</li> <li>➤ Elaboração de instrumentos de descrição e pesquisa</li> <li>➤ Prestação de serviços de consulta, reprodução, certificação e pesquisa</li> <li>➤ Promoção do conhecimento e da fruição do património arquivístico</li> <li>➤ Prestação de serviços de consultoria e apoio técnico</li> <li>➤ Realização de incorporações (obrigatórias e facultativas) de documentação de uso não corrente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Arquivo é uma das várias atividades do organismo</li> <li>➤ Unidade orgânica de arquivo (Divisão) integrada em Direcção de Serviços composta também por áreas não relacionadas com documentação</li> </ul>
Outros organismos da Administração Direta e Indireta do Estado <sup>12</sup> e das Administrações Regionais Autónomas	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Gestão do arquivo corrente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Arquivo é atividade secundária para a organização</li> <li>➤ Arquivo integrado numa unidade orgânica de gestão</li> </ul>
Presidência da República Assembleia da	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Apoio a outras unidades orgânicas ao nível da gestão da documentação em fase ativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Arquivo é atividade secundária para a organização</li> <li>➤ Arquivo normalmente</li> </ul>

República Representante da República	➤ Aplicação dos instrumentos de avaliação (Portarias de gestão de documentos e de Relatórios de avaliação)	integrado numa unidade orgânica de gestão ou da área da cultura. Há casos em que o arquivo convive numa mesma unidade orgânica com a biblioteca ou com a «documentação»
Assembleias Legislativas Regionais	➤ Preservação da documentação	
Entidades Independentes	➤ Elaboração de instrumentos de descrição e pesquisa	
Instituições do Ensino Superior	➤ Prestação de serviços de consulta, reprodução e pesquisa	
Setor Empresarial do Estado	➤ Promoção do conhecimento e da fruição do património arquivístico	
Associações Públicas		
Fundações Públicas		
Tribunais Conservatórias do Registo Civil	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Gestão do arquivo corrente e intermédio</li> <li>➤ Aplicação dos instrumentos de avaliação (Portarias de gestão de documentos e de Relatórios de avaliação)</li> <li>➤ Preservação da documentação</li> <li>➤ Elaboração de instrumentos de descrição e pesquisa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Arquivo é atividade secundária para a organização</li> <li>➤ Arquivo integrado em unidades orgânicas de gestão, nos tribunais, ou na área operacional nas conservatórias</li> </ul>
Autarquias Locais <sup>13</sup>	➤ Apoio a outras unidades orgânicas ao nível da gestão da documentação em fase ativa	Arquivo é atividade secundária para a organização
Setor Empresarial Local	➤ Aplicação dos instrumentos de avaliação (Portarias de gestão de documentos e de Relatórios de avaliação)	
	➤ Preservação da documentação	
	➤ Elaboração de instrumentos de descrição e pesquisa	
	➤ Prestação de serviços de consulta, reprodução e pesquisa	
	➤ Promoção do conhecimento e da fruição do património arquivístico	
	➤ Realização de incorporações (obrigatórias e facultativas) de documentação	Arquivo normalmente integrado numa unidade orgânica de gestão ou da área da cultura. Há casos em que o arquivo convive numa mesma unidade orgânica com a biblioteca ou com a «documentação»

**Tabela 1:**

Competências e modelos organizacionais do sistema nacional de arquivos no setor público em Portugal. Fonte: PENTEADO (2006)

De modo a identificar as responsabilidades que cada entidade do setor público em Portugal tem na gestão do ciclo de vida dos documentos produziu-se a tabela abaixo.

Entidades/Ciclo de vida dos documentos	Ativo	Semi-ativo	Inativo
Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – Órgão de coordenação do sistema nacional de arquivos			X
Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – Arquivos dependentes			X
Comissão Coordenadora para os Arquivos da Região Autónoma dos Açores – Órgão de gestão do sistema regional de arquivos			X



Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais dos Açores			X
Arquivo Regional da Madeira – Órgão de gestão do sistema regional de arquivos			X
Arquivos Centrais/Intermédios Regionais		X	
Secretarias-gerais		X	X
Outros organismos da Administração Direta e Indireta do Estado e das Administrações Regionais Autónomas	X		
Presidência da República Assembleia da República Representante da República Assembleias Legislativas Regionais Entidades Independentes Instituições do Ensino Superior Setor Empresarial do Estado Associações Públicas Fundações Públicas	X	X	X
Tribunais Conservatórias do Registo Civil	X	X	
Autarquias Locais Setor Empresarial Local	X	X	X

**Tabela 2:**

Gestão do ciclo de vida dos documentos pelas entidades do setor público em Portugal.

A análise às duas tabelas permite tecer as seguintes considerações:

- Existe um sistema nacional de arquivos tripartido em que o órgão coordenador nacional partilha as suas funções com dois órgãos coordenadores regionais, funcionando os três com grande autonomia e com modelos organizacionais diferentes;
- Na Madeira e no continente o modelo organizacional apresenta algumas semelhanças, havendo a junção do órgão coordenador com o(s) arquivo(s) dependente(s). Nos Açores foi criado um órgão coordenador separado dos arquivos dependentes, com os quais reparte competências ao nível da salvaguarda do património. Neste caso pode definir-se como «órgão de gestão imperfeito», pois não assume a totalidade das responsabilidades.
- O modelo custodial foi rejeitado pelo órgão coordenador nacional que transmitiu às secretarias-gerais a responsabilidade de incorporar documentação da administração central. Continua, todavia, a realizar incorporações obrigatórias de documentação das conservatórias, dos tribunais e dos cartórios notariais;
- Na Madeira e nos Açores o modelo custodial continua ainda a perdurar, sendo de incorporar nos arquivos regionais a documentação da administração regional e local;
- Tanto o sistema nacional como os sistemas regionais criaram arquivos centrais nos departamentos governamentais para fazer face à acumulação de documentos;
- Em todos os sistemas cabe ao órgão coordenador a custódia e preservação dos objetos digitais.

## Conclusão

O sistema nacional de arquivos é um conceito que se tem vindo a afirmar no quadro legal e a ganhar uma crescente complexidade em consequência de, em Portugal, se terem criado três sistemas com: repartição desigual de competências entre os intervenientes integrados em cada sistema; modelos organizacionais distintos.

A evolução de cada um deles está relacionada com as estruturas existentes e com a necessidade de gerir grandes massas documentais na Administração Pública: na Madeira reforçou-se o papel do Arquivo Regional (órgão de gestão e arquivo definitivo) mas criaram-se arquivos intermédios, inovação que iria ser seguida no resto do país; nos Açores os três antigos arquivos distritais assumiram algumas competências cometidas ao órgão de gestão, foram criados arquivos centrais e foi institucionalizada uma comissão coordenadora para os arquivos da região que funciona como órgão de gestão; no continente o órgão de gestão continuou a ser arquivo definitivo mas, face à quantidade de documentação produzida pela administração, patrocinou a criação de arquivos centrais nos ministérios para a documentação de uso não corrente ao mesmo tempo que tem vindo a tentar responsabilizar as entidades pela gestão dos arquivos que produzem.

A diversidade assinalada no sistema de arquivos português resulta, portanto, de políticas arquivísticas diferenciadas em cada patamar de governo, nacional e regional.

## Notas

<sup>1</sup> Estaremos perante um «órgão de gestão imperfeito» pelo facto de a comissão não assumir por inteiro as competências?

<sup>2</sup> A coordenação tem-se sobretudo materializado na realização de reuniões regulares com as secretarias-gerais e na promoção de projetos transversais para produção de normativos.

<sup>3</sup> Insere-se neste âmbito, nomeadamente, a produção e difusão de normas e orientações técnicas, a emissão de parecer vinculativo em processos de avaliação documental e a supervisão técnica da aplicação de instrumentos de avaliação documental.

<sup>4</sup> A salvaguarda do património arquivístico implica, nomeadamente: a inventariação; a classificação; o controlo da detenção e circulação de bens arquivísticos; o exercício do direito de preferência na alienação de bens arquivísticos de valor cultural (no caso de ser de interesse municipal este direito é extensível às autarquias locais); a interposição de medidas cautelares, de medidas técnicas de conservação e a transferência, a título de depósito, dos bens em perigo de destruição ou deterioração; a emissão de parecer no âmbito de permuta ou de exportação de bens arquivísticos. Esta competência é partilhada entre o órgão de gestão nacional e os órgãos de gestão regionais.

<sup>5</sup> No caso dos arquivos distritais, embora não esteja prevista a competência de coordenação, tem-se assistido à criação de redes de arquivos (em Viana do Castelo e Faro) orientadas para a difusão e aplicação de boas práticas e para a implementação de projetos de arquivo.

<sup>6</sup> Documentação proveniente dos tribunais, das conservatórias do registo civil e dos cartórios notariais.

<sup>7</sup> As previstas na alínea b) do artigo n.º 11 do Decreto Regulamentar Regional N.º 13/2001/A, de 7 de Novembro.

<sup>8</sup> As previstas no n.º 5 do artigo n.º 25 do Decreto Regulamentar Regional 2/2005/M, de 10 de Fevereiro.

<sup>9</sup> Na Madeira os institutos públicos regionais e outros organismos dotadas de autonomia podem ter o seu arquivo intermédio.

<sup>10</sup> As competências das secretarias-gerais (SG's) não estão definidas nestes termos na lei, sendo antes uma interpretação extensiva que a DGLAB faz da legislação no sentido de conferir um vasto conjunto de responsabilidades às SG's.

<sup>11</sup> Há secretarias-gerais que coordenam as ações com os organismos de forma individual mas, no Ministério da Justiça, foi constituído um grupo de trabalho dos arquivos ao nível ministerial. A coordenação ministerial tem conduzido à produção de novos instrumentos de gestão de documentos e à difusão e aplicação de boas práticas.

<sup>12</sup> Com exceção das Conservatórias do Registo Civil, que gerem também a fase intermédia, e de outros organismos que foram criando arquivos históricos (ex.: Arquivo Histórico Militar) ao longo do tempo e que continuam a incorporar documentação.

<sup>13</sup> A documentação de conservação permanente das autarquias locais da Região Autónoma da Madeira, de acordo com a alínea a) do n.º 5 do artigo n.º 25 do Decreto Regulamentar Regional 2/2005/M, é incorporada no Arquivo Regional da Madeira. Nos Açores a documentação dos municípios também pode ser incorporada ao abrigo da alínea b) do artigo n.º 11 do Decreto Regulamentar Regional N.º 13/2001/A, de 7 de Novembro.

## Referências bibliográficas

PENTEADO, Pedro (2006) – A nova arquitectura da administração central do Estado e a política pública de arquivos. *Cadernos BAD – Arquivos da Administração Pública: estratégias, políticas e desafios*. N.º 2, p.14-29

PEREIRA, M. H. (2003) – *Diagnóstico aos arquivos intermédios da Administração Central*. Lisboa: IAN/TT.

## Legislação

Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro. *Diário da República n.º 12/2004– I Série A*. Assembleia da República. Lisboa.

Decreto-Lei 287/80, de 16 de agosto. *Diário da República n.º 188/1980 – I Série*. Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria de Estado da Cultura. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 152/88, de 29 de abril. *Diário da República n.º 99/1988– I Série*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 447/88, de 10 de dezembro. *Diário da República n.º 284/1988– I Série*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Decreto-Lei 106-G/92, de 1 de junho. *Diário da República n.º 126/1992, 1º Suplemento, Série I–A*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 121/92, de 2 de julho. *Diário da República n.º 150/1992, Série I–A*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro. *Diário da República n.º 19/1993, Série I–A*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Decreto-Lei 60/97, de 20 de março. *Diário da República n.º 67/1997, Série I–A*. Ministério da Cultura. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro. *Diário da República n.º 206/2006, Série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de março. *Diário da República n.º 63/2007, Série I*. Ministério da Cultura. Lisboa.

- Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio. *Diário da República n.º 95/2012, Série I*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.
- Decreto Regional 13/79/A, de 16 de agosto. *Diário da República n.º 188/1979, Série I*. Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Lisboa.
- Decreto Legislativo Regional n.º 10/2007/A, de 20 de abril de 2007. *Diário da República n.º 18/2007, Série I*. Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Lisboa.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2014/A, de 15 de julho. *Diário da República n.º 82/2014, Série I*. Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Lisboa.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 13/81/A, de 19 de fevereiro. *Diário da República n.º 42/1981, Série I*. Região Autónoma dos Açores – Governo Regional dos Açores – Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2001/A, de 7 de novembro. *Diário da República n.º 46/2001, Série I*. Região Autónoma dos Açores – Governo Regional dos Açores.
- Decreto Legislativo Regional n.º 9/98/M, de 22 de maio. *Diário da República n.º 118/1998, Série I-A*. Assembleia Legislativa Regional da Madeira. Lisboa.
- Decreto Legislativo Regional n.º 26/99/M, de 27 de agosto. *Diário da República n.º 200/1999, Série I-A*. Assembleia Legislativa Regional da Madeira. Lisboa.
- Decreto Legislativo Regional n.º 17/2001/M, de 29 de junho. *Diário da República n.º 149/2001, Série I-A*. Assembleia Legislativa Regional da Madeira. Lisboa.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2005/M, de 10 de fevereiro. *Diário da República n.º 29/2005, Série I-B*. Presidência do Governo Regional da Madeira. Lisboa.
- Portaria n.º 31/1988 de 31 de maio. *Diário da República n.º 22/1988, Série I*. Presidência do Governo Regional dos Açores. Lisboa.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2004, de 21 de abril. *Diário da República n.º 94/2004, Série I-B*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de agosto. *Diário da República n.º 149/2005, Série I-B*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

## Gestão de conteúdos digitais audiovisuais em televisão <sup>1</sup>

---

Ana Franqueira

[franqueira.ana@gmail.com](mailto:franqueira.ana@gmail.com)

**Resumo:**

A expressão “conteúdos digitais” tornou-se vulgar nos dias de hoje e situa-nos numa esfera de tecnologias de informação, associada a redes de computadores, Internet ou televisão digital. Neste trabalho, através da revisão da literatura e da experiência adquirida na vida profissional num Arquivo de Televisão, pretende-se compreender o que são conteúdos digitais em televisão para que possamos entender a sua gestão, e por que razão concretamente nos Arquivos de Televisão se assiste a uma mudança de terminologia em que abandonamos a expressão de gestão de documentos audiovisuais ou de arquivos audiovisuais.

**Palavras-chave:** Arquivos de televisão; Arquivos Audiovisuais; Documentos audiovisuais; Gestão de Conteúdos Digitais

Audiovisual digital content management in television

**Abstract**

The expression digital audio-visual content management in television is quite common nowadays and lead us to an information technology, computer networks, Internet or digital television environment. By reviewing the literature and with the experience in the management of a Television Archive, our aim is to understand what is digital content in the television world in order to be conscious of its management and why we assist to a change of terminology where we don't use anymore expressions like management of audio-visual documents or audio-visual archives.

**Keywords:** Television Archives; Audiovisual Archives; Audiovisual Documents; Digital Content Management

## Abreviaturas utilizadas

AMIA – Association of Moving Image Archivists

AVAPIN – Audiovisual Archives Philosophy Interest Group CEO – Chief Executive Officer

CIA / ICA – Conselho Internacional de Arquivos / Internacional Council on Archives

EBU – European Broadcasting Union

FIAT/IFTA – Federação Internacional dos Arquivos de Televisão / Internacional Federation of Television Archives

ISO – International Standards Organization

SMPTE – Society of Motion Picture and Television Engineers

## Introdução

A generalização da utilização do termo conteúdo verifica-se com a explosão do mundo digital, com o desenvolvimento da Internet, onde os documentos textuais, gráficos, áudio e vídeo assumem a forma digital e são parte integrante das páginas publicadas na WWW. A partir de meados dos anos noventa a palavra conteúdo parece poder substituir muitas vezes a palavra documento, quando este assume uma forma digital. Difere do conceito de conteúdo utilizado nas Ciências Documentais e que Molina (Pinto Molina, Lacruz, & Marco, 2002, p. 105–106), refere como:

*(...) Algo operativo composto pela indexação e classificação, resumo indicativo e resumo informativo onde o conteúdo é a matéria temática expressa mediante termos descritores e informação referentes a aspetos de como se trata o tema, e informação relativa a novas contribuições para o documento.*

Efetivamente, a definição da palavra documento evoluiu por diversas vias, como analisado em profundidade na obra “Indización y Resumen de Documentos Digitales y Multimédia”, incluindo a substituição, em determinada altura, do termo documento por recurso de informação (Pinto Molina, Lacruz, & Marco, 2002, p. 50), ou objeto digital como no Projeto RODA na Torre do Tombo.

Por sua vez, até há bem pouco tempo, o mundo tradicional dos arquivos delimitava uma área particular para os arquivos audiovisuais, onde os arquivos de televisão aparecem particularizados de tal forma que ganharam mesmo um fórum internacional próprio, a Federação Internacional de Arquivos de Televisão, criada 1977 em Roma com representantes de mais de 70 países. Pelo facto de os documentos audiovisuais se encontrarem em suportes que requeriam equipamentos específicos e condições de armazenamento especiais, bem como conhecimentos de tecnologia própria para o seu manuseamento e conservação, e ainda pela natureza do material neles arquivado, um grupo de arquivistas audiovisuais denominado AVAPIN, com a coordenação de Ray Edmondson, chegaram à formulação de uma teoria sobre a autonomia destes arquivos enquanto disciplina de direito próprio, com base no paradigma de que os documentos audiovisuais, tanto se podem inserir no contexto

de uma biblioteca, de um arquivo ou de um museu, ou numa combinação das três grandes áreas em que se dividem as profissões que “colecionam” (Edmondson, 2004).

Com efeito, os arquivos audiovisuais, e, particularmente os arquivos de televisão, podem incluir obras acabadas e publicadas, quer provenientes das próprias organizações produtoras quer adquiridas a terceiros, que podem ter um tratamento documental dentro da esfera da biblioteconomia, a par de documentos provenientes das câmaras de registo de imagens próprias, que são tratados na perspetiva arquivística como decorrentes da atividade da organização e fazendo prova de acontecimentos nele registados, e ainda obras fílmicas ou videográficas, acompanhadas de toda a parafernália de equipamentos necessários para leitura desses registos, que podem ser tratados do ponto de vista museológico. A transição para o mundo digital, não altera estes pressupostos mas exige uma clarificação de conceitos e análise das variáveis que compõem um arquivo de televisão, para alcançar uma boa gestão da informação arquivística.

Como metodologia para este trabalho analisámos, com base na revisão da literatura sobre o assunto e a experiência adquirida ao longo da vida profissional à frente de um arquivo audiovisual de televisão, os conceitos subjacentes à gestão de conteúdos digitais audiovisuais em televisão, bem como os componentes dos sistemas que os suportam.

## **Explicitação de conceitos**

### **Objetos digitais**

No início dos anos 90, com o aparecimento de sistemas informáticos de produção e gestão documental, detetamos que a palavra documento aparece agora substituída pela sua representação através de objetos digitais. No registo da patente “*Document Management and Production System*” (Smith, Ting, Boer, & Mendelssohn, 1993) são definidos como “objetos”, uma coleção de componentes lógicos que representam documentos, que, no mínimo, contém informação básica como texto, imagem, voz ou gráficos e podem, ainda, conter dados complementares referentes à sua apresentação, características, relações com outros documentos e restrições de acesso.

“An object-oriented documents management and production system in which documents are represented as collections of logical components or objects that may be combined and physically mapped onto a page-by page layout. Stored objects are organized, accessed and manipulated through a data base management system. At a minimum, objects contain basic information bearing constituents such as text, image, voice or graphics. Objects may also contain further data specifying appearance characteristics, relationships to other subjects, and access restrictions.” (Smith, Ting, Boer, & Mendelssohn, 1993)

Ainda não é explícita a expressão conteúdo como sinónimo de documento, mas é já clara a identificação de que o “objeto” tem determinadas características e informação sobre essas mesmas características, ou seja, metadados.

O conceito de objeto é utilizado como substituto da palavra documento no projeto RODA, lançado pelo Arquivo Nacional de Portugal na criação de um Repositório de Objetos Digitais Autênticos, onde se define um Arquivo Digital como *“uma estrutura que compreende tecnologia, recursos humanos e um conjunto de políticas para incorporar, gerir e acessibilizar, numa perspetiva continuada, objetos digitais de natureza arquivística.”* (Barbedo et al., 2007, p. 1).

### Conteúdo

A palavra conteúdo é empregue na definição de documento audiovisual ou obra audiovisual pelo grupo AVAPIN como:

«obras que compreendem imagens e/ou sons reproduzíveis integrados em um suporte, e que se caracterizam pelo fato de que: sua gravação, transmissão, percepção e compreensão requerem habitualmente um dispositivo tecnológico, o conteúdo visual e/ou sonoro tem uma duração linear, e o objetivo é a comunicação desse conteúdo, não a utilização da tecnologia com outros fins». (Edmondson, 2004, p.22)

Em 1996 Bill Gates publica, no *site* da Microsoft um artigo intitulado *“Content is King”* que se irá tornar uma frase popular no mundo da informática e das comunicações. Gates refere, de acordo com Bailey (2010):

«The television revolution that began half a century ago spawned a number of industries, including the manufacturing of TV sets, but the long-term winners were those who used the medium to deliver information and entertainment. When it comes to an interactive network such as the Internet, the definition of "content" becomes very wide.»

Claramente Bill Gates refere-se a conteúdo como informação, no sentido de notícias e entretenimento, ou seja, aos documentos audiovisuais como a “mercadoria” transacionada pela indústria audiovisual.

Provavelmente inspirada na frase de Bill Gates, e porque o termo passou a entrar com regularidade no vocabulário dos profissionais da área, a FIAT/IFTA – Federação Internacional dos Arquivos de Televisão organiza no ano 2000 em Viena a sua conferência anual subordinada ao título *Media Asset Management for the 21st Century, Content is King, Metadata is Queen and Archives Reigns Overall*.

A utilização do termo conteúdo como sinónimo de programa de televisão generaliza-se, porém, após a realização da reunião do grupo de trabalho *Joint EBU / SMPTE Task Force on User Requirements for the Exchange of Television Programme Material as Bit Streams* (Schachlbauer & Weiss, 1998), onde o termo **conteúdo** é definido como o conjunto de **essência** e **metadados**. Segundo um dos participantes dos trabalhos, Brooks Harris,

«...essence refers to the data that tells the presentation device what to present to the viewer. This is typically video or audio in some data form, but also includes graphics, text and other data which reaches the viewer in some sensory manner» (Harris, 1999).



É no sentido dado pela SMPTE à palavra conteúdo, o conjunto de essência e metadados que permita transacionar programas de televisão, situando-nos no ambiente dos recursos para produção televisiva, que este conceito é aqui empregue.

É importante ainda entender o conceito de programa de televisão, como uma unidade de programação numa emissão televisiva. Essa unidade de programação pode ser única ou estar subdividida em episódios constituindo aquilo a que chamamos como uma série televisiva, que por sua vez pode estar organizada em temporadas. Mas um programa, ou um episódio, pode ainda dividir-se em partes, ou segmentos, que podem ainda ser fracionados em cenas e planos até à última unidade passível de divisão, o *frame*. Qualquer destas divisões pode constituir um conteúdo em si mesmo. Assim, muitas vezes vemos utilizada a expressão conteúdo quando falamos da gestão de unidades digitais manipuladas e transacionadas entre os diversos sistemas e utilizamos a expressão programas de televisão quando nos referimos a unidades de programação. As expressões serão muitas vezes sinónimas, porém o contexto da sua utilização dá-nos a perspetiva da realidade tratada. Em qualquer das situações são estes conteúdos as entidades arquivísticas que se consideram como unidades de descrição, e são elas que os sistemas tem que gerir. Assim, como acima se disse, um *conteúdo* tanto se pode referir a um telejornal, como a uma das notícias que compõem esse telejornal, como uma imagem isolada desse mesmo jornal. Um *conteúdo* tanto pode ser uma série televisiva, como um episódio dessa série, um programa isolado, como uma cena desse mesmo programa.

### **Asset**

Ao conceito de conteúdo aparece ligado o conceito de *asset*. A palavra *asset*, na tradução portuguesa, um bem, ou ativo (em linguagem contabilística empresarial), implica um potencial valor gerador de riqueza. David Austerberry, define *asset* como o conjunto formado por um conteúdo e os direitos que sobre ele impendem. *"If you have the intellectual property right to content, then that content can represent an asset"* (Austerberry, 2006, p.4).

A transformação de um conteúdo num bem (*asset*) é-lhe conferida pela capacidade de atuação sobre esse mesmo conteúdo, ou seja, os direitos que impendem sobre o conteúdo delimitam os termos em que o mesmo pode ser utilizado. Se determinado conteúdo tem direitos para venda, pode ser, por exemplo, explorado comercialmente. Ao poder ser usado em novas produções acrescentará valor a essas produções.

Esta noção é fundamental para os Arquivos de televisão uma vez que o conhecimento dos direitos que impendem sobre os conteúdos condiciona a sua utilização e consequentemente a sua rentabilidade. Por esta razão na gestão de conteúdos digitais em televisão é assim mais vulgar falarmos de *Digital Asset Management*.

## Gestão de conteúdos digitais em televisão

Encontramos inúmeras definições para, de uma maneira geral, designar os sistemas de gestão de conteúdos digitais e que David Austerberry sintetiza como os sistemas das 3 letras: DAM, DMM, MAM, WCM, DCM, ECM (Austerberry, 2006, p. 8). São eles:

- DAM – *Digital Asset Management* – Gestão de Bens Digitais
- DMM – *Digital Media Management* – Gestão de Media Digital
- MAM – *Media Asset Management* – Gestão de Bens Media
- WCM – *Web Content Management* – Gestão de Conteúdos da Web
- DCM – *Digital Content Management* – Gestão de Conteúdos Digitais
- ECM – *Enterprise Content Management* – Gestão de conteúdos empresariais

Austerberry distingue quatro grupos principais de sistemas incluindo os sistemas de gestão de documentos digitais ou eletrónicos como dentro do primeiro grupo:

- *Web Content Management* e *Digital Content Management* – utilizados no contexto da gestão de *sites* e conteúdos publicado na Internet, incluindo gestão de páginas *html*, imagens animações, textos gráfico e hiperligações.
- *Media Asset Management* – aparece com o advento dos servidores de vídeo que transforma a gestão de suportes físicos, cassetes em ficheiros digitais, e originando a necessidade da gestão quer de uns quer de outros, controlando cópias e versões dos mesmos e a respetiva localização quer nos servidores quer nas estantes.
- *Digital Asset Management* prende-se com a gestão, controlo e armazenamento de conteúdos digitais e sua reutilização com finalidades diferentes como a sua disponibilização através de redes de computadores em sistemas diferenciados sendo fulcral o controlo de direitos para estes fins.
- *Entreprise Content Management* – sistemas que congregam os vários sistemas de gestão de conteúdos numa lógica de convergência da gestão da informação empresarial, decorrente da gestão de documentos com a informação publicada na web e com os conteúdos existentes na empresa.

Por sua vez, Rosenblatt (Rosenblatt & Dykstra, 2003, pp. 2–3) considera que dentro dos sistemas de *Content Management* existem três distinções maiores:

- *Digital Asset Management (DAM)* – sistemas que gerem “rich media assets”, muitas vezes incluindo clipes de vídeo e áudio digital para recuperação e redefinição (repurposing) num ambiente de produção de media. Estes sistemas são também chamados de Media Asset Management (MAM)

- *Web Content Management (WCM)* – ferramentas que fornecem o desenho de modelos de páginas, circuitos de trabalho editoriais, e ambientes de publicação específicos para Websites e outras formas de fornecimento de conteúdos na Internet.
- *Enterprise Content Management (ECM)* – sistemas que facilitam a gestão de documentos corporativos e outro tipo de informação para utilização tanto interna como externa com parceiros de negócios da organização, clientes, reguladores e o público em geral.

Situando-nos no ambiente próprio da gestão de arquivos de televisão consideramos que, a partir das definições encontradas, os sistemas que mais se adaptam à gestão de conteúdos em televisão são efetivamente os que se designam por *Digital Asset Management* e que incluem *Media Management*. Trata-se de gerir conteúdos digitais, que incluem vídeo, áudio, textos, grafismos, etc., acrescidos do conhecimento dos direitos que condicionam a sua utilização, bem como gerir diferentes formatos de media, a sua utilização e reutilização quer para emissão, publicação na Web ou outras plataformas, ou produção de novos conteúdos.

Bob Boiko (2005) define a gestão de conteúdos como “Um processo de reunir, organizar, categorizar e estruturar recursos informacionais de qualquer tipo ou formato, de forma a estes poderem ser seguros, recuperáveis, publicados, atualizados e reformatados ou reutilizados em qualquer modo pretendido.”

Embora a obra de Boiko se centralize na gestão de conteúdos para publicação na Internet, a definição parece poder aplicar-se a todos os sistemas mencionados.

### **Componentes dos sistemas de gestão de conteúdos digitais**

Como componentes principais destes sistemas apontamos:

- **Aquisição de conteúdos** – a integração no sistema dos conteúdos digitais, na terminologia inglesa o *ingest*. Corresponde à digitalização dos conteúdos provenientes do registo em suportes físico como cassetes, ou à transferência de ficheiros enviados por rede ou transferidos de suportes como discos, cartões ou outros dispositivos. Os sistemas produzem, pelo menos e de acordo com as especificações próprias de cada implementação um ficheiro de alta resolução e uma cópia em baixa resolução (*proxy*). Podem gerar um conjunto de imagens chave (*keyframes*), de modo a constituir um conjunto de imagens significativas (*storyboard*) do conteúdo, e ainda possuir ferramentas de indexação automática como reconhecimento de voz ou reconhecimento de caracteres (OCR).
- **Base de dados e metadados** – A existência de uma base de dados que reúna toda a informação respeitante aos conteúdos do sistema é uma componente vital. Os modelos de implementação dependeram das escolhas dos modelos de dados. As bases de dados suportarão fundamentalmente metadados de identificação e de descrição dos

conteúdos nela representados. Têm sido várias as iniciativas de estabelecimento de modelos de dados normalizados, nomeadamente para televisão, embora muitas vezes os standards sejam de difícil aplicação. Destacamos a iniciativas da FIAT/IFTA com uma lista de elementos de informação essenciais, “FIAT Minimum data list” (FIAT/IFTA 2003), a EBU com o P/META (EBU, 2007b) e a SMPTE. Metadata Dictionary Structure (SMPTE 2001) ou a iniciativa TV Anytime (<http://www.tv-anytime.org/>).

- **Armazenamento** – componente onde são armazenados os conteúdos em alta e baixa resolução. Normalmente composto de vídeo servidores com conteúdo online, em discos rígidos, disponível de forma quase imediata e robôs de armazenamento dos conteúdos em fita magnética, o chamado “*deep-archive*”, substancialmente menos oneroso que o armazenamento em disco. O armazenamento pode ainda ter uma componente “*near-online*” em áreas de armazenamento em servidores de rede (NAS – *Network-Attached Storage*) ou em sistema de “cloud”.

- **Pesquisa** – em texto livre, em campos indexados, e com recurso ou não à utilização de thesaurus. É fundamental para a recuperação de informação de forma precisa e rápida. As ferramentas de indexação, construção de índices são uma das chaves para o sucesso dos sistemas pois nelas reside a capacidade de recuperar de forma rápida e eficiente os conteúdos.

- **Recuperação de conteúdos** – capacidade de o utilizador do sistema escolher os conteúdos, ou excertos dos mesmos, a partir de um utilitário de edição de imagem, e enviar esse conteúdo ou excerto através do sistema para um outro sistema ou para outro ponto da cadeia. A existência de ferramentas de visionamento e edição de excertos, condiciona a boa utilização dos sistemas. Os utilizadores, para além de visionar os conteúdos, deverão poder escolher *online* os excertos a utilizar e recuperá-los para outros sistemas ou plataformas.

- **Distribuição – Controlo de fluxos de conteúdos** – capacidade de o sistema enviar de um ponto a outro os conteúdos, podendo ou não reformatá-los, de modo a poder entregar o conteúdo de acordo com as especificidades requeridas pelo destinatário final.

- **Articulação com outros sistemas** – articulação de sistemas de gestão de televisão, sistemas de produção de notícias ou produção de programas e sistemas de *playout*.

- **Segurança e preservação digital a longo prazo** – a capacidade de o sistema manter a funcionalidade permanente, sem falhas nem interrupções exige uma série de medidas de precaução que passam, por exemplo, pela redundância de dados, planos de migração, condições de localização e climatização e auditoria constante aos sistemas. Apontamos como iniciativas importantes na preservação dos Arquivos Digitais, de entre outros, os projetos Drambora – Digital Repository Audit Method Based on Risk Assessment

(2008) que fornece um conjunto de ferramentas para a análise de risco nos arquivos digitais e o projeto TRAC – Trustworthy Repositories Audit & Certification: Criteria and Checklist dos NARA – National Archives and Records Administration dos EUA (TRAC, 2007) que está na origem da norma ISO 16363:2012 Audit and Certification of Trustworthy Digital Repositories.

- **Infra-estrutura de suporte** – Outra componente fundamental para a implementação de um sistema de gestão de conteúdos tem a ver com a infra-estrutura necessária em termos de redes informáticas e climatização de salas de equipamentos e sistemas de prevenção de catástrofes. Esta componente muitas vezes não é valorizada como parte integrante do sistema, desempenhando, porém, um papel fundamental para o bom funcionamento do sistema e podendo constituir-se como um dos componentes mais pesados no orçamento de gestão de um projeto de implementação e um sistema desta natureza.

## Conclusões

A gestão de conteúdos digitais audiovisuais em televisão traduz-se num sistema de gestão de um arquivo digital, onde prevalecem documentos audiovisuais, agora digitais e onde são aplicáveis os critérios e princípios arquivísticos para a gestão da informação temporária ou definitiva nesse mesmo sistema. Nestes princípios é ponto central a estruturação das entidades arquivísticas, as unidades de descrição, que agora designamos como conteúdos, bem como a interligação dos componentes dos sistemas ou subsistemas de informação subjacentes a essa gestão. Ainda que o caso em apreço diga respeito a arquivos de televisão, os pressupostos para o sistema de arquivo não diferem de outros arquivos digitais. Os conteúdos terão a sua especificidade, porém quer se refiram a uma série televisiva, um programa isolado ou uma sequência de imagens, os sistemas deverão conseguir respeitar os princípios como o da descrição multinível, a contextualização da produção dessas mesmas entidades, o relacionamento entre elas e/ou outras, mesmo que exteriores ao arquivo que tem a sua custódia e a aplicação de ações de aquisição /captura, introdução de metadados, armazenamento e recuperação da informação, bem como ações de avaliação, seleção e eliminação de conteúdos.

## Referências bibliográficas

- AUSTERBERRY, D. (2006) – *Digital Asset Management (2ª Ed.)*. Oxford : Focal
- BAILEY, C. (2010) – *Content is king by Bill Gates*. Craig Bailey.net. blog. Consultado em 7 de Março, 2015, disponível em <http://www.craigbailey.net/content-is-king-by-bill-gates/>
- BARBEDO, F., Corujo, L., CASTRO, R., FARIA, L., RAMALHO, J. C., & FERREIRA, M. (2007) – RODA: Repositório de Objectos Digitais Autênticos. In *Actas do Congresso Nacional de*

*Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* (No. 9), Ponte Delgada, 28–30 de Março. 2007. Consultado em 15 de Setembro, 2015, disponível em <http://bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/535>

BOIKO, B. (2005). *Content management bible*. Indianapolis, Indiana, USA: Wiley Publishing, Inc.

DRAMBORA interactive: Digital Repository Audit Method Based on Risk Assessment. (2008). *Digital Curation Centre and Digital Preservation Europe*. Consultado em 6 de Dezembro, 2012, disponível em <http://www.repositoryaudit.eu/>

EBU. (2007) – *P\_META 2.0 Metadata Library* (No.EBU – TECH 3295). Geneva: EBU. Consultado em 14 de outubro, 2015, disponível em [https://tech.ebu.ch/docs/tech/tech3295v2\\_2.pdf](https://tech.ebu.ch/docs/tech/tech3295v2_2.pdf)

EDMONDSON, R. (2004) – *Audiovisual Archiving Philosophy and Principles*. Paris: UNESCO.

FIAT/IFTA. (2003) – *Minimum data list. Technical Report*. FIAT/IFTA. Consultado em 13 de Junho, 2013, disponível em [http://srvhost36.serverhosting.apa.net/restricted/standards/minimum\\_data\\_list.light.html](http://srvhost36.serverhosting.apa.net/restricted/standards/minimum_data_list.light.html)

HARRIS, B. (1999) – Content management and edit data exchange: The dream, the challenge. Consultado em 04 de Junho, 2015, disponível em <http://www.edlmax.com/ContentManagement.htm>

ISO 16363:2012 – *Audit and Certification of Trustworthy Digital Repositories*. 2012. International Organization for Standardization. Consultado em 05 Junho 2015, disponível em <http://public.ccsds.org/publications/archive/652x0m1.pdf>.

LEE, C. A. (2010) – *Open Archival Information System (OAIS) Reference Model*. (3<sup>a</sup> ed.). Encyclopedia of Library and Information Sciences. Taylor & Francis

PINTO MOLINA, M., LACRUZ, M. D. C. A., & Marco, F. J. G. (2002) – *Indización y resumen de documentos digitales y multimedia: técnicas y procedimientos*. Trea.

ROSENBLATT, B., & DYKSTRA, G. (2003) – *Integrating content management with digital rights management—imperatives and opportunities for digital content lifecycles. White paper, Giantsteps Media Technology Strategies and Dykstra Research*. Consultado em 01–10–2015 disponível em <http://www.giantstepsmts.com/CM-DRMwhitepaper.pdf>

SCHACHLBAUER, H., WEISS, S. (1998) – *EBU/SMPTE task force for harmonized standards for the exchange of programme material as bitstreams – Final report: Analyses and results*. EBU Technical Review. Consultado em 06–10–2015 disponível em <https://tech.ebu.ch/docs/techreview/ebu-smpte-tf-bitstreams.pdf>

SMITH, R. M., TING, D. M., BOER, J. H., & MENDELSSOHN, M. (1993) – *U.S. Patent No. 5,181,162*. Washington, DC: U.S. Patent and Trademark Office.

SMPTE. (2001) – *Proposed SMPTE Standard for Television. Metadata Dictionary Structure*. THE SOCIETY OF MOTION PICTURE AND TELEVISION ENGINEERS

TRAC (2007). – *Trustworthy Repositories Audit & Certification: Criteria and Checklist*. Consultado em 12 de Abril, 2013, disponível em [https://www.crl.edu/sites/default/files/d6/attachments/pages/trac\\_0.pdf](https://www.crl.edu/sites/default/files/d6/attachments/pages/trac_0.pdf)

VIANA, P. M. M. de M. (2008) – *Media asset management in broadcasting: new approaches to enable the effective management of physical resources and media objects*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Engenharia – Universidade do Porto, Portugal. Consultado em 13 de Maio, 2011, disponível em <http://hdl.handle.net/10216/11571>

## Nota

---

<sup>1</sup> Este artigo decorre da investigação feita para a tese de doutoramento da autora

## A formação de profissionais da informação em Portugal e Espanha: um contexto necessário para compreender a competência em informação

---

Elizete Vieira Vitorino  
Universidade Federal de Santa Catarina  
[elizete.vitorino@ufsc.br](mailto:elizete.vitorino@ufsc.br)

Armando Malheiro da Silva  
Universidade do Porto  
[armando.malheiro@gmail.com](mailto:armando.malheiro@gmail.com)

### Resumo

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla sobre competência em informação no Brasil e na Europa e, nesta fase da investigação, se propõe a contextualizar e refletir sobre a formação dos profissionais da informação nos países de Portugal e Espanha. Quanto aos aspectos metodológicos, apresenta abordagem qualitativa, cuja pesquisa bibliográfica e exploratória foi concretizada na literatura produzida em Portugal e na Espanha sobre a formação do profissional da informação pelo viés histórico e sobre a inserção do tema competência em informação nesse cenário. Novos desafios introduzem um novo contexto, o qual necessitará da reflexão sobre os modelos baseados na dimensão técnica, para novos modelos de produção e de consumo informacional baseados nas dimensões estética/sensível, ética e política da competência em informação.

**Palavras-chave:** Competência em informação – Portugal; Competência em informação – Espanha; Profissionais da Informação – Portugal; Profissionais da Informação – Espanha; Formação profissional; Profissionais da Informação – formação.



## **Education of information professionals in Portugal and Spain: a necessary background to understand information literacy**

### **Abstract**

This paper is a part of a broader research about information literacy in Brazil and Europe. At this stage of investigation, we propose to contextualize and reflect on the training of information professionals in Portugal and Spain. Regarding to methodological aspects, this research presents qualitative approach, whose bibliographical and exploratory research was done in the literature produced in Portugal and Spain. That literature is about the training of the information professional by the historical bias and about the information literacy in this context. New challenges introduce a new context, which need some reflection about the models based on the technical dimension to new models of production and consumption of information based on aesthetical/sensitive, ethical and political dimensions of information literacy.

**Keywords:** information literacy – Portugal; information literacy – Spain; information professionals – Portugal; Information Professionals – Spain; Professional Qualification; Information Professionals – education.

### **Introdução**

A competência em informação de profissionais da informação, no âmbito da educação superior nos países de Portugal e Espanha sob o foco da formação destes é o que nos propomos a desenvolver neste trabalho<sup>1</sup>. Trata-se, portanto, de caracterizar e apresentar a formação destes profissionais nos dois países com um olhar para a trajetória histórica, mas também para alguns estudos da atualidade, com o fim último de contextualizar o cenário da competência em informação sob o recorte proposto e identificar possibilidades de pesquisa na realidade profissional e na prática diária do trabalho informacional.

O nosso intuito em caracterizar o cenário de Portugal e Espanha, não poderia estar alheio ao perfil desses profissionais que, para o espaço europeu, pode ser melhor assimilado pela leitura do trabalho de Silva e Ribeiro (2004), o qual trata da formação, perfil e competência do profissional da informação. Para os autores, os tempos atuais são, pois, de crise e de mudança e a diversidade dos perfis profissionais e dos modelos formativos é um sinal inequívoco do sincretismo do paradigma dominante e, de um modo geral, as associações profissionais ou as instituições responsáveis pela formação têm procurado, já há alguns anos, organizar debates sobre os perfis e a competência profissional e a tônica dominante parece ser a de reconhecer a inevitabilidade da mudança e a necessidade imperiosa de renovar a formação.

Portugal e Espanha estão atentos a estas preocupações e a promoção de debates em várias instâncias – seja na academia, seja por meio de eventos de entidades profissionais – constituíram-se no passo inicial para a reflexão sobre a necessidade de transformação do «profissional da informação» para a atual época e para o futuro, inclusive. Para Silva e Ribeiro (2004, p. 6), só pode haver profissões de sucesso na área da Informação e da Documentação no cenário europeu, se estas tiverem por base uma formação de nível científico superior e pós-graduado capaz de desenvolver um campo de estudo teórico e prático próprio e de conceber fecundas relações interdisciplinares em campos múltiplos: «[...] unidade e diversidade parecem ser a ‘receita’ adequada para o profissional da Informação que tem de enfrentar os desafios imensos e imprevisíveis do século XXI que já chegou.»

Em âmbito mundial, a institucionalização da formação de bibliotecários teve início no século XIX e coincide com o nascimento da biblioteca pública e da Biblioteconomia científica, associados ao reconhecimento social da profissão. Segundo Orera Orera (2002, p. 172): «aunque fueron anteriores en el tiempo otras escuelas, la primera destinada expresamente a la enseñanza de los bibliotecarios fue fundada en 1887 en la actual Universidad de Columbia, en Nueva York, por Melvil Dewey, bibliotecario de aquella Universidad.» Já, a consolidação do desenvolvimento da formação de Bibliotecários ocorre no século XX.

Sob este «pano de fundo» da pesquisa, nos itens seguintes, será apresentado um breve panorama da trajetória histórica dos cursos de formação na área da Biblioteconomia e como estes evoluíram ao longo do tempo, seja por iniciativa dos profissionais e docentes, seja no âmbito das universidades ou de entidades profissionais (ou ambas) e quais as principais características do cenário português e espanhol no que concerne à predominância da dimensão técnica em tal formação. A partir da revisão da literatura produzida em Portugal e Espanha sobre o tema, apresentam-se alguns olhares para formação dos profissionais da informação e as respectivas mudanças pelas quais estes vem passando ao longo do tempo, bem como as influências deste cenário formativo na competência em informação de tais profissionais.

Quanto aos aspectos metodológicos e para esta fase da pesquisa, trata-se, portanto, de uma investigação com abordagem qualitativa, bibliográfica e exploratória na literatura produzida em Portugal e na Espanha sobre a formação do profissional da informação e sobre a inserção do tema competência em informação nesse contexto<sup>2</sup>. A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros da área e em artigos científicos produzidos nos cenários pesquisados publicados em periódicos científicos e apresentados em eventos.

### **A Formação do Profissional da Informação na Europa – um breve contexto histórico**

Em âmbito internacional – e aqui em se tratando da Europa – até meados do século XX, há uma formação profissional centrada na custódia, na técnica e no documento e uma

crise de identidade agravada pelas tendências associadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) de áreas disciplinares como a Biblioteconomia, a Documentação e a Arquivística. O exercício profissional na segunda metade desse mesmo século vê-se alterado, por assim dizer, por um paradigma científico-informacional, centrado na informação, nos modelos inovadores, nos modelos de formação e de investigação científica, mas que «travam batalhas» com modelos tradicionais cuja base de transformação sustenta-se no Tratado de Bolonha a na adequação deste ao ensino superior (Pinto, 2008).

As palavras de Pinto (2008) bem representam essa crise «existencial» na formação do profissional da informação:

«...pensar na formação em «Informação e Documentação» em Portugal, na contemporaneidade, faz-nos de imediato invocar um «estado da arte» caracterizado, desde logo, por uma dispersão identitária patente em designações de cursos como «Bibliotecas, Arquivos e Documentação», «Ciências Documentais», «Documentação e Arquivística», «Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação», «Ciências da Informação e da Documentação», «Ciências da Informação» (termo plural), «Ciência da Informação» (termo singular) ou «Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica».»

Para dar conta da mudança necessária à formação profissional – do acervo, do acúmulo e da guarda, para o acesso e o usuário –, o contexto histórico da Europa se mostra frutífero para a compreensão dessa trajetória (Silva et al., 1999). São três as principais fases ditas «críticas» desse período histórico (considerando-se aí o impacto da Revolução Francesa de 1789) dos profissionais/serviços de informação: «a fase sincrética e custodial (séc. XVIII–1898); a fase técnica e custodial (1898–1980) e a fase científica e pós-custodial (1980–...)». Essa «dualidade custodial e pós-custodial» caracteriza uma linha evolutiva e a ruptura dos vínculos naturalmente estabelecidos entre produtores e documentos produzidos/acumulados, a necessidade de legitimação do Estado-Nação e a defesa da memória para a História Nacional. Por conseguinte, há o aparecimento de entidades custodiadoras criadas e notadamente tecnicistas, e que orientará um renovado *modus operandi* não só de habilidades técnicas mas também de habilidades de cunho analítico e reflexivo, de base inter e transdisciplinar, e capazes de responder aos desafios da sociedade contemporânea. Institucionaliza-se, deste modo, o que pode ser designado por paradigma custodial, historicista e tecnicista (Pinto, 2008) e que também atinge a formação dos profissionais da informação.

Mais recentemente, há que se fazer referência ao «Processo de Bolonha», considerado um marco na formação universitária da Europa. A promoção da educação universitária no âmbito da UE, deu origem ao que hoje se intitula de Espaço Europeu da Educação Superior (EEES), que permite o reconhecimento de titulações e assegura uma formação semelhante de estudantes e sua integração ao mundo do trabalho unificado e sem fronteiras. Ocorre uma mudança significativa na formação universitária dos profissionais da informação no cenário europeu e que resultará em mudanças de nomenclaturas, currículos e «modos» de ensinar

para um novo momento: o do acesso, comunicação e uso da informação, de certo modo «divergente» do que vinha sendo adotado até então.

Tanto em Portugal, como também na Espanha, a trajetória histórica apresenta semelhanças com o contexto europeu e mundial, conforme pode ser visto nos itens seguintes.

### **Portugal e a evolução da formação dos profissionais da informação**

A formação dos profissionais da informação – veiculada por associações, ou ministrada no contexto da educação superior foi, conforme assinala Ribeiro (2008, p. 2),

«...desde sempre, marcada pelo paradigma herdado da Revolução Francesa e consolidado ao longo do século XIX, o qual temos vindo a apelar de historicista, custodial e patrimonialista<sup>3</sup>. Esta visão tradicional, tendo como objecto de estudo o «documento» e como espaço privilegiado de trabalho os serviços públicos de arquivo e de biblioteca, desenvolveu-se e chegou até aos dias de hoje enfatizando os aspectos patrimoniais dos suportes e dos serviços de informação e situando na esfera da cultura todas as problemáticas das «ciências» ditas documentais.»

O marco histórico da mudança de paradigma ocorreu a partir da segunda metade do século XX: os motivos foram a explosão da informação científica e técnica e da informação administrativa nos mais diversos tipos de organizações, o avanço da informática e do tratamento e recuperação da informação. As mudanças se tornaram visíveis no contexto da produção da informação e nos comportamentos psico-sociológicos inerentes ao uso e à pesquisa neste âmbito e alcançaram êxito tanto na profissão, quanto na formação, e, por consequência, no âmbito disciplinar (na Arquivística, na Biblioteconomia, na Documentação), culminando com a emergência da Ciência da Informação.

Nas palavras de Silva e Ribeiro (2001), nas últimas décadas (referindo-se aos anos de 1980 e de 1990) a formação da Biblioteconomia portuguesa rege-se por um modelo formativo ancorado numa concepção epistemológica demasiado fluida. Os efeitos surgidos – burocráticos, institucionais, políticos, económicos e a revolução industrial – desde o final do século XIX, bem como o predomínio da história e da cultura passou a enfrentar a concorrência de um saber prático, autónomo e de respostas concretas às necessidades informacionais mundiais. A abertura que se observa no período que se segue é a da formação de um profissional renovado, provocando uma ruptura do clássico bibliotecário aos moldes da Escola de Paris dos anos de 1800.

Por mais mudanças que se almejassem, os séculos XIX e XX, não significaram uma ruptura paradigmática, mas sim um paradigma classificável como documental/patrimonial, custodial, historicista e tecnicamente sincrético. Tal paradigma se caracteriza, segundo Silva e Ribeiro (2001) em: a) o documento constituído como prova; b) a conservação documental para fins de memória; c) diferenciação da Biblioteconomia e da Arquivística pelo viés do

documento de arquivo (unicidade, integridade e autenticidade); d) um reforço tecnicista aliado a História e a Cultura e ao saber fazer como caminho único da ciência (para os autores, isto se constitui num equívoco na formação dos profissionais).

Segundo Ribeiro (2007), o paradigma custodial, historicista e tecnicista evidenciado no cenário europeu se manifesta em torno de três palavras-chave: custódia, técnica e documento. Para a autora, este paradigma vigorará ao longo dos séculos XIX e XX, entrando em evidente crise no período pós 2<sup>a</sup> Guerra Mundial.

Os movimentos associativos nas profissões da informação em Portugal são considerados tardios, tendo em vista que a constituição e a institucionalização de uma associação, somente iriam emergir na década de 70 – a BAD – fundada em 1973 como Associação Portuguesa de Bibliotecários e Arquivistas e que posteriormente, passou a denominar-se Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.<sup>4</sup>

As mudanças no modelo vigente decorrem, portanto de transformações no cenário português, mas também mundial. Se, por um lado, havia uma tendência patrimonialista e de «pendor cultural», vigente nos demais países da Europa, e «transmitida» no curso da Universidade de Coimbra, por outro lado, «[...] surgia uma tendência mais tecnicista e mais voltada para o uso da tecnologia, influenciada pelo modelo americano, onde a emergência da *Information Science* já se fazia sentir» (Ribeiro, 2010, p. 283).

A licenciatura em Ciência da Informação só surgirá em 2001, fruto das reflexões sobre a fundamentação epistemológica da área científica que sustentaria o novo modelo formativo, o que não havia acontecido anteriormente. A síntese teórica deste projeto pode ser vista na publicação intitulada «Das «Ciências» Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular» (Silva; Ribeiro, 2002). Este novo curso propõe um plano curricular considerando as competências estabelecidas no *Euro-Referential I-D* do *European Council of Information Associations*. A nova designação para o curso justifica-se, segundo os autores, por apresentar uma perspectiva abrangente e integrada, que congrega disciplinas tradicionais como a Arquivística, a Biblioteconomia e a Documentação, aliadas aos Sistemas Tecnológicos da Informação e da Comunicação (Silva; Ribeiro, 2001; Ribeiro, 2010).

A estrutura do curso, assumida com uma perspectiva epistemológica e sustentada no paradigma pós-custodial e científico-informacional, foi transposta para um modelo de formação científico-profissional que incluiu a área científica nuclear e unitária da Ciência da Informação congregando a sua volta disciplinas que, por um lado, asseguram o componente teórico e metodológico e, por outro, contemplam as vertentes aplicadas desta área do saber (Biblioteconomia, Arquivística, Sistemas Tecnológicos de Informação), com as suas especificidades particulares e preservando, simultaneamente, os contributos pluri e interdisciplinares indispensáveis ao perfil do profissional da informação adequado ao século XXI (Pinto, 2008, p. 118). Configura-se neste curso, um modelo integrador e inovador dado

que congrega como responsáveis pelo curso duas faculdades: a Faculdade de Letras e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. A estrutura curricular, e o próprio «design» do curso tem o propósito de, segundo Ribeiro ([2001], p. 19–20), anular as separações que se verificam na formação em vigor em Portugal, por meio de «opções» de Arquivo e de Biblioteca e Documentação.

Essas mudanças resultam em novas tendências na formação dos profissionais da informação em Portugal, as quais são registradas progressivamente na literatura e que são evidências da transformação do paradigma custodial para o pós-custodial e científico-informacional. A adoção de novos conteúdos e práticas formativas, «espelhando situações de mudança que ocorreram por todo o mundo, diante do rápido e inexorável progresso das tecnologias de informação e comunicação» (Cardoso; Calixto, 2010), também modificou o cenário da formação dos profissionais da informação em Portugal. Os desafios para a consolidação das profissões da informação, tanto para as instituições de ensino superior, como para os profissionais, para os professores e para os estudantes são muitos e complexos, o que determina uma relação de parceria entre as instituições formadoras e as instituições vinculadas ao mundo do trabalho, tais como a BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas que organiza e promove o Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas desde 1985.<sup>5</sup>

Depreende-se daí que «as exigências formativas variam não apenas com a profissão, mas também com os desafios que a profissão consegue ou não aceitar.» (Silva, 2010). Tais desafios incluem não somente o monitoramento do quadro sócio-econômico, tecnológico, político-institucional e cultural, da segunda metade do século XX – o qual sofreu rápidas alterações mas também a aceitação do impacto destas na formação do profissional da informação, com destaque para o rápido avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC): ao mesmo tempo que se torna útil, também se apresenta insuficiente e difuso. Competências e aptidões fixadas hoje no cenário europeu são aplicáveis a um elenco vasto de diversas profissões, não tratando especificamente do profissional que têm como foco de trabalho a informação (Silva, 2010).

As últimas décadas deste século «demonstraram uma evolução quer dos perfis profissionais, centrada na profissionalização e especialização dos agentes (bibliotecários e arquivistas), quer no desenvolvimento do sistema (instituições, públicos)» (Barata; Ochôa, 2015, p.8). As transformações podem ser observados por meio no Observatório das Profissões de Informação (eOP-ID): projetos já finalizados e em andamento apresentam uma análise do exercício profissional e das mudanças recentes no mercado de trabalho<sup>6</sup>. Nota-se neste cenário de transformação uma tendência no que se refere ao contexto português a «ignorar (mais do que recusar) a continuidade de perfis tradicionais e parece estar a dar atenção a perfis híbridos» (Barata; Ochôa, 2015, p.16) o que pode promover a renovação da formação dos profissionais da informação neste cenário.

Na Espanha, o contexto, apesar de distinto, guarda semelhanças com o cenário português, como pode ser visto a seguir.

### **A evolução da formação dos profissionais da informação na Espanha**

Existem diferentes textos que abordam a formação de profissionais da informação na Espanha. Abadal (1993, p.9) alerta que, para uma maior compreensão do contexto, algumas fontes são consideradas clássicas. Segundo o autor, interessa especialmente detectar qual o maior número de iniciativas docentes existentes no contexto espanhol para assim poder extrair conclusões a respeito da denominação da área, ou seja, quais as duas grandes vias que conduzem à formação especializada: se ocorrem mediante estudos de pós-graduação ou ciclos específicos da área, ou, por outra via, se ocorrem mediante a formação em nível técnico ou de graduação<sup>7</sup>.

A profissão bibliotecária na Espanha tem uma tradição que difere das suas origens, conforme assinala Orera Orera (2002, p. 168):

«...Hubo una primera etapa en que los bibliotecarios eran eruditos y su misión consistía fundamentalmente en conservar libros. Los límites de esta etapa, que algunos han denominado precientífica, pueden situarse entre los orígenes mismos de la biblioteca en el mundo oriental y el siglo XIX. Sin embargo, este largo periodo no es en absoluto homogéneo y la aparición de la imprenta supuso un hito importante en la profesión. Los siglos XV y XVI fueron época de creación de grandes bibliotecas y es en el XVII donde se sitúa el nacimiento de la Biblioteconomía moderna, como pone de manifiesto la publicación, en 1627, del *Advis pour dresser une bibliothèque*, de Gabriel Naudé.»

Para García Ejarque ([1974], p. 4) a origem dos primeiros cursos para a formação de Bibliotecários na Espanha remonta o século XVIII, quando se institui o título de «Lector de letra antigua» ou «perito autorizado para la transcripcion de documentos paleográficos». Estes constituiriam, segundo o autor, os antecedentes para a formação profissional dos Bibliotecários e Arquivistas, aos quais se somariam outras disciplinas constituintes e que refletiriam a influência do passado (história) em tal formação. A partir de 1835, com a desamortização dos bens do clero, os arquivos e as bibliotecas deveriam estar organizados e à disposição do público: tornava-se necessário um profissional para realizar essa tarefa, mais tarde, inclusive, na Biblioteca Nacional, constituindo-se, num corpo de Bibliotecários e Arquivistas que, por Real decreto de 1878, estariam encarregados principalmente da conservação e do apoio à leitura de manuscritos antigos.

Segundo Abadal (1993, p. 10-12), as características gerais da formação de profissionais da informação no contexto espanhol na atualidade são as seguintes: a) um notável aumento dos cursos e dos programas de formação relacionados com a Documentação; b) uma íntima relação entre a Biblioteconomia e a Documentação, caracterizada especialmente no âmbito universitário; c) a consolidação do primeiro ciclo de estudos universitários, com diretrizes próprias no ano de 1991; d) a recente criação dos



estudos de segundo ciclo, concretizada no ano de 1992, com a criação da Licenciatura em Documentação; e) o ensino erudito *versus* o ensino prático, dualidade presente desde o final do século XIX e princípios do século XX e até os dias de hoje<sup>8</sup>; f) formação geral *versus* formação especializada, dicotomia esta que também se apresentará em outros países (Abadal, 1993, p. 12).

Entretanto, conforme aponta García Ejarque ([1974], p. 92), a profissão bibliotecária está marcada pelo peso da tradição erudita, mas que por outro lado, precisa estar atenta aos desafios e problemas informacionais atuais. Para o autor, o número de profissionais é menor que a necessidade do mercado e há desprestígio da função pela impotência em atender às demandas do mundo do trabalho. Um profissional «erudito» e «técnico» era o que melhor caracterizava a década de 1970. Mas, por outro lado, se previa, para um futuro próximo, parcerias profissionais, levadas a cabo pelo trabalho em equipe e na inserção em grandes sistemas de informação (as TIC), com vistas às exigências de um mundo que a cada dia necessitava de mais informação. Para o autor, os seres humanos estariam se transformando em escravos de sua própria capacidade de produção, não correspondida até então pela capacidade de consumo (uma reflexão sobre a competência em informação desses profissionais, mesmo que inicial, já estava aí anunciada por García Ejarque ([1974], p. 95)).

A formação de Bibliotecários e Arquivistas no contexto espanhol, mesmo que tenha ocorrido fora da universidade, contou com importantes iniciativas, as quais antecederam os estudos universitários. A primeira iniciativa registrada (Frías, 2008, p. 68), data de 1837, onde, por Real Decreto, a igreja passa a incrementar os fundos das bibliotecas, e, por consequência, mediante legislação de 1858, dispor de «um cuerpo de empleados de Archivos y Bibliotecas». O «Cuerpo de Archiveros y Bibliotecarios y Museólogos del Estado» era o encarregado de organizar a documentação existente nessas unidades da época. Seu desaparecimento deu lugar, em 1915, em Barcelona, a «l'Escola Superior de Bibliotecàries», criada pela Mancomunitat de Catalunya com o objetivo inicial de formar «as profissionais» que teriam seus cargos no sistema de bibliotecas populares do Estado. Com efeito, «as alunas da Escuela» iriam trabalhar, após a formação, em bibliotecas públicas, universitárias e especializadas e também em arquivos. A «Escuela de Barcelona» funcionou de maneira ininterrupta, até, em 1982–1983, integrar-se a Universidade de Barcelona e, posteriormente, em janeiro de 1999, se integrar a esta universidade como um centro próprio (Frías, 2008, p. 68).

O ano de 1947 é marcado pela criação da Escuela Técnica de Archivos, Bibliotecas y Museos que desde 1982, se transformou num centro de pesquisa, com a tarefa de formar profissionais. Nos anos de 1968 é criada a Universidad de Navarra, a qual seguiu o Modelo da de Barcelona e teve atividade nos anos 1970.

Sentiu-se, a partir de então, em virtude da crescente complexidade das bibliotecas e dos centros de documentação, a necessidade de que a formação especializada e



universitária em Biblioteconomia e Documentação ocorresse de fato: a oficialização da formação universitária ocorreu em 1978. Nos anos de 1983 em diante, seguiram-se reformas no ensino superior em Biblioteconomia e Documentação no cenário espanhol, as quais tinham por objetivo flexibilizar e atualizar o ensino tendo em vista as demandas da sociedade, bem como adequar a formação às diretrizes da Comunidade Econômica Européia (CEE). No ano de 1987 são publicadas na Espanha as diretrizes gerais comuns aos estudos universitários de caráter oficial. Frías (2008, p. 69), destaca as mudanças mais significativas destas diretrizes: a) distribuição do ensino em disciplinas troncais, disciplinas não troncais (obrigatórias e optativas) e disciplinas de livre escolha; b) se estabelece um sistema de créditos para a carga letiva; e c) cada disciplina se vincula a uma ou mais áreas do conhecimento. Em decorrência, as escolas criadas foram afetadas pelas novas «normas».

Foi a partir do ano de 1992 que a licenciatura em Documentação foi aprovada, como um curso de 2º. Ciclo, para a qual teriam acesso direto os diplomados em Biblioteconomia e Documentação e se espalhou durante o período de 1994 a 2003 por universidades várias: Alcalá, Carlos III, Granada, Salamanca, Complutense, Extremadura, Valência, Barcelona, Murcia, Catalunya, La Coruña<sup>9</sup>, cada qual buscando atender as novas demandas do mundo do trabalho em consonância com o «espaço informacional» da Espanha. Cabe considerar também, quanto às profissões da informação na Espanha, a existência de associações profissionais e da *Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas* (ANABAD), a qual se constituiu a partir da reforma da *Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas* e que se destina «a agrupar a cuantos se ocupan profesionalmente de los archivos, las bibliotecas, los museos, los centros de documentación e información, parques arqueológicos y centros de interpretación o bien tienen un interés profesional por estas instituciones.», a realizar formação contínua presencial e a distância, além de promover eventos e produzir documentos de interesse para a profissão.<sup>10</sup>

A formação dos profissionais da informação na Espanha na atualidade, «como ocurre en muchos otros sectores profesionales [...] es compleja: los nuevos perfiles profesionales difícilmente se adquieren en los grados iniciales, cuyo enfoque se ha hecho más generalista [...]». (Hernández-Sánchez; Gómez-Hernández; Merlo-Vega, 2014). Ao atualizar os dados de uma pesquisa realizada no ano de 2013 com os profissionais da informação na Espanha, Hernández-Sánchez, Gómez-Hernández e Merlo-Vega (2014), constataram, entre outros aspectos, por via das opiniões de profissionais mais experientes na profissão, que há carências na formação universitária no contexto espanhol no que se refere às novas tecnologias, principalmente quanto aos novos usos e usuários da informação – os recursos digitais e a competência em informação para o uso pleno destes.

Alguns desafios que se apresentam à formação voltada ao cenário atual e à competência em informação são anunciados por pesquisadores de Portugal e Espanha e são elencado no item seguinte.

### **A formação dos profissionais da informação e a competência em informação**

Na tendência de se discutir a formação e o desempenho dos profissionais da informação, um tema tem despertado interesse na literatura da área de Ciência da Informação, principalmente nas duas últimas décadas do século passado: trata-se da competência em informação. Nesta, os usuários das bibliotecas de um modo geral são instigados desenvolverem habilidades informacionais e a tornarem-se independentes e autônomos em informação. Para Silva (2008, p. 19–20):

«...A problemática da literacia informacional<sup>11</sup> chegou à C.I. vinda de outras procedências e abordagens. Na área da gestão empresarial e dos recursos humanos e na zona de confluência interdisciplinar da Pedagogia e da Didáctica com a Psicologia Educativa e a Sociologia tornou-se, a partir da década de 70 do séc. XX, pertinente identificar e promover as competências pessoais para o desempenho de um conjunto estipulado ou estipulável de tarefas e atividades [...].»

Desde os anos de 1970, a competência em informação tem sido uma área de crescente interesse para os profissionais da informação e há uma vasta literatura sobre o tema. No entanto, segundo Virkus (2003) a maioria das publicações vêm dos países industrializados e de língua inglesa, especialmente dos Estados Unidos e Austrália. São estudos que datam do século XX, ou seja, até o século XIX, não havia a *Information Literacy* em âmbito mundial, do modo como esse tema é visto hoje.

Por outro lado, há que se considerar que o movimento em prol da competência em informação em países europeus, semelhante a outros países, evoluiu a partir de precursores, tais como a «instrução no uso da biblioteca», a «instrução bibliográfica» e a orientação ao usuário/leitor no uso dos recursos da biblioteca e, estes envolvem os bibliotecários de bibliotecas universitárias há bastante tempo na Europa. Há, inclusive, produção bibliográfica significativa nos países do contexto europeu sobre o tema<sup>12</sup>.

Durante os anos 1970 e 1980, muitas bibliotecas universitárias no Reino Unido, Alemanha e Escandinávia iniciaram programas de educação do usuário, de instrução bibliográfica, ou de educação do leitor: orientação no uso da biblioteca, recursos de informação e dos seus catálogos para novos alunos, cursos de competência em informação para estudantes da graduação e/ou de pós-graduação (inclusive caracterizados em documentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE<sup>13</sup>).

Na Espanha e, conforme Virkus (2003), os termos relacionados, conceitos e serviços para a competência em informação se iniciaram nos anos 1990, mas o termo *alfabetización*

*informacional* só começa a aparecer na literatura LIS por volta dos anos 2000<sup>14</sup>. Foi em meados de 2003, que a primeira dissertação sobre o tema foi apresentada por Eva Ortoll. Intitulada *Information competency in the health sciences: proposal for a training model* e tratou da construção de modelos para a competência em informação principalmente no setor dos cuidados com a saúde, relacionando o ensino superior com as ciências biomédicas (Gómez Hernández; Pasadas Ureña, 2003).

Segundo Gómez Hernández e Pasadas Ureña (2003), existem alguns fatores que dificultam a implantação de uma «agenda» para a competência em informação na Espanha. Tais fatores se constituem em impedimentos que tornam o processo lento e desigual para a prática na área. Os autores citam alguns desses complicadores:

- a) a cultura em geral e em bibliotecas passou por um particular período de atraso e privação em meados do século XX devido ao golpe e à ditadura de Franco (1936–1975), o qual afetou todos os tipos de bibliotecas – escolar, pública e acadêmica – até a década de 1980, e, por conseguinte, com coleções e serviços de má qualidade e uma preferência quase universal para a preservação em vez do uso das coleções;
- b) na virada do século XX para o século XXI, a biblioteca nas escolas ainda não era algo muito comum, cuja principal razão pode ser caracterizada pelo uso generalizado de livros didáticos e de métodos tradicionais de ensino e ao correspondente, e a ausência quase total da aprendizagem baseada em recursos – daí a falta geral de interesse em utilizar bibliotecas e de ações para o desenvolvimento de habilidades informacionais entre os estudantes e indivíduos em geral, uma tendência que limitou o desempenho dos bibliotecários e dos serviços de biblioteca, tanto do setor público e como no setor acadêmico;
- c) mesmo no ensino superior, os métodos de ensino têm sido geralmente centrados no modelo da transmissão de conhecimento em vez do modelo de construção do conhecimento, ocorrendo uma baixa demanda entre os estudantes universitários para serviços de boa qualidade da biblioteca; e
- d) há uma falta de compreensão e de colaboração entre bibliotecários e docentes no ensino primário e secundário – o uso de bibliotecas públicas tem sido visto, na maioria das vezes, como um problema e não como uma oportunidade para a cooperação e esta, quando ocorre, é superficial e não é incorporada ao currículo.

Em Portugal, contexto semelhante ao da Espanha se observa: a introdução e a popularização do conceito da competência em informação na esfera pública remontam meados dos anos 1990 do século XX<sup>15</sup> e a um estudo coordenado por Ana Benavente, «A

Literacia em Portugal: Resultados de Uma Pesquisa Extensiva e Monográfica». O documento explicita que não se trata de saber o que as pessoas aprenderam ou não, mas sim de saber o que, em situações da vida, as pessoas são capazes de usar. O conceito aparece, assim, definido como «as capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana»: trata-se das capacidades de leitura e de escrita, bem como do uso corrente na vida pessoal, social e profissional (Benavente et al., 1996, p. 4).

No âmbito da competência em informação, e, particularmente em relação ao papel educativo das bibliotecas públicas, no cenário Português, José António Calixto ([2004]) propõe, por meio da análise da sociedade da informação, mas também da concepção dos aspectos essenciais do serviço público, que o profissional da informação assuma determinadamente uma vertente formativa face às habilidades de informação. Nos escritos do autor é possível ter uma visão global da «literacia da informação» – como é denominada em Portugal, baseada numa revisão bibliográfica realizada pelo autor e que alerta para a expansão e desenvolvimento do conceito e da sua aplicação em Portugal (Sanches, 2013).

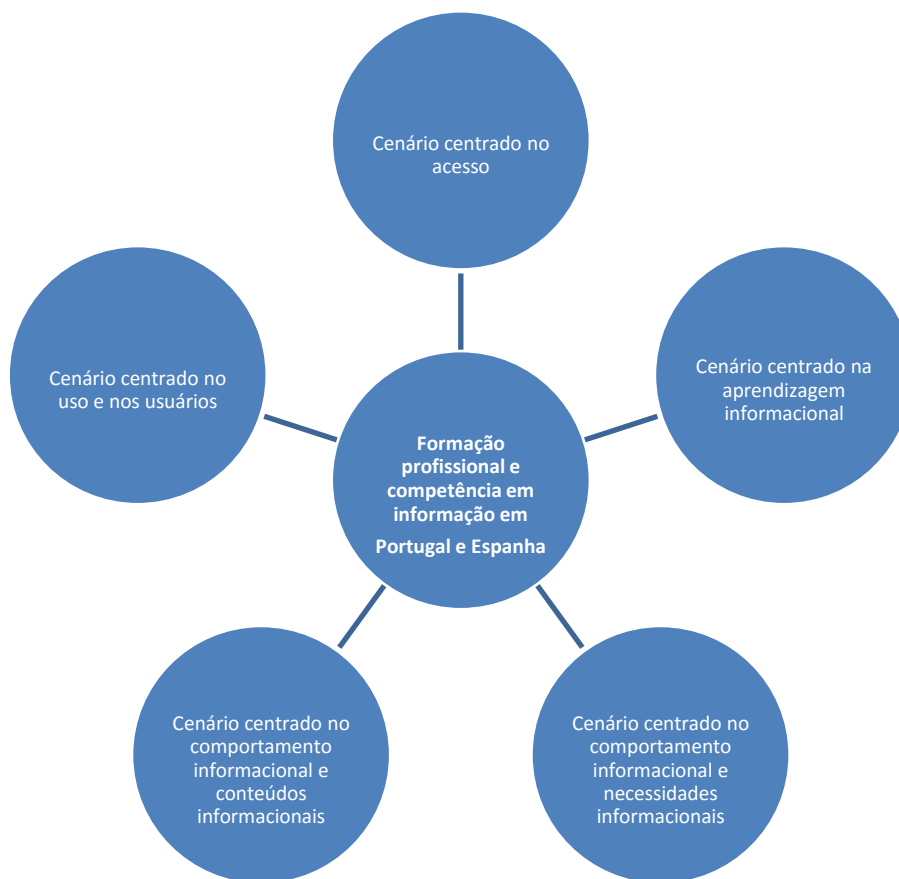
Para Calixto ([2004]), um trabalho de base sobre a situação em Portugal no que diz respeito ao papel desempenhado pelos profissionais da informação no desenvolvimento da competência em informação está ainda por se realizar. A escassa literatura disponível sugere a inexistência de programas de desenvolvimento da competência informação nas bibliotecas universitárias até o ano de 2003. Calixto ([2004], p. 10) faz uma reflexão acerca de «algumas forças» que parecem dificultar a realização deste potencial em bibliotecas em Portugal. Entre as barreiras para uma agenda que privilegie a competência em informação no contexto português estão: a) a relutância dos bibliotecários em desempenhar um papel não tradicional; b) uma percepção pública errada dos papéis das bibliotecas; c) a falta de recursos; e d) a ausência de uma filosofia de suporte. O autor sugere que, com as devidas adaptações, este quadro pode ser utilizado para analisar as «debilidades» das bibliotecas portuguesas no que diz respeito ao cumprimento dos seus papéis no apoio ao desenvolvimento da competência em informação.

A partir do contexto apresentado até aqui no que concerne à competência em informação na Espanha e em Portugal, pode-se perceber que as iniciativas para desenvolver essa temática são distintas: tanto em âmbito territorial, quanto em produção científica, naturalmente. Por outro lado há fatores que convergem para uma constatação semelhante nos dois países: a formação de profissionais e de usuários até o século XX foi evidenciada por um paradigma tradicional: com foco no acervo e na conservação deste, ou seja, a formação voltada ao acesso e ao usuário somente ocorre de fato após os anos 2000.

Sob este aspecto e, em consequência da trajetória histórica da formação dos profissionais da informação em Portugal e na Espanha, centrada na custódia, no historicismo e no tecnicismo – por um período que se estendeu até os finais do século XX, cabe considerar que somente recentemente a formação de ambos os países avançou para um

cenário centrado no acesso, no uso e no usuário, na aprendizagem informacional e no comportamento do usuário perante conteúdos e necessidades informacionais. A Figura 1 apresenta uma aproximação possível quanto às tendências recentes nos dois países sobre a formação profissional e a competência em informação.

Segundo Marzal (2004, p. 3), vislumbra-se, a partir do cenário constituído pela sociedade da informação uma oportunidade: a ação formadora do bibliotecário em competência em informação, bem como a formação deste como educador para a sociedade do conhecimento. O autor enfatiza que tal formação se dirige à ação mediadora e de suporte do bibliotecário no processo educativo: «[...] agente en el proceso educativo, educador en la sociedad de la información, alfabetizador en información.»



**Figura 1:** O cenário possível da formação do profissional da informação em Portugal e Espanha e a competência em informação na atualidade

**Fonte:** dados obtidos na pesquisa

Também sob o foco da mediação, Silva (2008) pondera que é impossível desligar o alastramento globalizado das TIC, das habilidades técnico-cognitivas exigidas pelo seu uso

do conjunto de habilidades informacionais, elencadas, por exemplo pela *Association of College and Research Libraries* (2000): identificação das necessidades de informação; criação e organização da informação; estratégias de busca da informação; avaliação e tratamento da informação; utilização e comunicação da informação; e aspectos éticos, sociais, políticos, etc., da informação. Para o autor, quando as habilidades se mesclam, configura-se um problema novo e instigante para o desenvolvimento da própria Ciência da Informação, tanto no plano teórico, como no aplicacional.

Este «novo problema» refere-se a identificar como está se processando a transição entre o paradigma centrado no acervo e na preservação deste (custodial) e o paradigma centrado no acesso sob múltiplas facetas (pós-custodial). Para Silva (2008, p. 31), a mediação informacional, tanto nas instituições culturais e científicas da modernidade (Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centros de Documentação), como no ciberespaço, caminha à revelia da «lógica mediadora do bibliotecário ou documentalista»:

«...a mediação custodial nascida e desenvolvida no seio das mencionadas instituições culturais permitia que os agentes mediadores (bibliotecários, arquivistas e documentalistas) condicionassem o acesso à informação guardada/custodiada através de práticas e de instrumentos de articulação impositiva e até manipuladora. Agora está a emergir uma mediação nova e diferente que precisa ser estudada e acompanhada com toda a atenção e cuidado: deslocalizada ou dispersa (na Internet/redes conexas), institucional, colectiva, grupal, pessoal e até anónima, interactiva e colaborativa – possíveis traços caracterizadores, entre os quais importa destacar a interacção e os processos colaborativos, sociais, de participação cívica, espontânea e militante. A mediação pós-custodial em desenvolvimento é confrontada com um exponencial excesso de informação (*overload information*), que torna imprescindíveis elevados níveis para a garantida info-inclusão.»

Complementando Silva (2008), Marzal (2009, p. 156) ressalta que

«...La alfabetización en información tiene como vehículo excelente la biblioteca, particularmente por la relevancia que en el modelo educativo de la sociedad del conocimiento alcanza la educación no formal, espacio idóneo como centro de recursos, repositorio de los «nuevos documentos» y cuyos profesionales están en plena transformación hacia un carácter decididamente «formador».»

Portanto, há que se considerar, ao investigar a competência em informação de profissionais da informação em Portugal e Espanha, que coexistirá uma «mescla» de situações nas práticas profissionais, resultantes da formação, da prática diária de trabalho e também da experiência profissional, das ações de mediação, bem como das novas formas de informar nos novos espaços de interação e de colaboração.

## Considerações finais

O presente artigo não teve a pretensão de esgotar as possibilidades de análise e de interpretação dos dois pólos estudados, mas sim, possibilitar uma aproximação das

temáticas «formação profissional» e «competência em informação» quanto às tendências e atualidades à formação do profissional da informação em Portugal e na Espanha.

Estamos convencidos, tal qual Luis García Ejarque, em apresentação realizada em agosto de 1974, na *XI Reunión Nacional y I Iberoamericana de Bibliotecarios*, em Buenos Aires, Argentina, sobre *La Formación Profesional de los Bibliotecarios en España* (GARCÍA EJARQUE, [1974], p. 3), de que os intercâmbios de experiências, conhecimentos, problemas e necessidades podem ser de grande utilidade quando desejamos conhecer uma área temática como a competência em informação, e que a trajetória dos dois países da Europa – Portugal e Espanha – quanto à formação profissional pode guardar semelhanças entre si. Somos conhecedores de que os processos de mudança social e a realidade a estes associados não ocorrem de forma linear: são complexos por natureza e exigem metodologias adequadas às Ciências Sociais Aplicadas e à Ciência da Informação.

Na realidade social, bem como naquilo que se passa no mundo do trabalho e nas práticas profissionais – como fenômenos que o são – há que considerar que estes sofrem transformações constantes, num ir e vir e que investigações com estas características são temporais, mas na mesma medida, são indicadores de novas possibilidades à formação. Os novos desafios introduzem um novo contexto, o qual necessitará da reflexão sobre os modelos baseados na dimensão técnica, para novos modelos de produção e de consumo informacional baseados nas dimensões estética/sensível, ética e política da competência em informação (Vitorino; Piantola, 2009; Vitorino; Piantola, 2011).

Nossa pesquisa, na próxima etapa que se descortina, se concentra em buscar respostas para estas e outras questões, por meio de entrevistas *in loco*, com profissionais da informação dirigentes de bibliotecas universitárias em Portugal e Espanha, a fim de caracterizar a competência em informação nestes cenários.

Caberá, com os resultados obtidos, desenvolver uma reflexão, mesmo que preliminar, sobre as semelhanças e diferenças no contexto estudado, no que se refere à formação profissional, à realidade social, às representações sociais destes profissionais e à prática diária de trabalho.

## Referências bibliográficas

ABADAL, Ernest (1993) – La formación en Biblioteconomía y Documentación en España. *Documentación de las Ciencias de la Información* [Em linha]. Madrid, n. 16, p. 9–46. [Consult. 18 Mar. 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.researchgate.net/publication/27584503\\_La\\_formacin\\_en\\_Biblioteconorna\\_y\\_Documentacin\\_en\\_Espaa](http://www.researchgate.net/publication/27584503_La_formacin_en_Biblioteconorna_y_Documentacin_en_Espaa)>.

ABADAL, Ernest (1994) – *La Documentación en España* [Em linha]. Madrid: CINDOC (CSIC); FESABID. [Consult. 18 Mar. 2015]. Disponível na Internet: <[digital.csic.es/bitstream/10261/36885/1/Abadal.pdf](http://digital.csic.es/bitstream/10261/36885/1/Abadal.pdf)>.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL) (2000) – *Information literacy competency standards for higher education* [Em linha]. Chicago, Illinois: ALA. ACRL. [Consult. 05 Jun. 2015]. Disponível na Internet: <<http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org/acrl/files/content/standards/standards.pdf>>.

BARATA, Paulo J. S.; OCHÔA, Paula (2015) – Profissionais de Informação–Documentação a caminho da invisibilidade: uma reflexão a partir da análise de cargos de direção intermédia na Administração Central do Estado. *Cadernos BAD* [Em linha], n. 1, jan–jun, p. 7–22 [Consult. 30 Ago. 2016]. Disponível na Internet: <[http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1152/pdf\\_17](http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1152/pdf_17)>.

BENAVENTE, Ana et al. (coord.) (1996) – *A literacia em Portugal: resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação: Conselho Nacional de Educação.

CALIXTO, José António [2004] – Literacia da informação: um desafio para as bibliotecas. In: Homenagem ao Professor Doutor José Marques [Em linha]. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 1–13. [Consult. 08 Maio 2015]. Disponível na Internet: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5551.pdf>>.

CARDOSO, Ana Maria Pereira; CALIXTO, José António (2010) – Modelos de formação em Ciência(s) da Informação: estudo comparativo entre Brasil e Portugal [Em linha]. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 10, Guimarães, 2010: *Políticas de Informação na Sociedade em Rede: actas*. Guimarães : BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2010. [Consult. 23 Ago. 2016]. Disponível na Internet: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/164/159>>.

FRÍAS, José António (2008) – La formación universitaria em información y documentación en España a las puertas del EEES: retos y oportunidades. In FRÍAS, José António; Traveso, Crispulo (Eds). *Formación, Investigación y mercado laboral en Información y Documentación en España y Portugal: Formación, investigação e mercado de trabalho em Informação e Documentação em Espanha e Portugal: ao volante do Chevrolet pela estrada de Salamanca*. Salamanca: Adiciones Universidad Salamanca, p. 67–90.

GARCÍA EJARQUE, Luis ([1974]) – La Formación Profesional de los Bibliotecarios en España: historia y situación actual. *Boletín de ANABAD* [Em linha]. Ano XXIV, ns. 3–4. Texto de la ponencia presentada a la proferido na *XI Reunión Nacional y I Iberoamericana de Bibliotecarios, en Buenos Aires* [Argentina], agosto. [Consult. 05 Jun. 2015]. Disponível na Internet: <[dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/968145.pdf](http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/968145.pdf)>.

GÓMEZ HERNÁNDEZ, José Antonio; PASADAS UREÑA, Cristóbal (2003) – Information literacy developments and issues in Spain. *Library Review* [Em linha]. V. 52, n. 7, p. 340–348, sep. 2003. [Consult. 15 Dez. 2015]. Disponível na Internet: <<http://eprints.rclis.org/28522/1/infolitlibraryreview2003.pdf>>.



HERNÁNDEZ-SÁNCHEZ, Hilario; GÓMEZ-HERNÁNDEZ, José-Antonio; MERLO-VEGA, José-Antonio (2014) – Los profesionales de la información en España, tres años después. *Anuario ThinkEPI* [Em linha]. V. 8, p. 39–44. [Consult. 23 Ago. 2016]. Disponível na Internet: <<http://eprints.rclis.org/28552/1/Los%20profesionales%20de%20la%20informaci%C3%B3n%20en%20Espana.pdf>>.

MARZAL, Miguel Ángel (2009) – Evolución conceptual de alfabetización em información desde la alfabetización en su perspectiva educativa y bibliotecária. *Investigación Bibliotecológica* [Em linha], CUIB, v. 23, n. 47, p. 129–160, jan./abr. [Consult. 20 Mar. 2015]. Disponível na Internet: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v23n47/v23n47a6.pdf>>.

MARZAL, Miguel Ángel (2004) – Investigación para la formación de bibliotecarios y documentalistas en alfabetización en información: un doctorado en la Universidad Carlos III de Madrid. *Boletín de la ANABAD* [Em linha]. V. 54, n. 1–2, p. 765–781, ene. / jun. [Consult. 19 Fev. 2015]. Disponível na Internet: <<http://www.anabad.org/archivo/docdow.php?id=151>>.

ORERA ORERA, Luisa (2002) – La evolución en la formación de los bibliotecários. *Documentación de las Ciencias de la Información* [Em linha]. V. 25, p. 167–188. [Consult. 16 Mar. 2015]. Disponível na Internet: <<http://eprints.rclis.org/15143/1/DCIN0202110167A.PDF>>.

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo (2008) – A formação em informação e documentação: Portugal na contemporaneidade. In FRÍAS, José António; Traveso, Crispulo (Eds). *Formación, Investigación y mercado laboral en Información y Documentación en España y Portugal: Formación, investigação e mercado de trabalho em Informação e Documentação em Espanha e Portugal: ao volante do Chevrolet pela estrada de Salamanca*. Salamanca: Adiciones Universidad Salamanca, p. 91–142.

RIBEIRO, Fernanda ([2001]) – O desafio da formação profissional: novo paradigma, novo modelo formativo [Em linha]. [Consult. 13 Mar. 2015]. Disponível na Internet: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1241.pdf>>.

RIBEIRO, Fernanda (2007) – An integrated perspective for professional education in libraries, archives and museums: a new paradigm, a new training model . *Journal of Education for Library and Information Science* [Em linha]. Spring, v. 48, n. 2, p. 116–124. [Consult. 11 Mar. 2015]. Disponível na Internet: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/40323813?sid=21105610233811&uid=2&uid=70&uid=2478840997&uid=3&uid=2134&uid=60&uid=2478840987>>.

RIBEIRO, Fernanda (2010) – A formação dos profissionais da informação em Portugal”: percurso evolutivo e perspectivas actuais. In GORBEA PORTAL, Salvador (coord.). *Potencialidades de investigación y docencia iberoamericanas en Ciencias bibliotecológica y de la Información* [Em linha]. México: Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas. p. 279–294. [Consult. 04 Fev. 2015]. Disponível na Internet: <[http://iibi.unam.mx/publicaciones/229/potencialidades\\_investigacion\\_fernanda\\_ribeiro\\_hierro.html](http://iibi.unam.mx/publicaciones/229/potencialidades_investigacion_fernanda_ribeiro_hierro.html)> ; <<http://132.248.242.6/~publica/comutarl.php?arch=1&idx=229>>.

RIBEIRO, Fernanda (2008) – A formação dos profissionais de informação na Universidade do Porto: um modelo teórico-prático inovador assente numa perspectiva integrada. In: *Informação e Comunicação nos Mass Media: a produção noticiosa – actores e papéis* [Em linha], 11 p. [S. l.: s.n.]. p. 1–11. [Consult. 11 Mar. 2015]. Disponível na Internet: <<http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/14050/2/formacaoup000073241.pdf>>.

SANCHES, Tatiana (2013) – *O contributo da literacia de informação para a pedagogia universitária: um desafio para as bibliotecas académicas* [Em linha]. Universidade de Lisboa Instituto de Educação. Tese de doutoramento em Educação – História da Educação. [Consult. 20 Mar. 2015]. Disponível na Internet: <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10773/1/ulsd067857\\_td\\_Tatiana\\_Sanches.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10773/1/ulsd067857_td_Tatiana_Sanches.pdf)>.

SILVA, Armando Malheiro da (2008)– Inclusão digital e Literacia Informacional em Ciência da Informação. *Revista Prisma.com* [Em linha], Porto, n. 7, p. 16–43. [Consult. 20 Mar. 2015]. Disponível na Internet: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/view/683/pdf>>.

SILVA, Armando Malheiro da (2010) – Literacia Informacional e o Processo Formativo Desafios aos Profissionais da Informação [Em linha]. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 10, Guimarães, 2010: Políticas de Informação na Sociedade em Rede: actas. Guimarães : BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2010. [Consult. 23 Ago. 2016]. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/224/222>>.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2001) – A Mudança de paradigma na formação BAD : um modelo formativo para a Ciência da Informação [Em linha]. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS; ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 7, Porto, 2001: Informação : o desafio do futuro : actas. 8 p. [Consult. 11 Mar. 2015]. Disponível na Internet: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/29356/2/MalheiroRibeiroMudancaParadigmaXX000110046.pdf>>.

SILVA, Armando Malheiro da, et al. (1999) – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento. v. 1. (Biblioteca das Ciências do Homem; Plural, 2)

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2002) – *Das «Ciências» Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2004) – Formação, perfil e competências do profissional da informação [Em linha]. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8, Estoril, 2004 : Bibliotecas e Arquivos: nas encruzilhadas da informação e da cultura : (re)inventar a profissão : actas. p.1–9. [Consult. 11 Mar. 2015]. Disponível na Internet: <[http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14056/2/formao\\_perfil000073239.pdf](http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14056/2/formao_perfil000073239.pdf)>.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (2013) – *Overview of Information Literacy Resources Worldwide* [Em linha]. By Forest Woody Horton, Jr. Paris: UNESCO. [Consult. 20 Mar. 2015]. Disponível na Internet: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002196/219667e.pdf>>.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela (2009) – Competência informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. *Ciência da Informação* [Em linha], Brasília, DF, v.38, n.3, p.130–141, set./dez. [Consult. 20 Mar. 2015]. Disponível na Internet: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652009000300009&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652009000300009&lang=pt)>.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela (2011) – Dimensões da competência informacional. *Ciência da Informação* [Em linha], Brasília, DF, v.40, n.1, p.99–110, jan./abr. [Consult. 20 Mar. 2015]. Disponível na Internet: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1918/1397>>.

---

<sup>1</sup> Bolsista da CAPES – Brasil – Processo no. BEX 2398/14-1.

<sup>2</sup> Esta fase da pesquisa se refere a uma parcela dos estudos de estágio pós-doutoral realizado em Portugal no ano de 2015.

<sup>3</sup> Detalhes históricos dessa formação podem ser obtidos em Silva e Ribeiro (2002), cap. 4.

<sup>4</sup> O site da BAD está disponível em: <http://apbad.pt/>

<sup>5</sup> As Actas do congresso promovido pela Associação BAD podem ser acessadas em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/index>.

<sup>6</sup> O Observatório, bem como a trajetória histórica deste e as realizações atuais podem ser vistas em: <http://observatorioid.webnode.pt/>.

<sup>7</sup> Para um maior esclarecimento sobre a formação de bibliotecários na Espanha, cabe acessar a obra de Abadal (1994), disponível em meio digital, a qual fornece um panorama amplo e exaustivo da desse cenário.

<sup>8</sup> Os dois modelos defendem, ora uma formação de tipo erudita e acadêmica, destinada a formar «profesionales que actúesen como bibliófilos o conservadores de libros», ora uma formação de «carácter eminentemente práctico, considerando más importante la organización y gestión de los libros que el estudio de su contenido» (ABADAL, 1993, p. 11-12).

<sup>9</sup> Em Frías (2008, p. 71) é possível acessar a um quadro completo dos cursos e respectivas universidades, com as denominações de cada um deles.

<sup>10</sup> Em <http://www.anabad.org/> é possível acessar aos dados, produção e atividades da ANABAD.

<sup>11</sup> Em Portugal, a nomenclatura habitualmente utilizada para Competência Informacional é «literacia informacional».

<sup>12</sup> Para visualizar a produção europeia na área, consultar: [http://www.academia.edu/1003861/State\\_of\\_the\\_art\\_of\\_Information\\_Literacy\\_in\\_English\\_speaking\\_European\\_countries\\_United\\_Kingdom\\_UK\\_and\\_Ireland](http://www.academia.edu/1003861/State_of_the_art_of_Information_Literacy_in_English_speaking_European_countries_United_Kingdom_UK_and_Ireland); UNESCO (2013) e <http://alfiniberoamerica.blogspot.pt/>.

<sup>13</sup> Fundada em 1960, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é uma organização de cooperação internacional composta por 34 países. Sua sede fica na cidade de Paris (França). A missão da OCDE é promover políticas que melhorem o bem-estar econômico e social de pessoas em todo o mundo (ORGANIZAÇÃO... (OCDE), 2015).

<sup>14</sup> Para acessar à produção científica na área da competência em informação na Espanha consultar: <http://alfiniberoamerica.wikispaces.com/Epa%C3%B1a> e UNESCO (2013).

<sup>15</sup> Para acessar à produção científica na área da competência em informação em Portugal acessar: <http://alfiniberoamerica.wikispaces.com/Portugal> e UNESCO (2013).

## Relações de gênero e a profissão bibliotecária no Brasil

---

Hugo Avelar Cardoso Pires

Universidade Federal de Minas Gerais

[hugo\\_avelar@yahoo.com.br](mailto:hugo_avelar@yahoo.com.br)

Lígia Maria Moreira Dumont

Universidade Federal de Minas Gerais

[dumont@eci.ufmg.br](mailto:dumont@eci.ufmg.br)

### Resumo

Apresenta os resultados de pesquisa que investigou as razões do observado aumento do contingente masculino nos cursos de Biblioteconomia, sobretudo a partir da década de 1980. Para tal, reflexões e conceituações são desenvolvidas acerca da importância dos estudos sobre as relações de gênero, da divisão sexual do trabalho e de que formas tais divisões influenciaram na constituição da profissão bibliotecária, enquanto uma profissão feminina. Destaca que esse rótulo não se deu pela característica intrínseca da biblioteca como lugar de guarda, cuidado, que em uma sociedade onde tais tarefas são muitas vezes ligadas ao feminino, mas quando esta se aproximou da área da Educação. Houve a necessidade do aumento da tecnicidade dos cursos formadores e esse novo direcionamento exigiu que os profissionais privilegiassem a ordem, a educação, bons costumes, características tidas como femininas. Ademais, são analisados os dados de 12 cursos de Biblioteconomia brasileiros que demonstram o aumento no número de homens e de mulheres formados nos cursos. Os dados obtidos junto aos colegiados dos cursos assinalam um ligeiro acréscimo no número de homens, sobretudo após os anos 1980, porém continuam se caracterizando como cursos altamente feminizados.

**Palavras-chave:** Estudos de Género. Género e cursos de Biblioteconomia. Relações de género. Divisão sexual do trabalho.

## Gender relations and the library profession in Brazil

### Abstract

It presents the results of a research that investigates the reasons for the observed increase in the male contingent in Librarianship courses, especially from the 1980s. Ideas and concepts are developed based on the importance of studies on gender relations, sexual division work and in what ways such divisions influenced the establishment of the library profession as a female profession. It points out that the establishment of the profession as a female one, did not come from the intrinsic characteristic of the library as a place of custody, care, that in a society are often related to women, but when it approached to the education area. It was necessary to increase technical trainers courses and this new direction has required that professional privileges the order, education, good manners, characteristics thought female. In addition, data from 12 Brazilian Librarianship courses demonstrates the increase in the number of men and women trained in the courses analyzed. The data obtained from the collegiate courses shows a slight increase in the number of men, especially after the 1980s, but continues to be characterized as highly feminized course.

**Keywords:** Gender studies. Gender and Librarianship; Gender relations; Sexual division of labor.

### Introdução

A luta das mulheres para entrar nas universidades e no mercado de trabalho esteve ligada à luta por outros direitos, tal como o de votar. Entretanto, as influências das divisões entre os sexos estão tão arraigadas, que por vezes parecem ser naturais e se fazem presentes em toda a sociedade (Bourdieu, 2003, p. 17) e acabaram por determinar que as “profissões femininas” estejam intimamente ligadas às tarefas de cuidar e zelar.

No início do século XX, a sociedade brasileira só destinava o acesso da mulher à esfera pública do trabalho se este se relacionasse às funções que correspondiam ao seu papel na família. Com o fenômeno de urbanização observado no país — principalmente após os anos 70 —, a participação feminina na esfera do trabalho aumentou consideravelmente e as mulheres passaram, então, a deixar de lado a imagem de “dona de casa” — restrita ao espaço privado da família — e galgaram posições mais elevadas no mercado de trabalho (Oliveira, 2003, p. 111). Entretanto, muitas vezes, tal saída do espaço privado para o público, ainda se deu por meio de profissões que podem ser vistas como extensões do trabalho doméstico, como enfermeiras, professoras e bibliotecárias (Ferreira, 2003, p. 190).

O campo da Biblioteconomia pode ser ligado às noções de cuidado e organização, características muitas vezes relacionadas ao “feminino”. Tal constituição da profissão como feminina influenciou o *status* que a atividade tem, bem como os estereótipos associados pela sociedade à profissão.

A emergência de uma sociedade pautada no conhecimento, na informação, aliada à aproximação da Biblioteconomia com a Educação e ao aumento do enfoque dado à tecnicidade da profissão, coincidem com o momento em que os cursos de Biblioteconomia começam a se difundir e as mulheres principiam a ter maior presença no mercado de trabalho. Tais fatores levaram à criação de um estereótipo em que o profissional passou a ser visto como um guardador de livros. (ROGGAU, 2006, p.20)

Ferreira (2010, p.4) observa que nos últimos anos houve uma maior procura de homens ao curso, impulsionados pelas mudanças sofridas pela Biblioteconomia e o advento da intitulada Sociedade da Informação, ocasionando a aproximação do curso com áreas como Administração, Ciência da Computação e Ciência da Informação. Apesar de se fazerem mais presentes em números absolutos nos cursos, em termos percentuais, a maior entrada masculina não representou diminuição na feminização dos cursos de Biblioteconomia e na profissão de bibliotecário (PIRES, 2016, p. 110).

Nesse contexto, o presente artigo apresenta resultados de pesquisa, que busca identificar as razões da maior entrada masculina nos cursos de Biblioteconomia. São apresentados dados de 12 cursos de Biblioteconomia de universidades brasileiras quanto ao número de profissionais bibliotecários formados por sexo, desde a fundação dos respectivos cursos. Para tal, buscou-se entender as influências da divisão sexual do trabalho na profissão bibliotecária, fazendo-se uma conceituação acerca dos aportes teóricos existentes sobre gênero, divisão sexual do trabalho e da importância do trabalho feminino.

### **As relações de gênero e a divisão sexual do trabalho**

Os estudos das relações de gênero possuem como objetivo principal compreender que este é uma construção histórica e social não meramente biológica e que as relações existentes entre os gêneros masculino e feminino são reproduzidas por vários mecanismos, como a educação formal, os canais de informação e conhecimento e o mercado de trabalho.

Não utilizado nos estudos sociológicos até ao século XX, o termo “gênero” passou a ser de fundamental importância para a compreensão das relações sociais que permeiam os papéis masculinos e femininos na sociedade. Scott (1995, p.73) destaca que o mais importante da introdução da palavra nas Ciências Sociais, deriva do fato desta introdução ter sido feita também por aqueles que defendiam que a pesquisa sobre a história das mulheres traria mudanças para os paradigmas de cada disciplina.

O gênero, segundo Castro (1992), é um conceito aberto, problematizado, que possui múltiplas interpretações e abordagens. Para a autora o gênero é «para alguns, uma decolagem de relações sociais ancoradas em perfis naturais, ser homem/ser mulher; para outros, decolagens de relações naturais, realizando-se por culturas e poderes mais além do sexo de referência» (p. 81). Por possuírem caráter interdisciplinar, os estudos de gênero instauram diálogos entre um movimento social — o feminismo — e a academia.

Scott (1995, p.84), defende que o gênero deve ser colocado como categoria de

análise — em vez de se utilizá-lo como complemento às análises já feitas — para que se possa compreender que o mesmo está ligado a processos históricos indissociáveis, explicando, assim, determinados fatores da sociedade. Isso não quer dizer, para a autora, que os arquivos ou estudos do passado devam ser abandonados, mas que algumas questões e visões devem ser revistas, colocando o gênero como categoria de análise das questões de pesquisa.

Bourdieu (2003, p. 18) demonstra através de análise de uma sociedade agrícola, que a ordem social funciona como uma grande máquina simbólica que ratifica a dominação masculina, que possui seus alicerces na divisão social do trabalho, na estrutura dos espaços, na estrutura do tempo, dentre outras estruturas.

A divisão sexual do trabalho se apresenta como uma das facetas das relações de gênero e da dominação masculina sobre as mulheres, determinando os papéis masculinos e femininos na sociedade e no mundo do trabalho. Compreender de que forma se dá essa divisão, torna-se fundamental para entender quais características fazem com que determinada profissão seja uma profissão “feminina” ou “masculina”, assim como ocorre na profissão bibliotecária.

### **Divisão sexual do trabalho e trabalho feminino**

Posto como instrumento de análise das relações sociais, o gênero demonstra que o relacionamento entre os sexos definiram (e continuam definindo) papéis para homens e mulheres nos diversos setores da sociedade. Tais papéis são ancorados em bases biológicas e, para Mies (1988, p. 68), encobrem as relações desiguais de dominação e exploração que os homens exercem sobre as mulheres. A autora enfatiza que o enfoque biológico dado à designação de trabalhos masculinos e femininos, traz a noção de que as tarefas são simplesmente divididas entre homens e mulheres, o que mascara que as tarefas masculinas são sempre consideradas mais importantes (racionais, planejadas, produtivas) do que as femininas, sempre designadas pela natureza da mulher.

Assim como as relações de gênero, a divisão sexual do trabalho começou a ser questionada somente nas últimas décadas. Cacouault (2003, p. 35) afirma que a divisão sexual do trabalho se insere nas questões de gênero, além de propiciar uma apreensão mais justa da participação feminina na produção das riquezas e «uma melhor compreensão do trabalho dos homens e do funcionamento das sociedades».

Os estudos sobre a temática buscam compreender que os ambientes de trabalho são mistos e que as transformações no campo estão em curso, sendo as profissões definidas como “masculinas” ou “femininas” de tempos em tempos. Lobo (1991, p.84) afirma que «a divisão sexual do trabalho é um dos muitos *locus* das relações de gênero» e a problemática da divisão sexual do trabalho se articula com a do gênero e se utiliza do mesmo como categoria analítica, uma vez que abre espaço para se pensar novas problemáticas da sociologia do trabalho, como as mudanças, as identidades, o problema da igualdade e a



gestão de políticas sociais voltadas ao trabalho.

A inserção da mulher no espaço público observada principalmente após a Revolução Industrial se deu por trabalhos que se caracterizavam como extensões do trabalho exercido no âmbito privado, pautando, assim, a divisão sexual do trabalho. Dessa forma, as mulheres tinham a oportunidade de cursar e exercer profissões que estivessem intimamente ligadas às tarefas de cuidar e zelar ou, conforme Perrot (2005, p. 251), «profissões que se inscrevem no prolongamento das funções ditas “naturais”, maternais e domésticas das mulheres, além de permitirem que a uma mulher realize bem sua tarefa profissional (menor) e doméstica (maior)».

Apesar de alguns nichos de trabalhos continuarem sendo “definidos” como femininos e/ou masculinos, tem havido alguns avanços no sentido de maior diversificação do mercado de trabalho. A profissão de bibliotecário se inclui nesse grupo de profissões femininas, que vêm tentando se diversificar e sair do rol de profissões marcadas por determinado sexo. Compreender de que formas a profissão se constituiu como uma profissão feminina, pode ajudar a compreender sobre a visão do bibliotecário na sociedade, além de identificar quando e porquê a profissão passa a atrair mais homens.

### **A constituição da biblioteconomia como uma profissão feminina**

Historicamente, as bibliotecas foram lugares destinados ao cuidado, à organização e à guarda do conhecimento. A história da constituição da profissão de bibliotecário demonstra que as primeiras bibliotecas possuíam homens as gerindo e a profissão bibliotecária se constituiu como feminina com o passar do tempo. Sousa (2014, p.121) destaca que a mudança da composição sexual da Biblioteconomia se dá, na Europa, no início do século XIX, com a emergência do Estado Nação, a Revolução Industrial e a institucionalização e estatização dos sistemas escolares. Já nos Estados Unidos, as bibliotecas se difundem atreladas às escolas, sendo um meio de espalhar a educação de forma igual para todos.

Nesse contexto de aproximação com a Educação (Martucci, 1996, p. 238), os atributos necessários para trabalhar em bibliotecas sofrem modificações. Do perfil erudito dos séculos anteriores, passa a ser requerido que os futuros profissionais bibliotecários fossem mais técnicos, e práticos. Para Mueller (1984, p.17), a expansão das bibliotecas públicas e universitárias no fim do século XIX e início do século XX, levou ao desenvolvimento de novas formas de organização e atendimento, com uma Biblioteconomia menos nobre e mais pragmática, que se espalhou com rapidez.

Mesmo com o descontentamento inicial de parte da classe, o perfil de formação de bibliotecários mais técnicos acabou se difundindo, a princípio nos Estados Unidos da América e, mais tarde, em outros países, como o Brasil. Além disso, neste novo perfil era necessário que os novos profissionais tivessem ordem, educação e bons costumes, características essas associadas ao feminino, o que abriu espaço para que as mulheres ocupassem espaços na profissão. Segundo Sousa (2014, p.122) «na época, as mulheres eram consideradas



educadoras por 'natureza', conservadoras, obedientes, pacientes e, dispostas a aceitar a autoridade e a hierarquia dos homens». Além disso, segundo a autora, no corpo de suas funções, a Biblioteconomia agrega valores como arrumar, zelar, guardar, valores que a sociedade associa às mulheres.

No Brasil, a feminização da Biblioteconomia vai ocorrer paralela à criação dos cursos de formação bibliotecária. As primeiras bibliotecas brasileiras pertenciam aos jesuítas e tinham a função de dar subsídios para as atividades religiosas dos clérigos. A vinda da família real portuguesa para o Brasil e a independência do país permitiram a criação de bibliotecas públicas e escolares no país. Nesse período, a profissão de bibliotecário se ligava a homens da aristocracia, uma vez que era exigido dos candidatos aos cargos, serem fluentes em mais de uma língua e possuírem conhecimento de história e literatura, além de uma formação acadêmica, como bacharelado em Letras ou Ciências. (Fonseca, 1992, p.112).

Em 1911, fruto dos esforços de diversos intelectuais inspirados nos humanistas franceses, tem-se o primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil, ministrado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O perfil do profissional que buscava-se formar ia de encontro ao perfil erudito, de orientação francesa. Programado para durar um ano, o curso enfrentou algumas paralisações e retomou suas atividades no começo da década de 30 (Silveira, 2007, p.134).

Nesse período, as bibliotecas no Brasil passaram a ser criadas já vinculadas às escolas, com função educativa semelhante à dos Estados Unidos (Martucci, 1996, p. 239). Assim, a profissão passou a atrair mulheres da classe dominante que, «se quisessem trabalhar, tinham duas opções: a escola normal ou então a biblioteconomia» (Botassi<sup>1</sup>, Cit. Por Martucci, 1996, p. 240)

Os cursos de Biblioteconomia criados nesta época no país nasceram sob a influência norte-americana, com enfoque mais tecnicista e menos erudito, onde «a ênfase curricular de preparação humanística cede lugar a uma de ordem mais técnica, uniformizando os saberes bibliotecários e consolidando o modelo pragmático de instrução norte-americana no país» (Silveira, 2007, p. 136).

Essa perda do caráter humanista e a opção da orientação norte-americana de tornar-se mais técnica devido ao fato de estar voltada para a escola, podem ser apontado como um indício que colaborou para a feminização da profissão bibliotecária. Para Ferreira (2003, p.196), a facilidade de ingresso, a oferta de cursos em horários matutinos em sua maioria de curta duração (três anos) e a facilidade de entrada no mercado de trabalho, propiciaram o ingresso na profissão de moças de boa família.

Com o tempo, esse perfil de estudantes foi se alterando. De moças bem-nascidas, os cursos de Biblioteconomia passaram a atrair estudantes das camadas populares da sociedade. O maior interesse dos estudantes de camadas populares pelo curso de Biblioteconomia pode ser explicado pela consolidação da profissão como geradora de empregos formais, com destaque para a administração pública (Pena, 2007, p.64), além da baixa concorrência no

vestibular, o que permite aos oriundos das classes menos favorecidas, pleitear o acesso à universidade.

Nos últimos anos, tem-se observado maior procura de homens pelos cursos de Biblioteconomia. Pena, Crivellari e Neves (2006, p.10) em dados levantados juntos a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) demonstram que entre 1994 e 2004, o número de bibliotecários do gênero masculino saltou de 13,02%, para 23,87%. Reis; Xavier Junior; Pires (2011, p. 15) mostram em levantamento feito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que a partir da década de 1990 — que marca a aproximação mais incisiva da Biblioteconomia com outras áreas do conhecimento — verifica-se um número maior de bibliotecários formados do que todas as décadas de curso. Além disso, cabe ressaltar o aumento de graduados no curso após a criação do curso noturno da UFMG, na década de 2000.

### **A pesquisa**

Tendo como objetivo verificar se os dados coletados realmente demonstram um crescente aumento da procura dos homens pelos cursos de Biblioteconomia, sobretudo a partir da década de 1980, a pesquisa analisa os dados quantitativos do número de graduados em Biblioteconomia, de ambos os gêneros, de cursos das cinco regiões do Brasil.

Das 32 universidades federais e estaduais que possuem o curso de Biblioteconomia, foram solicitados os dados de 22 e obteve-se resposta de 12 universidades (54,54%), número considerado satisfatório para verificação da maior ou menor presença masculina no curso ao longo do tempo. Os dados foram obtidos junto aos colegiados dos cursos, através de solicitações via e-mail e via Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). Cabe destacar que a escolha do envio para universidades federais e estaduais se deu pela tradição destas na formação de bibliotecários. São apresentados aqui os dados gerais da pesquisa e de algumas universidades mais detalhadamente, demonstrando a presença masculina e feminina nos cursos.

### **Panorama da presença masculina e feminina nos cursos de biblioteconomia no Brasil**

De modo geral, os cursos de Biblioteconomia das cinco regiões brasileiras apresentam-se como cursos altamente feminilizados, com presença muito superior de mulheres à dos homens. O QUADRO 1 apresenta o número total de graduados de ambos os sexos, de acordo com os dados obtidos junto aos colegiados das universidades, divididas de acordo com as cinco regiões do Brasil, bem como mostra os anos de fundação dos respectivos cursos.

Observando os dados do QUADRO 1, pode-se perceber que em todas as universidades pesquisadas, a maioria dos profissionais formados constitui-se de mulheres, uma vez que elas representaram 84,42% (10.921 de 12.935) dos formandos. Tal fator demonstra a alta feminização da profissão em todo o país.

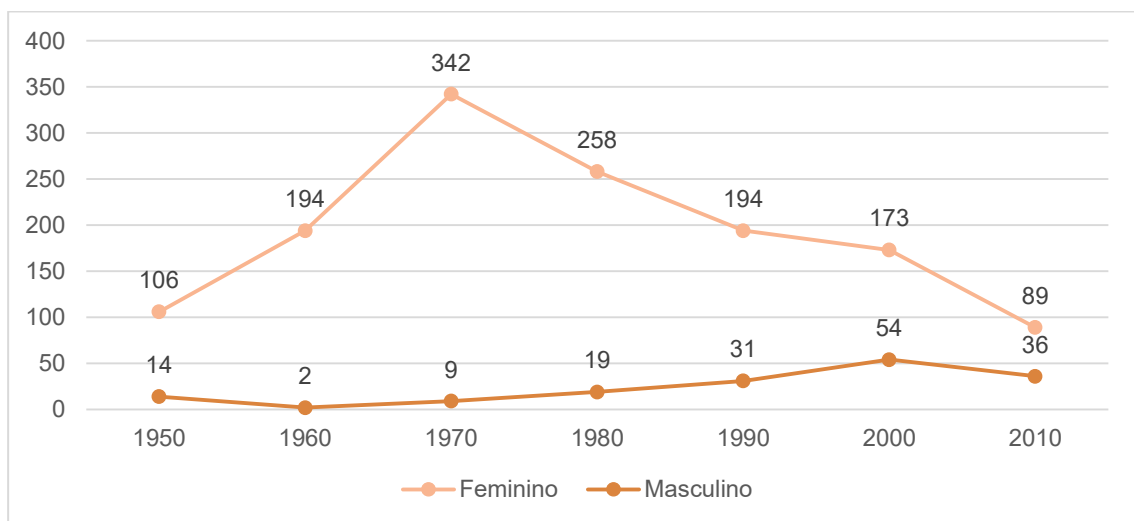
Região do país	Universidade	Ano de fundação	Número de graduados por sexo		
			Feminino	Masculino	Não identificados*
Região Sul	1 Fundação Universidade do Rio Grande	1974	589	68	-
	2 Universidade Federal do Rio Grande do Sul <sup>2</sup>	1950	1222	169	-
	3 Universidade Federal de Santa Catarina	1976	948	196	8
Região Nordeste	4 Universidade Federal de Alagoas	1995	171	44	-
	5 Universidade Federal do Maranhão <sup>3</sup>	1969	699	121	-
	6 Universidade Federal de Pernambuco	1950	1356	165	-
Região Norte	7 Universidade Federal do Amazonas	1966	810	143	-
	8 Universidade Federal de Rondônia	2009	13	1	-
Região Sudeste	9 Universidade Federal de Minas Gerais <sup>4</sup>	1950	2681	525	-
	10 Universidade de São Paulo	1967	545	173	7
Região Centro-Oeste	11 Universidade Federal de Goiás	1980	460	54	-
	12 Universidade de Brasília	1963	1427	355	-
TOTAL			10921	2014	15
<b>QUADRO 1</b>					
Graduados dos cursos de Biblioteconomia das universidades do Brasil, por sexo					
*OBS: a categoria "não identificados" refere-se aos nomes aos quais não foi possível identificar o sexo, uma vez que os colegiados enviaram a listagem de nomes, sem a identificação do sexo.					

A maior aproximação dos cursos de Biblioteconomia com outras áreas, conjugada à consolidação da profissão como empregadora, dentre outros fatores, levaram a uma maior procura dos homens pelos cursos de Biblioteconomia (Pires, 2016, p. 11). Em universidades como a Universidade de Brasília, a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal de Pernambuco, por exemplo, criadas antes da década de 1980, mais de 80% dos

homens se graduaram após a década de 80.

Ao apresentar mais detalhadamente alguns dados dessa mudança, observa-se a tendência de crescimento no número de graduados do sexo masculino a partir dos anos 80. É o caso da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), conforme o Gráfico 1.

Os dados mostram que o número de graduados homens começou expressivo no início do curso (14), principalmente ao se considerar a década de criação deste. Mas durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 o número de mulheres é muito superior ao número de homens graduados. Enquanto 794 bibliotecárias foram formadas entre 1960 e 1980, somente 30 bibliotecários se formaram no mesmo período.



**Gráfico 1**

Graduados no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco, por sexo, entre 1950 – 2013.

Entretanto, a partir da década de 1990 pode-se observar que o número de graduados do sexo masculino começou a crescer novamente, enquanto há decréscimo no número de graduadas do sexo feminino, demonstrando que a Biblioteconomia em Pernambuco pode ter-se tornado mais atrativa para os homens a partir da referida década.

O curso da Universidade de Brasília (UnB) foi criado no começo da década de 1960 e formou quase 1800 bibliotecários ao longo de mais de 50 anos de exercício. Em linhas gerais, o curso também apresenta crescimento no número de graduados do sexo masculino, tanto em números absolutos, quanto em números percentuais. O Gráfico 2 apresenta a evolução do número de graduados na Universidade desde a sua criação.

Pode-se observar que havia alta feminização no curso da UNB nos primeiros 20 anos de curso. O número de bibliotecários do sexo masculino cresceu um pouco mais de quatro vezes entre as décadas de 60 e 70, enquanto o número de mulheres aumentou mais de 1000%. Nas décadas seguintes, o número de bibliotecárias formadas na UNB caiu e só volta a subir entre as décadas de 1990 e 2000, ainda que tenha-se mantido alto e bem superior ao número de bibliotecários homens.

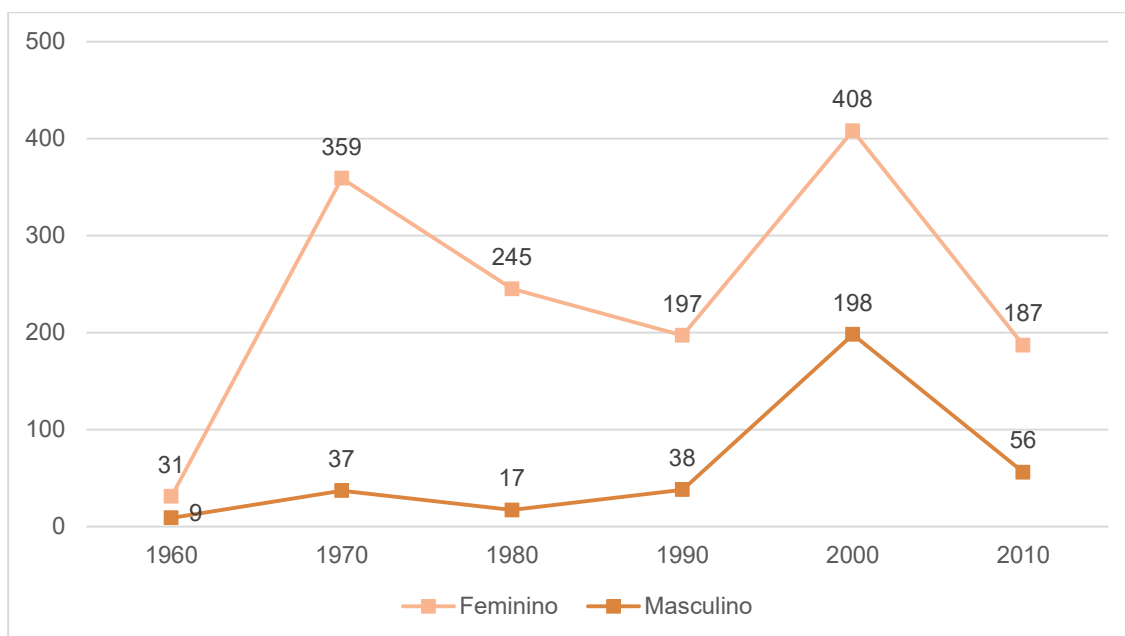


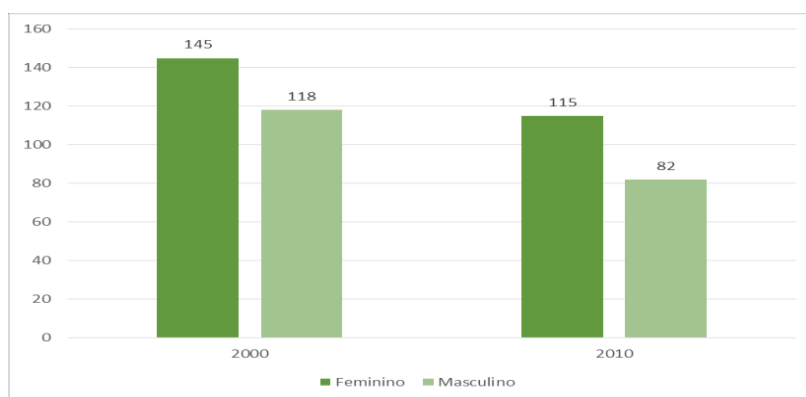
Gráfico 2

Graduados no Curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília, por sexo, entre 1966 – 2013.

Após um decréscimo nos anos 1980, o número de bibliotecários cresce exponencialmente devido à ampliação do número de vagas para o curso, alcançando o número de 198 graduados nos anos 2000. Tal aumento pode justificar-se pela aproximação maior da Biblioteconomia da UnB com a Ciência da Informação, fato que culminou com a criação, em 2003, do Departamento de Ciência da Informação e, mais tardiamente, em 2010, na Faculdade de Ciência da Informação.

Em termos percentuais, houve o aumento exponencial do número de mulheres graduadas em Biblioteconomia na UNB entre as décadas de 1970 e 1990, quando elas chegaram a representar mais de 90% dos profissionais formados na universidade. Porém, o percentual de bibliotecários do sexo masculino cresceu somente após a década de 2000, quando eles passam a representar quase 33% do número de graduados no curso.

A consolidação da profissão bibliotecária como geradora de empregos formais aliada à alta oferta de concursos públicos na área e a oferta de curso noturno pode ser considerada como um dos principais motivos que levaram mais homens a procurar os cursos de Biblioteconomia (Pena, 2007, p.112). Os dados do curso noturno da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que iniciou suas atividades no início dos anos 2000, corroboram tal aspecto, conforme o Gráfico 3, onde se observa menor feminização do curso. Apesar de o número de mulheres ainda ser superior que o número de homens no curso, pode-se observar que ele não é tão maior, se comparado ao curso diurno (onde elas representaram 77,86% dos graduados, na década de 2000). Em termos percentuais, os bibliotecários do sexo masculino representam mais de 40% dos profissionais formados no curso noturno da UFMG, maior taxa percentual do país.



**GRÁFICO 3**

Graduados no curso noturno de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, por sexo, entre 2000 – 2013

Cabe ressaltar que além da oferta de curso noturno e dos motivos supracitados, a mudança de nome da escola que abriga o curso de Escola de Biblioteconomia para Escola de Ciência da Informação, pode ter colaborado para maior aproximação dos homens ao curso noturno, que já nasce com a escola tendo o novo nome. Tal mudança foi justificada pela necessidade de adequação do curso e da escola às realidades da área de informação e consequente futuras ofertas de outros cursos que tivessem viés ligado à informação. (Barbosa *et. al*, 2000, p.82)

Região do país	Universidade	Porcentagem de graduados do sexo masculino na última década dos cursos levantados
Região Sul	1 Fundação Universidade do Rio Grande	14%
	2 Universidade Federal do Rio Grande do Sul <sup>5</sup>	19,2%
	3. Universidade Federal de Santa Catarina	17,6%
Região Nordeste	4 Universidade Federal de Alagoas	19,7%
	5 Universidade Federal do Maranhão <sup>6</sup>	10,14%
Região Norte	6 Universidade Federal do Amazonas	16,3%
	7 Universidade Federal de Rondônia	7,14%
	8 Universidade de São Paulo	33,98%
Região Centro-Oeste	9 Universidade Federal de Goiás	14,60%

**QUADRO 2**

Porcentagem de graduados do sexo masculino, nas universidades levantadas na última décadas de curso

**\*OBS:** A Universidade Federal de Rondônia iniciou as atividades do curso de Biblioteconomia no ano de 2008.

Quanto às outras universidades pesquisadas é importante ressaltar que em termos percentuais, não há um padrão quanto à diminuição da feminização e o percentual de homens no curso. O QUADRO 2 demonstra o percentual de homens que se graduaram em Biblioteconomia última décadas dos cursos levantados.

Os dados da QUADRO 2 mostram que a representação masculina nos cursos de Biblioteconomia, no geral, não representa efetiva diminuição da feminização do curso pelo país, ainda que haja aumento da participação masculina no número de graduados. Com exceção da Universidade de São Paulo (que possui um dos cursos mais tradicionais do país), os homens não representam mais de 20% dos graduados em Biblioteconomia nas últimas décadas dos cursos, o que confirma que a profissão bibliotecária é uma profissão altamente feminilizada.

Vale considerar que tais números representam uma visão geral dos dados, uma vez que há a variação quanto à década de criação dos cursos (o curso da Universidade de São Paulo foi fundado na década de 1960, enquanto o da Universidade Federal de Goiás só iniciou suas atividades em 1980, por exemplo) bem como as especificidades das trajetórias de cada curso.

### **Considerações finais**

Debruçar sobre a constituição do corpo de determinada profissão caracterizada muitas vezes como “feminina” ou “masculina” é de fundamental importância para se compreender o *status* que a mesma possui na sociedade. Historicamente, profissões com um corpo profissional feminino possuem menor “valor” que profissões cuja procura de homens é maior. É o caso da ocupação bibliotecária, tida pela sociedade em geral como feminina.

Os estudos sobre as relações de gênero se mostram importantes instrumentos para se compreender a forma que se dão “as funções” de cada gênero na sociedade. No campo de Biblioteconomia eles se mostram fundamentais, uma vez que os espaços ocupados pelos profissionais bibliotecários no mercado e na sociedade, muitas vezes são pautados pela naturalização das relações de gênero e pela divisão sexual do trabalho.

A profissão bibliotecária nasceu como uma profissão masculina. A aproximação da área com a Educação, o aumento da tecnicidade aliados à divisão sexual do trabalho, tão presente nas relações sociais e que destina espaços para homens e mulheres, acabaram por fazer com que a profissão se constituísse, ao longo do tempo, como uma profissão feminina. Em uma sociedade pautada pelas relações de gênero, a valorização e mudança de *status* de uma profissão, infelizmente, é ligada ao número de homens que esta possui em seu corpo profissional e tais mudanças podem ser ligadas diretamente à maior participação masculina nos cursos.

Os números demonstram que todas as universidades brasileiras pesquisadas se mantêm feminizadas e que o aumento no número de estudantes do sexo masculino acontece, na maioria das vezes, com proporção semelhante ao aumento de estudantes do sexo feminino. Tal constatação demonstra, na realidade, é o maior número de estudantes de

ambos os sexos se aproximando da Biblioteconomia, pelo aumento da oferta de cursos e vagas. Tal fato provoca uma ilusão de que há diminuição da feminização da área, mas em termos numéricos e percentuais, significa uma tendência bem pequena.

Pela pesquisa, observa-se um relativo aumento da procura do curso por pessoas do sexo masculino nas universidades federais de Pernambuco, de Minas Gerais e na Universidade de Brasília, quando elas mudaram de nome — do departamento ou da escola que oferece o curso — para Ciência da Informação. Corroborando esse fato a coincidência das datas das mudanças terem sido bem próximas: Pernambuco em 1990, UNB e UFMG em 2000.

A exceção é o caso do curso noturno da Universidade Federal de Minas Gerais, que em uma década e meia de funcionamento, os homens nunca chegaram a ser maioria. No entanto, no ano 2000 a Escola mudou o seu nome de Escola de Biblioteconomia para Escola de Ciência da Informação, da sua “Revista de Biblioteconomia” para “Perspectivas em Ciência da Informação” e ainda criou o curso noturno. Coincidindo, portanto, com tais mudanças, o curso noturno se apresentou como mais atrativo para estudantes do sexo masculino, pois estes representam mais de 40% do número de graduados no turno, o maior percentual dentre as universidades pesquisadas.

### Referências bibliográficas

BARBOSA, Ricardo Rodrigues et al (2000) – Novo nome e novo paradigma: da biblioteconomia à ciência da informação – *Perspectivas em Ciência da Informação* [Em Linha]. Vol. 5, Nº especial (2000), p.81–91. [Consult. 11. Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/02/pdf\\_677a66c6ed\\_0008021.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/02/pdf_677a66c6ed_0008021.pdf)>. ISSN 1981–5344

BOURDIEU, Pierre (2003) – *A dominação masculina* – 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 158p. ISBN 8528607054

CACOUAULT, Marlaine (2003) – Introdução: variações nos ofícios femininos e masculinos – In *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac. ISBN 8573592990 p. 31–36.

CASTRO, Mary (1992) – O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos – *Caderno CRH*. ISSN 1983–8239. Vol.17, s.n., (1992) p. 80–105.

FERREIRA, Maria Mary (2003) – O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero – *Transinformação* [Em linha]. Vol. 15, Nº 2 (2003). p. 189–201. [Consult. 12 jan. 2016] Disponível na internet <URL: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1486/1460>> ISSN 2318–0889

FERREIRA, Maria Mary – Profissões femininas e profissões masculinas: o que é ser bibliotecário no universo de uma profissão “feminina”? – *Encuentro Latinoamericano de Bibliotecarios, Archivistas y Museólogos*, 2, 2010, Lima: EBAM, 2010.

FONSECA, Edson Nery da (1992) – *Introdução à biblioteconomia* – São Paulo: Pioneira. 153 p.



ISBN 9788585637323

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; MENEZES, Estera Muszkat; CHAGAS, Magda Teixeira (2013) – Criação do curso de Biblioteconomia da UFSC: breve histórico. In *Curso de Biblioteconomia da UFSC: 40 anos*. Florianópolis: Casa do Escritor. ISBN 9788566620092, Pt. 2, p. 71–95.

LOBO, Elisabeth Souza (1991) – O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho. *Revista BIB*. ISSN 1516–8085. N. 31 (1991), p. 7–16.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia (1996) – A feminização e a profissionalização do Magistério e da Biblioteconomia: uma aproximação. *Perspectivas em Ciência da Informação* [Em linha]. Vol. 1, N<sup>a</sup> 2 (1996), p.225–244. [Consult. 12 jan. 2016] Disponível na internet: < URL: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/642/430>> ISSN 1981–5344

MIES, Maria (1988) – Social origins of the sexual divisions of labour. In *Women: the last colony*. London: Zed Books. ISBN 9780862324568p. 67–95.

MUELLER, Susana P. M (1984) – Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. ISSN 1981–5344. Vol. 13, N<sup>o</sup> 1 (1984), p. 7–54.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti (2003) – Trabalho e gênero: a construção da diferença. *Mulher e Trabalho* [Em linha]. Vol. 3, p. 111–117. [Consult. 14 jan. 2016] Disponível na internet: <URL: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2696/3018>> ISSN 1519–8820.

PENA, André de Souza (2007) – *A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da informação no Brasil: um estudo a partir da RAIS/MTE, 1985 a 2005*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG. Dissertação de Mestrado.

PENA, André de Souza; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; NEVES, Jorge Alexandre. O mercado de trabalho do profissional da informação: um estudo com base na RAIS comparando os anos de 1994 e 2004. – *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* [Em linha], 7, Marília. Marília: UNESP, 2006. [Consult. 20 jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.marilia.unesp.br/sistemas/enancib/viewpaper.php?id=270>>

PERROT, Michelle (2005) – *As mulheres, ou, os silêncios da história*. Bauru: EDUSC. ISBN 8574602515. 519 p.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso (2016) – *Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade: panorama nacional e os motivos da entrada masculina em um curso majoritariamente feminino*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG. Dissertação de Mestrado.

REIS, Alcenir Soares dos; XAVIER JUNIOR, Gesner Francisco ; PIRES, Hugo Avelar Cardoso (2011) – Análise histórica da graduação em Biblioteconomia da ECI/UFMG: a interrelação entre o contexto social e as dimensões de subjetividade. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação* [Em linha]. Vol. 4, N. 1. [Consult. 16 jan. 2016]. Disponível na internet < URL: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewFile/61/101>> ISSN 1983-5116

SCOTT, Joan (1995) – Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. ISSN 0100-3143. Vol. 20, Nº 2 (1995), p. 71-99.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da (2007) – *Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação.

SOUSA, Beatriz Alves de (2014) – *O gênero na Biblioteconomia: percepção de bibliotecárias/os*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado

---

<sup>1</sup> BOTASSI, Miriam. Bibliotecária (o): a profissão no feminino e o mercado. **Palavra-Chave**, São Paulo, v. 4, p. 3-4, maio 1984.

<sup>2</sup> A universidade só possui dados quanto ao número de formandos por gênero, a partir de 1973.

<sup>3</sup> A universidade só possui dados quanto ao número de formados por gênero, a partir de 1983.

<sup>4</sup> Refere-se à soma do número de formados nos cursos diurno e noturno da UFMG.

<sup>5</sup> A universidade só possui dados quanto ao número de formandos por gênero, a partir de 1973.

<sup>6</sup> A universidade só possui dados quanto ao número de formados por gênero, a partir de 1983.

## Prémio Raul Proença: balanço retrospectivo do mérito e do reconhecimento na profissão de Informação–Documentação (I–D)

---

Paulo J. S. Barata

Biblioteca Nacional de Portugal

[paulobarata2009@gmail.com](mailto:paulobarata2009@gmail.com)

Paula Ochôa

Centro de História d'Aquém e d'Além Mar (CHAM), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa; Universidade dos Açores

[poc.paula@gmail.com](mailto:poc.paula@gmail.com)

### Resumo

O Prémio Raul Proença (PRP) foi instituído, em 1998, pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), para distinguir trabalhos realizados no âmbito da Biblioteconomia, Arquivística e Ciência da Informação. Além de pioneiro, continua a ser o único prémio ou forma institucional de reconhecimento profissional existente em Portugal. Quase duas décadas volvidas, e com base na documentação existente no arquivo da BAD, analisam-se as dinâmicas da sua atribuição, desde a fase de génese e afirmação, aos regulamentos, à edição, à constituição do júri, refletindo sobre a forma como o PRP se foi adaptando, integrando e incorporando as transformações sociais e profissionais que o setor da Informação–Documentação conheceu. Aborda-se ainda o reconhecimento profissional, social e académico do mesmo, contextualizando o seu papel no seio da profissão de Informação–Documentação.

**Palavras–chave:** Prémio Raul Proença; Prémios profissionais; Reconhecimento profissional; Profissão de Informação–Documentação

## Raul Proença Award: retrospective evaluation of merit and recognition in the profession of Information–Documentation (I–D)

### Abstract

The Raul Proença Award (PRP) was established in 1998 by the Portuguese Association of Librarians, Archivists and Documentalists (BAD), to distinguish works concerning to Library, Archival and Information Science. Besides pioneer, remains the single award or institutional form of professional recognition in Portugal. Almost two decades after his creation, and based on the existing documentation in the archive of BAD, the dynamics of his attribution are analysed, since the genesis and affirmation phase, to regulations, editions, panels memberships, reflecting how PRP was adapting, integrating and incorporating the social and professionals transformations on the Information–Documentation sector. An approach is also made to the professional, social and academic recognition, contextualizing its role within the Information–Documentation profession.

**Key-words:** Raul Proença Award; Professional awards; Professional recognition; Information–Documentation profession

O Prémio Raul Proença (PRP) foi instituído, em 1998, pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), para distinguir trabalhos realizados no âmbito da Biblioteconomia, Arquivística e Ciência da Informação. Além de pioneiro, continua a ser o único prémio ou forma institucional de reconhecimento profissional existente em Portugal. Quase duas décadas volvidas sobre a data da sua criação, é tempo de se traçar um balanço do mesmo, perceber o seu impacto e avaliar se ainda continua a fazer sentido como forma de reconhecimento profissional. Usando como fonte de informação privilegiada o arquivo da BAD<sup>1</sup>, este artigo visa:

- Analisar as dinâmicas de atribuição do Prémio e o seu reconhecimento profissional, social e académico.
- Contextualizar o papel do Prémio na profissão.

### Enquadramento

O PRP tem, de acordo com o seu atual regulamento, como principais objetivos: «estimular a investigação e desenvolver o estudo das qualificações, técnicas e práticas profissionais, bem como da política, dos programas e recursos nacionais de informação e da sua inserção e interação na sociedade». Ainda que a redação da primeira proposta de regulamento referisse apenas «[...] estimular o estudo e investigação [...] nas áreas das Ciências Documentais e da Informação» (v. BAD 862), o primeiro regulamento aprovado do

PRP já tinha idêntica formulação (*ibidem*) que se manteve inalterada até ao presente. Com ele, a BAD almeja ainda que os trabalhos constituam «uma preciosa ajuda para as bibliotecas e os arquivos portugueses melhor definirem os caminhos que terão de percorrer no século XXI e para os respetivos profissionais se posicionarem como atores de primeiro plano na Sociedade de Informação» (PRP, *site* da BAD).

Sistematizando, os objetivos eram e são ambiciosos:

- estimular a investigação;
- melhorar as qualificações profissionais;
- melhorar as técnicas profissionais;
- melhorar as práticas profissionais;
- apoiar as bibliotecas e os arquivos;
- ajudar a definir políticas e recursos;
- elevar o estatuto dos profissionais.

Para a designação do prémio surgiu «natural e pacificamente» a figura de Raul Proença, «cidadão vertical e vulto da cultura portuguesa [...], destacado bibliotecário, perfilhando conceções modernas, inovador no seu tempo e cuja atividade mereceu mesmo reconhecimento internacional», como refere António Pina Falcão na nota prévia ao primeiro regulamento, publicado pela BAD, em 1998 (p. 6).

O prémio tinha um valor de 500.000\$00, depois 2500€, sendo subvencionado pelo então Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB), a partir de 2007, pela Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas, e, desde 2012, pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB).

## **Génese e afirmação de um Prémio**

A ideia de criação de um prémio foi ventilada a 29 de junho de 1997 numa reunião entre as direções da BAD e do IPLB, presidido por Teresa Gil, e oficialmente apresentado a esta última entidade a 17 de novembro desse ano (of.º BAD, ref.ª 521/CF/97). No referido ofício afirmava-se perentoriamente que o PRP visava «[...] distinguir o melhor trabalho escrito em língua portuguesa, de entre os elaborados pela comunidade portuguesa de bibliotecários, arquivistas e documentalistas, no âmbito da sua atividade de investigação na área das Ciências Documentais e da Difusão do Livro e da Leitura», sendo entendido como um «incentivo, que pensamos ser indispensável ao aumento da produção intelectual e de investigação [...]», entre nós «[...] infeliz e inexplicavelmente escassa», sublinhava-se.

A primeira proposta era de que o prémio se cifraria em 750.000\$00, havendo uma estimativa de custos de 1.661.000\$00 para todo o processo a montante da atribuição, que contemplaria: despesas de divulgação, tais como folhetos de divulgação, *mailing*, anúncios na imprensa, e remuneração do júri – o que na prática nunca se efetivou –, propondo-se que o IPLB financiasse cerca de 1.000.000\$00 e a BAD o restante (of.º BAD, ref.ª 521/CF/97, 17 nov.). A confirmação do apoio do IPBL viria através de ofício de 16 de abril de 1998 (IPLB, ref.ª 0964), ficando estabelecida uma dotação global de 750.000\$00. Porém, na prática, e pelos protocolos celebrados posteriormente, o IPLB e os organismos que lhe sucederam nas atribuições apenas viriam a financiar o montante estrito prémio, ou seja, 2500€.

Obtido o financiamento, a sessão de apresentação do PRP fez-se finalmente a 22 de setembro de 1998 no auditório da Biblioteca Nacional, com uma conferência sobre a figura tutelar do Prémio, intitulada: «Raul Proença ou o orgulho de ser bibliotecário», da autoria do historiador António Reis<sup>2</sup>, e contando e com a presença de António Pedro Proença de Mesquita, neto de Raul Proença.

A primeira referência oficial ao PRP surge no *Plano de atividades para 1998* da BAD em que, integrado no conjunto de iniciativas que visavam comemorar os 25 anos da Associação, se refere: «instituição do Prémio Raul Proença, para distinguir anualmente o melhor trabalho realizado no âmbito da Biblioteconomia, da Arquivística e da Ciência da Informação». A partir daí surge quase sempre – com uma única exceção, o *Relatório de atividade de 2003* – nos instrumentos de gestão da Associação – relatórios e planos de atividades – na maioria dos quais constituindo inclusive um item autónomo.

Os primeiros anos foram de afirmação do PRP no seio da profissão. Depois do primeiro trabalho premiado, no *Relatório de atividades de 1999* lamenta-se que «[...] apesar de a Associação ter sido contactada sobre aspetos do Regulamento, não surgiram candidatos ao prémio para 1999», razão pela qual se propunha, no *Plano de atividades para 2000*, «dinamizar o concurso ao Prémio Raul Proença lançando nova campanha promocional», o que terá surtido algum efeito, pois no *Relatório de atividades de 2000* assinala-se: «respondendo à campanha de divulgação do Prémio, foram recebidos dois trabalhos que serão analisados pelo júri de avaliação, a nomear para o efeito, conforme previsto no Regulamento do Concurso». No ano seguinte, a BAD prossegue os seus esforços no sentido de afirmar o PRP, referindo-se no *Plano de atividades para 2001*: «é pressuposto continuar a campanha de divulgação do Prémio a fim de dinamizar a participação de mais concorrentes e assim se cumprir o objetivo para que foi criado – estimular o estudo e a investigação no âmbito da Biblioteconomia, da Arquivística e da Ciência da Informação», salientando-se, no *Relatório de atividades* desse ano, que «[...] foram recebidos alguns trabalhos o que é a prova de que iniciativa continua a ter aceitação e a corresponder aos

objetivos da sua criação», salientando-se «aguardar-se com a melhor expectativa a atribuição do Prémio Raul Proença 2001».

A atribuição do prémio de 2001 a uma adaptação de uma dissertação de mestrado ultrapassando uma redação do regulamento ambígua e que suscitava dúvidas sobre se os trabalhos académicos configuravam quebra de «ineditismo» por terem provas públicas marca definitivamente uma nova etapa na vida do PRP, a partir da qual o prémio se afirma de forma consistente na profissão, mercê da abertura à candidatura ao mesmo de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento, reflexo da procura que o ensino superior registava entre os profissionais. A exclusão das dissertações académicas do conceito dúbio de «leitura pública», numa decisão não isenta de alguma controvérsia, levou depois à própria erradicação daquela expressão do regulamento do Prémio e a considerar que só não seriam inéditos os trabalhos alvo de edição comercial. O que demonstra pragmatismo por manifestamente não haver muitos profissionais a «escrever» fora da academia ou especificamente para o PRP, pelo menos trabalhos de natureza monográfica e de algum fôlego. Saliente-se, por exemplo, que, entre 1998 e 2000, o PRP foi consecutivamente publicitado nalguns dos principais jornais portugueses – normalmente três, no máximo quatro, por ano –, designadamente: *Público*, *Expresso*, *Jornal de Letras*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, havendo ainda *press releases* para estes e para: *Lusa*, *Correio da Manhã*, *24 Horas*, *Semanário*, *Visão*, e *O Independente*. O que implicava despesas avultadas e que financeiramente se chegaram a aproximar do próprio valor do Prémio, sem resultados visíveis no número de trabalhos apresentados. A divulgação do Prémio na imprensa foi-se depois reduzindo substancialmente e/ou deixou mesmo de acontecer por se ter alargado de forma natural o âmbito dos trabalhos suscetíveis de candidatura ao Prémio e por este ter ganho visibilidade entre os profissionais.

Recorde-se, a este propósito, que a formulação do ponto 3.1 do regulamento de 1998, ao referir: «os textos apresentados a concurso devem ser inéditos, considerando-se inédito o texto não editado ou submetido a leitura pública [...]», nos parece um decalque de textos de regulamentos de prémios literários. A expressão «leitura pública», equívoca e ambígua, e ali emparelhada com a «edição», parece querer colocar em antinomia texto publicado e texto dito, realidades características de algumas expressões literárias, mas distantes de realidades técnico-profissionais, como as que o PRP visa distinguir. Por extensão, a expressão instalaria a dúvida sobre se a «defesa» das dissertações de mestrado e das teses de doutoramento, por terem «provas públicas», se enquadravam no conceito de «leitura pública». Aliás, a este propósito, há um curioso *lapsus linguae*, num ofício da BAD para o IPLB, quando se afirma: «por lapso, no ofício n.º 521 desta Associação, fez-se referência, em dois momentos, ao “Prémio Literário Raul Proença” quando se pretendia

referir “Prémio Raul Proença”, conforme consta na proposta de Regulamento» (ref.<sup>a</sup> 533/CF/97, de 24 nov. 1997).

Para se perceber a importância desta abertura, registre-se que dos 12 prémios atribuídos, 11 foram-no a trabalhos académicos *lato sensu*: 7 dissertações de mestrado, 2 teses de doutoramento, 2 outros trabalhos de natureza académica. Apenas um dos trabalhos premiados foi atribuído a um trabalho enquadrável na categoria de trabalho técnico.

## A edição do Prémio

Relativamente à edição do trabalho premiado, nos termos do primeiro regulamento, era assumida perentoriamente a sua publicação: «o trabalho galardoado será publicado pela BAD [...]. A Associação publicará o trabalho nos “Cadernos BAD” com o devido destaque, ou procurará os meios necessários à elaboração de uma monografia [...]». Redação que veio a ser modalizada posteriormente para: «a BAD reserva-se o direito de edição do trabalho galardoado, diretamente ou por meio de diligências junto de editoras comerciais», e mais tarde, em 2008, alargando o tipo de parcerias, passando de «editoras comerciais» para «entidades»: «a BAD reserva-se o direito de edição do trabalho galardoado, diretamente ou através de acordo com outras entidades», descartando-se igualmente a menção à publicação nos *Cadernos BAD*, por se entender tacitamente, o que a prática veio confirmar, que o trabalho vencedor do Prémio seria sempre de natureza monográfica, entendimento que ainda se mantém.

O primeiro trabalho premiado<sup>3</sup>, em 1998, fora publicado ainda nesse ano pela editora Afrontamento e o segundo, em 2001, estava em vias de o ser pela Biblioteca Nacional, o que vem efetivamente a acontecer em 2003. Quanto ao terceiro, atribuído em 2002, afirmava-se, no *Plano de atividades para 2003*, o propósito de «publicação do Prémio Raul Proença 2002 [...]», o que, «a concretizar-se, será a primeira vez que a Associação irá editar um trabalho premiado» (v. Quadro 1). Isso virá, de facto, a materializar-se, com a edição daquele a integrar já a nova linha gráfica da Associação, que pretendia conferir coerência aos produtos editoriais e aos suportes de comunicação e de informação», e «[...] a que deverão obedecer todos os prémios a publicar futuramente» (*Plano de atividades para 2002*).

A edição do Prémio de 2002 inaugura ainda a nova coleção *Essencial BAD*, de que sairá apenas um único número, com a qual se pretendia divulgar «[...] textos com uma vocação de apoio prático ao exercício de funções de bibliotecários e arquivistas» (*Relatório de atividades de 2003*). O *Plano de atividades para 2004* já só refere que se pretende editar o PRP de 2002, não havendo qualquer referência à sua divulgação, fazendo antever que, desse ponto de vista, o Prémio estaria já «maduro» e suficientemente consolidado na profissão. Como, aliás, o demonstram os números de trabalhos candidatos: entre 1998 e



2003, ou seja, em seis edições, a média foi de 1,3 trabalhos por edição, houve dois anos (1999 e 2003) sem candidaturas, e outros dois com apenas uma candidatura. E só num ano (2001) teve quatro. Nos 11 anos seguintes, entre 2004 e 2014, a média foi de 6 trabalhos por edição, nunca mais houve um ano sem candidaturas e em dois anos registaram-se números recorde: 12, em 2009, e 15, em 2012, em boa parte resultado da revisão do regulamento efetuada em 2008 (v. Quadro 1).

O prémio de 2004 também viria a ser publicado pelo ISCTE, em 2007; o de 2006, em 2008, numa edição conjunta do CETAC-Media e da Afrontamento; o de 2008, cuja edição a BAD pretendia assumir, só não virá a ser publicado porque a autora não aceitou as recomendações do júri com vista à edição; o de 2007 será publicado em 2009 pela Colibri; e o de 2011<sup>4</sup> será publicado em 2013 pelo INA (v. também Quadro 1).

Note-se ainda que só por uma vez (2002) a BAD assumiu integralmente a edição do mesmo, nas restantes associou-se à edição através da aquisição de um número convencionado de exemplares que depois revende a associados e não-associados.

É provável que no futuro a BAD venha a ter de considerar novas modalidades de edição, como o *crowdfunding* editorial, ou a equacionar a publicação dos trabalhos premiados em formato de *e-book*, o que já foi mesmo aventado no *Plano de atividades de 2015*, ao afirmar-se: «O CDN deverá estudar e tomar opções técnicas e financeiramente sustentáveis para iniciar uma ou mais coleções de *e-books*. Esta é uma necessidade que tem vindo a fazer-se sentir de forma crescente, por exemplo, graças às atividades de tradução de documentos internacionais pelos grupos de trabalho ou pela expectativa criada nos autores na publicação das obras vencedoras do Prémio Raul Proença» (p. 28), o que é reiterado em idênticos termos no *Plano de atividades para 2016* (p. 27).

## Os regulamentos do Prémio

Ao atravessar quase duas décadas, o Prémio testemunhou e refletiu as transformações sociais e profissionais que o setor da Informação-Documentação foi conhecendo. Parte dessas transformações foram sendo refletidas nas respetivas alterações aos regulamentos.

A primeira alteração dá-se em 2008. O *Plano de atividades para 2008* afirma como objetivo: a «revisão do Regulamento do Prémio, tendo em vista a apresentação a concurso de um número mais dilatado de trabalhos». Essa revisão, que basicamente consagra a aceitação a concurso de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento, abrindo também a possibilidade de participação a candidatos de nacionalidade não portuguesa, mas residentes em Portugal há pelo menos três anos (cfr. *Relatório de atividades de 2008*,

p. 9–10), será efetivamente levada a cabo, mas desde logo se percebe ter ficado porventura aquém do desejável.

Logo no ano seguinte, no *Plano de atividades para 2009*, refere-se como objetivo: efetuar a «[...] a análise do impacto da última revisão do [regulamento do] Prémio Raul Proença (de 2008, com efeitos a partir da edição de 2009), e tomadas eventuais medidas de aperfeiçoamento e harmonização com o atual contexto nacional da investigação em Ciências da Informação e Documentação». O que é reforçado no *Relatório de atividades de 2010*, quando se mencionam as sete exclusões dos 12 trabalhos apresentados, salientando-se: «foi entendimento do júri da edição de 2009 que o regulamento do Prémio Raul Proença carece de nova atualização, sendo a elevada percentagem de trabalhos excluídos uma manifestação clara dessa necessidade. A abertura do prémio a teses de mestrado e doutoramento já defendidas, se por um lado foi a forma que pareceu possível para garantir a receção de candidaturas de trabalhos numa área em que a investigação fora do circuito das provas académicas é incipiente, por outro veio tornar praticamente incomportável a manutenção de exigência de anonimato e de ineditismo, já que a disponibilização das teses em repositórios universitários é uma prática cada vez mais comum» (p. 13). Registe-se, aliás, que os repositórios apenas amplificaram a visibilidade das dissertações e teses, pois já antes exemplares em papel destas eram depositados nas bibliotecas das respetivas instituições universitárias e, ao abrigo da figura do depósito legal, a partir de 2006, enviados para a Biblioteca Nacional um exemplar em formato papel e outro em suporte digital, ficando assim essa informação nos catálogos eletrónicos e os textos disponíveis para consulta pública, pelo que, de facto, a blindagem absoluta do ineditismo na realidade nunca existiu.

É assim que em 2013, mercê da profusão de repositórios universitários e institucionais, da obrigatoriedade de registo e da publicação/divulgação dos resultados preliminares e intercalares de trabalhos de investigação financiados por entidades públicas, bem como das múltiplas formas de escrutínio possibilitadas pela Internet, se deixa cair o anonimato e o ineditismo, alargando-se o âmbito do Prémio a trabalhos já publicados há menos de dois anos, contados a partir do dia seguinte à data-limite para a entrega da candidatura à edição do prémio em apreço, apenas excecionando os trabalhos submetidos a edições anteriores do Prémio e os trabalhos distinguidos com outros prémios ou menções honrosas. A este alargamento não terão também sido completamente alheias a insuficiência de meios e depois a crise financeira da BAD que limitavam severamente as possibilidades de uma edição própria. Registe-se, a este propósito, que durante muitos anos, atendendo quer à dimensão da profissão, quer sobretudo à exiguidade de quem dentro dela levava a cabo trabalhos de investigação, a questão do anonimato dos trabalhos concorrentes terá sido não raras vezes mera figura de retórica...

## O júri do Prémio

O júri do prémio é composto por cinco elementos: o presidente da BAD, que preside, um representante da DGLAB, o vogal editorial da BAD, que secretaria, e dois «[...] profissionais BAD de reconhecido prestígio, nomeados pelo Conselho Técnico da BAD». Na prática, porém, o vogal editorial assume-se como um membro igual aos demais, não se extinguindo na função de secretariado. Deixando de fora os membros por inerência, e o elemento indicado pela DGLAB e pelos seus antecessores, que muitas vezes têm de bisar, constata-se que de entre os membros nomeados pelo Conselho Técnico da BAD há vários elementos que integram o júri por mais do que uma vez, havendo casos de três e mesmo de quatro vezes. Excetuando os anos em que não se registaram candidaturas, e existindo 30 lugares disponíveis para estes dois elementos, apenas 15 elementos diferentes o ocuparam (v. Quadro 1). Uma nota também para o facto de três elementos vencedores do Prémio, num total de seis presenças, terem sido depois cooptados para o júri, o que pode constituir também um impacto positivo do Prémio (v. ainda Quadro 1). Impressivamente, e carecendo de maior aprofundamento, parece ainda existir na designação destes dois elementos alguma tendência para combinar ou alternar perfis profissionais mais académicos com perfis profissionais mais práticos, garantindo distintas perspetivas de análise.

Refere o regulamento que [...] as decisões do júri são tomadas por maioria dos seus membros presentes e das suas deliberações não cabe qualquer tipo de reclamação ou recurso», mas, por uma vez (2001), o júri, recorrendo ao Conselho Diretivo Nacional, segunda instância de decisão para dúvidas ou omissões, alterou a sua decisão. O mesmo regulamento refere que o prémio é «único e indivisível», não havendo prémios *ex-aequo*. Não obstante, e apesar de não estar expressamente previsto no regulamento, o júri, por duas vezes (2004 e 2012), decidiu atribuir uma menção honrosa. Ambas as situações demonstram plasticidade e capacidade de adaptação a novas situações, em que, respeitando o espírito do regulamento, o júri não fica prisioneiro da letra da regra expressa ou da sua omissão.

No que se refere a prazos, quer de atribuição, quer de entrega, poucas vezes os mesmos foram respeitados, o que tem razões diversas: a protelação da confirmação da verba ou da celebração de protocolo por parte da instituição patrocinadora, o carácter voluntário e supletivo da participação dos membros do júri, a compatibilização de agendas dos cinco elementos que o constituem, e que por vezes têm proveniências geográficas distintas, e mesmo, nalguns casos, o número de trabalhos para avaliar, entre outras situações pontuais e imprevisíveis. Por essa razão, o único prazo que o atual regulamento estabelece é o de indicação do vencedor do prémio: até ao final do ano subsequente ao ano de candidatura.

Além da capacidade de adaptação às novas dinâmicas sociais e profissionais do júri do Prémio, traduzida também nas várias alterações do regulamento, a BAD revela ainda capacidade de autoquestionamento quando, no *Plano de atividades para 2014*, se refere: «O CDN promoverá uma reflexão que se quer aberta e aprofundada sobre o Prémio Raul Proença, integrando-a numa avaliação mais ampla sobre a sua política de atribuição de prémios e galardões. A necessidade de dar cada vez mais visibilidade aos serviços e aos profissionais, a experiência acumulada ao longo dos anos com o Prémio Raul Proença, e a prática de outras associações estrangeiras de profissionais de informação, e mesmo a de associações portuguesas afins, deverão inspirar um debate sobre a consideração de alargar substancialmente o número de prémios e galardões atribuídos anualmente pela BAD. Incluída nesta transformação está também a forma como os prémios são entregues sendo necessário desenvolver todos os esforços para atingir a máxima visibilidade pública e mediática possível» (p. 22). O que efetivamente acaba por não acontecer, numa Associação demasiado preocupada com a sua sobrevivência e assoberbada pela necessidade de geração de receitas e pelo controlo de despesas. A este respeito, e ainda que mantendo esse desejo, no *Plano de atividades para 2015*, formula-se, já pela negativa, essa reflexão adiada: «Em 2015 não deverá ser ainda aquele em que será feita a necessária ampla avaliação sobre a política de atribuição de prémios e galardões da BAD, integrando-a num mais amplo conjunto de atividades de *advocacy*. Regista-se aqui que a questão permanece em agenda e deverá ser abordada no terceiro ano do mandato» (p. 26), o que não vem a acontecer e é mesmo deixada cair no plano de atividades de 2016.

Independentemente da reflexão sobre o PRP, não parece considerar-se institucionalmente o esgotamento do modelo, mas sim a sua complementaridade com outras formas de reconhecimento do mérito, já que se afirma convictamente, no *Plano de atividades para 2016*, a centralidade do PRP como primeiro eixo do reconhecimento político-social: «o reconhecimento dos profissionais pelos seus pares [e] neste âmbito o Prémio Raúl Proença continua a ser um instrumento essencial» (p. 3).

## Balanço de um percurso

O Prémio Raul Proença instituído, em 1998, pela BAD, para distinguir trabalhos realizados no âmbito da Biblioteconomia, Arquivística e Ciência da Informação, além de pioneiro, continua a ser o único prémio ou forma institucional de reconhecimento profissional existente em Portugal.

Para além de estimular a investigação, melhorar as qualificações, as técnicas e as práticas profissionais, e apoiar as bibliotecas e os arquivos, o Prémio assume objetivos ainda mais ambiciosos: ajudar a definir políticas e recursos, e elevar o estatuto dos profissionais.

Apesar de alguma dificuldade de afirmação inicial, essencialmente por não existir fora da academia produção intelectual de relevo, pelo menos de trabalhos de natureza monográfica e de algum fôlego, ao alargar o âmbito dos trabalhos candidatos às dissertações de mestrado e às teses de doutoramento, o Prémio afirma-se e consolida-se definitivamente entre a comunidade profissional.

Parece ter existido na origem a ideia de que a dinâmica se iria dar da profissão para o Prémio. A prática veio a demonstrar, porém, que a dinâmica se gerou da academia para o Prémio. E este beneficiou claramente do ambiente socioprofissional, das duas últimas décadas, de procura de qualificação académica – pelas vantagens que daí advinham na progressão nas carreiras, pelo desejo de qualificação/reconhecimento/saber, ou para cumprir requisitos académicos originados pela expansão da formação universitária na área I-D – que levou os profissionais às instituições de ensino superior para realizar mestrados e doutoramentos, promovendo depois o reconhecimento mais alargado de dissertações e teses através da candidatura ao Prémio.

Os trabalhos vencedores adquiriam, assim, por via do Prémio, uma espécie de duplo ou até de triplo reconhecimento. Ao reconhecimento académico somava-se o reconhecimento interpares e até mesmo, por via da publicação dos trabalhos por instituições, editoras comerciais ou parcerias, o reconhecimento público.

A «academização» do Prémio está bem patente nos números: dos 12 prémios atribuídos, 11 foram-no a trabalhos académicos *lato sensu*: 7 a dissertações de mestrado, 2 a teses de doutoramento, 2 a outros trabalhos de natureza académica/produzidos por académicos. Apenas um dos trabalhos premiados foi atribuído a um trabalho enquadrável na categoria de trabalho técnico.

Desses 12 trabalhos premiados, 7 conheceram edição institucional, comercial ou mista. Só por uma vez a BAD assume a expensas próprias a edição do Prémio, nas restantes apenas se associa à mesma através da aquisição de um número convencionado de exemplares. É provável que futuramente a BAD venha a ter de avançar, quer por iniciativa própria, quer em associação com editoras, para novas modalidades de edição, como o *crowdfunding* editorial, por exemplo junto dos sócios ou de outros potenciais interessados que assegurem à partida o financiamento total ou parcial da edição. Ou então, e pelo menos, a considerar o formato de *e-book*, quer para continuar a conferir a importância que o Prémio deve continuar a ter, quer para satisfazer a expectativa criada aos autores das obras vencedoras.

Ao atravessar quase duas décadas, o Prémio testemunha e reflete as transformações sociais e profissionais que o setor da Informação-Documentação conheceu, revelando, através das diversas alterações dos regulamentos, capacidade de adaptação e de

incorporação dessas dinâmicas. E a BAD, enquanto entidade organizadora e dinamizadora do mesmo, revela ainda uma salutar preocupação de autoquestionamento quando percebe a necessidade de uma reflexão sobre o mesmo, integrando-a numa avaliação mais ampla sobre a política de atribuição de prémios e galardões profissionais, aventando a possibilidade de os alargar aos serviços e aos profissionais.

Por último, enfatize-se que independentemente da reflexão sobre a política de prémios e distinções profissionais, a BAD continua a assumir a centralidade do PRP como primeiro eixo do reconhecimento político-social, não parecendo ter-se institucionalmente considerado o esgotamento do modelo, mas sim a sua complementaridade com outras formas de reconhecimento do mérito.

Ano	N.º de trabalhos concorrentes	PRÉMIO				JÚRI				
		Autor premiado	Trabalho premiado	Tipologia do trabalho premiado	Edição do trabalho premiado	Presidente da BAD	Representante de IPLB, DGLB, DGLAB	Vogal editorial	Profissional BAD de reconhecido mérito 1	Profissional BAD de reconhecido mérito 2
1998	1	Fernanda Ribeiro; Armando Malheiro da Silva; Júlio Sousa Ramos; Manuel Real	<i>Arquivística: teoria e prática de uma ciência de informação</i>	Trabalho académico	Afrontamento	António José de Pina Falcão	Dado não apurado	Dado não apurado	Dado não apurado	Dado não apurado
1999	0		Não houve candidaturas							
2000	2		Não foi atribuído por decisão do júri			Maria Ernestina Castro	Fernanda Eunice Figueiredo	Clara Pavão Pereira	A. E. Maia do Amaral	Inês Cordeiro
2001	4	Paulo J. S. Barata	<i>As bibliotecas no Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: alteração de paradigma e mudanças de públicos</i>	Trabalho académico (dissertação de mestrado)	Biblioteca Nacional	Silvestre Lacerda	Fernanda Eunice Figueiredo	Cecília Henriques	Fernanda M. G. de Campos	Maria Natércia Coimbra
2002	1	Paula Ochôa; Leonor Gaspar Pinto	<i>Aprender a inovar: guia para competência ou desenvolvimento gestão para profissionais de informação e documentação</i>	Trabalho técnico	BAD	António José de Pina Falcão	Margarida Oleiro	Cecília Henriques	Fernanda M. G. de Campos	Maria Natércia Coimbra
2003	0		Não houve candidaturas							
2004	5	Helena Patrício	<i>Análise comparativa do modelo relacional e do formalismo RDF à modelação de dados legislativos</i>	Trabalho académico (dissertação de mestrado)	ISCTE	António José de Pina Falcão	Margarida Oleiro	Isabel Andrade	Fernanda Ribeiro	Manuel Real
2005	1		Não foi atribuído por decisão do júri			António José de Pina Falcão	Vera Oliveira	Isabel Andrade	Maria Madalena Garcia	Silvestre Lacerda
2006	3	Fernanda Ribeiro	<i>Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferro (1887-1965)</i>	Trabalho académico	CETAC-Media; Afrontamento	António José de Pina Falcão	Filipe Ferreira	Isabel Andrade	Fernanda Maria Guedes de Campos	Maria Madalena Garcia
2007	5	Maria Joaquina Esteves Feijão	<i>O acesso à documentação cartográfica: a situação em Portugal</i>	Trabalho académico (dissertação de mestrado)		António José de Pina Falcão	Célia Maria Martins Mexia Heitor	João Carlos de Oliveira	Fernanda Maria Guedes de Campos	Silvestre Lacerda
2008	5	Rafael António	<i>Desafios profissionais da gestão documental</i>	Trabalho académico (dissertação de mestrado)	Colibri	António José de Pina Falcão	Margarida Oleiro	João Carlos de Oliveira	Fernanda Ribeiro	Cecília Henriques
2009	12	Ana Lúcia Silva Terra	<i>Políticas, mediadores e utilizadores de informação europeia: abordagem diacrónica e comparativa</i>	Trabalho académico (tese de doutoramento)	-	António José de Pina Falcão	Célia Maria Martins Mexia Heitor	João Carlos de Oliveira	José António Calixto	Alexandra Lourenço
2010	1		Não foi atribuído por decisão do júri			Maria Paula Santos	Margarida Oleiro	Henrique Barreto Nunes	José António Calixto	Fernanda Maria Guedes de Campos
2011	5	Sérgio Manuel Pratas	<i>O acesso aos registos e arquivos administrativos na era da Internet</i>	Trabalho académico (dissertação de mestrado)	INA	Maria Paula Santos	José António Calixto	Henrique Barreto Nunes	Cecília Henriques	Paulo J. S. Barata
2012	15	Maria Silvério Morais	<i>As bibliotecas itinerantes como veículo de aproximação às comunidades de meio rural. O caso da Biblioteca Andarilha de Beja – extensão móvel da Biblioteca Municipal de Beja</i>	Trabalho académico (dissertação de mestrado)	-	Maria Paula Santos	Alexandra Lourenço	Henrique Barreto Nunes	José António Calixto	Paulo J. S. Barata
2013	6	Tatiana Luena Baptista e Sanches	<i>O contributo da literacia de informação para a pedagogia universitária : um desafio para as bibliotecas académicas</i>	Trabalho académico (tese de doutoramento)	-	Alexandra Lourenço	Pedro Penteado	José António Calixto	Paulo Leitão	Paulo J. S. Barata
2014	8	Sílvia Isabel Pinto Cardoso	<i>Óculos, coque e shhh! Um olhar sobre a auto-imagem e o estereótipo do bibliotecário em Portugal</i>	Trabalho académico (dissertação de mestrado)	-	Alexandra Lourenço	Rosa Midões Domingues	José António Calixto	Carlos Guardado da Silva	Carlos Alberto Lopes

Quadro 1 – Prémio Raul Proença 1998–2014

## Fontes

### Arquivo da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD)

BAD 862, Prémio Raul Proença 1998–2007

BAD, ofício ref.<sup>a</sup> 521/CF/97, 17 nov. 1997.

BAD, ofício ref.<sup>a</sup> 533/CF/97, 24 nov. 1997.

IPBL, ofício ref.<sup>a</sup> 0964, 16 abr. 1998.

Regulamentos do Prémio Raul Proença.

BAD

*Planos de atividades para 1998, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2008, 2009, 2014, 2015, 2016.* Os de 2008, 2009, 2014 e 2015 estão disponíveis em:

<http://www.apbad.pt/quemsomos.htm>. Consult.: 24 set. 2016.

Prémio Raul Proença. *In* Site da BAD. Disponível:

[http://www.apbad.pt/Edicoes/Edicoes\\_Premio.htm](http://www.apbad.pt/Edicoes/Edicoes_Premio.htm). Consult.: 24 set. 2016.

*Prémio Raul Proença: regulamento.* Lisboa: BAD, 1998.

*Regulamento do Prémio Raul Proença,* 2013. Disponível em:

[http://apbad.pt/Downloads/Edicoes/PRP\\_Regulamento\\_v2013.pdf](http://apbad.pt/Downloads/Edicoes/PRP_Regulamento_v2013.pdf). Consult.: 24 set. 2016.

*Relatórios de atividades de 1999, 2000, 2001, 2003, 2008, 2010.* O de 2008 está disponível em: <http://www.apbad.pt/quemsomos.htm>. Consult.: 24 set. 2016.

---

<sup>1</sup> Como complemento a esta abordagem eminentemente retrospectiva, os autores têm já em preparação uma segunda, essencialmente prospetiva. Os autores gostariam ainda de agradecer à direção da BAD o acesso à documentação sobre o PRP existente no seu arquivo, ao coordenador do respetivo secretariado, José Correia, e à Dina Laureano, a prontidão e diligência com que responderam aos nossos pedidos. Uma palavra de agradecimento é igualmente devida ao Dr. António Pina Falcão e à Prof.<sup>a</sup> Doutora Fernanda Ribeiro que amavelmente acederam a responder-nos a uma questão concreta. Mais se refere que a pesquisa ao arquivo da BAD se circunscreveu apenas ao dossier BAD 862, Prémio Raul Proença 1998–2007, e aos instrumentos de gestão da BAD – planos e relatórios de atividades – entre 1999 e 2016. Uma abordagem mais exaustiva carece da análise de outra documentação existente no arquivo da BAD, designadamente das atas do Conselho Diretivo Nacional, bem como do arquivo do IPLB, DGLB e DGLAB, que se recomenda a quem estiver interessado em aprofundar este tema.

<sup>2</sup> A este propósito ver: «António Reis: «O magistério da ética». *In* BAD – *Prémio Raul Proença: regulamento.* Lisboa: BAD, 1998, p. 11–13. Publ. também em: *Público. Magazine* (19 maio 1996), p. 25

<sup>3</sup> Sobre os trabalhos premiados, v. Quadro 1.

<sup>4</sup> *O acesso aos registos e arquivos administrativos na era da Internet*, publicado com o título *Transparência do Estado, administração aberta e Internet.*



## Seguir o fio de Ariadne: reconstituição de sistemas de informação pretéritos: O caso da Santa Casa da Misericórdia de Sines

---

Sandra Patrício

Câmara Municipal de Sines

[sandrapatricio2@sapo.pt](mailto:sandrapatricio2@sapo.pt)

### Resumo

O conhecimento da história das instituições e da sua interação com o meio social em que se inseriram e actuaram depende muito da existência do seu arquivo. No entanto, quando as instituições não conservaram os seus sistemas de informação, por vicissitudes várias, as possibilidades de reconstituir a sua história ficam muito limitadas. Este trabalho tem como objectivo apresentar a tentativa da reconstituição de um sistema de arquivo pretérito a partir dos documentos sobreviventes conservados pelo produtor e por outras instituições que mantiveram com ele relações hierárquicas, temporais e associativas. Seleccionou-se a Santa Casa da Misericórdia de Sines, alvo de um estudo sistemático publicado este ano (Patrício, 2016).

**Palavras-chave:** sistema de informação, Santa Casa da Misericórdia de Sines, Arquivo Municipal de Sines, documento de arquivo.

### Following Ariadne's thread: reconstitution of past archives: the case of Santa Casa da Misericórdia de Sines

#### Abstract

The knowledge about institutional history and its relations with societies and groups in which they developed depends on the existence of archival records. Nevertheless, when the information systems are not conserved by their producers, the means available to write their history are scarce. This work presents an attempt to reconstruct a missing archive, that once was produced by Santa Casa da Misericórdia de Sines. The sources to write the history of such an institution rely on the archives of related and contemporary institutions.

**Key-words:** information system, Santa Casa da Misericórdia de Sines, Arquivo Municipal de Sines, archival record.

## Introdução

A Santa Casa da Misericórdia de Sines foi fundada ainda na primeira metade do século XVI, o que a torna uma das mais antigas do país, embora não seja possível datar com total rigor a sua fundação. A Misericórdia de Sines parece ter sido uma instituição que aderiu às mudanças tardiamente. A grande e significativa excepção foi a aplicação das suas receitas para fins quase exclusivamente assistenciais, a partir do século XIX, um sinal de modernidade.

O arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Sines, depositado no Arquivo Municipal de Sines, resume-se a uma caixa. A documentação produzida pela Santa Casa da Misericórdia de Sines e hoje conhecida é muito reduzida. A documentação relativa ao século XIX e até 1974 é custodiada pela Câmara Municipal de Sines. A instituição mantém um arquivo corrente desde os anos 80 do século XX e livros de actas do século XX. Este texto refere-se ao sistema de arquivo que foi produzido na Época Moderna, hoje desaparecido.

Tendo em conta estas dificuldades, recorreu-se ao conceito de cripto-história da arte de Enrico Castelnuovo e Carlo Ginzburg, e, em Portugal, de Vítor Serrão. A história administrativa e custodial de vários produtores e custodiantes de documentos de arquivo exige uma postura fragmentária, em que é a partir do estudo do fragmento que se desenha a exactidão da obra e dos seus contornos, já que é ele que lhe confere a sua fisionomia absoluta, a sua verdade (Serrão, 2001: 14).

Também a investigação dos sistemas de informação é muitas vezes uma cripto-arquivística: dos documentos produzidos mas que desapareceram; dos documentos que deviam ter sido produzidos mas que não o foram; dos documentos destruídos conscientemente ou por várias sucessões de acasos. Uma cripto-arquivística podia compreender a história custodial dos produtores e custodiantes de documentos de arquivo e os condicionalismos que explicam o seu estado presente. As relações de poder entre os responsáveis pelo ambiente regulador, os produtores, custodiantes e utilizadores, podem ser determinantes. No caso dos arquivos, as ditaduras são especialmente pródigas em ocultar ou destruir documentos de arquivo.

## Em busca de um arquivo perdido

Desconhecem-se as circunstâncias da incorporação do arquivo da Misericórdia no Arquivo Municipal de Sines. A sua história só pôde ser reconstituída através da consulta a vários arquivos: Arquivo Municipal de Sines (fundos da Câmara Municipal de Sines, Junta de

Freguesia de Sines, Administração do Concelho de Sines), Arquivo Municipal de Santiago do Cacém (fundo da Câmara Municipal e da Administração do Concelho), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (fundos do Desembargo do Paço, Registo Geral das Mercês, Governo Civil de Lisboa), Arquivo Distrital de Setúbal (fundo do Cartório Notarial de Sines e o fundo da paróquia de Sines, nomeadamente o registo de óbitos).

Assim, para estudar esta Misericórdia sem arquivo, foi necessário, após uma revisão da literatura existente sobre outras misericórdias, procurar responder a várias questões: qual o conteúdo do arquivo original a partir dos documentos sobreviventes e como evoluiu a história administrativa da instituição.

O Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Sines no Arquivo Municipal contém as actas da Assembleia Geral da Associação de Beneficência da Misericórdia de Sines (1914–1941), Actas da Direcção da Associação de Beneficência da Misericórdia de Sines (1928–1947), Tombo dos Bens de Raiz (1871–1876), Relação dos Foros e juros que recebe a Santa Casa da Misericórdia de Sines (cc.1871), Relação das Propriedades Foreiras à Santa Casa da Misericórdia de Sines (cc 1876), Registo de assentos de óbitos do Hospital de Sines (1911–1966).

Foi possível ainda identificar a seguinte documentação, hoje desaparecida:

- «Livro dos aforamentos desta Sancta Caza»<sup>1</sup> referido numa escritura de aforamento. Nele se registavam os autos de arrematação da propriedade da Misericórdia. A instituição colocava os seus bens em hasta pública e aforava-os ao maior lanço. O mesmo procedimento era seguido pela Câmara Municipal de Sines (Patrício, 2014) e a ambos os actos assistia o porteiro do juízo, que fazia os pregões. No livro dos aforamentos registava-se o auto de arrematação a que se seguia o contrato de aforamento. O escrivão da Misericórdia trasladava o documento para ser apresentado no escritório do tabelião, quando se registava o contrato de aforamento. As condições registadas no livro de aforamentos eram as mesmas consignadas na escritura pública. É a apresentação do traslado do auto de arrematação perante o tabelião, que se deslocava à casa do capítulo da Misericórdia, que nos permite conhecer o procedimento.
- Livros de receita e despesa, livros de acórdãos, livros de registo da propriedade, ou das esmolas. A sua existência era exigida pelo Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa de 1618 (Capítulo IX), seguido pela Santa Casa da Misericórdia de Sines (Patrício, 2016: 418).
- Registo de enterramentos na Igreja da Misericórdia. Não é mencionado em qualquer fonte, mas é possível a sua produção.
- Registo dos doentes do Hospital. Não é mencionado em qualquer fonte, mas é possível a sua produção.
- Rol da Misericórdia. Referido num registo de óbito<sup>2</sup>

A informação do sistema existente é dificilmente recuperada a partir do recurso a outros arquivos. O que pode ser recuperado é alguma informação que o produtor tinha de prestar a outras instituições com as quais mantivesse relações hierárquicas (por exemplo, o Desembargo do Paço), associativas (por exemplo, outras confrarias) ou temporais (Câmara Municipal de Sines). Foi possível conhecer os serviços prestados pela Misericórdia de Sines na Época Moderna, nomeadamente o rol da Misericórdia, a assistência aos militares e aos presos pobres. Foi também possível caracterizar a propriedade da irmandade, assim como os conflitos entre irmãos e entre outras autoridades.

Em relação ao sistema de informação, apenas é possível vislumbrar algumas características partilhadas com outros arquivos pretéritos, como o da Câmara Municipal de Sines na Época Moderna. São exemplos a utilização do livro de registo para a inscrição de actos ou factos como as receitas obtidas e as despesas feitas, assim como as deliberações dos órgãos colegiais e o registo dos aforamentos.

## Conclusões

A Santa Casa da Misericórdia de Sines partilha vários elementos na sua história administrativa e custodial da Época Moderna com outros produtores de informação contemporâneos: a utilização do registo para a gestão quotidiana e a preservação da memória; fragmentação do sistema causada pelas vicissitudes da história local, nacional e do próprio acaso.

A perda da informação no produtor é parcialmente compensada pelo recurso a sistemas de informação coevos que mantiveram relações associativas, hierárquicas ou temporais, com o mesmo, bem como o recurso ao conhecimento produzido sobre instituições congéneres. No entanto, o fio de Ariadne rompe-se demasiadas vezes, e várias áreas de actividade dos produtores de sistemas de informação pretéritos continuam por conhecer, assim como o próprio sistema em si.

## Referências

GUINZBURG, Carlo; PONI, C. (1991) – O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. Tradução de António Nasino. In GUINZBURG, Carlo; PONI, C. –*Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL. ISBN 972-29-0256-3.224 p. 169-202.

PATRÍCIO, Sandra (2014) – A produção documental da Câmara Municipal de Sines na primeira metade do século XVII. Comunicação apresentada no *Encontro Internacional de Arquivos, Évora, 2 e 3 de Outubro*.

PATRÍCIO, Sandra (2016) – *Santa Casa da Misericórdia de Sines: 500 anos da história de uma instituição*. Sines: Santa Casa da Misericórdia de Sines, 2016. ISBN 978-989-99540-0-7.

RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos (2003) – O Sistema de Informação Arquivística da Universidade do Porto: potenciar o uso da memória informacional retro-prospectivamente. *Páginas A&B*. Lisboa: ISSN 0873-5670. Vol. 11 ( 2003) 79-99.

SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antónia (2008) – *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-8074-54-6.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1998) – *A Misericórdia de Lisboa: quinhentos anos de história*. Lisboa: Livros Horizonte e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. ISBN 972-24-1026-1.

SERRÃO, Vítor (2001) – *A Cripto-História de Arte: análise de obras de arte inexistentes*. Lisboa: Livros Horizonte. ISBN 972-24-1135-7.

---

## Notas

<sup>1</sup> Arquivo Distrital de Setúbal. Livro de notas de Amaro Rodrigues Delgado. Cartório Notarial de Sines, livro 3, 1722-1729. Escritura de aforamento, fl. 141-143v, 24 de Maio de 1726.

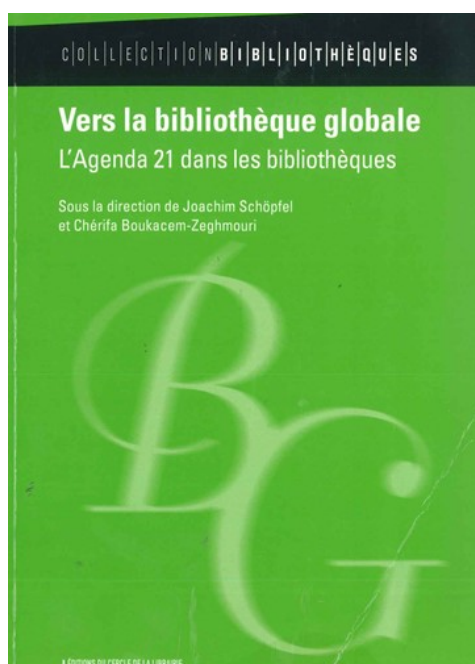
<sup>2</sup> Arquivo Distrital de Setúbal. Paróquia de Sines, livro de óbitos nº1, terceiro caderno, fl. 65, 3 de Setembro de 1668.

---

## Vers la bibliothèque globale : L'Agenda 21 dans les bibliothèques

dir. Joachim Schopfel e Chérifa Boukacem-Zeghmouri

---



A obra *Vers la bibliothèque globale: L'Agenda 21 dans les bibliothèques* da «Collection Bibliothèques» sob a direção de Joachim Schopfel e Chérifa Boukacem-Zeghmouri pretende trazer para debate a reflexão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e qual a sua interação com as bibliotecas e com os profissionais da informação.

O conceito de desenvolvimento sustentável é introduzido globalmente em 1987, aquando da publicação do relatório da World Commission on Environment and Development das Nações Unidas – *Our common future*.

O relatório criticava a ação dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, no esgotar de recursos naturais, na destruição de ecossistemas, no desconhecimento e falta de informação sobre processos em escalada e que culminariam na deficitária relação entre o Homem e o Planeta.

Em 1992 a Agenda 21 é adotada pelos governos que presidiram à Cimeira da Terra no Rio de Janeiro. O plano de ação consiste na aplicação de medidas e estratégias que promovam o desenvolvimento sustentável nas políticas públicas.

A ação concertada de estados, regiões, municípios e todos os atores da sociedade civil deverá no seguimento desta agenda que prevê a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento global equilibrado, promover a consciencialização da população e a consequente mudança de comportamentos em prol da sustentabilidade.

Como encontramos os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade ambiental diretamente implicados nas missões e nas estratégias definidas pelas nossas bibliotecas atualmente?

A importância da leitura desta obra reside precisamente na apreensão deste conhecimento por parte dos profissionais da informação.

Joachim Schopfel docente de Ciências da Informação na Universidade Charles de Gaulle em Lille (França) sublinha a importância de “*pensar global e agir local*”: esta é a “receita” para a “*biblioteca global*”. O objetivo visa a aplicação da Agenda 21 às bibliotecas e serviços de documentação. Os organismos públicos detêm um dever de exemplaridade e a introdução do conceito de *Cultura* como o quarto pilar para a sustentabilidade, reforça este propósito.

A Agenda 21 para a Cultura pretende demonstrar que o acesso à informação é parte integrante deste percurso, onde as bibliotecas devem assumir um papel preponderante como pontes para o conhecimento e para a criação de uma sociedade informada e sustentável.

Caraco (2008) afirma que o desenvolvimento sustentável é uma questão cultural e que as bibliotecas podem ajudar a população a entrar nesta envolvência de “sociedade sustentável”, da mesma forma que o auxiliaram na passagem para a “sociedade da informação”.

Na sua gestão diária as bibliotecas consomem energia e água, produzem resíduos, promovem escolhas aquando das aquisições e incentivam as deslocações de público ao equipamento.

Através da aplicação do quadro de referência da Agenda 21 é possível distinguir quatro linhas de ação:

- **Sensibilização** – sensibilizar a equipa da biblioteca para uma atuação sustentável; sensibilizar utilizadores e a tutela para a importância da mudança de comportamentos. Em casos de gestão municipal, muitas autarquias pretendem abraçar um plano de ação em conformidade com a Agenda 21 Local. Basta introduzir as bibliotecas neste plano de ação.
- **Avaliação** – Qual é o impacto ecológico da minha biblioteca? Qualquer organismo, empresa ou indivíduo, possui uma pegada ecológica. A avaliação e a monitorização de valores em sustentabilidade contribui para o seu reconhecimento e posterior diminuição.
- **Ação** – Repensar estratégias para a gestão em biblioteca. Adequar a Agenda 21 a ações concretas, como a redução do consumo energético ou a correta separação de resíduos.

- **Educação** – Repensar o papel tradicional da biblioteca e da sua missão. Enquadrar a biblioteca no caminho para o desenvolvimento sustentável e contribuir para o “*impacto societal*” da biblioteca, através de uma democracia local participativa.

Neste seguimento do papel das bibliotecas para a sustentabilidade, esta obra engloba a participação de vários profissionais, docentes e pensadores das ciências da informação em França na atualidade.

Pensar a participação ativa das bibliotecas como promotoras do desenvolvimento sustentável em toda a sua performance social/societal, ecológica, económica e comercial, obriga à elaboração de um novo quadro de ação e a uma mudança de paradigma.

Julien Roche aponta no capítulo segundo – “*Performance sociale et bibliothèques*” – a responsabilidade social das empresas (RSE) e a gestão responsável de recursos humanos (GRH) assente: no diálogo social, na promoção da diversidade, na proteção e formação de equipas como pilares essenciais desta performance social.

Prevalece na obra a relação bidirecional entre justiça social e sustentabilidade ambiental. De facto, a urgência na transparência e responsabilidade social das organizações do século XXI assumia já uma atenção particular na definição presente no *Livro Verde* – Comissão Europeia (2001), onde a justiça social e o dever da sustentabilidade ambiental caminham lado a lado.

Para Vidal e Torres (2005) são três, os setores repercutidos nas mudanças sociais do século XXI: o setor privado, a administração pública e a sociedade civil. Um novo modelo social emerge da relação entre eles: “*a sociedade relacional*” fazendo com que cada agente social se torne responsável pelas suas relações com o ambiente e com a sociedade.

Jean-Pierre Vosgin no capítulo terceiro « *La performance sociétale des bibliothèques. Missions sociales et relations avec la société* » reporta às interações da biblioteca com a sociedade (p. 59):

« *Para as bibliotecas lugares de aprendizagem de cidadania, a procura de participação numa perspectiva intergeracional e mistura social é um importante elemento para a formação da ecocidadania e da procura da coesão social e da solidariedade, no acesso de todos aos bens essenciais. Estes são os elementos fundamentais deste aspeto societal e do desenvolvimento sustentável com base numa melhor governança.*” (trad. do francês)

Joachim Schopfel e Alain Caraco ao definirem a performance ecológica da biblioteca defendem a criação de uma estratégia coerente em prol da sustentabilidade ambiental (capítulo quarto). Emerge o conceito de *biblioteca verde* na sequência de “*petits gestes et imagination*” (p. 67).

Criar estratégias de mobilidade sustentável para a biblioteca; apostar em políticas de aquisição responsáveis e numa correta gestão de resíduos produzidos; refletir a



desmaterialização e o edifício em termos de eficiência energética; são alguns parâmetros para pensar a pegada ecológica das bibliotecas.

A performance comercial e económica (capítulos quinto e sexto) é introduzida por Joachim Schopfel e Chérifa Boukacem-Zeghmouri. O leitor no centro do serviço das bibliotecas remete para as cinco leis do pensador indiano Shiyali Ranganathan. Aqui a biblioteca é um “organismo vivo” que se adapta às mudanças e exigências da sociedade. Revela-se de extrema importância avaliar a qualidade do serviço e estabelecer indicadores de medição para o grau de satisfação do utilizador.

Ahmed Ksibi do High Institute of Documentation da Tunisia – Universidade de Manouba em Tunis, mencionara na sua apresentação para o Congresso da IFLA realizado em Helsinkia (2012) a normalização sustentável e ecológica aplicável às bibliotecas.

Ksibi (2012, p. 3) remete-nos para a gestão da qualidade através da aplicabilidade da ISO 9001 ou através dos indicadores de performance em biblioteca ISO 11620, mas alarga também a sua visão da normalização aplicável a bibliotecas à ISO 14001 – gestão ambiental para as organizações.

A obra *Vers la bibliothèque globale* obriga a repensar as políticas de aquisição em função de parâmetros de sustentabilidade e em concordância com a Agenda 21, o que constitui também uma nova proposta conceptual no âmbito da gestão financeira.

No contexto da performance económica para a Agenda 21, a biblioteca é produtora de serviços e relaciona a vertente *custos/benefícios* numa perspetiva de responsabilidade para com os contribuintes e numa linha de transparência financeira. Surge a visão de criação de valor e de retorno sobre o investimento (ROI) como “capital cultural”.

Como contribui este investimento cultural para reforçar a educação e formação do cidadão?

Contribui para a sua empregabilidade? Poderá contribuir para o desenvolvimento do tecido empresarial de uma região?

No sétimo e último capítulo da obra o autor Claude Poissenot sugere um “novo quadro de ação em bibliotecas” ao focar a “*cultura de cidadania*” como ponto de partida para a Agenda 21. O acesso ao conhecimento e à informação coloca nas escolhas individuais o eixo que conecta o universo da biblioteca à construção de uma comunidade mais participativa e consciente.

A obra apresenta também uma lista de verificação – *checklist* de exemplo para a sustentabilidade – dirigida a qualquer biblioteca que pretenda empreender o caminho para o desenvolvimento sustentável. Destacamos alguns pontos: localização; dados de consumo de água; consumo e tipologia de energia; política de aquisições com base no comércio local;

recursos utilizados e consumidos; qualidade do ar interior; inovação para a literacia ambiental e acesso ao conhecimento sobre desenvolvimento sustentável.

Da mesma forma, é disponibilizada uma listagem de bibliotecas verdes no mundo: França, EUA, Canadá, Austrália, Alemanha, Suíça, Japão e com designação do respetivo URL.

O pequeno glossário que consta sobre termos ambientais auxilia à contextualização do tema para todos os profissionais da informação.

O livro *Vers la bibliothèque globale : L'Agenda 21 dans les bibliothèques* pretende acima de tudo incentivar o diálogo e a reflexão entre os profissionais, sobre qual o lugar da biblioteca na sociedade atual e qual deverá ser o seu contributo para o desenvolvimento sustentável.

Terminamos esta revisão com a nota final de que a IFLA, enquanto associação internacional promotora do papel preponderante das bibliotecas, lançou em Janeiro de 2015 o *“Toolkit: Libraries and the UN post-2015 development agenda”* na sequência da *Declaração de Lyon* de 2014 e que visa fundamentar o acesso à informação como veículo prioritário para a consciencialização deste percurso para a sustentabilidade global.

O **Cercle de la Librairie**, fundado em 1847, era a designação para o Sindicato Patronal das Indústrias do Livro em França.

No século XX mais precisamente em 1972, a entidade participa na criação da Agência Francófona para a Numeração Internacional do Livro.

A editora francesa **Cercle de la Librairie** surge em 1982 e publica atualmente obras de reflexão no âmbito da prática dos quatro *metiers*: editores, livreiros, bibliotecários e documentalistas.

### Referências Bibliográficas

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE – *Guia Agenda 21 Local: um desafio para todos*. Amadora: APA, 2007.

BS ISO 16439. 2014 – *Information and documentation: methods and procedures for assessing the impact of libraries*. [Londres]: BSI, 2014.

CARACO, Alain – *Les bibliothèques à l'heure du développement durable* [Em linha]. Bulletin des bibliothèques de France. ISSN 1292-8399 (n° 3 2008), pp. 75-82 [Consultado em 03 de Fev. 2016]. Disponível em: <URL: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2008-03-0075-010>>.

COMUNIDADE EUROPEIA. COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Livro Verde*:

*promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas: CE, 2001.

DIAS, Sandra – *Sustentabilidade ambiental aplicada aos sistemas de informação: estudo e proposta para as Bibliotecas Públicas em Portugal* [Em linha]. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, 2015.

Disponível em: <URL: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/22486>>.

IFLA – Internacional Federation Libraries Association. *The Lyon declaration (2014)* [Em linha]. [Consultado em 25 de Jan. de 2016]. Disponível em: <URL: <http://www.lyondeclaration.org/>>.

IFLA – Internacional Federation Libraries Association. *Toolkit: Libraries and the UN post-2015*

*development agenda* [Em linha]. [Consultado em 20 de Jan. de 2016]. Disponível em:

<URL:<http://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/ifla-post-2015-a2i-libraries-toolkit-v2.pdf>>.

KSIBI, Ahmed – *Normalisation environnementale pour des bibliothèques vertes: [Environmental standardization for green libraries]* [Em linha]. In IFLA WLIC, Helsinkia, 2012. [Consultado em 10 de

Jun. 2015]. Disponível em: <URL: <http://conference.ifla.org/ifla78>>.

NP EN ISO 14001. 2004 – *Sistemas de gestão ambiental: Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização* (ISO 14001:2004). Lisboa: IPQ, 2004.

ONU – Organização das Nações Unidas – *The future we want* [Em linha]. Rio de Janeiro: ONU, 2012. [Consultado em 27 Jan. de 2016]. Disponível em: <URL: [https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.2161-1\\_english.pdf.pdf](https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.2161-1_english.pdf.pdf)>.

ONU – Organização das Nações Unidas – *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development* [Em linha]. ONU, 1987. [Consultado em 01 de Fev. de 2016]. Disponível em: <URL: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>.

SCHOPFEL, Joachim – *The global library* [Em linha].\_Conference of Slovene Special and Academic Libraries, Eslovenia, 2012 pp.39-51. [Consultado em 26 de Jan. de 2016] Disponível em: <URL: [http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic\\_00794983](http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_00794983)>.

SCHOPFEL, Joachim – *Towards the global library: applying Agenda 21 to library marketing* [Em linha]. In *Marketing Library and Information Services – II: a global outlook*, IFLA De Gruyter (2013) pp.409-423. [Consultado em 26 de Jan. de 2016]. Disponível em: <URL: [http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic\\_01081529/document](http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_01081529/document)>.

SCHOPFEL, Joachim – *Strategic library management with the United Nations' Agenda 21* [Em linha]. In *Management and leadership innovations advances in librarianship* (Vol.38, 2014) ISSN – 0065-2830, pp. 269-286. [Consultado em 26 de Jan. de 2016] Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/S0065-28302014000038010>>.

VIDAL, Pau ; TORRES, Domingo – *The social responsibility of non-profit organisations: a*

*conceptual approach and development of SRO model* [Em linha]. Barcelona: Observatori del Tercer Sector, 2005. [Consultado em 02 de Fev. de 2015]. Disponível em: <URL: [http://www.observatoritercersector.org/pdf/publicacions/03\\_rso\\_en.pdf](http://www.observatoritercersector.org/pdf/publicacions/03_rso_en.pdf)>.

---

**SCHOPFEL, Joachim ; BOUKACEM-ZEGHMOURI, Chérifa** – *Vers la bibliothèque globale l'agenda 21 dans les bibliothèques*. Paris: Electre-Cercle de la Librairie, 2014. ISBN 978-2-7654-1421-6

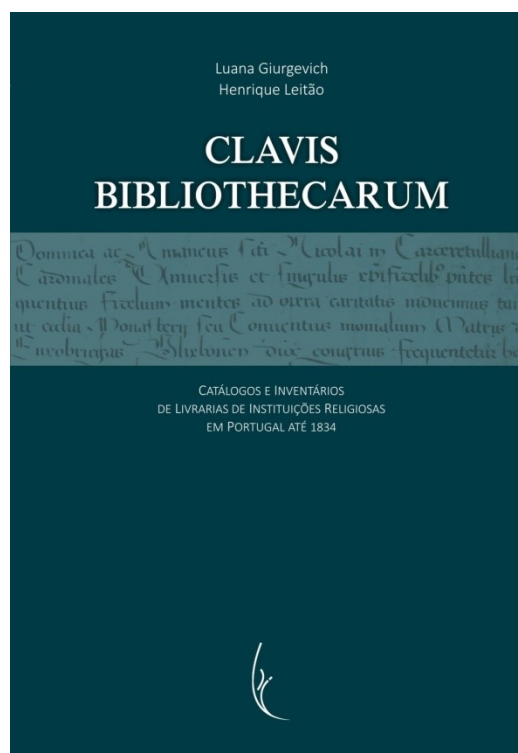
Sandra Moura Dias

## ***Clavis bibliothecarum*: catálogos e inventários de livrarias e instituições religiosas em Portugal até 1834**

**Luana Giurgevich; Henrique Leitão**

*Clavis bibliothecarum*, literalmente «a chave das bibliotecas», é de facto uma chave que diríamos mestra para penetrar nos acervos das antigas bibliotecas monásticas e conventuais portuguesas.

É o resultado de um aturado trabalho de pesquisa e sistematização levado a cabo por Luana Giurgevich e Henrique Leitão que laboriosamente identificam 901 catálogos, inventários, listas de acervos de bibliotecas de mosteiros, conventos e outras casas religiosas, entre o século X e 1834, data da extinção das ordens religiosas masculinas, e transcrevem 384 documentos ou extratos de documentos em que são abordados aspetos relativos à constituição, organização e funcionamento destas bibliotecas.



A obra tem, assim, duas partes claramente bem delimitadas – e relativamente semelhantes em dimensão – mas complementares: a informação sobre os inventários/catálogos/listas das livrarias – designada *Catálogos, inventários e outras listas de livros* (identificados pela sigla INV) – e a transcrição de fontes relativas a estas ou onde elas são mencionadas – designada *Documentos sobre o funcionamento das bibliotecas das congregações religiosas* (identificados pela sigla DOC). Na primeira parte, é fornecida informação pormenorizada sobre cada um desses inventários/catálogos/listas, tais como *Data*, *Número de itens*, *Tipologia*, nível de descrição, etc., bem como a indicação da cota e

localização atual de cada um deles. Na segunda parte são transcritos os documentos: constituições, regras, planos de estudos, atas de capítulos, testamentos, inventários, autos, relatos de visitas, entre muitas outras tipologias, onde é possível perceber aspectos que vão da organização das livrarias às regras de uso, das doações aos roubos. Por esses documentos perpassam as glórias e as tragédias que afetaram estas livrarias. Do fulgor da livraria do mosteiro cisterciense de Alcobaça no século XVIII:

«Na terceira sala, e mais interior da casa do cartório se guarda esta preciosa e antiga Livraria. Antigamente antes, que a indústria humana desse na facilidade de imprimir e escrever em papel era grande o trabalho dos homens doutos, e curiosos em haverem de publicar as obras próprias, e participar dos estudos alheios, porque remediavam a falta das impressas, e do papel escrevendo em pergaminhos; nos quais davam a trasladar os seus Livros; e neles copiavam os Livros alheios: assim o fizeram por muitos anos os nossos monges de Alcobaça; escreveram em pergaminho muitos livros, compuseram e copiaram outros de outros autores para seu uso. De uns, e outros nos deixaram uma livraria copiosa, na qual justamente admiramos e veneramos o seu incansável trabalho em escreverem da sua mão tantos livros, com tão grande asseio, e limpeza, que sendo muitos os livros, as Letras na maior parte são excelentes, e tão limpas, que em todos não vereis um borrão, ou riscado. Os pergaminhos são alvos como a neve; e alguns tão finos, e delicados, o que não haverá papel por mais fino que seja, que os iguale» (p. 435),

ao desleixo da livraria do mosteiro beneditino de S. João da Pendorada, em 1785:

«Vi a livraria antiga, que estava na casa mais imunda que imaginar se pode, cheia de teias de aranha, e – o que é mais – de bacalhau, uvas, maçãs, etc. Ainda que por causa da porcaria poucos livros pude ver, pareceu-me que não os tinha de suposição nem manuscritos de estimação. [...] Contaram-me que, querendo uma vez seculares ver esta livraria, responderam-lhes que não aparecia a chave por estar fora o hortelão, que a tinha!» (p. 413).

Cada um dos itens possui uma variada e completa informação descritiva e contextual: congregação religiosa (designação da ordem e sigla), instituição religiosa (denominação/denominações do mosteiro/convento/casa, localização, dados da fundação e filiação ou dependência jurisdicional, e estudos específicos sobre a livraria), título do inventário, original ou atribuído, n.º de fólios, data (real ou atribuída), autor, se existir, n.º de itens aproximado constantes do inventário, tipologia do documento, notas, bem como indicação de outros inventários relacionados, e, por último, a indicação de transcrições ou estudos daquele inventário. Interessante e legível é o maior destaque tipográfico dado aos inventários «institucionais» ou «globais» da livraria, que elencam a totalidade da mesma, apresentados num corpo de letra maior, por comparação com os inventários parciais, particulares ou especializados, que apresentam apenas parte dela, que surgem num corpo menor, o que permite eleger visualmente e de forma imediata, dentro do mesmo convento, o mais importante e descartar o menos importante, o que é também demonstrativo do cuidado gráfico posto na edição, presente também nas opções pelos corpos de letra, pelos cinzas, pelos itálicos, pelos negritos, pelos versaletes.

As notas são preciosas, sucintas mas precisas, às vezes explicativas, às vezes complementares, mas sempre muito completas e pródigas em referências cruzadas que permitem reconstituir relações entre documentos. Constituiu opção metodológica dos

autores colocar a informação adicional ou complementar relativa a alguns dos campos, como *Autor* ou *Tipologia*, imediatamente a seguir à descrição do mesmo. Questionamo-nos se não ganharia em clareza e organização que toda a informação explicativa ou adicional fosse remetida para o campo *Notas* ou, até melhor, distribuída entre estas e um campo de informação mais livre designado, por exemplo, por *Descrição*, ou afim. Pois, nem sempre é inteiramente perceptível o critério entre alguma da informação presente nalguns dos campos e a presente em nota. Além de que campos como por exemplo a *Tipologia* talvez ganhassem com uma descrição mais esquemática, sendo a informação complementar a eles respeitante remetida para um campo diferente. Saliente-se que estas informações adicionais ou complementares têm ainda a mais-valia de, além de explicitarem os mais diversos aspetos do documento descrito, saírem da aridez classificatória da grelha.

Muito interessante é a inclusão do campo designado *Exemplificação dos itens*, cujo conteúdo, atenta a diversidade de critério na elaboração dos inventários/catálogos/listas, nos permite, através de um excerto do documento descrito, perceber o tipo e a qualidade da informação que iremos encontrar no mesmo. Merece ainda registo o capítulo eminentemente pedagógico designado «Como usar este livro» (p. XLIX-LIV), que nos dá, também ele, as *chaves* para aceder, explorar e rentabilizar a *Clavis*.

Os índices iniciais (das instituições religiosas) e finais (onomástico geral e de antigos possuidores de livrarias particulares) auxiliam e tornam mais profícua a pesquisa. E a extensa e muito completa bibliografia sobre bibliotecas monásticas e conventuais portuguesas constitui um completo e exaustivo repositório do que tem sido publicado não apenas sobre a história destas livrarias mas também sobre a história das bibliotecas em Portugal.

Referencial e muito bem documentado, quer em fontes primárias, quer secundárias, é também o estudo inicial, intitulado «*Clastrum sine armario quasi castrum sine armamentario*: as bibliotecas eclesiásticas em Portugal», que enquadra a problemática das bibliotecas monástico-conventuais e que se assume como um pequeno ensaio sobre a história destas livrarias em Portugal ao longo dos tempos.

A obra possui ainda um prefácio, assinado por Noël Glovers, especialista em história da ciência, no qual perpassa pensamos que em demasia uma certa linha catastrofista e *iconoclasta* acerca do sucedido ao património bibliográfico monástico-conventual do Portugal Moderno. Catastrofista porque nos parece colocar em excesso a ênfase na parte vazia do copo – o que se perdeu – e quase nada na parte cheia do copo – o que sobreviveu e foi reconduzido para as mais diversas instituições. *Iconoclasta* – termo do próprio – porque nos parece ser uma visão algo inquinada com o sucedido noutras geografias, uma vez que não há nota em Portugal de uma sanha destruidora sistemática em relação ao livro religioso ou mesmo ao livro, não sendo extrapolável como regra alguns episódios sucedidos aquando da incorporação das livrarias jesuítas.

A obra é complementada pelo site [Clavis Bibliothecarum](#) desenvolvido pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), e que tem como objetivo permitir aceder à cópia digital integral dos documentos referenciados na mesma, e do qual já constam os catálogos, inventários e outros documentos afins existentes nas coleções da BNP e da Biblioteca Pública de Évora. O *site* irá progressivamente disponibilizando o acesso a documentos de outras entidades detentoras dos documentos referenciados na obra que se disponibilizem a colaborar com a BNP, digitalizando-os e colocando-os *online*.

Refira-se que a obra recebeu recentemente uma [Menção Honrosa do Prémio «Lusitania»](#) da Academia Portuguesa da História e serviu de mote para dois ciclos de [Conferências](#) que pretendem, a partir dos documentos referenciados, «servir como uma chave que abre para novos horizontes de investigação, para um renovado exame de temas e para o estabelecimento de ligações inexploradas».

Em suma, estamos perante o mais completo levantamento até agora realizado deste tipo de catálogos e inventários, que se assume como uma obra de referência incontornável para quem queira estudar a história das bibliotecas monástico-conventuais do Antigo Regime em Portugal. O *cabouco* – como se refere no prefácio (p. XII) – está, pois, todo ali, quer nos inventários, quer na informação de contexto patente nos documentos transcritos. Resta agora aos historiadores do livro e da leitura estudar uns e outros de modo a podermos conhecer melhor que livros existiam e o que se lia nas antigas bibliotecas monástico-conventuais.

---

Luana Giurgevich; Henrique Leitão – *Clavis bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias e instituições religiosas em Portugal até 1834*. Lisboa: : Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016, 863 p. Coleção: Fontes para o Estudo dos Bens Culturais da Igreja, n.º 1. ISBN: 978-989-97257-7-5

---

Paulo J. S. Barata